AGÁLIA

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

N.º 54

VERAO 1998

DIRECÇOM:

María do Carmo Henríquez Salido

CONSELHO DE REDACÇOM:

Isaac Alonso Estravis
José Ramom Chantada Acosta
Óscar Diaz Fouces
Carlos Garrido
Jenaro Marinhas del Valle
José Maria Monterroso Devesa
César Carlos Morám Fraga
J. Carlos Quiroga D.
Joám Carlos Rábade Castinheira
Henrique Rabunhal Corgo
José Luís Rodríguez
José António Souto Cabo

In memoriam:
Ricardo Carvalho Calero

NOTA DA REDACÇOM

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.

2. A revista nom se responsabiliza da devolución de originais.

3. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.

4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerám com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego*), ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitaçom desta norma.

5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a revista com os respectivos pontos de vista.

Imprime: VENUS artes gráficas, s.a.
Corunha - Dep. Legal: C-250 - 1985
ISSN: 1130-3557

CONSELHO ASSESSOR:

GALIZA:

José Agrelo Ermo
Mário Alonso Nozeda
Maria Luísa Andrade
Carlos Campoy
Denis Conles
Júlio Garcia Santiago
Alberto Garcia Vessada
Luís Gonçales Blasco
Marcial Gondar Portasany
Cláudio Lôpez Garrido
Aurora Marco
Higino Martínez Estêvez
Ramom Nogueira Calvo
José Posada
Maria das Dores Rei Teixeiro
Ramom Reimunde Norenha
Manuela Rivera Cascudo
Felisindo Rodríguez
Joám Trilho Pêrez
Xavier Vilhar Trilho

In memoriam:
Ernesto Guerra da Dal

BRASIL:

Leodegário A. de Azevedo Filho
Gladstone Chaves de Melo
Sílvio Elia
Reynado Valinho

MOÇAMBIQUE:

Fátima Mendonça

PORTUGAL:

Carlos Assunção
José A. Fernandes Camelo
Mário Gomes dos Santos
Óscar Lopes
Albano Martins
José Luís Pires Laranjeira
Amadeu Torres

In memoriam:
Manuel Rodrigues Lapa

RECEPÇOM DE ORIGINAIS E ASSINATURAS:
Apartado dos Correios 453 - 32080 OURENSE (Galiza)
Fax: 988 37 27 14

AGÁLIA
Revista Internacional da Associaçom Galega da Língua

Número 54
Verao 1998

SUMÁRIO

PÁGS.

ESTUDOS

Algumhas estirpes galaico-americanas, por P. Docurro Santuandré 131-150

Topónimos, antropónimos e outros tópicos antropomórficos, por João Guisan Seixas 151-199

As ideias lingüísticas no Boletim «A Nosa Terra» (1921-1925), por Maria do Carmo Henríquez Salido 201-215

Documentos galego-portugueses medievais (II), por José António Souto Cabo 217-225

ANTOLOGIA

As quatro estaçons de A. Vivaldi vertidas ao galego e umha homenagem final, por. J. André López Gonçãlez 227-229

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

Acto na memória do Professor Dom Ricardo Carvalho Calero no cemitério de Boisaca 231

Agressom à língua em Ourense 231-237

PÁGS.

Un relatório desafortunado, por Luis Gonçalez Blasco 238-244

O Reintegracionismo na VIII Assembleia Nacional do Bloco Nacionalista Galego (BNG) 244-251

RECENSONS

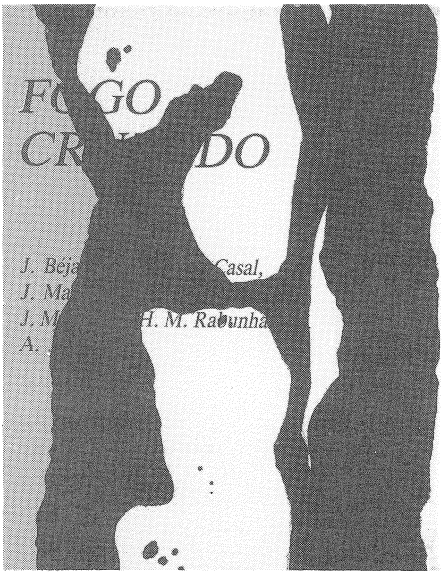
Dicionário terminológico quadrilíngue de Zoologia dos Invertebrados, por Salvador Mourelo 253-255

CORREIO

Carta de Maria da Assunção Morais Monteiro 256

CAPA: Júlio Gaioso
FOTOGRAFIAS: F. Borrazás

PUBLICIDADE



ESTUDOS

Algumhas estirpes galaico-americanas

P. DOCURRO SANTUANDRÉ

/Umha dúzia de estirpes galegas que nas Américas do Sul alcançárom delongada e famosa descendência: Aldaos, Freires, Lamas, Nóvoas, Pereiras, Pombos, Quirogas ou Varelas, entre outras muitas e a título de exemplo, som algumhas das linhagens genealogicamente esboçadas./

PRÉAMBULO

Se a língua (galego-portuguesa) é o sangue do espírito de um povo (o galego--português)... é claro que na medida em que esse espírito for imortal, o será pola língua. Nalgures temos dito que, mesmo morto, o nosso idioma, o seu génio, ficaria, mais ou menos puro, na geografia (toponímia) e nas gentes (onomástica).

E pois que a onomástica é, em tanta medida, umha toponímia que se move no espaço e que se transmite no tempo, é que, junto desse legítimo afám de procurar galegos ou descendentes em muito latino-americano de onte e de hoje, há outro tesouro da nossa língua a descobrir e custodiar, qual é a onomástica expandida por toda a parte e á que nom lhe damos a devida importância... até o ponto de nom termos ainda um dicionário de nomes-de-família concebido desde a Galiza. Isto dizemo-lo porque, dado que a maior quantia de apelidos têm origem toponímica, e topónimos há a milhares na nossa terra, nemgum dicionário composto em Portugal abrangeria grande parte da nossa onomástica daquela origem.

Tudo o expressado pretende levar à consciência do leitor que nom nos podemos permitir o luxo de renunciar a tanto nome-de-família galego-português como no mundo inteiro há, polo simples facto de nom serem galegos —ou portugueses— os seus portadores ou a sua ascendência imediata... e mesmo que nom o fossem, quando levados por pessoas de outras raças ou povos que os adoptárom (v.g. os chineses Ossório, os pretos Carvalho ou os ameríndios Patinho), pois que nom estamos falando em genética mas em filologia... e tanto tem quem for o portador e transmissor dessa palavra nossa, com tal de que ela subsista.

Assim, os Saavedra, Mexia ou Quiroga argentinos, os Mosquera colombianos ou os Magariños uruguaianos fôrom nossos algum dia, há quatrocentos, trezentos ou duzentos anos, embora naquela altura fossem sevilhanos os Saavedra quanto estremenhos os Mosquera ou gaditanos os Magariños que para as Américas partírom (nom esqueçamos que todo o sul hispano foi por cristáns galegos repovoado, segundo se ia subtraindo aos muçulmanos, e por séculos adiante). Vale dizer que, com critério filológico, tam galegos seriam, com serem argentinos os dous, Luís Seoane quanto Facundo Quiroga.

Assim também temos clamado tanta volta contra o costume paternalista ao uso em vários países americanos, de desprezar o nome-de-família materno (reminiscência, sem dúvida, de um mal assimilado liberalismo oitocentista, quando se pujo em voga levar dous nomes e um apelido só e se considerou funesto aristocratismo usar dous ou mais apelidos): isto, além de ter provocado múltiplas confusons biográficas entre pais e filhos de igual nome (quando ainda nom se recorrera ao anglo «junior», ao hispano «hijo» ou ao luso «filho»), tem ocultado, com assaz freqüência, a estirpe toda da mai. Destarte, estamos renunciando à condiçom galego-portuguesa de tanto americano, cujos apelidos maternos ignoramos, e do que neste trabalho temos vários casos pola primeira volta revelados.

Na oportunidade é que queremos desenvolver, bem que for sucintamente e a modo de exemplo, algumhas (apenas umha dúzia) linhagens americanas das que temos dado com a sua genealogia sem fissura, único jeito sério de provarmos e amostrarmos, a quem nos seguir, a origem na velha mai de naçons que o reino da Galiza é de vários nomes protagonistas na História das Américas meridionais. Para umha melhor compreensom do conjunto ideámos apresentar estas contadas linhagens em tres agrupaçons, seguindo um singelo ordenamento geográfico através de: 1. Colômbia e Equador, 2. Peru e Chile e 3. Argentina e Uruguai. Tocante à origem geográfica, só para a mesma finalidade é que respeitaremos a actual divisom administrativa em municípios e províncias que intimamente nos repugna.

1.1. Colômbia

Compreendendo a medula do antigo vicerreinado de «Nueva Granada» com a sua capital em Santa Fé de Bogotá e o seu centro histórico em Cartagena de Índias, neste país de dous mares examinaremos as linhagens Tenório e Pombo.

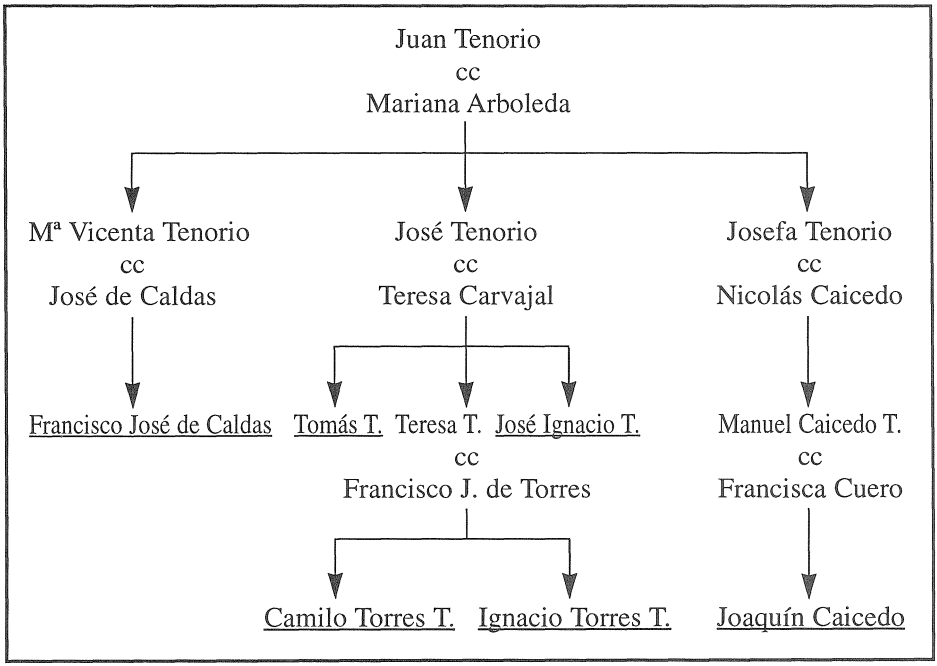
1.1.1. **Tenório**

1.1.1.1. Origem do nome de família

Toponímico, situam-no na freguesia de Sam Pedro de Tenório, no actual município de Cotobade (Ponte Vedra), já no século XIII, desde quando tem havido vários indivíduos de alto destaque deste nome (v.g. o próprio trovador) que começou sendo Tenoiro, mesmo Tanoiro e Tanório. (No século XVII criou-se o marquesado de Tenório, referido ao mesmo topónimo). Um importante ramo dele estabeleceu-se em Leom e outro na Andaluzia, de cuja metrópole sevilhana era Juan Tenorio em quem nasce o mito espanhol universal, argumento dos dramas de Tirso, Zorrilla, etc., etc.; derivando-se dele o nome comum castelhano «tenorio»[1].

1.1.1.2. Desenvolvimento desta estirpe

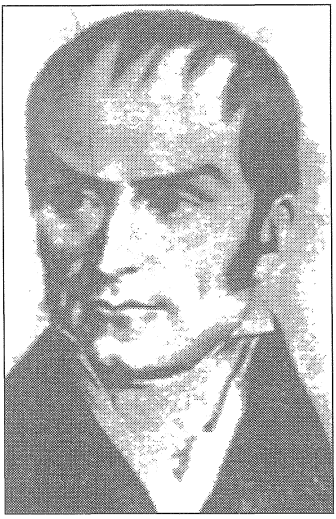
Outro Juan Tenorio, neto de Lucas e Juana Díaz de Aldana é o tronco, polo seu matrimónio com Mariana Arboleda, dos brilhantes Tenorios do XIX na histórica cidade de Popayán, capital do departamento colombiano de Cauca (tam grande como a Galiza), segundo o seguinte quadro genealógico:



Assim que Mª Vicenta Tenório casou com o galego José de Caldas e García Camba, tendo esse ilustre Francisco José de Caldas (Popayán, 1771-1816, Bogotá), geógrafo e naturalista, todo un ilustrado precursor, companheiro de Humboldt, Bonpland e Mutis, e general dos patriotas, o que lhe valeu o fusilamento. Déu nome ao actual departamento de Caldas. E era casado.

(1) Curiosamente, também sendo galegos os nomes doutros personagens de primeira linha nesse drama, como som Dona Inês (Ulhoa) e Dom Luís (Mexia).

Por sua parte, José Tenório casou con Teresa Carvajal, tendo a: Tomás Tenório (procurador geral de Santa Fe), José Ignacio Tenório (Popayán, 1752), personagem aventureiro de dous mundos, e Teresa Tenório, casada con Francisco Jerónimo de Torres, pais de Camilo e Ignacio Torres (Popayán, 1776), este, general. Camilo Torres (Popayán, 1766-1816, Bogotá) é o patriota da primeira hora da revoluçom, culto como ninguém e partidário do federalismo, chegando a governar o incipiente país, mas acabando fusilado no mesmo ano que seu tio Caldas. Também era casado. (fig. 1)



Camilo Torres Tenorio
Fig. 1

Finalmente, Josefa Tenório casou com Nicolás Caicedo, tengo a Manuel Caicedo quem, com Francisca Cuero, foi o pai de Joaquín Caicedo (Cáli, 1773-1813), heroi da independência, bem cedo fusilado... e vam três do clam. Também casado.

Vemos como nesta linhagem, por recair em mulheres, se perdeu o galego Tenório.

1.1.2. **Pombo**

1.1.2.1. Origem do nome de família

De alcunha, proviria do bicho homónimo. Os que nos ocupam procedem da freguesia de Sam Pedro de Sorriço (Arteixo - A Corunha). (Um indivíduo deste nome, natural de Cantábria, seria criado, no XIX, marquês de Casa Pombo).

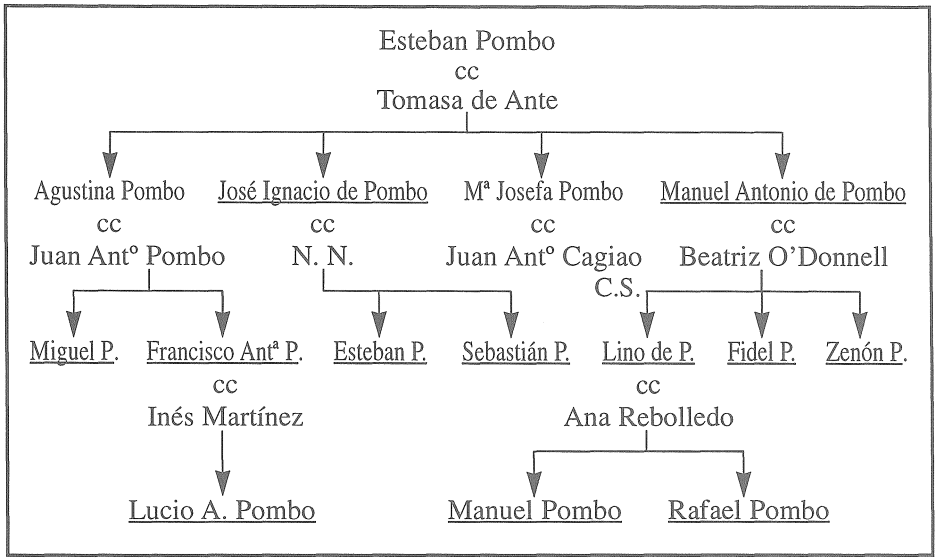
1.1.2.2. Desenvolvimento desta estirpe

Esteban Pombo (Sorriço, 1721) morava na mesma Popayán dos Tenório, no último terço do XVIII, alcançando aí o cargo de tenente-governador e justiça maior. Foi, com sua mulher Tomasa de Ante, tronco de extensa e ilustre descendência (alguns assinando De Pombo), segundo o esquema genealógico que sigue.

Agustina Pombo (Popayán, 1758) casa com seu primo-segundo galego Juan Antonio Pombo e têm, entre outros a: Miguel Pombo y Pombo (Popayán, 1779-1816), advogado e patriota, morreu fusilado (colaborara com o citado Caldas); e Francisco Antonio Pombo y Pombo (Popayán, 1787-1867), também luitador da causa independentista, militar e político de relevo, quem, casado com Inés Martínez, tivo a Lucio A. Pombo (Tuluá, 1834-1907), de intensa vida pública, que coroou com a presidência da **Corte Suprema de Justicia.**

José Ignacio Pombo (Popayán, 1761), também colaborando com Caldas, acaudalado comerciante e benfeitor público. Mesmo dous seus filhos morrérom pola independência: Esteban, casado (Cartagena, 1790-1820) e Sebastián (Cartagena, 1797).

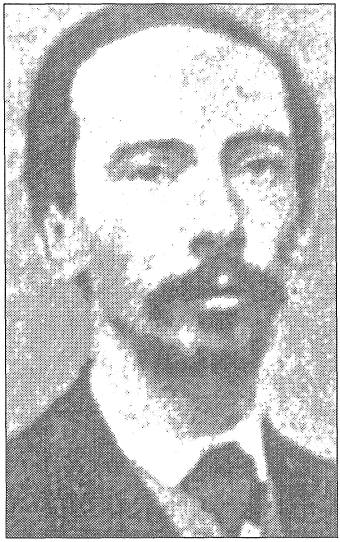
Mª Josefa Pombo (Popayán, 1763) casou com Juan Antonio Cagiao Pereira, de Betanços, com numerosa sucessom.



Manuel Antonio Pombo (Popayán, 1769-1829), advogado de grande cultura, com vários cargos e escrevendo obras políticas e históricas e mesmo umha gramática latina, também militando nas hostes patriotas, salvou a vida por estar casado com umha irmá dos tenentes-generais espanhois José e Carlos O'Donnell. Tivo como filhos a: Lino, Fidel e Zenón Pombo.

Lino Pombo O'Donnell (Cartagena, 1797), foi jurista, militar e político de alto nivel; casado com Ana Rebolledo, tivo a Manuel Pombo (Popayán 1827), político, e a Rafael Pombo (Bogotá, 1833-1912), o máximo poeta clássico colombiano, coroado como poeta nacional em 1905. (fig. 2)

Fidel Pombo O'Donnell (Cartagena, 1800-1824, Lima), morto moço nas luitas da independência. E Zenón Pombo O'Donnell (Popayán, 1805), outro advogado com relevante actuaçom na política do seu país. Estava casado.



Rafael Pombo
Fig. 2

1.2. Equador

País já do Pacífico, com a sua capital Quito e o seu porto Guayaquil, aqui parar-nos-emos na linhagem Nóvoa, que nessa terra grafam Novoa (e acentuam como grave, cousa esta que também acontece na Galiza).

1.2.1. **Nóvoa**

1.2.1.1. Origem do nome de família

Por antigo muito espalhado, sobre todo na regiom ourensana, sendo originário da freguesia de Santo Estevo de Nóvoa (Carvalheda d'Ávia).

1.2.1.2. Desenvolvimento desta estirpe

Diego de Nóvoa Feijoo passa a Sul América em 1632, encontrando-o avizinhado em Guayaquil em 1654, onde ostentou vários cargos civis e militares. A sua progénie vem do seu segundo matrimónio, com Josefa de Castro, assim:

Diego de Nóvoa cc Josefa de Castro

↓

José Antonio de Nóboa cc María de Castro

↓

Juan de Noboa cc Tomasa de Almeida-Azambuja

↓

Diego de Noboa cc Francisca de Unzueta

↓

Ramón de Noboa cc Ana de Arteta

↓

Diego María de Noboa y Arteta, casado

José Antonio de Nóboa, também com cargos diversos, casa, pois, com María de Castro, tendo a Juan de Noboa, igualmente funcionário civil e militar, que casa por sua volta com Tomasa de Almeida-Azambuja.

Filho destes foi Diego de Noboa (1714-1753), também desempenhando-se como militar e civil, casando com Francisca de Unzueta e deixando três vástagos. Deles, Ramón de Noboa Unzueta (Guayaquil, 1746-1799), casado com Ana de Arteta, tivo numerosa prole, entre a qual destacou Diego María de Noboa y Arteta, também casado (Guayaquil, 1789-1870), que está entre os próceres da independência (1820, 1830), desempenhando diversos altos cargos, mesmo, embora brevemente, a presidência da República (1851).

Neste caso, contrariamente ao que fica feito com Colômbia (em que demos umha descendência polidireccional, com perda do apelido), talvez por nom se dar

nesta estirpe tanta celebridade, desenvolvémo-la em vertical, a membro por geraçom (descendência monodireccional e paternalista), mas através de 250 anos, os que vam desde o galego fundador até seu quarto-neto presidente. (Como nos Tenório, ignora-se, de momento, o lugar exacto de origem do galego que cruzou o Atlântico).

2.1. Peru

Nas terras do vicerreinado do Peru, com capital em Lima, somente citaremos, a título de mostra, a linhagem Pardo.

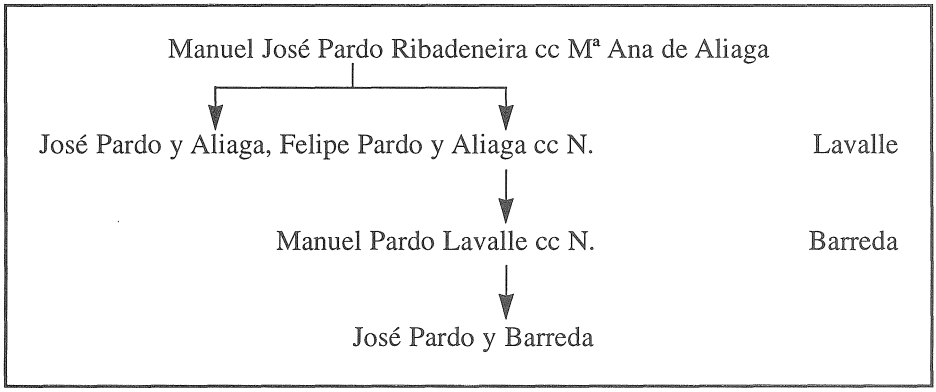
2.1.1. **Pardo**

2.1.1.1. Origem do nome de família

Típica alcunha por referência à cor da pel, entre branca e preta, equivalendo ao Moreno castellano; tem-se por nosso, dada a sua profussom aqui, embora em Aragom (e em Itália) haja mais Pardos. Pardo de Cela, Pardo de Andrade, Pardo de Figueroa som alguns dos mais soados clans deste nome na Galiza.

2.1.1.2. Desenvolvimento desta estirpe

Procedem os Pardos peruanos de Manuel José Pardo Ribadeneira (1759-1839), de Cenlhe (Ourense), em cujo lugar de Názara radica o seu paço de Casal Direito. Despregamos, a respeito dele, outra árvore descendente monodireccional, deste jeito:



Pardo Ribadeneira, regente da Audiência de Cusco, pintado por Vicente López, casou com María Ana de Aliaga, tendo a Felipe Pardo y Aliaga (Lima, 1806-1868), considerado o mais notável dos escritores peruanos do XIX, advogado, jornalista, político (embora espanholista, chegou a ministro do seu país independente) e diplomata; seu irmao José foi poeta.

Felipe Pardo foi pai de Manuel Pardo Lavalle (Lima, 1834-1878), que foi o primeiro presidente civil da República (1872-1876), morrendo assassinado. Fundara o **Banco del Perú** e mais um partido político civilista. (fig. 3)

Seu filho José Pardo y Barreda (1864-1947), seguindo os passos paternos, foi diplomata e presidente da República em duas ocasions (1904-1908 e 1915-1919).

Manuel Pardo
Fig. 3

2.2. Chile

Nesse longo país único, que em tempos tinha umha larga cintura (abrangendo o oeste argentino do país de Cuyo), temos, entre outras, a linhagem Freire.

2.2.1. **Freire**

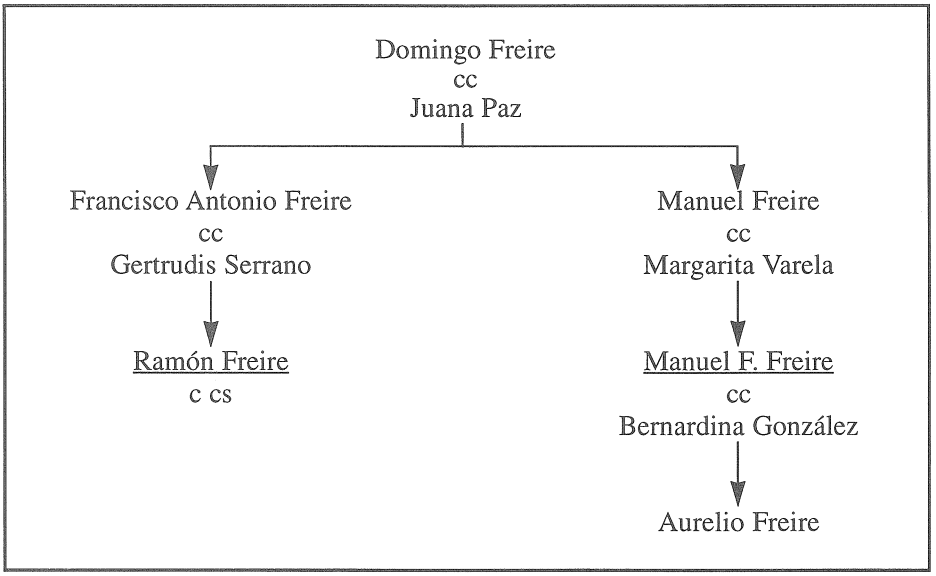
2.2.1.1. Origem do nome de família

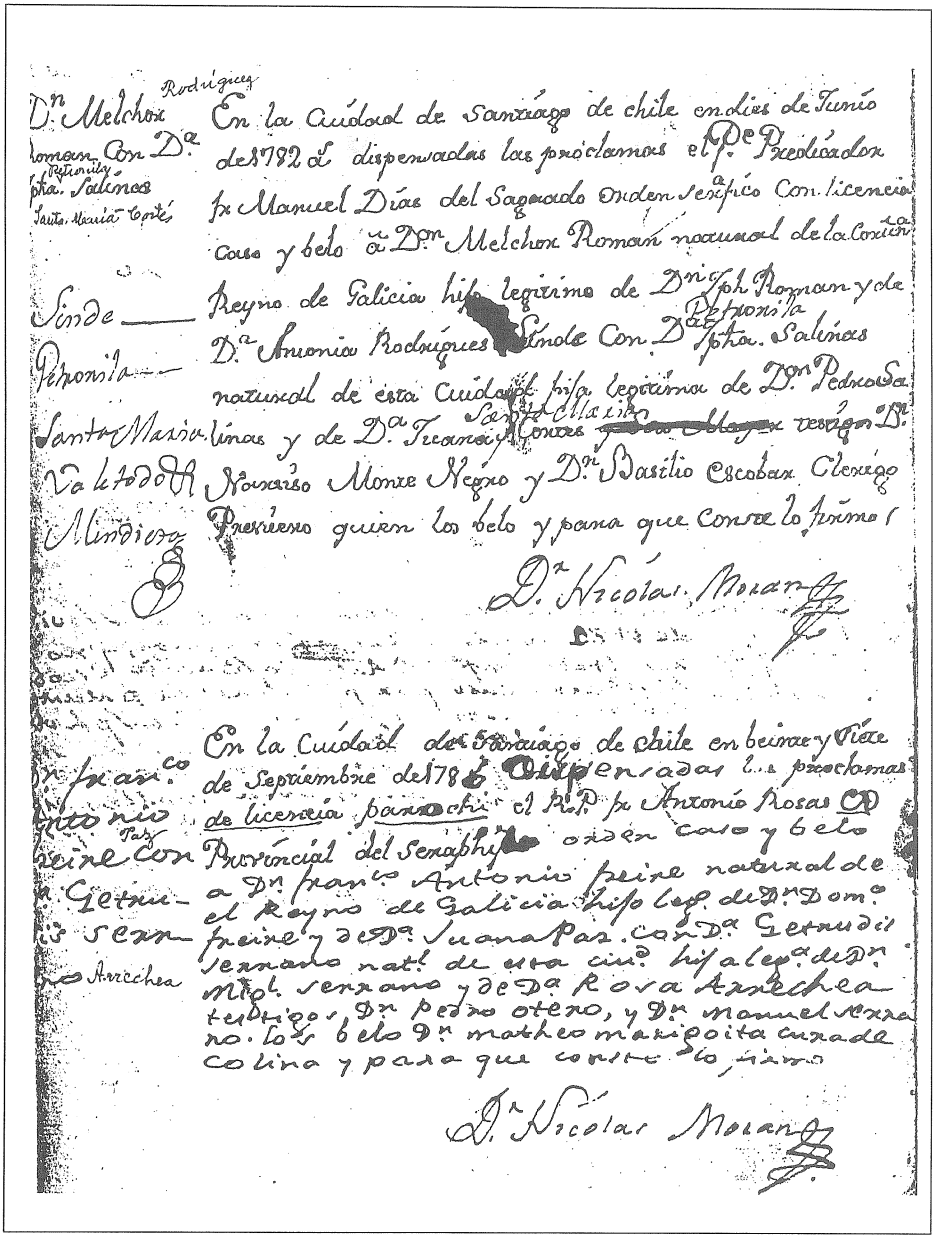
Pertencente ao grupo dos nomes de oficios, começaria designando confrade dumha confraria, por exemplo, integrante dumha ordem religioso-militar.

2.2.1.2. Desenvolvimento desta estirpe

Domingo Freire e Juana Paz, de Meira (Moanha, Ponte Vedra), tivérom, quando menos, dous filhos, Francisco Antonio e Manuel, que cruzárom o Atlântico.

Veja-se o esquema genealógico que segue:





Duas atas de matrimónios na Catedral de Sant'Iago de Chile, referidas a dous naturais do «Reyno de Galicia»: a de em baixo, do nosso Freire

Fig. 4

Francisco Antonio Freire casou em Santiago de Chile (1782: ver fig. 4, que agradeço ao dileto amigo chileno Fernando O'Ryan) (com Gertrudis Serrano, tendo a Ramón Freire (1787-1851), general e director supremo (presidente) de Chile (1823-1827), tendo actuado na etapa independentista, de agitada vida política (até o ponto de sofrer desterro na Austrália). Casou e tivo descendência.

Manuel Freire Paz, pola sua parte, casou na Banda Oriental (actual Uruguai) com Margarita Varela, tendo, entre outros, a Manuel Florentino Freire (Las Piedras, 1792-1858), general e patriota de 1825 (um dos «33 Orientales»), que acabou sendo fusilado (e ao seguinte dia seu filho Aurelio, 1830-1858), nas revoluçons internas do país... para ser declarado, finalmente, um dos «Mártires de Quinteros».

3.1. Argentina

Esta república, cujo nome, tipicamente neoclássico, é único, como que já foi adjectivo culterano, equivalendo ao também decimonónico **platino** (que os portugueses aplicaram à breve «província cisplatina» do império que foi o actual Uruguai), também equivalendo ao moderno adjectivo **platense** ou **rioplatense,** a partir, todos eles, desse Rio da Prata, com reminiscência de Eldorado; esta república é, com o seu porto de Buenos Aires, cabeça que fora do vicerreinado homónimo, a «quinta província galega» (como a regiom platense é o «oitavo território basco»). Assim é que apenas escolhémos, mais ou menos caprichosamente, três linhagens: Quiroga, Aldao e Biedma, dentre a floresta deles.

3.1.1. **Quiroga**

3.1.1.1. Origem do nome de família

Toponímico, da terra homónima, com suas variantes: Queiroga/Queiruga, que excusamos explicitar polo evidente (embora nom esteja de mais lembrar a planta —queiroa— homónima) é um dos nomes representativos da Galiza.

3.1.1.2. Desenvolvimento desta estirpe

Cingiremo-nos ao seguinte esquema:

Fernando de Camba Quiroga
cc
Leonor López de Ulloa

- Rodrigo de Quiroga y Ulloa «O Velho»
- Pedro de Quiroga y Ulloa
  cc
  Constanza de Salcedo
  - Rodrigo de Quiroga y Salcedo «O Moço»
    cc
    Juana de Lemos
    - Baltasar de Quiroga y Lemos
      cc
      Luciana de Mallea
      - Rodrigo de Quiroga y Mallea
        cc
        Agustina Gil
        - Juan Gil de Quiroga
          cc
          Isabel Urquizu
          - Diego Gil de Quiroga
            cc
            María Salinas
            - José de Quiroga y Salinas
              cc
              Isabel Larrea
              - José Prudencio Quiroga Larrea
                cc
                Juana Argañaraz
                - JUAN FACUNDO QUIROGA
      - Jacinto de Quiroga y Mallea
        cc
        Micaela SARMIENTO
        - José de Quiroga SARMIENTO
          cc
          Elvira de Ugas
          - José Ignacio de Quiroga SARMIENTO
            cc
            Juana de Acosta
            - José Ignacio de Quiroga SARMIENTO (h)
              cc
              Juana de Funes
              - José Manuel Quiroga SARMIENTO (bispo)
              - José Clemente SARMIENTO
                cc
                Paula Albarracín
                - DOMINGO FAUSTINO SARMIENTO

Rodrigo de Quiroga y Ulloa (Abuíme, O Savinhao, 1513-1580), conquistador com Valdivia e primeiro governador de Chile (citado no canto XXV da «Araucana») no duplo periodo 1565-1567 e 1575-1580, fora casado; mas nom é da sua ginea directa que trataremos. Seu irmao Pedro de Quiroga y Ulloa (da mesma origem), casando com Constanza de Salcedo, tivo a Rodrigo de Quiroga y Salcedo (Alba de Tormes, Salamanca, 1541-1588), quem também passou a Chile (1557) como conquistador e morréu assassinado. Casando com Juana de Lemos, tivérom o primeiro Quiroga chileno em Baltasar de Quiroga y Lemos, casado por sua volta, em Mendoza (actual Argentina), com Luciana de Mallea (filha de espanhol e de índia). Eles som o tronco dos dous ramos que vamos desenvolver, através de seus filhos Rodrigo e Jacinto.

Rodrigo de Quiroga y Mallea (San Juan, 1603?- 1670), já definitivamente na Argentina, casou com Agustina Gil, e som os quartos-avós de Juan Facundo Quiroga, através de seus filhos Juan Gil de Quiroga e Isabel de Urquizu, seus netos Diego Gil de Quiroga e María de Salinas, seus bisnetos José de Quiroga y Salinas e Isabel Larrea e seus trisnetos José Prudencio Quiroga (San Juan 1753) e Juana de Argañaraz.

Juan Facundo Quiroga (La Rioja, 1793-1853), «el Tigre de los Llanos» é o mito máximo do XIX argentino; caudilho do federalismo que senhoreou, na década do 20, o noroeste da nacente república, inspirando a sua figura «Facundo. Civilización y barbarie» de seu parente Sarmiento (1845). Casou e tivo descendência, morrendo assassinado. (fig. 5)

Juan Facundo Quiroga
Fig. 5

Por sua volta, Jacinto de Quiroga y Mallea (também de San Juan) casou com Micaela Sarmiento, mulher que ia, à postre, ver implantado o seu nome de família nos mais conspícuos seus descendentes (os mais célebres, José Manuel e seu sobrinho Domingo Faustino), vendo-se assim preterido o galaico Quiroga polo castelhano Sarmiento. Tudo isto através de seus filhos José de Quiroga Sarmiento e Elvira de Ugas, seus netos José Ignacio de Quiroga Sarmiento e Juana de Acosta e seus bisnetos José Ignacio de Quiroga Sarmiento e Juana de Funes, que fôrom os pais, entre outros, de Mons. José Manuel Quiroga Sarmiento (San Juan, 1775), bispo de Cuyo, e de José Clemente Sarmiento (1779-1843), casado com Paula Albarracín, pais de Domingo Faustino Sarmiento (San Juan, 1811-1888), escritor e presidente da República (1868-1874), umha das figuras chave da história argentina, desde o seu unitarismo político.

Estaríamos aqui falando, mais do que estirpe galega, dada a antigüidade da sua radicaçom americana, de un nome de família próprio da língua galego-portuguesa, como exemplificámos no preámbulo.

3.1.2. **Aldao**

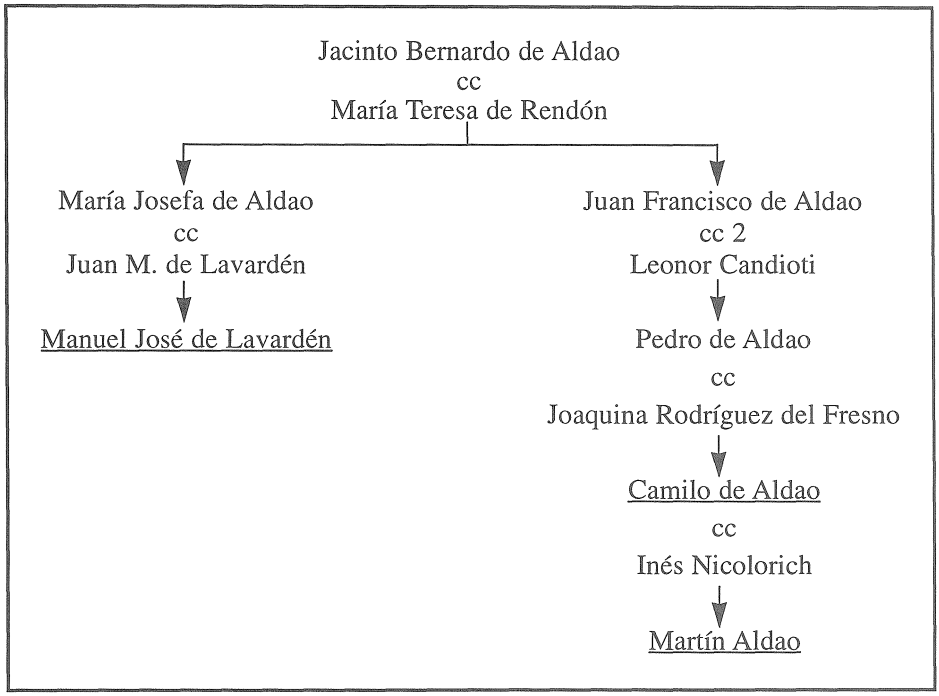
3.1.2.1. Origem do nome de família

Proviria do topónimo Aldám (em Portugal existindo tal Aldão) em Cangas do Morraço, revestindo também a forma Aldana... e até Maldonado (!).

3.1.2.2. Desenvolvimento desta estirpe

Jacinto Bernardo de Aldao (Santo Estevo de Larim, Arteixo, baptizado em Sam Giao de Coiro, A Laracha - Corunha, 1694-1748) passou a Buenos Aires, casando com María Teresa de Rendón, tendo, entre outros, a Mª Josefa e Juan Francisco.

Reparemos no esquema seguinte:



Mª Josefa Aldao (Buenos Aires, 1735) casou com o advogado e tenente general José Manuel de Lavardén, tendo a Manuel José de Lavardén y Aldao (B.A., 1754-1809), pioneiro das letras argentinas, conhecido principalmente pola «Oda al Paraná» e por «Siripo» (1789), a primeira peça dramática do Rio da Prata.

Juan Francisco de Aldao (B.A., 1738), avizinhado em Santa Fe, casou con Teresa Ordóñez e em segundas com Leonor Candioti, sendo pais estes de Pedro de Aldao, quem, casado com Joaquina Rodríguez del Fresno (filha de galego), tivo a Camilo de Aldao, governador de Santa Fe (1868), casado con Inés Nicolorich, pais de Martín C. Aldao (Rosario de Santa Fe, 1875-1961), romancista de destaque.

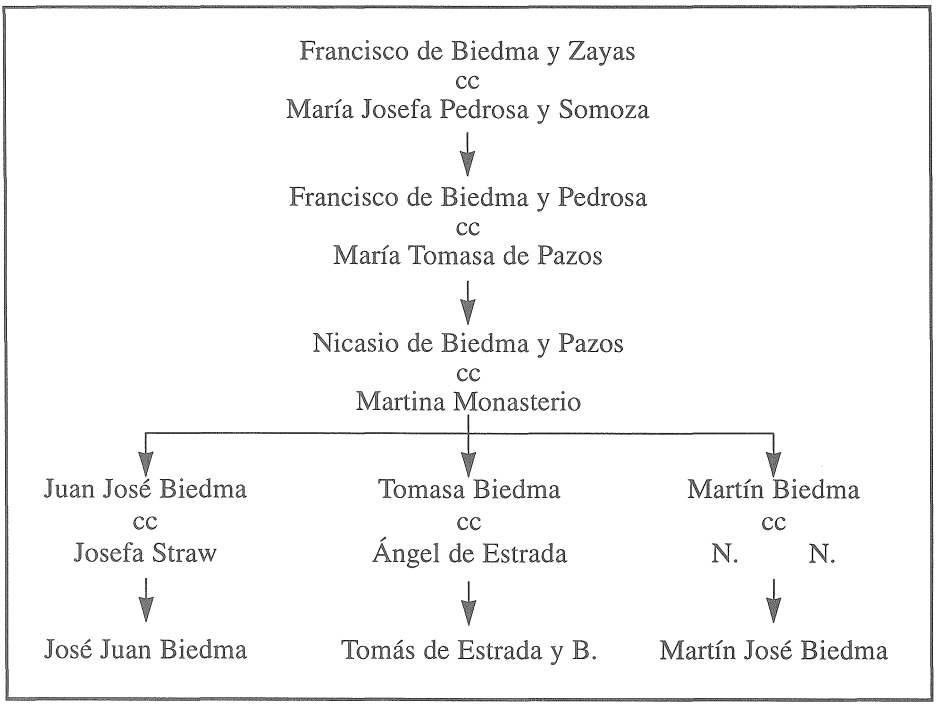
3.1.3. **Biedma**

3.1.3.1. Origem do nome de família

Estranho por escaso e pouco ou nada explicitado apelido, grafado Bezma a princípios do XV, em referência a um topónimo (micro ou desaparecido) da terra de Palhares (em Lugo). Também adoptaria a grafia Viedma (por exemplo na mesma Argentina, a cidade, capital da província de Rio Negro, desse nome, proposta pouco há como capital alternativa da naçom, fundada que fora polo andaluz Francisco de Viedma y Narváez).

3.1.3.2. Desenvolvimento desta estirpe

Segundo este esquema:



Francisco de Biedma y Zayas, efémero capitán general da Galiza (1799 e 1808), casou (Corunha, 1767) com María Josefa Pedrosa y Somoza, tendo a Francisco de Biedma y Pedrosa (c. 1780-1865), também militar, exilando-se, polas suas ideias liberais, na França e passando com sua família à Argentina recém emancipada. Casara este na sua Corunha natal (1802) com María Tomasa de Pazos, tendo a Nicasio de Biedma y Pazos (Corunha, 1807-1859), também militar, mas já no país do Prata, casado com Martina Monasterio.

Filhos deles fórom: Juan José, Tomasa e Martín Biedma.

Juan José (1839-1916) casou com Josefa Straw, tendo a José Juan Biedma (1864-1933), ilustre professor e historiador.

Tomasa casou com Ángel de Estrada, tendo a Tomás de Estrada y Biedma, presidente do **Banco de la Nación.** E Martín Biedma, impressor que marcou fitos na profissom (1847-1909), pola sua parte, pai de Martín José Biedma, também do seu ofício.

3.2. Uruguai

Este para as Américas pequeno país tem um alto grau de imigraçom galega (e mesmo portuguesa) desde os primeiros tempos da sua colonizaçom por europeus.

Dos seus numerosos e selectos clans galaicos só mostraremos, por via de exemplo, estes três: Lamas, Pereira e Varela.

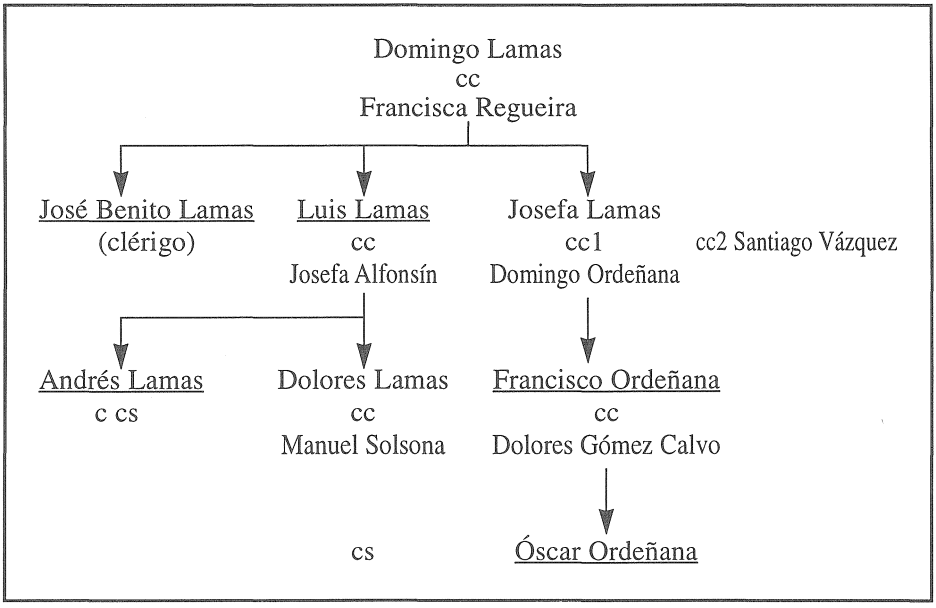
3.2.1. **Lamas**

3.2.1.1. Origem do nome de família

Claramente toponímico de origem múltipla em tantos núcleos Lamas como nesta terra há.

3.1.1.2. Desenvolvimento desta estirpe

Domingo Lamas Rodríguez, natural da vila de Redondela (c. 1744/1751-1829), donde emigrou a Montevidéu por volta de 1760, casou ali com a ferrolá Francisca Regueira Rodríguez. De seus filhos citaremos, segundo o seguinte esquema, a José Benito, Luis e Josefa.



José Benito Lamas Regueira (Montevidéu, 1787-1857), sacerdote e patriota, terceiro vicário apostólico da República (anterior à criaçom da sede episcopal).

Luis Lamas Regueira (Montevidéu, 1793-1864), breve presidente da República (1855), patriota da independência, casado com Josefa Alfonsín (filha de galego), sendo seu filho mais velho Andrés Lamas (1817-1891), político, diplomata e escritor, um dos mais controversos vultos da história uruguaiana, casado, com sucessom. (fig. 6). (Sua irmá Dolores, casada com Manuel Solsona, iniciou o clam dos políticos Solsona Flores. O diplomata argentino, Prémio Nobel da Paz 1936, Carlos Saavedra Lamas —1878-1959—, pertencia a esta mesma família, sendo, por Saavedra, de outra velha estirpe galega, de antiga radicaçom na Andaluzia).

Andrés Lamas
Fig. 6

Josefa Lamas Regueira (Montevidéu, 1794) casada com Domingo Ordeñana, tivo a Francisco Ordeñana (1811), ministro, casado com Dolores Gómez (outra filha de galegos), cujo filho foi o diplomata e ministro Óscar Ordeñana (1843-1913). Casou Josefa Lamas em segundas (1840) com o eminente estadista Santiago Vázquez, como nom, filho de pais galegos, sem terem sucessom.

Outra família Lamas há ali que, procedente de outro Benito (este de Sam Vicente de Reigosa - A Pastoriça, Lugo) deu a figura quase mítica de seu filho o Gral. Diego Lamas (Montevidéu, 1810-1868) casado com Mercedes Delgado, pais dos também destacados militares Diego (filho, 1858-1898) e Gregorio (1861-1919) e dos médicos Alfonso (1867-1955) e Eduardo Lamas Delgado.

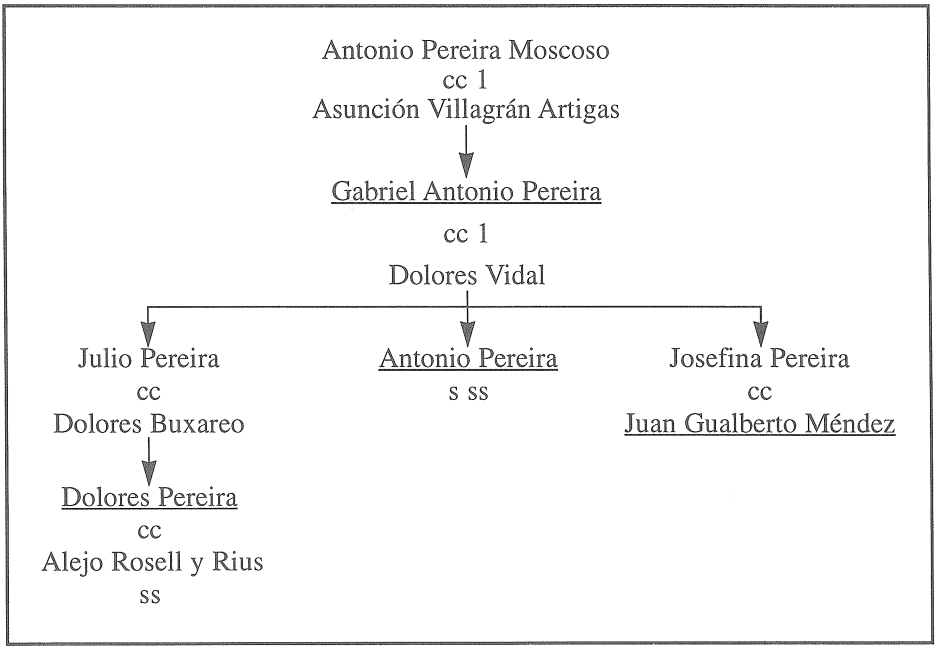
3.2.2. **Pereira**

3.2.2.1. Origem do nome de família

Como Quiroga, designando vegetal e com ampla difusom toponímica, sendo, se quadra, mais freqüente no Além-Minho.

3.2.2.2. Desenvolvimento desta estirpe

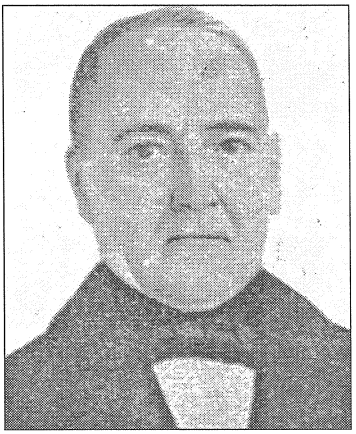
O corunhês, de ascendência em Salvaterra do Minho, Antonio Pereira Moscoso e Gómez (1756-1838), afincou-se na Banda Oriental do Uruguai muito pouco antes de 1780. Já em 1785 apresenta a El-rei espanhol umha extraordinária memória sobre o estado do campo nesse país onde el era importante terratenente (fazendeiro). Casado com Asunción Villagrán Artigas, prima do prócer máximo José Artigas, tivo dela e de um segundo matrimónio vária descendência, da que podemos citar, segundo este esquema a:



Gabriel Antonio Pereira (Montevidéu, 1794-1861), presidente da República (1856-1860), casado com Dolores Vidal, da que tivo, entre outros, a: Julio, Antonio e Josefina Pereira. (fig. 7)

Julio Pereira (1824) casado con Dolores Buxareo, tivérom a Dolores Pereira, de Rosell, filántropa (1852-1915). Como benfeitor foi também o tio dela Antonio N. Pereira Vidal (1838-1906), solteiro. Um grande parque da capital uruguaiana, um importante hospital e mais o jardim zoológico estám nos terrenos procedentes do património desta família.

Josefina Pereira Vidal (1835), por sua parte, casou com o médico Juan Gualberto Méndez, um dos primeiros do país (1825-1883).



Gabriel Antonio Pereira
Fig. 7

3.2.3. **Varela**

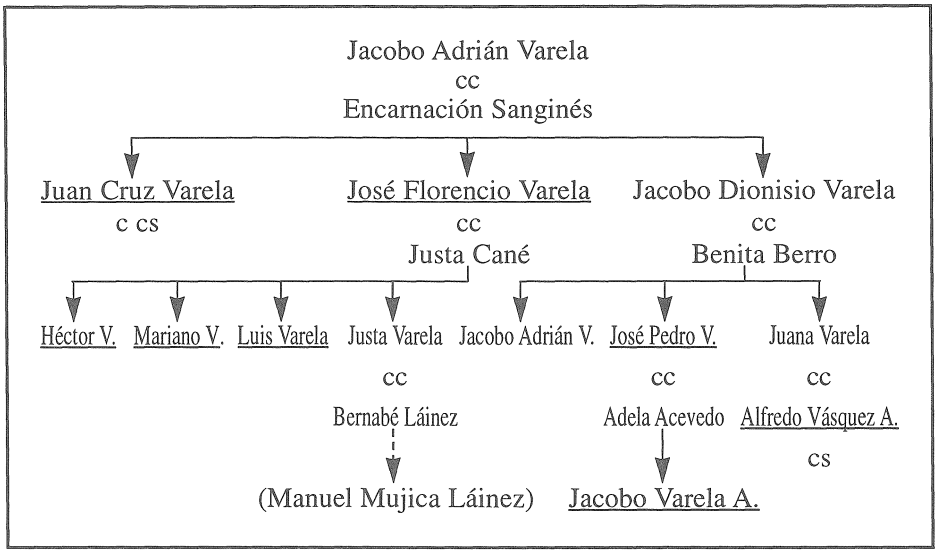
3.2.3.1. Origem do nome de família

Se bem toponímico, Varela, embora seja dos nosos apelidos mais enxebres, é de difícil dilucidaçom etimológica; havendo quem o relaciona com as varas ou bandas ou paus em que consistem os seus atributos heráldicos.

3.2.3.2. Desenvolvimento desta estirpe

Em 1782 chega ao Rio da Prata —na expediçom comandada por seu irmao, o ilustre marino e cartógrafo José Varela y Ulloa (Vilareda, Palas de Rei, 1739-1794)—, o corunhês Jacobo Adrián Varela de Ulloa y Suárez (1758-1818), sendo a missom daquela junto com a sua homóloga portuguesa, fixar no terreno os límites hispano-lusos na América do Sul.

Estabelecido Jacobo Adrián em Buenos Aires como comerciante, destaca como capitám do «Tercio de Voluntarios de Galicia» na rejeiçom da primeira invassom inglesa (1806). A sua progénie pertence, na realidade, a ambas as beiras do Prata, e em ambas tivo exemplares de primeira linha. Vejamos o seguinte esquema genealógico:



Casado com Encarnación Sanginés, Jacobo Adrián Varela tivo, entre outros, a: Juan de la Cruz, Jacobo Dionisio e José Florencio Varela.

Juan Cruz Varela (Buenos Aires, 1794-1839, Montevidéu), foi um dos primeiros poetas argentinos e político. Casado, tivo sucessom.

Florencio Varela (Buenos Aires, 1807-1848, Montevidéu), morto assassinado, foi político, escritor e jornalista. Casado com Justa Cané, tivo a: Héctor Florencio Varela (Montevidéu, 1834-1902) e Luis Varela (Montevidéu, 1835-1911), este, ministro argentino, aqueles, jornalistas de sona, como o pai. Outra sua filha, Justa, casou com Bernabé Láinez e fórom os avós do relevante escritor Manuel Mujica Láinez (Buenos Aires, 1910-1984).

Jacobo Dionisio Varela (Buenos Aires, 1796-1875, Montevidéu), passando a esta capital, casou com Benita Berro e formárom interessante família. Seus filhos Jacobo Adrián Varela (1841-1900), político, ministro e jornalista, e José Pedro Varela (1845-1879), o «Reformador» do ensino e jornalista, figura prócer do

José Pedro Varela, numha nota de curso legal vigente
Fig. 8

Uruguai (fig. 8), casado com Adela Acevedo, tendo a Jacobo Varela Acevedo (1876-1962), político e jurisconsulto. E mais Juana Varela Berro (1847-1883), casada com Alfredo Vásquez Acevedo (1842-1923), como seu cunhado, prohome da educaçom pública (que recuperou, para si e descendência, a versom correcta do seu patronímico galego Vásquez).

BIBLIOGRAFIA SUCINTA

Apolant, J. A. *Génesis de la familia uruguaya,* 2ª ed., Montevidéu, 1975 e 1976.

Crespo Pozo, J. S. *Blasones y linajes de Galicia,* Bilbao/Madrid, 1984 e 1985.

Devesa, J. M. Monterroso. *Dorrego, Güiraldes, Maradona...* ADIGAL, núm. 4, Buenos Aires, 1997.

Docurro Santuandré, P. *Os nossos nomes de família no mundo nom galego-português.* Agália, núm. 34, A Corunha, 1993.

Enciclopedia Universal Ilustrada europeo-americana Espasa, reimpressom, Madrid, 1985.

Fernández de Burzaco, H. *Aportes biogenealógicos para un padrón de habitantes del Río de la Plata,* Buenos Aires, 1986-1991.

Fernández Saldaña, J. M. *Diccionario uruguayo de biografías,* Montevidéu, 1945.

Gran Enciclopedia Gallega, Compostela/Gijón/Vitoria, 1975.

López de Gwegen, J. I. *Coruñeses en la historia uruguaya,* La Coruña, paraíso del turismo, A Corunha, 1995.

López de Gwegen, J. I. *Los coruñeses en la Argentina,* La Coruña, paraíso del turismo, A Corunha, 1996.

Nueva Enciclopedia Larousse en veinte volúmenes, 3ª ed., Barcelona, 1984.

Rivas Quintas, E. *Onomástica persoal do N. O. hispánico.* Lugo, 1991.

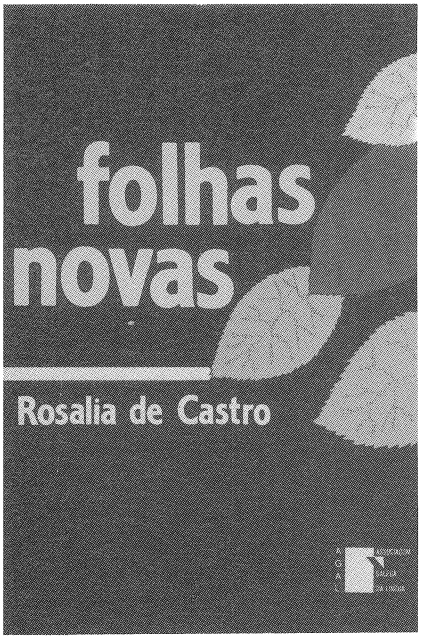
Sábat de Loffredo, M. M. *Don Rodrigo de Quiroga, conquistador de Chile*, Revista del Instituto Uruguayo de Estudios Genealógicos, núm. 15, Montevidéu, 1992.

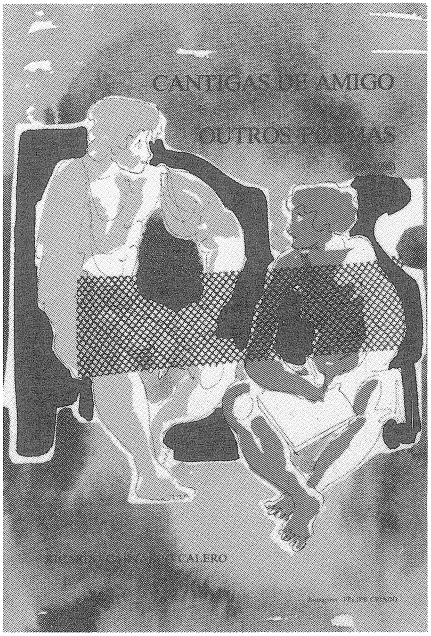
Vilanova Rodríguez, A. *Los gallegos en la Argentina,* Buenos Aires, 1966.

Quadro sinóptico de famílias, com a sua procedência e destino.

PAÍS DE ORIGEM	FAMÍLIA	MUNICÍPIO DE ORIGEM	PROVÍNCIA
1. Colômbia	1. Tenorio	Cotobade	Ponte Vedra
	2. Pombo	Arteixo	A Corunha
2. Equador	3. Nóvoa	Carvalheda d'Ávia	Ourense
3. Peru	4. Pardo	Cenlhe	Ourense
4. Chile	5. Freire	Moanha	Ponte Vedra
5. Argentina	6. Quiroga	O Savinhao	Lugo
	7. Aldao	Arteixo	A Corunha
	8. Biedma	Palhares/Corunha	Lugo/Corunha
6. Uruguai	9. Lamas	Redondela	Ponte Vedra
	9 bis. Lamas	A Pastoriça	Lugo
	10. Pereira	A Corunha	A Corunha
	11. Varela	A Corunha	A Corunha

PUBLICIDADE





Topónimos, antropónimos e outros tópicos antropomórficos

Discurso lido em Vigo, o 12 de Maio de 1998, com motivo do Dia das Letras Galegas, em que se distinguem claramente as maiúsculas das minúsculas

João GUISAN SEIXAS
Vilacide de Baixo

1. PARA UMA FILOLOGIA SUBMARINA

Boa tarde minhas senhoras e meus senhores, ou "donas e cavaleiros", como diria, em galego mais "enxebre" e popular que a minha incompreensível saudaçom portuguesa, algum representante da cultura "oficial". E hoje nom estaria, por uma vez, mal trazida fórmula tão própria para abrir um torneio ou umas justas, dado que vamos falar de língua e literatura medieval.

Toca-me a mim apresentar este acto dedicado a rememorar as obras de três poetas mui afastados de nós no tempo, ainda que próximos no espaço em que, ao parecer, inspirarom as suas composições, que nom é outro que esta mesma ria que, luminosa e impassível, senhora de reis e de reinos, indiferente aos séculos, aos estilos e às modas, comodamente instalada num sofá de veludo verde, se estende agora mesmo às nossas costas.

Sempre me vejo na necessidade de começar este género de alocuções fazendo protesto da minha falta de especializaçom ou competência no tema proposto. E nom gostava de que vissem nisso o velho tópico da "captatio benevolentiae", mas a confissom, clara e sincera, da minha falta de especializaçom e competência neste e em qualquer tema proposto. Se eu pensasse que a especializaçom fosse um valor

em si própria[1], entom estaria a incitar a benevolência. Mas, como eu me orgulho e nom me envergonho de nom ser especialista em nada, e penso se tratar de um dos grandes valores da minha pessoa[2], pois... nada de captatio nem benevolentiae. Todo o mais se tratará de uma "exibitio chulandae" ou como quer que se diga.

E aliás, vou fazer hoje um excepçom e vou romper tão incipiente tradiçom, porque sim... nom me doe reconhecer que, nesta ocasiom sou realmente a pessoa mais indicada para apresentar um acto, como este, em que vamos celebrar a feliz existência de três poetas que se englobam na chamada "escola galego-portuguesa".

Que, por que sou eu, uma pessoa alheia ao mundo académico, a mais indicada para apresentar este acto? Como na cidade em que nos encontramos tem o CSIC um Instituto Investigações Pesqueiras (ou algo assim), vão-me permitir que explique a minha competência neste tema, nom com argumentos tirados da filologia ou da crítica literária, mas da zoologia submarina e, mais concretamente, relativos à taxonomia dos teleósteos.

O Celacanto é, ou era, um peixe fóssil. Um peixe enorme e feiíssimo, com uns olhos protuberantes, uma espécie de corcova no meio da cauda, e todo cheio de escamas. Conhecíamos a existência deste monstro das profundidades, como acabamos de dizer, polo registo fóssil, por essa espécie de grelha em que a mãe Terra gosta de cozinhar os peixes, sobre uma prancha de toneladas de rocha, com outras tantas toneladas de rocha por cima, volta e volta, uns quantos milhões de anos e à mesa... do laboratório, claro está, porque, à nossa mãe Terra, os peixes assim preparados costumam sair-lhe um tanto duros e secos.

O caso é que os mais recentes registos encontrados do Celacanto datavam do Cretáceo, de há cem milhões de anos, crendo-se extinguido desde entom, por nom ser plausível a hipótese de que os gatos do Quaternário nom tivessem deixado nenhuma espinha. Pois bem, em 1938, um barco que pescava nas costas africanas capturou nas suas redes um peixe de uma espécie desconhecida, que foi entregue aos cientistas que entendem dessas cousas, para a sua catalogaçom. Estes, quando o virom, começarom a esfregar os olhos. Nom se tratava de nenhuma espécie nova, mas de uma bem antiga: estavam diante de um Celacanto, e nom de um daqueles Celacantos esmagados no meio de um sandwich de rochas. Estavam diante de um Celacanto vivo, ou que acabava de está-lo, polo menos.

Nom era o monstro do lago Ness. Era, simplesmente, que os Celacantos nom se tinham extinguido no Cretáceo. Tinham continuado a viver nas profundidades marinhas sem nós pedir licença, e isso obrigou a questionar a fiabilidade do registo geológico e as conclusões tiradas unicamente a partir dos dados extraídos dele.

---

1 O qual nom significa que rejeite qualquer classe de especializaçom. É a especializaçom "per se", como valor, o que rejeito. O valor depende da especialidade em que alguém se especializa, e, sobre tudo, do especialista.

2 Isto também nom significa que considere a falta de especializaçom "per se" como um valor. Considero a minha como um valor porque é fruto de uma curiosidade universal, e nom de uma indiferença universal. É a falta de especializaçom de alguém que queria ser especialista em tudo e carece de tempo para isso. Se defendesse a falta de especializaçom como valor absoluto, como algo a que deveria tender todo o ser humano, estaria a converter a falta de especializaçom numa espécie de especializaçom. E nom, o mundo seria tedioso de veras, na mesma medida, se todos fôssemos especialistas e se todos fôssemos "nom especialistas". Tem que haver de tudo e é bom que haja especialistas em diferentes matérias, e nom especialistas que sirvam de nexo de uniom entre os diferentes ramos do saber, algo assim como neurónios e neurotransmissores. O que eu critico, em definitivo, é a teima da nossa sociedade e a nossa cultura actuais para nos converter a todos em especialistas de algo e deixar-nos reduzidos e catalogados numa área restrita do conhecimento. O meu animal totémico é o gato, e os gatos preferem, antes que possuir uma leira ou uma horta, viver ferozmente livres sobre o muro que as separa.

Ora, eu estou esta tarde aqui, para falar de literatura galego-portuguesa, em virtude disso. Nom de biólogo marinho ou paleontólogo: em virtude de Celacanto. E nom tanto porque seja, como ele, um bicho feíssimo, com olhos protuberantes, uma corcova na cauda e o corpo cheio de escamas... Estou aqui porque sou, como o velho e tenaz Celacanto, um fóssil vivo. Um convidado molesto das profundidades do mar, que vem estragar os bonitos esquemas que alguns, auto-investidos como cientistas, tinham elaborado acerca da nossa língua e cultura.

A "escola galego-portuguesa" considera-se que finaliza, por tomar uma referência convencional, em 1354, à morte do Conde de Barcelos, Dom Pedro de Portugal, filho de Dom Dinis, o rei trovador, e o seu último cultivador, protector e mecenas (hoje diríamos "sponsor"). Mas acontece que há menos de seis meses, este que lhes fala, João Guisan Seixas, escritor galego com vinte anos de experiência acreditada, ganhou um premio literário em Portugal e em português: o I Prémio Eixo Atlântico de Textos Dramáticos. Um escritor galego, de repente, escreve uma obra em português e ganha um prémio. Eu penso que é um momento um pouco semelhante àquele em que o Celacanto começou a tirar a sua cabeça fora da água sem acertar a compreender a estranha transformaçom que tinham experimentando os dinossáurios que deixara no Cretácico, para se converterem naqueles barcos pesqueiros com bandeira e chaminé.

Eu apresentara-me ao Prémio Eixo Atlântico, antes para poder concorrer com outros escritores galegos (o certame era "bilingue") que para concorrer com autores portugueses, porque eu sou lusista e escrevo em galego com ortografia portuguesa (que nom é exactamente o mesmo que escrever em português mas também nom é exactamente diferente) e por essa causa nom podia, nem posso, apresentarme a nenhum certame literário neste Estado livre, democrático e plural[3]. Algum crítico (se, por uma dessas gralhas inevitáveis aparece escrita no seu lugar a palavra "cítrico" nom se deveria pensar que se tratava de um erro exagerado) se apressou entom a dizer: até aqui chega a sua obra "galega", e a partir de aqui começa a sua obra "portuguesa". Eu, porém, que conheço a minha obra (e a minha língua) "desde dentro", nom consigo ver a costura em que estabelecer essa fronteira. Para mim escrever em português foi só mudar de norma, nom de língua. Uma mudança bastante menor da que experimentei ao deixar de utilizar o galego com ortografia espanhola, para escrever neste com ortografia portuguesa.

Bom, na verdade, tem suposto também a exigência de uma maior correcçom linguística. Agora, que estou a falar em "galego" estou dentro do reino do "vale tudo". Bastaria que tivesse começado a dizer "Eu coido que..." e seguisse a falar

---

3 Isto poderia interpretar-se como uma proclama "batasúnica", e nom gostava. Considero que todo esse palavreado "democrático" com que nos obsequiam os nossos dirigentes é falso. Mas deveria acrescentar, "desgraçadamente falso". Quando, num assunto "ortográfico", um simulacro de governo (como a "Xunta") nom tolera a menor dissidência e desprega uma capacidade de controlo de que carece noutros campos (por exemplo para negociar um aumento na produçom de leite) para esmagar ou silenciar o discrepante, é preciso duvidar da sinceridade dessas manifestações "liberais", que antes parecem "labiais". Mas, contudo, ainda nom nos mandaram executar. Preferem guardar as formas, e eu quero, já que nom posso aplaudir a sinceridade dos seus protestos democráticos, aplaudir, polo menos, este cinismo. Os outros disparam tiros na nuca com total sinceridade, e se lamento, nuns, a falsidade com que defendem a democracia, com tanta ou maior força lamento, nos outros, a autenticidade com que defendem a violência. Se alguém pretendesse reduzir todas as alternativas a Aznar ou Herri Batasuna, com grande dor da alma escolheria sem duvidar Aznar. Isto di-lo uma vítima da intolerância de "uns", que nem por isso se sente solidária com "os outros", mas com as vítimas da intolerância dos "outros".

em castelhano (à González Laxe). Quando entras, porém, no domínio do português, entras no da correcçom linguística. Nom é que sintas por isso a presença de um guarda urbano invisível atrás de ti (como na correcçom linguística administrativa que padecemos) nem um "Pepito Grillo" ou "Pepinho Grilo" (estão a ver como em "gallego" vale tudo[4]?) que te segreda na orelha as formas correctas (como na correcçom linguística auto-imposta dos "falantes conscientes"). Entras no domínio da correcçom linguística verdadeira, da única que pode funcionar, a "correcçom linguística linguística"(sic.), nom administrativa nem pessoal. Sentes a presença de uma comunidade de falantes de milhões de pessoas, multiplicada, como em perspectiva, numa continuidade de séculos. Isso é uma norma: uma evidência. Uma evidência transparente, se se quer, mas uma evidência, cuja existência nem sequer te questionas. Por isso penso ter sido generoso ao falar do português como de "mais uma norma do galego". Quanto a mim, é a "única norma", linguisticamente possível, do galego. A única linguisticamente possível, para além do espanhol, que é também uma norma coerente, evidente e contundente, que vem sendo, se disfarce como se disfarçar, a norma linguística do galego até à data.

Mas já estou a deixar-me levar pola paixom, e isso nom é próprio de um animal de sangue frio como o Celacanto. O importante é que, nom encontrando especiais fissuras linguísticas ou literárias entre a minha Obra (o conjunto das minhas obras) em galego e a minha obra (a minha única obra) em português, resulta que, 644 anos depois da data em que se considerava extinguida a espécie, aparece intempestivamente, e mais ou menos vivo, um escritor que pertence, ao mesmo tempo e numa continuidade indissolúvel, à literatura galega e portuguesa, quer dizer à literatura "galego-portuguesa". Esse sou eu: um Celacanto, um fóssil vivo.

Por isso nom se estranhem se percebem, por vezes, um certo tom amargo na minha voz. É a peculiar maneira que temos de falar os fósseis, com o pó de tantos séculos acumulado na garganta, e a língua a desprender uma poeira fina a cada sílaba.

Nom estou aqui, porém, para lhes amargar a tarde mas, antes ao contrário, para tentar lhe dar um toque mágico. É que nom reparam na feliz casualidade? Aqui diante está um fóssil vivo, um escritor galego-português autêntico, e às nossas costas se estende a mesma ria de Vigo que inspirara as suas composições... Havia séculos que nom se produzia uma tal conjunçom. Em qualquer momento podem começar a surgir daquelas águas, de modo espontâneo, cantigas, como o faziam outrora, pois naquele tempo as cantigas pululavam neste mar como em época mais recente o faziam o lorcho e as sardinhas. Que estão a fazer aí sentados? Corram polas barcas e os aparelhos! Talvez por baixo da superfície azul e brilhante da ria se escondam muitas cantigas que ninguém escreveu, que ninguém nunca leu nem ouviu, mas que, como aquele "Celacanto", a pesar disso existem. Como é possível

---

4 Ignoro, neste instante, como se chama, na traduçom portuguesa, esse bicho verde que na versom original do célebre filme de Walt Disney "Pinocchio" se chamava Jiminy Cricket, e que eu conhecim na sua versom espanhola. Come-me a curiosidade, mas é de saber como seria traduzido para o galego "oficial". E isso só já resulta suficientemente revelador. O "galego" é a única língua desta Galáxia em que se pode formular a pergunta: "Qual é o nome oficial de Pepito Grillo?" (estou, de facto, a imaginar a cara do exdirector de um meio de comunicaçom em que trabalhei, e que me expulsaria dele por "lusista", a colocar esta questom ao seu assessor linguístico, ou "assessor-linguista", como eles próprios gostam de se chamar). Desde aqui proponho uma denominaçom inequivocamente autóctone para resolver o delicado dilema da sua traduçom galega: Henrique Monteagudo.

que entre tantas especialidades, ramos, disciplinas e interdisciplinas da linguística, nom se tenha ainda inventado uma que se chame "filologia submarina"?

(O orador observa o público e, depois de comprovar que ninguém se levantou do assento, armado de rede ou cana, prossegue:) Como vejo que daquela raça de poetas-marinheiros vai ficando pouca cousa hoje em dia, vamos ter que recorrer ao mais moderno procedimento do serviço a domicílio. E como parece que nom se querem molhar esta tarde, vamos-lhes servir o peixe na casa. Mas nem por isso vamos deixar de servir-lhes, como é natural, "celacantos", que, dado que começamos a ter certa familiaridade com eles, vamos-lhes chamar simplesmente "cantos", deixando as "celas" para as prisões e os "celas" para Padrom. Vamos-lhes servir hoje aqui "celacantos" ou "cantos", frescos, as mais frescas cantigas de há mais de setecentos anos, igual de vivas que se fossem de hoje, na sua mesa.

Reunimo-nos para homenagear três poetas galego-portugueses cuja obra se supõe (insisto) que foi inspirada polas águas desta ria. Som eles Martim Codax, Meendinho, e João de Cangas, e, entre outras, a melhor homenagem que lhes vamos render é a de ouvir, mais uma vez (e quantas nom se terão repetido?), aquelas cantigas tão velhas em lábios bem recentes. Um milagre que nom se escreverá, amanhã, em letras grandes na imprensa, mas que deveria ser considerado, cientificamente, como algo tão inaudito como a captura de um Celacanto vivo. Palavras que escreverom pessoas que morrerom há mais de sete séculos, que vão ser repetidas aqui, hoje, esta tarde, na mesma ordem, com a mesma intençom e o mesmo sentido, com que eles as escreverom. Nom lhes parece milagre suficiente?

Resulta daí que essa língua galego-portuguesa, que alguns criam morta, ou desejavam ver enterrada, é uma língua viva. Uma língua tão viva como esta língua de carne e osso (e desculpem a incorrecçom fisiológica) que vai logo recitar. Porque, se essa língua é capaz de mover, a nossa língua, os nossos lábios, e nom só... se é capaz de modificar o ritmo e a frequência do curso do nosso sangue... se é capaz de, apesar de certas palavras que caírom em desuso, de certas expressões que achamos antiquadas, de nos emocionar ainda, de nos acelerar o coraçom e nos estremecer a pele... senhores doutores da sua própria estupidez, tragam agora os aparelhos necessários para nos fazer electrocardiogramas, electroencefalogramas, scanners... tomem-nos a todos nós o pulso e a tensom. Se todos nós estamos vivos, e ainda muito mais vivos ao ouvir essas cantigas, é porque essa língua está viva. Se repetem esta experiência em Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, e Timor Leste, e em todas as ocasiões comprovam que eles estão vivos e que, a pesar de acharem estranhas, como nós, algumas palavras e expressões, há respostas electrónicas evidentes (produzidas por uma actividade cerebral específica) durante o recitado e audiçom destas cantigas, será porque está língua está viva também neles, porque esta língua galego-portuguesa em que aqueles poetas escreverom e que eu estou a falar, e a escrever hoje em dia (de uma ou outra maneira, pouco importa) continua viva.

2. POETAS COM "DENOMINACIÓN DE ORIGEN"[5]

Mas sou um Celacanto, um convidado incómodo, que emerge das profundidades só para romper as malhas e os esquemas com que se pretende capturar a vida (e a vida nunca é aquilo que se captura, mas aquilo que foge). A celebraçom do Dia das Letras Galegas vem sendo "dirigida" pola Real Academia Galega, que determina o escritor, neste caso os escritores, homenageados em cada ano. Neste ano 98, como nom se atreverom a dedicar-lho a Valle-Inclán, escolherom estes três poetas da ria de Vigo. Nada mais natural, poderia pensar a gente, dado que o novo presidente dessa instituiçom é de Vigo, e se Ourense tinha ofertas públicas de emprego "de amigo", Vigo poderia ter, polo menos, cantigas "de amigo"[6].

Eu penso vislumbrar, porém, por trás dessa decisom, a sombra de uma outra personalidade mais maquiavélica[7]. Estou a vê-lo com toda nitidez, a enfatizar as sílabas com "erre" ou com "esse", a dizer: "essa tríade de poetas da Ria". E parece-me que "essa tríade de poetas da Ria" o que pretende é disfarçar, com a sua localizaçom, um certo "localismo" ou provincianismo. E nom estou a referir-me a Leri, nem ao desejo, por outro lado hoje em dia mui estendido, de constituir uma nova província[8]. Estou a referir-me a uma classe de provincianismo maior. Um provincianismo quatro vezes maior. Um provincianismo de quatro províncias, que alguns confundem com um certo "nacionalismo" ou "galleguismo". Um "tetraprovincianismo", podíamos dizer. O provincianismo "pequeno" pode resultar até encantador. Quando cresce é que se torna nojento. E neste caso parece-me que se pretende utilizar a sem igual formosa Ria de Vigo (e em especial esse fundo com a ilha de São Simom, que constitui uma das demonstrações mais palpáveis da inexistência de Deus, porque se existisse teria posto aí a rubrica às doze da noite do sexto dia) como escudo de uma mui torpe operaçom para separar o "nós" do "eles".

Há muitos anos o grupo catalão Els Joglars (que, quando menos polo nome, nom parece estar aqui fora de lugar) foi julgado e condenado por representar uma obra, "La Torna", baseada numa história colateral à da execuçom do anarquista Puig Antich polo regime de Franco. A palavra catalã "torna" significa uma quantidade suplementar de trigo que se mói para ajustar a maquia (o pagamento da moagem) a algarismos "redondos", um pouco como esses comerciantes que nos devolvem selos ou caramelos que nom lhes pedimos, porque lhes acabou o troco. A "torna" da execuçom de Puig Antich foi um mendigo holandês, à pressa julgado e condenado por alguns crimes que a polícia tinha sem resolver, com o único pro-

---

5 Vid. nota 14.

6 Que estes senhores devem pensar que som aquelas precedidas de uma notinha que reza "estimado amigo: acompanho uma cantiga que escreveu meu sobrinho, que, como vê, é um rapaz mui prometedor, que até me prometeu um soneto panegírico se conseguia a sua publicaçom..." Neste sentido, os recentes "affaires" nas ofertas públicas de emprego de Ourense nom se devem considerar como uma amostra do nosso tradicional "caciquismo", mas como uma sobrevivência de uma tradiçom cultural ainda mais antiga. Um singular esforço, que alguns nom compreendem, por poetizar a burocracia, por estender pola cinzenta geografia de convocatórias e boletins a seiva e o perfume da nossa melhor veia lírica: ofertas públicas de emprego "de amigo", "de amor" (casto e familiar, como deve ser) e, em geral, "de escárnio e maldizer".

7 O orador empregou neste momento um tom especialmente enfático, com certo arrastar de "esses" e "erres", ao tempo que esfregava as mãos com uma característica veemência.

8 Quanto a mim, Galiza já tem províncias a mais. Porque, sejamos sinceros: na Galiza províncias de verdade só há uma, que é Lugo.

pósito de os justiçar conjuntamente e poder equiparar, assim, o anarquismo com o roubo e o assassínio, e demonstrar que se tratavam ambos os casos de delinquentes comuns e nom políticos.

Na nossa "tríade de Poetas da Ria" parece-me que há também uma "torna". Porque, ainda que Martim Codax é sem dúvida um dos nossos grandes poetas e Meendinho, com a sua única cantiga, é o poeta universal com maior Obra em menor espaço[9], e por isso som merecedores de vários dias, e mesmo meses e anos, "das Letras Galegas" (com maior motivo que o que levou ao Arcebispo Lago, a Aquilino Iglesia Alvariño e ao 90% dos autores até hoje homenageados, a merecerem um dia só), esse triste João de Cangas, autor de três cantigas "de género", que só se distinguem de quaisquer outras polo nome da ermida a cuja festa estão dedicadas, nom está à altura deles. Claro que, considerando a qualidade literária média dos autores a que se lhe tem dedicado até hoje o "Dia das Letras Galegas", quem estão de mais som Meendinho e Martim Codax, e João de Cangas é o único que merece figurar na lista, se nom fosse que nela aparecem também nomes como Rosalia Castro, Álvaro Cunqueiro e Afonso X, por exemplo.

Por que esta disparidade de figuras para compor uma "tríade", que lhe dará muito gosto pronunciar ao nosso particular Maquiavel, mas é uma "tríade" coxa? Como logo se verá, as "tornas" acabam sempre descobrindo precisamente aquilo que se pretendia ocultar. E é que resulta que este João de Cangas nem sequer cantou a Ria de Vigo, mas a de Pontevedra, pois a ermida a que supostamente se referem as suas cantigas é a de São Mamede, em Bueu. E se é o lugar de nascimento (e nom o evocado na obra) o que se pretende que ligue esses três jograis, nenhum dado certo temos de que nem Martim Codax nem Meendinho (ainda que tivessem cantado o seu mar) fossem naturais da mesma Ria em que se encontra Cangas do Morraço. E se nom consideram tão importantes todas estas miudezas jurisdicionais, como é que nom incluem entre os homenageados o poeta almirante Paio Gomes Charinho, cujos restos repousam na mesma ria que banha a ermida que cantou o de Cangas, e cuja Obra resulta de bastante maior profundidade marítima e altura poética que a dele? Claro que, se tivessem escolhido para homenagear "os poetas do mar", sem mais, como nom ia entrar no conto João Zorro, cuja nacionalidade desconhecemos, e que cantou o encontro do mar e o rio na costa lisboeta?

Pense-se um momento em que aconteceria se se tivesse escolhido, para protagonizar este dia, Martim Codax ou Meendinho, a título individual e só por ser o que som: grandes poetas medievais. Alguém sempre poderia dizer que, sem duvidar dos méritos destes, existem outros poetas medievais de maior relevo, que deveriam precedê-los na ordem dos autores que significarom algo no desenvolvimento da nossa literatura. E embora o ciclo de cantigas de Codax, junto com o de Pero Meogo, constitua um dos exemplos mais formosos dos cancioneiros, e a pesar do carácter singular e extraordinário da única cantiga de Meendinho que tem chegado até nós, é preciso reconhecer que o Rei Dom Dinis, o primeiro de Portugal deste nome, é também o primeiro dos nossos poetas medievais, pois é o autor, sem dúvi-

9 O poeta que "produziu mais beleza por centímetro quadrado de papel" poderíamos dizer com critérios estatísticos. Um autêntico exemplo para todas as gerações de poetas actuais.

da, da Obra, no seu conjunto, de maior entidade entre todos os poetas ali presentes, sem esquecer o dado de que lhe devemos, mui provavelmente, a compilaçom inicial das cantigas, e que, se nom fosse ele, uma boa parte dessa tradiçom lírica nom teria chegado até nós. Quer dizer, que lhe devemos, para além das suas próprias cantigas, as de Pero Meogo, as de Meendinho e as de Martim Codax. Por isso, se o Dia das Letras Galegas pretendesse comemorar, a sério, e em ordem de importância, aqueles autores que contribuírom para dar brilho à nossa literatura e forma à nossa língua, o Rei Dom Dinis, nom só deveria ter recebido homenagem antes de qualquer poeta medieval: teria que ter precedido à própria Rosalia Castro, porque ele representa o primeiro amanhecer, e o mais esplendoroso, da nossa literatura e da nossa língua.

Claro que isto colocaria graves problemas diplomáticos, e de toda a classe. Basta considerar o que aconteceria como consequência do costume tradicional de irem os membros da Academia celebrar o dia ao lugar de nascimento ou vida do escritor eleito. Imaginam os nossos académicos a desembarcarem em Lisboa para celebrar ali o mais radiante dos Dias das Letras Galegas? Nom os considero capazes de tal façanha. Depois da chegada do homem à Lua ou de Colombo a América seria uma das mais arriscadas aventuras "mentais" da história da humanidade. A ideia pode mesmo fazer despertar sorrisos. Mas essa seria, precisamente, uma concepçom séria e "científica"[10] da nossa literatura e das nossas letras. Que razom objectiva pode haver para classificar Dom Dinis numa tradiçom literária e linguística diferente de Meendinho ou Martim Codax? Por ser Rei de Portugal? Teme-se, por acaso, algum conflito diplomático? Se se tivesse chamado Pepinho das Burgas e tivesse escrito exactamente as mesmas cantigas, poderia merecer entom tal distinçom? Que estamos a falar, de língua e literatura ou de defesa nacional? Estamos a falar dos cancioneiros medievais ou da lista telefónica? E sobre tudo, porque razom nom se lhe pode dedicar o dia das letras galegas ao Rei Dom Dinis de Portugal, quando já se lhe dedicou (e que perca eu a mão inteira se algum dia alçar o índice acusador por esta causa) a um rei que se chamava Afonso X de Castela[11]?

---

10 Sempre coloco esta palavra entre aspas, porque nom quero que se interprete no sentido fetichista, e pouco "científico", com que se costuma empregar, na acepçom de "cousa própria de técnicos especializados que falam com palavras esdrúxulas". Para mim o domínio do "científico" começa, precisamente, no das cousas sensíveis e evidentes, e entranha, sobre tudo, a ideia de um conhecimento baseado nos dados da realidade e nom em quaisquer a prioris ideológicos ou critérios de autoridade.

11 O seu avô, por certo. E se um rei castelhano que cultivou a lírica galega, merece ser protagonista do Dia das Letras Galegas, vai-se-lhe negar esse duvidoso honor a um neto dele, de categoria literária bastante maior, por ser rei português? Ou é que há algum "sábio oficial" capaz de estabelecer alguma fronteira entre a língua que empregarom um e outro? Dentro do repertório de anedotas da filologia se deve contar, com efeito, a disputa estabelecida, com motivo das primeiras edições impressas das Cantigas de Santa Maria, acerca da língua em que estavam escritas: se devia chamar-se galego ou português, chegando-se, no paroxismo do ridículo, a tentar demonstrar que era galego por uma só palavra: "denosinha", denominaçom popular de certo quadrúpede nocturno, que o Rei Sábio, a pesar de o ser, qualifica de "cavalo", e que em português padrom se chama "doninha". Quer dizer que se reconhece que, numa colecçom de 420 composições, as únicas diferenças possíveis entre galego e português se reduzem a duas letras ("e", e "s") que separam "denosinha" de "doninha" . E o assunto resulta tanto mais penoso porquanto o próprio autor declara que esse é o nome que os galegos dão ao tal "cavalo", o qual situa o termo, precisamente, como um particularismo dentro do âmbito da "língua geral" em que escreve. Mas na capa do principal manuscrito que se conserva delas, o códice Escurialense T.I.1, uma mão castelhana do século XVIII tinha resolvido de forma muito mais contundente tão árduo dilema: "Cantigas y milagros de Santa Maria en lengua portuguesa, digo en gallego, por el Rey D. Alonso el Sabio. Está descabalado". Sem que saibamos se isto último se refere ao livro ou ao idioma em que aparece escrito.

Acontece, aliás, que eu encontro "mui galega" a poesia de Dom Dinis. E digo-o admitindo um certo sentido preconceituoso do termo com que se pretende caracterizar um género de cantigas de forte sabor popular ou tradicional. Convém-se em admitir, por exemplo, que Pero Meogo deve ser galego, sem nada se saber da sua vida, tão só porque a sua poesia recende a um mundo mágico e antigo. Para a nossa desgraça, Dom Dinis é um dos escassos trovadores "com biografia", por causa do seu particular ofício. Se nada soubêssemos dele, seria tido, por um processo similar ao de Meogo, por autor de inegável ascendência galega. Acontece, afinal, um pouco como na poesia profana do seu nom menos régio e menos ilustre avô, que acabamos de mencionar. Talvez um trovador de confusa filiaçom tentaria dar um ar mais nobre e mais sofisticado às suas cantigas. Mes estes Reis poetas, sentindo-se livres de qualquer suspeita de plebeísmo, tentarom, ao contrário, dar o ar mais popular que souberom às deles. Entre as Cantigas de Escárnio de Afonso X, por exemplo, encontramos algumas das mais obscenas e irreverentes. Dom Dinis, da sua parte, é autor de uma famosa "alva": "Levantou-se a belida /levantou-se alva/ e vai lavar camisas/ eno alto/ vai-las lavar alva...O vento lhas desvia/ levantou-se alva/ meteu-se alva em ira/ eno alto/ vai-las lavar alva" (V 172, B 569[12]), cantiga que para além da evidência da sua formosura, desprende todo esse aroma rural e maravilhoso que tanto nos "cheira a galego". Consciente ou involuntário, um dos seus encantos nom menores radica no jogo de "as", "eles" e "vês"; "vai-la lavar alva...", que por momentos que evoca esse estribilho "alalá", que dá nome a um dos nossos cantos tradicionais. Mas a mim o que me lembra é, antes do que isso, uma cantiga bem popular nas festas de home em dia: a mais que conhecida *(o orador, seguindo o compasso com os dedos sobre a mesa, começa a cantar destemperadamente)* "Mira Marujinha/ nom vais à erva/ que vem o vento/ e toda cha leva/. Toda cha leva/, leva-cha toda/ mira Marujinha/ nom seas tola!".

(Depois do preceptivo "aturuxo", prossegue sem música). Bem sei que, entre os eruditos, se vem aceitando, como por simples convençom, a ideia de que a lírica medieval nom tem deixado marcas salientáveis na nossa poesia popular, como se todo o mundo das cantigas fosse tão literário e intelectual como o é a nossa maneira de nos aproximar dele. A comparaçom que acabo de realizar, com certeza também terá despertado algum sorriso. Como vão ter nada a ver essa cantiga antiga de um Rei morto (para além de português), conservada em manuscritos poeirentos, que só homens mui sérios armados de grossas lupas podem decifrar, com estoutra cantiga, actual e festiva, que qualquer pessoa sem estudos pode ouvir em qualquer taberna da Galiza? Como mentalmente temos "arquivado" umas e outras cousas em caixas diferentes, parece que é materialmente impossível qualquer nexo de uniom. E aí vem o autêntico valor da palavra "científico". Porque o "científico" é o que há de comum entre uma e outra, ainda que seja tão evidente que se necessitem métodos bem pouco sofisticados para o apreciar. Existe, nom um, mas vários nexos de uniom. Nom só o tema central, essa intervençom do vento que torce os planos, aparentemente inocentes e domésticos, da protagonista. É também o sentido, mais que duplo, ambíguo, dessa referência, com, nom sabemos mui bem por

12 A partir de agora V: Cancioneiro da Vaticana, B: Cancioneiro da Biblioteca Nacional.

quê, certas conotações sexuais, e uma vibraçom, assim mesmo confusa e indecisa entre o lirismo e a picardia, que relaciona ambas, aliás, com a atmosfera das cantigas de Meogo. É também a presença, nessa cantiga popular, de toda uma bateria de recursos típicos da lírica medieval. Há o seu paralelismo, o seu "leixa-pren"... Há, mesmo, a sua "palavra perduda" (uma palavra final que nom rima com nenhuma outra, e neste caso poderíamos falar mesmo de "palavra órfã", porquanto é a única palavra final que nom participa nem da rima nem do esquema paralelístico geral). E tem, sobretudo, toda a magia e todo o encanto da poesia medieval no uso que fai dela. Porque a "palavra perduda" (neste caso "órfã") resulta ser, precisamente, aquela sobre que gravita o sentido do poema: "vento". A subtileza daquele artifício medieval radica em que essa palavra que parece que deixamos como esquecida, como fora do conjunto, se converta na palavra protagonista. Uma palavra que nom rima nem casa com nenhuma outra, porque "rima" e "casa" com o conjunto da cantiga. A seu redor "gira" (de um modo físico quase) todo o esquema de repetições. Parece que a cantiga "voa" numa direcçom, até encontrar a palavra "vento", que a empurra em direcçom contrária, e o texto começa a se mover como "marcha atrás".

Há alguns outros casos que acodem agora à minha mente, dada a minha condiçom anfíbia de frequentador do mundo dos livros e do mundo real, e muitos mais apareceriam depois de um estudo mais rigoroso. Essa deliciosa "meta-cantiga" dialogada de Estêvão Coelho (uma miniatura de 13 versos cheia de movimento e vida) que começa "Sedia la fremosa/ seu sirgo torcendo/ sa voz manselinha/ fremoso dizendo/ cantigas de amigo" e em que o autor fala, como a romper um véu mágico, com a sua protagonista, para lhe dizer "Par Deus de Cruz, dona/ sei eu que havedes/ amor mui coitado/ que tão bem dizedes/ cantigas de amigo" (V 321, B 720)... nom vos fai lembrar, por exemplo, aquela outra cantiga popular que diz *(O orador rompe a cantar de novo)* "Carrinho que quando cantas/ é quando levas mais peso/ muita carga levar deve/ meu coraçom cantadeiro", *(voltando à prosa)* embora, neste caso, a semelhança resida no significado último e nom tanto na forma dos poemas, sem que o recurso ao diálogo nom deixe se lhes dar, contudo, um certo parentesco.

Estêvão Coelho especula-se, porém, com que tivesse sido filho, ou descendente, do trovador e nobre português João Soares Coelho, de larga representaçom, aliás, nos cancioneiros, e, como consequência, as semelhanças entre uma e outra cantiga nom seriam politicamente correctas. Curiosamente estas duas ligações (tão evidentes que nom tivemos que procurar muito) entre a lírica medieval e a poesia popular galega actual, temo-las estabelecido com dous autores de que nom temos o menor indício (e, no caso de Dom Dinis, de todo o contrário[13]) de que

---

13 Para acabar de complicar as cousas, haveria que lembrar que sempre subsiste a suspeita de que as cantigas destes Reis Trovadores (quer Dom Afonso de Castela, quer Dom Dinis de Portugal) nom tivessem sido realmente compostas por eles, mas por poetas da sua corte, e que os monarcas só pusessem ali a sua assinatura, num paralelo poético daquilo que acontece hoje em dia com as leis nas monarquias parlamentares. O qual nos levaria a ter que estender a indeterminaçom acerca da nacionalidade real dos seus autores, mesmo a estes casos singulares de trovadores com "passaporte" certificado. E nom me fai menos feliz estender a indeterminaçom acerca da nacionalidade, galega ou portuguesa dos autores reais destas régias cantigas, como a indeterminaçom acerca da sua origem mesmo castelhana, aragonesa, catalã, provençal, piemontesa, e oxalá que pudesse chegar a ser mesmo senegalesa ou escocesa.

tivessem sido naturais deste lado do Minho. Poesia antiga portuguesa, cousa de eruditos, de mortos e estrangeiros: como vai ter algo a ver com cantigas populares que podemos ouvir, ao vivo e sem necessidade de prévio estudo, em qualquer recanto do país?

Que se possam estabelecer ligações deste género é que se pretende evitar, penso, com a presente convocatória do Dia das Letras Galegas. Os nossos eruditos do grelo, da lama, da bosta e da galocha, gostariam de anunciar: vamos dedicar este ano o Dia das Letras Galegas a todos os poetas da escola galego-portuguesa de que tenhamos provas de terem nascido e escrito nestas quatro províncias (porque se trata, como vimos, de um tetra-provincianismo), deixando os documentados como portugueses para o Dia das Comunidades Portuguesas, e os indocumentados (a maioria) para o Dia dos Números Primos ou das Letras Incógnitas ("x" e "y"). Mas ainda têm um pouco de pudor e nom se atrevem a declarar os seus verdadeiros sentimentos. E como nom podem talhar os cancioneiros com a linha ponteada da velha fronteira do bacalhau e do café, empregam o contorno sem igual da Ria de Vigo, como uma espécie de esquadro que guie o curso voraz das suas tesouras. "Se som poetas da Ria de Vigo, estes três som nossos, nom há dúvida", concluem mui cheios de razom, usando como parapeito a coincidência entre as palavras Vigo, Cangas, São Simiom, que aparecem nas cantigas ou nos nomes desses três poetas, com alguns indicadores de trânsito plantados *dentro da sua jurisdiçom*. E como há um vinho alvarinho que se chama "Martín Codax" eles pretendem estender a este poeta e os seus companheiros de homenagem a bilingue "denominación de origen Rías Baixas"[14].

Quando um dos nossos eruditos locais, num arrebato de genialidade, determinou que o português transfronteiriço da localidade estremenha de Valverde de Fresno era galego e nom português, pola simples razom de ter localizado documentos que acreditavam essa zona ter sido repovoada com galegos, confessei sem reparos a minha admiraçom diante tamanha descoberta: o galego era a única língua da Galáxia que se transmitia por via genética[15]! Algo assim subjaz na nossa

---

14 Respeitosos com a legalidade vigente, preferimos escrevê-la nesse colorido "castrapo" típico das denominações e documentos oficiais, antes que ousar empregar uma terminologia portuguesa como "Regiom Demarcada Rias Baixas". Parece que tem "como mais gancho" e altura literária isso de ir escrevendo uma frase em castelhano puro e logo, de repetente, no fim, como pendurada do ponto, zás!: uma palavra galega que demonstra que todo o anterior era uma expressom "enxebre". É como o outro dia num supermercado com os rótulos bilingues (suponho que subsidiados à conta da "normalizaçom linguística"). Eu ia com o meu carrinho e lia "Perfumería" e em baixo, "*Perfumería*" (a cursiva é deles), "Deportes" e em baixo "*Deportes*", etc. Ainda bem que, ao chegar a "Chocolates y Galletas", aparecia "*Chocolates e Galletas*", o qual me permitiu diferençar nitidamente as primeiras "Perfumería" e "Deportes" das segundas. Entom entendim, por fim, que o galego oficial nom é um calco servil do castelhano —o tipo de letra é diferente— e que o processo de normalizaçom linguística fica reduzido a uma cousa bem simples: a escrever as mesmas palavras que em espanhol — mas em cursiva.

15 Nem é preciso dizer que as teses deste erudito (ou "erudinho" que parece mais galego) nada têm a ver com os trabalhos da escola de Cavalli-Sforza relativos à relaçom entre grupos genéticos e linguísticos, ainda que poderia servir como caricatura que nos permitisse compreender que procurar uma relaçom demasiado estreita entre genética e linguística só pode conduzir a conclusões exageradas ou delirantes, das quais a do nosso "erudinho" se teria convertido, sem o saber, em todo um precedente internacional. Um código linguístico pode-se transmitir, evidentemente, pola mesma via que o código genético: de pais a filhos, mas pode-se transmitir também por infinidade de vias que nom implicam consanguinidade. E, sobretudo, a evoluçom de um e outro seguem pautas, ritmos e processos radicalmente diferentes, e em muitos casos contrapostos. A evoluçom da língua, como a da cultura, segue uns critérios Lamarckianos ou pre-Darwinistas, enquanto a selecçom natural governa a variaçom genética. Os pais transmitem aos filhos nom só a parte de língua que herdaram dos seus, modificada de forma aleatória. Transmitem também aquela que adquiririrom. Linguisticamente podemos ter mais de dous pais, e herdar caracteres nom só deles, mas também de irmãos, de tios, de desconhecidos, e mesmo dos nossos próprios filhos.

triste e traidora tríade. Que é o que une poetas tão desiguais, de lugares provavelmente desiguais, que cantarom provavelmente lugares desiguais? Vamo-lo dizer com a claridade e a franqueza que essas mentes maquiavélicas nom costumam utilizar: que nom som portugueses, ou polo menos isso supõem, polos preconceitos pouco científicos que os animam, as nossas autoridades académicas. E nom havendo maneira de distinguir, com critérios fundados na Linguística ou na Estilística, os autores galegos dos portugueses, na nossa lírica medieval, acode-se, sem remorsos, à Toponímia.

Mas esse recurso, para além da pobreza espiritual que testemunha, nom deixa de produzir efeitos contrários aos desejados. Isso aconteceu, por exemplo, com João Garcia de Guilhade, ou de Guiliade, autor de uma das mais tristes despedidas de amor dos cancioneiros e de todos os tempos[16], cuja localizaçom se pretendeu demonstrar em base à coincidência do seu apelido com um topónimo, primeiro galego, mais tarde português, com o qual só se conseguiu demonstrar uma cousa: a unidade fundamental da toponímia galega e portuguesa, dado que Guilhades ou Guiliades existem a ambos os lados dessa raia que tanto se empenham em retocar —precisamente porque o tempo a esboroa.

Eu queria fazer, aqui, o mesmo que esses "topolinguistas", mas em sentido contrário, porque sempre me pareceu curiosa, e nada científica, a unanimidade que existe na localizaçom destes três poetas, que hoje homenageamos na ria de Vigo, e que nunca deixaria de ser, por isso, um lugar idóneo para os homenagear, igual que o seria para homenagear o Rei Dinis. A paleografia, a diplomática, a filologia (estou a falar das sérias) tentam sempre, segundo a frase feita, "deitar algo de luz" sobre a matéria que estudam. A minha missom, neste acto, é precisamente a oposta: deitar algo de névoa, algo de sombra salutar ali onde convém, porque a beleza de uma ruína radica por igual nas partes que conserva e nas partes que perdeu. A magia da poesia medieval estriba, de igual modo, também nas leituras confusas, nos trechos estropiados, numa neblina de significados que nos permite vislumbrar nela, sejamos eruditos ou profanos, aquilo que a nossa alma apetece ver. Que espírito provinciano poderia, em aras de nom sei que deus dos carimbos, sacrificar um dos aspectos mais mágicos da lírica e da língua galego-portuguesa, que é que um autor (como o citado João Garcia de Guilhade) possa ser, sem contradiçom, oriundo, à vez, de vários lugares diferentes, cantor de duas ou três paisagens num mesmo topónimo, e galego e português a um tempo?

3. DA PÁTRIA LITERÁRIA DE MARTIM CODAX

Vamos começar por Martim Codax, a priori um caso claríssimo. Nas suas cantigas menciona reiteradamente Vigo e o mar de Vigo. Parece inevitável concluir

---

16 Aquela que diz: "Os grandes nossos amores /que mi e vós sempre houvemos/ nunca lhe cima fezemos/ como Brancafrol e Flores/ mais tempo de jogadores/ já safou" e que conclui "e dessa folia toda/ já safou/ Já safou de pão de boda/ já safou" (V 358, B 755). Cantiga tanto mais curiosa por essa referência ao "pão de boda", a tradicional "regueifa" das antigas bodas da Galiza rural, em cuja volta se costumava improvisar cantigas dialogadas (a palavra "regueifa" acabou denominando este género de contenda poética) que lembravam, por sua vez, polas suas regras de composiçom e polo seu tom satírico, aquelas "tenções" da nossa poesia medieval, e os "cantares ao desafio" típicos do norte de Portugal . Mais um "acordo" entre a lírica medieval galego-portuguesa e a poesia popular galega e portuguesa actual.

que era de Vigo, ou polo menos que situou em Vigo o cenário das suas cantigas. Mas falta um pouco de perspectiva histórica. Ainda que resulte difícil de crer, na Idade Média nom existia nem Garcia Barbon, nem Príncipe, nem Urzaiz, nem o Corte Inglês, nem pode que o Berbês. O nome de Vigo procede do latim "vicus" que significava "lugar", "bairro", com um forte componente rural, como de pequeno povoamento rústico que gravita em volta de um assentamento urbano de maior entidade, e de onde deriva a palavra "vizinho" (se fosse "veciño", como pretende a Xunta, talvez o topónimo deveria passar a ser "Vego"). Este "vicus" (que era realmente "uicos", como se sabe) deriva por sua vez do gregos "oikos", que significa "casa", no sentido de mansom isolada, e nom tanto de "edifício". O sonoro nome da "Casa Branca" em grego é "Leukos Oikos". Em grego tinha pois um sentido de "habitaçom rural", ou melhor, mais genérico, de "casa" como unidade de produçom e populaçom, ou "habitat", de onde derivariam também, por via culta, os termos Economia e Ecologia, assim que expressões como "A Economia de Vigo" ou "Os problemas ecológicos da Ria de Vigo" nom deixam de ser até certo ponto, etimologicamente redundantes, se nom fosse que toda a língua, se procurássemos a origem última de todas as palavras, resultaria ser "etimologicamente redundante". A expressom "A Economia de Vigo" é um exemplo de como um significado linguístico é produzido pola re-alimentaçom ou auto-interferência de um mesmo termo original que se encontra consigo mesmo "em diferença de fase" depois de ter percorrido diferentes caminhos. E esta talvez seja a "etimologia" de todo o Universo.

O topónimo Vigo é um topónimo relativamente abundante na Galiza, e suponho que, polo menos, nom estranho a Portugal[17]. Nenhum dado objectivo nos pode permitir pensar que esse Vigo que hoje evoca sem querer a nossa mente ao ouvir tal nome, durante a Idade Media tivesse uma importância maior que qualquer outro. Esse Vigo era entom um pequeno refúgio de pescadores conhecido como "Vigo de Redondela" (Álvarez Blázquez, 1975), vila que gozava, ao contrário, de uma certa nomeada no conjunto do reino, até ao ponto de ser conhecida como

---

17 Topónimos com idêntica origem encontram-se espalhados em toda a Romênia, e nom só. Nom nos surpreenderia saber que o nome da localidade catalã de Vich provenha deste "Vicus", mas nom nos pareceria tão evidente que este mesmo étimo se encontrasse na base de nomes tão ingleses como o do aeroporto londrino de "Gatwick", que poderíamos traduzir do saxom baixo-medieval para o galego alto-medieval como "vigo das cabras". E é que os nomes britânicos costumam perder toda a sua prosápia ao serem traduzidos. Muitas pessoas gostariam de poder dizer que tinham enviado os seus filhos à Universidade de Oxford, mas nom se sentiriam tão orgulhosos de dizer que onde eles iam estudar realmente era a um lugar chamado "Vau de Boi". Por certo, que "ford" e "wick" aparecem também associados no nome de "Wickford" , que constituiria um excelente topónimo para Rande, pois equivaleria, mais ou menos, a "Vau de vigo". O "wick" de Gatwick, com efeito, provém da mesma palavra latina que Vigo, e agora que o Celta joga na Taça da UEFA poderá deslocar-se à Grã-Bretanha sem necessidade de mudar de étimo, o qual parece como que fai mais directa a viagem. Existe ainda, no norte de Escócia, um "Wick" sem cabras, que assim escrito nom pode negar o seu parentesco com o Vich catalão. Os topónimos ingleses acabados em "wick" som de origem saxom ou baixo alemão (como se pode observar na ocorrência de "Brunswick", na Baixa Saxónia, em alemão "standard"; Braunschweig"). Mas, a pesar de a primeira componente do nome ser claramente germânica, conservam, todo o sabor (e mesmo o cheiro) da origem latina da sua terminaçom. Conservam, até, muitos dos traços que acabamos de ver no étimo grego desta forma latina, pois todos contêm alguma referência à economia doméstica e aos produtos próprios do lugar. Temos assim Cowick, Butterwick, Chiswick, Bewick ou Fenwick, que seriam, respectivamente: "vigo das vacas", "da manteiga", "do queijo", "das abelhas" ou "do pântano" (Pezzini, 1981). A pesar de aparecer enquistado nestes topónimos, que muitas vezes têm perdido significado, a palavra "wick" tem tido uma certa sobrevivência na língua inglesa com o significado de "granja", ou mais especialmente de "granja leiteira", como da própria listagem de nomes se pode deduzir. Mas o próprio Shakespeare a emprega ainda, em Hamlet, com o sentido mais extenso de "aldeia". Todas estas digressões acerca da caracterizaçom anglo-saxónica do "vicus" latino, vão ser-nos mui úteis à hora de avaliar o sentido real de "vigo" (Vid. nota 20) nas cantigas de Martim Codax, que já nom sabemos se deveríamos de começar a lhe chamar: "Martim Kodak Instamatic".

"Redondela de Galiza" (poderíamos reconstruir assim o nome completo do nosso Vigo, que seria: "Vigo de Redondela de Galiza"). Hoje em dia, se vimos lendo as cantigas de Martim Codax pola auto-estrada (cousa que nom resulta recomendável), e vemos o nome de Vigo, nom duvidamos que saída temos que colher para ver esse corpo belido bailar no sagrado. Mas na Idade Média as auto-estradas nom estavam tão bem sinalizadas como hoje, e se alguém nos apresentasse um tal Martim Codax de Vigo, a nossa pergunta seria: de que Vigo[18]?

Estando eu, certo dia, na "estación de autobuses" da Corunha, disposto a apanhar um Castromil que me trouxesse até esta cidade em que nos encontramos, anunciarom de modo inesperado a partida de um autocarro com esse destino. Nom era a hora marcada para o meu, mas, na mesma, corrim para o lugar em que o anunciaram, nom fosse ser... Ali encontrei, em vez da cor azul cinzenta da empresa Castromil, o verde e amarelo de Autos el Ideal Gallego, pois aonde ia era a um outro Vigo, muito mais perto da Corunha, na linha de Mabegondo e toda essa parte. Entom lembrei-me de Martim Codax e das suas cantigas, e perguntei-me só para mim: e quem nos assegura que nom se tenham, os nossos eruditos, confundido, como eu agora, de autocarro?

Por que razom ia produzir-se a casualidade de que, entre todos os Vigos possíveis, aquele precisamente que chegaria, com o tempo, a se converter na maior cidade da Galiza, tivesse sido entom o cenário de um dos mais formosos ciclos de cantigas? "Demasiado bonito para ser certo". Desconheço se existe, com efeito, algum outro "Vigo" marítimo dentro da nossa área linguística[19], mas nom penso

---

18 Numa intervençom posterior à minha, o professor Martinho Montero Santalha (um desses "especialistas" autênticos polos que nom posso sentir senom admiraçom e respeito) rectificou, junto com algumas outras, esta tese (ou anti-tese) minha, matizando que existem testemunhos arqueológicos de uma certa povoaçom constante, desde épocas mui recuadas, no território do Vigo em que nos encontrávamos, o qual lhe conferiria um lugar de proeminência entre todos. Se deduzíssemos, porém, (e digo-o com a confiança que me dá que ele me saiba seu devoto aluno "livre") do número de achados arqueológicos, a importância de um determinado assentamento, chegaríamos logo à conclusom de que o "mapa demográfico" da Antiguidade e da Idade Média coincidia de modo alarmante com o actual, e mesmo o traçado da auto-estrada iria transparecendo, inquietante, sobre ele. Uma parte volumosa dos achados arqueológicos relativos à Galiza é devida a trabalhos de obras públicas, construçom etc., e nom a autênticas prospecções arqueológicas. A maior densidade de restos achados nom se corresponde a uma maior densidade ou importância do assentamento humano em épocas pretéritas, mas na actual. Mais uma vez, e como parece que nom podemos deixar de fazer, estamos a ler a história marcha atrás. A emergência deste Vigo sobre qualquer outro produz-se no correr dos últimos séculos. A só ocorrência do topónimo nos indica que, fossem quais fossem os restos pré-históricos ou antigos achados, durante algum momento da Alta Idade Média deveu estar escassamente povoado, porque, caso contrário, nunca teria sido um "Vicus". O nome de Vigo, aliás, nom aparece entre as "pueblas" realizadas por Fernando II ou Afonso IX, a pesar da preocupaçom deste último por repovoar as zonas costeiras dizimadas polos normandos (González López, 1978). Invoca-se, às vezes, o testemunho da Crónica de Froissart em que se lhe denomina "vila" a finais do S. XIV, para abonar a ideia de um desenvolvimento precoce da actual cidade. Mas temos também no tombo de Samos uma referência muito anterior (entre 1020 e 1061) em que se denomina "vila de Vigo" a um outro Vigo, Vigo de Galegos, aldeia próxima a Galegos, em Lâncara, Lugo (Lucas Álvarez, 1986), que nom contava no recenseamento de 1970 com mais que 80 moradores, e nom há razom para pensar que tenha possuído nunca um tamanho muito maior.

19 O próprio professor Montero Santalha, que deu, na sequência da referida rectificaçom, um "autêntico recital" de Vigos, encarregou-se de me confirmar que, com efeito, existiam alguns deles suficientemente próximos da costa como para se converterem em possíveis cenários das Cantigas de Martim Codax, ainda que, nem por isso, deixava de considerar o Vigo em que falávamos, candidato número um. E nom é isso o que mais me importa. Só que estamos, como nos juízos americanos, diante de uma "dúvida razoável", e antes de condenar um português chamado Martim Codax a algo pior do que à morte, que é à inexistência, deveríamos ter uma certeza absoluta. Nem sequer sabemos se na altura em que ele compunha as suas cantigas existiam outros "Vigos" marítimos cujo nome nom tem permanecido até hoje. No "Itinerário de Antonino" (S. III), na via XX, de Bracara Augusta a Asturica Augusta "per loca maritima", aparece, por exemplo, um "Vico Spacorum" que, naturalmente, se pretendeu identificar com a actual cidade de Vigo, tese que já foi refutada há cousa de cem anos (López Ferreiro, 1898). Temos, pois, constância histórica de, polo menos, um "vigo" da antiguidade situado na costa e cuja localizaçom actual desconhecemos. Resulta curioso comprovar, por outro lado, que muitos dos topónimos britânicos acabados em "wick" (Vid. nota 17) se encontram frequentemente na beira-mar ou próximos da

começar a remexer no "Nomenclator" para o encontrar. Em primeiro lugar porque, como já tenho reconhecido, o único que pretendo é "semear a dúvida", diluir na névoa da incerteza essas fronteiras quatro vezes provinciais que alguns estão empenhados em recalcar, precisamente porque se esboroam.

Mas, em segundo lugar, também porque poderíamos, ainda, pôr em causa que se trate mesmo de algum deles. Porque: a palavra "vigo" tem que ser necessariamente um topónimo? Hoje em dia, evidentemente, sim. Mas, que certeza temos de que nom pudesse conservar ainda, durante a Baixa Idade Média, algum uso como nome comum, que é o que era quando passou de latim a romance, no correr da Alta[20]? No texto original das cantigas a palavra "vigo" aparece com minúscula, às vezes curiosamente ao lado mesmo da palavra "Igreja" com maiúscula (B 1280, no primeiro verso das duas últimas estrofes). Isso, bem sei, nom quer dizer que tenha que se tratar, por força, de um nome comum, pois o uso de maiúsculas e minúsculas era bastante caótico naquela altura. Mas quer dizer, sim, que nom tem que se tratar, por força, de um nome próprio. E esta simples constataçom é já, por si, toda uma fábrica de névoa.

---

costa, igual que os seus correspondentes holandeses em "wiijk" que mesmo levam esta característica associada no nome: "Noordwijk aan Zee", "Katwiijk aan Zee". Na Galiza, ao contrário, parece que o topónimo tem sobrevivido sobretudo em zonas do interior, talvez devido à tendência para uma maior densidade demográfica na costa, cujos núcleos populacionais conforme fossem crescendo iriam abandonando a caracterizaçom de "vicus", e dos quais o Vigo que hoje em dia acode à nossa mente ao mencionar esta palavra, seria apenas uma excepçom. Ainda que esta localizaçom geográfica actual em zonas "de montanha" também poderia servir para abonar a ideia de que o termo foi sofrendo uma especializaçom ganadeira paralela à do seu correspondente britânico. Se neste último nom se operou idêntica reduçom geográfica pode dever-se a um sem-fim de causas, quer linguísticas ("wick" forma parte de compostos junto a formas germânicas muitas vezes deslexicalizadas), quer meramente botânicas: os pastos ingleses resistem muito melhor do que os nossos a proximidade do mar (informaçom oral que lhe devo ao Chefe de Jardineiros do Concelho da Corunha).

20 Mesmo poderia ser que conservasse algum uso como nome comum até aos nossos dias no termo "erva de vigo", registado como designaçom de uma espécie de gramínea. A pesar de que se costuma grafar com maiúscula, dificilmente se poderia explicar essa denominaçom considerando "vigo" um topónimo, facto inaudito em toda a nomenclatura da botânica popular, em que nom se regista um só nome de lugar (nom podemos considerar como tais gentílicos tão gerais como "erva castelhana" ou "erva galega", registados em Portugal). Resultaria, aliás, despropositado caracterizar uma erva pola sua adscriçom a um núcleo de povoaçom. Nom existem "ervas" de Lugo, nem de Monforte, nem de Melide. Existe, sim, a "erva de Santiago", mas esta entra na saca de "ervas" de santos, como a "erva de Santa Cunegunda", a "de Santo António", "São Bento", ou "Santa Bárbara", se nom fai referência ao mês do santo (Julho), igual que "erva de São João" fai referência a Junho. Em toda a ervanária popular galega e portuguesa (polo menos no arredor de 230 entradas iniciadas pola palavra "erva" que consultámos em diferentes manuais e dicionários), os únicos nomes próprios que aparecem som nomes de santo, ou a sua referência adjectivada ("erva roberta" = "erva de São Roberto"). Esta parece ser a pauta seguida no resto das línguas românicas, por exemplo no francês, em que as únicas "herbes" seguidas de nome o som de um santo, excepto a "Herbe-à-Robert", que remete, sem dúvida para a nossa "erva roberta" (Bonnier e de Layens, 1977, também para tudo quanto diz respeito da classificaçom botânica). Considerando, porém, a denominaçom "erva de vigo" uma sobrevivência enquistada do uso de "vigo" como nome comum, admitiria entom uma fácil explicaçom relacionada com os sentidos etimológicos deste termo. "Vigo" podia ser caracterizado como lugar pouco povoado, por um lado, e como lugar destinado a trabalhos agro-pecuários, por outro. No primeiro sentido poderíamos considerá-la como "erva de arrabalde", "erva espontânea" ou "erva nom cultivada"; no segundo seria equivalente a "erva para alimento do gado", e, por conseguinte, todo o contrário: "erva cultivada". Mas esta contradiçom de significado calharia à perfeiçom com a natureza contraditória desta planta, ou estas plantas, porque alguns autores identificam a "erva de vigo" com uma espécie (*Lolium perenne L.*) semelhante ao joio ou cizânia (*Lolium temulentum L.*) chegando mesmo a confundir ambas (Garcia, 1979), a pesar de no primeiro caso nos encontrarmos ante uma planta perene, como o próprio nome indica, e no outro, diante de uma planta anual, que recebe a especificaçom de *Temulentum* (=embriagador,) por ser portador de um fungo que produz certa substância tóxica chamada "temulina", que ataca o aparelho digestivo e sistema nervoso, de onde provém a parábola "do trigo e o joio", tão presente na fraseologia tradicional. Este significando está presente na denominaçom francesa desta última: "Ivraie enivrante", necessariamente redundante (ambos os termos derivados de "ivre" = bêbedo), dado que o genérico "Ivraie" se estende, sem distinçom, a todos os *Lolia*, pois acontece que *Lolium perenne* se hibrida facilmente com uma outra variedade anual (*Lolium multiflorum Lmck*, às vezes considerada como autêntica denominaçom científica da "erva de vigo"), aparentada, por sua parte, com outras espécies (como *Lolium linicolum, Sond*, que recebe às vezes a mesma denominaçom vulgar que *Temulentum.*), com o qual a confusom linguística (quer em francês, quer em galego) parece propiciada por esta afinidade botânica. A sua identificaçom com uma ou outra espécie

E isto tem, aliás, algo a ver com a catalogaçom "genérica" das Cantigas de Martim Codax, que há unanimidade entre os estudiosos para as considerar como "cantigas de romaria" e, em quanto tal, nom mui diferentes (se nom fosse a altura literária) das de João de Cangas, por exemplo. A adscriçom a este género, claro, levaria implícita a interpretaçom de "Vigo" como topónimo em sentido pleno. E, admitindo por um momento este ponto de vista, se algum dado pudesse dar verosimilitude à hipótese de este Vigo, e nom outro, ser o das cantigas de Martim Codax, nom se derivaria da importância que pudesse ter entom o próprio Vigo, mas da importância (esta sim contrastada historicamente) que tinha entom Redondela. Se alguma notícia nos dão estas sete cantigas acerca delas próprias, é que puderom ser compostas em qualquer lugar do mundo, excepto nalgum lugar chamado Vigo. Estas cantigas forom compostas, desde "fora" de algum Vigo, a olhar em direcçom a ele. Estão escritas "caminho de Vigo[21]," e, neste sentido, podem ser tão determinantes, acerca da pátria do poeta, como a popular cançom "Para Vigo me voy" de Jorge Sepúlveda.

Ora, se temos admitido isto, deveria de se admitir, em contrapartida, que se as Cantigas de Martim Codax nom pertencessem ao género de "Cantigas de Romaria", a interpretaçom de "vigo" como topónimo em sentido próprio, se diluiria junto com essa característica. Pois bem: as cantigas de Martim Codax nom se podem classificar como Cantigas de Romaria, entre outras considerações, porque, como diz o provérbio: "nom há festa sem santo". Em todas as "Cantigas de Romaria", com efeito, aparece o nome do "santo". Nas de João de Cangas (V 873-875, B 1267-1269), sem ir mais longe (que ao outro lado hipotético desta ria) repete-se "São Mamede do Mar", ou "São Mamede" só. E ante igual caso nos encontramos com a "Santa Maria das Leiras" no ciclo das de Afonso Lopes de Baião (V 339-342, B 738-740), ou a "Santa Maria do Lago" de Fernão do Lago (V 893-898,

---

poderia introduzir matizes. *Lolium perenne*, planta espontânea, incidiria no sentido de "erva bravia", e a sua confusom com o joio incidiria neste sentido pejorativo. Ainda que se poderia introduzir um elemento "civilizador", por ser abundante à beira dos caminhos, como "erva que cresce em lugares povoados, mas rurais". *Lolium multiflorum*, que é erva forrageira (e cultivada), contradiria esta primeira acepçom e seria "de vigo" por todo o contrario: por ser planta própria de lugares dedicados a actividades agro-pecuárias, um pouco na linha daqueles "vigos" , ou "wicks", ingleses designados polos seus produtos (Vid. nota 17). Claro que linguisticamente também há híbridos, e pode que no termo se incluam ambos os sentidos. Mas esta extensom "forrageira" da "erva de vigo" permite-nos encontrar uma palavra inglesa (e das mais inglesas do mundo), que se nom é a sua igual podíamos dizer que é a sua simétrica, ou a sua recíproca. Trata-se de "Greenwich", o lugar onde nasce o tempo. Porque "wich" é uma variante dialectal daquele "wick" (presente noutros topónimos como Norwich, cujo irmão holandês acabamos de ver na nota 19). A traduçom do nome da origem dos fusos horários (que, num primeiro relanço, pareceria ser "vigo verde") continuando a série de "vigos" das cabras, das vacas, do queijo e da manteiga, seria "vigo dos prados", ou mesmo "vigo da erva". E, se a erva pode servir para caracterizar um "vigo", por que "vigo" nom vai servir para caracterizar uma erva? Nom temos que esquecer que, como acabamos de ver (nota 17), o sentido mais específico de "wick" era o de "granja leiteira". Se o nosso antigo "vigo" despertava parecidas conotações (e isso calharia às mil maravilhas com o dito na nota 19 acerca da reduçom geográfica do topónimo a zonas ganadeiras), o termo "erva de vigo" para denominar o alimento do gado de que tiramos o leite, teria completa justificaçom, e com isso demonstraríamos a sobrevivência desse uso comum por um tempo mais dilatado e próximo que o dantes estimado. E daí podia-se concluir que por ter empregado a palavra "vigo" só é legítimo deduzir uma cousa de Martim Codax: que conhecia a língua portuguesa da sua época. Mas o que resulta mais emocionante de tudo isto é que algumas subtilezas botânicas, algumas nomenclaturas francesas e um topónimo tão britânico que serve para regular a hora do chá, intervenham dalguma maneira para definir o carácter das suas cantigas, e com elas o carácter necessariamente transfronteiriço da nossa cultura.

21 Martinho Montero Santalha coincidiu com esta ideia de que as cantigas de Martim Codax nom estão escritas "desde", mas "para" Vigo. Coincidência tanto mais digna de celebrar-se por quanto este trecho foi omitido durante a minha intervençom, ao ter, por problemas de tempo, que resumi-la em grande medida (e calcule-se a medida considerando que tudo quanto aqui se contém ficou condensado em meia hora, um pouco generosa, de exposiçom).

B 1288-1293), a "Santa Maria de Reça" de Airas Paez (V 891-892, B 1285-1287), ou a "Santa Maria" sem mais (embora apareça associada ao topónimo Julhão) de Pero de Veer (V 720-725, B 1128-1134). Temos também a "Santa Cecilia" de Martim de Ginzo (V 876-882, B 1270-1276), a "Santa Marta" de Pero de Ardia (V 709-713, B 1118-1121), o "São Servando" de João Servando (V 734-750, B 1142-1152), o "São Clemenço" de Nuno Treez (V 805-808, B 1200-1203), o "São Simom de Val de Prados" de Pero Viviaez (V 336, B 735), etc. A lista nom pretende ser exaustiva, mas demonstra o carácter bastante estereotipado de um género (sem dúvida o mais rígido dos cancioneiros, embora compreenda alguma composições de grande beleza) sujeito, ao parecer, a uma série de regras nom escritas.

Há anos, quando me dedicava à recolha dos restos das nossas tradições parateatrais, estava uma tarde a gravar dous "regueifeiros" das terras do Jalhas, últimos baluartes das tradicionais "regueifas" que já temos mencionado[22], quando se aproximou um paisano (que avançava, com um "cuba-libre" na mão, desde o fundo do local em que nos encontrávamos ainda que bem pudera fazê-lo desde o fundo do "inconsciente colectivo") para lhes recriminar textualmente: "Hay que nombrá-la regueifa!". Estes "regueifeiros" sobreviviam actuando em salas de festas e discotecas, para o qual tinham realizado um certo "aggiornamento" do género, que era o que o paisano censurava, insistindo com uma certa veemência alcoólica: "Hay que nombrá-la regueifa". Afinal a sua insistência venceu sobre a paciência dos regueifeiros, que, para o fazer calar, tiverom que acabar por improvisar alguns "cobres[23]" tradicionais. *(O orador canta, a imitar o jeito e a pronúncia gutural dos regueifeiros)* "A regueifa está na mesa/ e no médio tem um garabulho/ a mulher que a amassoue/ nom tinha pêlos no... embigo[24]" *(Retoma o falar, mais ou menos sossegado),* por exemplo, más a característica principal de todas elas é que começavam: "a regueifa está na mesa". Por isso é preciso concluir que eram eles, e nom o paisano, quem tinha razom, porque aquelas "regueifas" eram para ser cantadas diante do pão da boda, e agora, nas suas actuações, o que realmente estava na mesa era um "cuba-libre" ou um pacote de "chips" ou de "phoskitos".

Neste genéro particular de poesia medieval podemos deduzir, com bastantes garantias, que existia também uma espécie de convençom, talvez nunca estabelecida, mas tão patente, na mente dos usuários, como a das regueifas na do teimoso alcoólico. E essa lei nom escrita poderia ser resumida, curiosamente, de forma bastante parecida: "É preciso mencionar o santo". O qual contribuiria para acentuar esse carácter como de "obras de encargo" destas cantigas, cujo destino nom deveria ser outro que o de ser cantadas à vista da própria ermida, igual que as antigas "regueifas" precisavam ter o pão diante. As convenções nom acabam aí, ainda que essa pode que seja a única sempre respeitada. Mas encontramos, por exemplo, que

---

22 Vid. nota 16.

23 Recolho esta denominaçom da cultura popular "actual" (ainda que só o seja pola data da sua desapariçom) como mais uma sobrevivência da poética dos cancioneiros na poética de tradiçom oral da poesia popular galega, a pesar de, para subsistirem, ter que se masculinizar e endurecer aquelas "cobras" das cantigas, como se o tempo as tivesse ido cobrindo do verdete próprio de certo metal que ocupa o posto número 29 na tabela periódica dos elementos.

24 Curioso caso de "rima semântica". A palavra "embigo" (= umbigo) nom rima evidentemente com "garabulho", mas é, na realidade um eufemismo que ocupa o lugar de um outro conceito que, no breve lapso da improvisaçom, foi censurado por grosseiro: "bandulho", o qual parece como que rima como "por baixo" do texto.

o nome do santo costuma aparecer, ou no primeiro verso da cantiga ou no refrão, e que mesmo parece resultar "elegante" que se alternem uma e outra posiçom em sucessivas cantigas, mas nunca que coincidam numa mesma. Também parece ser geralmente aceite que o nome do santo nom deve intervir na rima, embora haja múltiplas excepções a esta "norma", sobre tudo quando o nome oferece fácil assonância. Mas resulta curioso comprovar a diferente ocorrência em posiçom final rimada do nome "Santa Maria", quando aparece no tópico "par Santa Maria" (cuja verdadeira intençom é invocar, antes que a Virgem, as abundantíssimas rimas em "i-a") e quando é o nome do "santo" da romaria, e, afinal, um topónimo[25]. Isso nom quer dizer que nunca rime, mas acontece num número significativamente menor de casos, o qual indica que há alguma "força invisível" que tende para adiantar a posiçom do nome do santo, a pesar de que facilitaria a rima em igual medida que no suposto anterior.

Sem nome de santo[26], pois, as de Martim Codax nom parecem seguir nenhum dos cânones das "Cantigas de Romaria". E se nalgumas das "regras secundárias" aparecem excepções, nesta principal parece nunca havê-las. E, contudo, fala-se, nas de Codax, de bailes ao pé da igreja[27], e de que virá a eles o "amigo", etc. Ante quê nos encontramos, pois? Ante uma excepçom única, ou ante outra cousa? Eu inclino-me polo segundo. Poderíamos, todo o mais, encontrar-nos diante de uma "imitaçom". A mim acontece-me às vezes que me ocorre uma ideia (boníssima, por certo) para algum reclamo publicitário, com o único "senom" de que nom sei para anunciar "o quê". Poderia ser uma das explicações do ciclo de Martim Codax. Ao autor ocorrera-lhe um precioso conjunto de cantigas de romaria, mas faltava-lhe o santo. Mas, na mesma, podia ter "inventado" também o nome do santo, como adianto que penso que acontece no caso de Meendinho, de que vamos tratar no ponto 4.

Melhor do que isso, eu inclino-me por que as cantigas de Martim Codax pertencem a um outro género de cantigas que, como nom tem sido baptizado, vou propor denominar "cantigas paisagísticas", ou mesmo "cantigas elementares" ou "panteístas", e incluso, empregando uma terminologia de produçom cinematográfica: "cantigas de exteriores", em que incluiríamos, por exemplo, a já mencionada "alva" de Dom Dinis. Nesse caso o "elemento" era o "vento". Noutras de Dom Dinis o elemento som as "flores do verde pinho" (V 171, B 568), igual que as "avelaneiras frolidas" de uma cantiga de João Zorro (V 761, B 1158) que teve eco nou-

---

25 Vai-se "a" e vem-se "de" São Tal ou Santa Qual. Martim de Ginzo chega a falar de ir "orar u chamam Santa Cecilia" (V 878, B 1272). Quer dizer que, como acontece frequentemente na toponímia, o nome do santo e o do lugar acabam por se confundirem num só.

26 Curiosamente o mesmo empecilho por que nom podemos enquadrar as cantigas de Codax dentro das "de Romaria" era que nos impedia considerar o "vigo" da "erva de vigo" (Vid. nota 20) como nome próprio: "Vigo" nom é nome de santo.

27 Martinho Montero Santalha, na sua antes aludida intervençom, reparou mui subtilmente no aparecimento da palavra "igreja" em lugar de "ermida", que, segundo ele, contribuiria para demonstrar a importância populacional do Vigo da cantiga (o qual o relacionaria, a partir dos dados aludidos acerca do seu maior povoamento, com o Vigo em que nos encontrávamos) porque "igreja" implica a existência de uma paróquia e, por conseguinte, um determinado tamanho de povoaçom. Reconhecendo uma total ignorância no relativo a jurisdições eclesiásticas medievais, temos que mencionar, porém, que no sentido actual do termo, uma "paróquia" é antes um território que um colectivo de pessoas, e, nesse sentido, uma paróquia pode estar bastante despovoada, sem necessidade de o deixar de ser. Ora bem, esta distinçom semântica contribui também para o nosso propósito, já que "de romaria" vai-se a uma "ermida" e nom a uma "igreja".

tra (V 462, B 879) de Airas Nunes de Santiago[28]. No "deslumbrante" ciclo de Juião Bolseiro, o elemento é, alternativamente a "luz" (V 771 e 772, B 1165 e 1166) e a "noite" (V 782, B 1176). A água é, só ou acompanhada de aves, barcas, cabelos, cervos ou flores, talvez o elemento mais comum, nom só na Terra, mas também neste género. A agua aparece em todo o seu ciclo vital, desde a fonte ao mar, passando polos rios e lagos. Neste subgénero aquático do género é que se deve situar a Obra de Martim Codax. E se podemos considerar o género como aquele em que se encontram as maiores produções da nossa poesia medieval, este subgénero "aquático" é, por assim dizer "la crème de la crème": aí estão também o celestial Pero Meogo, novamente o áureo João Zorro, o almirante da frota interestelar Paio Gomes Charinho, o seráfico Fernando Esquio, o incomensurável Nuno Fernandes Torneol etc.

Longe de qualquer convencionalismo rígido (ao contrário das "de Romaria"), um único traço une todas as cantigas deste género: a presença de certos "elementos" (aves, rios, ondas, barcas, flores, cervos, ventos, alvas, noites etc.) que parece como que vêm do fundo para um primeiro plano, e que deixam de ser paisagem para se converter em personagem. Eu denomino-as "panteístas" porque a relaçom entre as três personagens protagonistas (a amiga, o amigo e o elemento, ainda que existem outras secundárias, como "a mãe", ou corísticas, como as "amigas" e as "irmãs") resulta ser ambígua e confusa, quase de fusom "mística". Nom há metáfora: nom é que o elemento apareça "em lugar de" o amigo ou a amiga. Aparece sempre, nom sei se "ao lado de" ou talvez melhor "por trás de" (e poderíamos chamá-las, um tanto pedantemente, "Cantigas de Transposiçom"), mas sempre "ligado a", numa espécie de Santíssima Trindade poética, em que todos três partilham uma parte da sua "substância", como no "se hoje meu amigo/ soubesse, iria migo/ eu al rio me vou banhar" (V 322, B 721) de Estêvão Coelho, em que esse rio sem ribeiras parece estar feito dos desejos de ambos. Nom há, porém, personificaçom, a pesar de que se possa falar com esses elementos, como no "ai, flores, ai flores do verde pinho/ se sabedes novas do meu amigo?/ Ai Deus, e u é?" (V 171, B 568) de Dom Dinis, ou o "Ondas que eu vim veer/ se me saberedes dizer/ por que tarda meu amigo/ sem mi" (V 890, B 1284) de Codax[29]. E nestes exemplos vemos, para acabar de complicar as cousas, que pode haver algo de parecido com uma metáfora ou personificaçom. O problema é que nom é nenhuma pessoa quem

---

28 Ou quem pode jurar que nom foi ao revés? Trata-se de duas cantigas paralelísticas paralelas, que partilham um mesmo refrão, um mesmo motivo e uma mesma estrutura, e que, contudo, nom som "exactamente" iguais. Constitui, aliás, mais um caso formoso de relaçom "transfronteiriça". Airas Nunes situa o cenário das suas cantigas, sem dúvida, em Santiago: "A Santiago em romaria *vem*..." (V 458, B 874); enquanto João Zorro o situa, de forma nom menos categórica, "Em Lisboa sobre lo mar" (V 754, B 1151 e 1152). Ora, se se demonstrasse que o autor original foi João Zorro, essa cantiga faria parte da literatura portuguesa, e se descobríssemos que fora Airas Nunes, pertenceria à galega. E é que as nossas autoridades académicas nom acabam de entender o essencial da poesia medieval galego-portuguesa: uma mesma cantiga escrita desde Lisboa e Santiago, como se as "belidas" que dançavam, num e noutro lado, sustivessem na mão os extremos de um arco floral tecido com ramos de avelaneiras de mais de quinhentos quilómetros de longitude.

29 E agora apetecia assentar a pátria viguesa de Martim Codax para constatar a sua pátria literária comum com o monarca lusitano, que é aquela que interessa. Como estamos a ver, mesmo que tivesse nascido na rua do Príncipe, a poesia de Martim Codax tem muito mais a ver com a do "distante" rei "estrangeiro" que com a do seu hipotético vizinho João de Cangas. A mim parece-me que o importante de Martim Codax é a sua poesia. A Academia parece achar muito mais interessante, porém, a sua improvável "partida de nacimiento".

é representada, ou personificada (a pesar da contradiçom), mas uma ausência: a do amigo. Para clarificar a ideia podíamos resumi-la dizendo que nom se trata tanto de uma personificaçom (atribuir-lhes modos ou sentimentos próprios de uma pessoa) dos elementos da natureza[30], como de uma "personagizaçom" (dar-lhes igual tratamento que a uma personagem), e que a "personagem" que esses elementos encarnam nom é humana mas, até certo ponto, e por a definir de alguma maneira, "alegórica": a ausência. Se a "namorada" fala com as ondas e as flores é porque nom pode falar com o "amigo".

Nom é o momento, porém, de começar a discursar acerca das características deste género de cantigas, que constituem, desde o meu ponto de vista e por critérios que seria demasiado prolixo explicar aqui, o "núcleo fundamental" dos cancioneiros[31]. O que nos interessa agora é destacar a existência desse "género", e a adscriçom a ele das cantigas de Martim Codax. Porque uma outra característica desse género é a falta de "localizaçom" dessas paisagens/personagens. Nunca sabemos de que rio, que lago, que fonte, se trata. Nom há toponímia quando há antropomorfia, parecem nos dizer, de forma muito mais bela e menos grega, os nossos poetas medievais. Essa "personagizaçom" das cousas, resulta ser uma espécie de "meteorizaçom" do amigo. A imagem ou a lembrança do amigo funde-se com todos os objectos, e isso torna os próprios objectos um pouco mais abstractos. Se esse rio a que eu vou é o mesmo a que o meu amigo, que se encontra longe de aqui, iria: em que lugar concreto fica o rio? Para o acabar de dizer: aquilo que se converte em personagem nom é tanto a "geografia" como a "paisagem". As únicas excepções que podemos encontrar som: o já citado[32] "Em Lisboa sobre lo mar" de João Zorro (que constitui, por muitos motivos, um ciclo singular noutros muitos aspectos também afastado do género) e o "Mirarei madre as torres de Geen" (V 429, B 843) de Gomes Charinho, ambas fazendo parte de um subgénero que podíamos chamar "histórico". Existe em ambas uma localizaçom temporal precisa[33] que implica uma localizaçom espacial concreta.

Nenhum destes casos se dá nas cantigas de Martim Codax[34]. Podíamos considerá-las quiçá como algo misto entre as "cantigas de romaria" e este género que

---

30 Deveríamos dizer, melhor: "elementos da paisagem", pois estamos a incluir as "barcas" e as "barcarolas". O importante deste género é a intervençom desse "terceiro elemento" do mundo exterior, que produz, a través de umas, em certa medida estereotipadas, manobras de adiçom e subtracçom, toda a combinatória de que se nutrem estes "ciclos" de cantigas.

31 Este é o argumento de uma "tese" que tenho elaborada "in mente", desde há muitos anos, acerca de uma fonte insuspeita, mas fundamental, do "imaginário" (desde que ouvim empregar este termo ao actual Director do Centro Dramático Galego, soou-me tão vazio que tento evitá-lo na medida do possível, mas este é um desses momentos em que nom posso) poético medieval, e que algum dia desenvolverei por escrito, se a produçom mundial de papel e o meu relógio biológico derem para tanto.

32 Vid. nota 28.

33 No caso de João Zorro tenta-se explorar literariamente a actividade "armadora" de Dom Dinis, para tecer, arredor dela, uma história de amor ou de amigo (nom acertaríamos a catalogá-la) em que o amigo nom é, inusitadamente, o poeta, mas o rei, cuja personalidade adopta, quem sabe se numa audácia literária ou política, o próprio João Zorro. A cantiga de Paio Gomes fai referência, pola sua parte, às campanhas de Afonso X em Andaluzia, em que participara como Almirante da Armada. Curiosamente os protagonistas destas duas cantigas (Dom Dinis e Gomes Charinho) estão relacionados também historicamente, pois o almirante galego iria encontrar a morte, anos depois, a mãos de Rui Peres Tenório (aparentado, por sua vez, com um outro trovador medieval: Mem Rodrigues Tenório) na sequência dos conflitos pola sucessom ao Reino de Castela em que Dom Dinis interveio a favor do Infante Dom João, cujo partido, como Adiantado Maior de Galiza que entom era, tomara Gomes Charinho (González López, 1978: 418)

34 Ainda que os versos que dizem "Ca vem sano e vivo e del rei amigo... ca vem vivo e sano e del rei privado" (V 885, B 1279) poderiam abrir uma outra via de investigaçom. Mas seria preciso, antes de mais, demonstrar a historicidade deles localizando um Martim Codax "privado" do rei.

tentamos perfilar? Nom é possível, por se tratar de géneros absolutamente contrapostos e excluintes. Nada há de "elementar" ou "panteísta" nas cantigas de romaria. Nelas o terceto protagonista som a amiga, o amigo e o santo, embora as personagens secundárias e corísticas sejam comuns (mãe, irmãs e amigas). Se chamávamos naquelas cantigas o cenário era a natureza, nestas é a civilizaçom. O seu "atrezzo" nom está formado por aves, cabelos, flores etc., mas objectos como as candeias da ermida ou as fitas que levam os amigos em sinal do seu amor. Quando se menciona, por exemplo, o mar (como em Nuno Treez e João de Cangas) é só para aproveitar a rima, como acréscimo do nome do santo, sem a menor intervençom no "movimento" poético[35]. O nome do santo e o mar estão aqui numa relaçom exactamente inversa àquela que vamos ver ao falar do "São Simiom" de Meendinho. Já o dissemos ao resumir a antítese que serve para caracterizar umas e outras: as "cantigas de romaria" som geografia, as "cantigas elementares" paisagem.

Nom pode caber nenhuma dúvida de que as de Martim Codax pertencem, em corpo e alma, ao segundo destes géneros, e que nada têm a ver com o primeiro apesar de que nelas se fale de um baile que tem lugar ao pé de uma igreja. Nom se trata por isso de nenhuma romaria, porque, como já dissemos, nom temos nem ermida nem santo. Na etnografia galega costuma citar-se as cantigas de Codax como testemunho do costume de ir dançar e cantar aos cemitérios no dia de defuntos, e seria uma hipótese tão válida como qualquer outra. O "sagrado" que aparece nelas seria o campo-santo ao redor da igreja, e aí descobriríamos como o cenário da cantiga é uma "cenografia" montada, segundo as necessidades da história, polo seu autor. Se a igreja é igreja e nom ermida, nom se deve tanto a dados históricos ou eclesiásticos. Em princípio a expressom "ena igreja de vigo" resultaria intrinsecamente contraditória, polo tamanho de povoaçom que implicaria "igreja36" e o tamanho que implicaria "vigo". Se tem que ser "igreja" e nom "ermida" deve-se a que é ao redor das igrejas, e nom das ermidas, que se consagram os cemitérios. O poeta "monta", como num cenário em miniatura, uma igreja com o seu cemitério, num lugar despovoado, ao pé do mar, só porque convém à história. É o lugar em que se conhecem, na cantiga: "Eno sagrado em vigo/ bailava corpo belido/ amor ei" (V 889, B 1283), e entom há baile, festa e pessoal. A partir daí converte-se no seu lugar privado de encontros. O autor "varre", com um gesto da mão, toda essa "figuraçom" desnecessária e só ficam no cenário a amiga, as ondas e a ausência do amigo. Como acontece na terminologia teatral, a "cena" (o cenário) e a "cena" (o episódio que tem lugar nele) confundem-se numa mesma entidade, e a disposiçom espacial reflecte o "esquema argumental". Interessa-lhe ao autor pôr um cemitério ao pé do mar, para transluzir a causa do desassossego da protagonista. Nestas, como em muitas cantigas, a amiga alegra-se da notícia de que o seu amigo regressa "vivo e são" (V 885, B 1279), e se há alegria e notícia é porque há também preocupaçom e suspeita. Quando, ao final do ciclo fica só a perguntar à ondas "se me saberedes dizer/ por que tarda meu amigo/ sem mi?" (V 890, B 1284), a sombra do "sagrado" da primeira cantiga se estende sobre ela como uma

---

36 Vid. nota 27.

premoniçom. Se eu tivesse que "localizar" cinematograficamente, uns "exteriores" para rodar esta cantiga, escolheria, a pesar do anacronismo, um desses verlaineanos "cemitérios marítimos" da Costa da Morte, isolados de qualquer núcleo habitado, testemunhas silenciosas de algum grande naufrágio. Por duas vezes pergunta às ondas polo seu amigo, numa "se verrá cedo?" (V 884, B 1278), noutra "por que tarda?" (V 890, B 1284), a relaçom entre ambas nos dá a ideia desse tempo, sempre interminável, de espera. Eu nom sou muito da opiniom de que, em geral, as cantigas (estas ou outro ciclo qualquer) possuam alguma ordem argumental própria, como episódios de uma história. Quanto a mim, tratam-se de "variações sobre um mesmo tema", muitas vezes sobrepostas, e algumas mesmo contraditórias[37]. Mas isso nom exclui que se dêem, como efectivamente acontece neste caso, diferentes localizações temporais numas e noutras, nem que o confronto entre umas e outras ofereça novos significados que nom estão nem numas nem noutras. Mas a relação nom é tanto linear (argumental) como circular (temática). Teríamos que admitir, por um momento, o uso da redundância para falar do sentido "cíclico" destes ciclos.

Na cantiga que começa "Eno sagrado, em vigo/ bailava corpo belido" (V 889, B 1283), o seu final: "Que nunca houvera amigo/ ergas no sagrado, em vigo... Que nunca houvera amado/ ergas em vigo, no sagrado" guarda um certo "paralelismo externo" com o da cantiga que começa "Ai Deus se sabe ora meu amado/ como eu em vigo senlheira manho" (V 887, B 1281), que diz "E nulhas guardas nom hei comigo/ ergas meu olhos que choram migo... E nulhas guardas migo nom trago/ ergas meus olhos que choram ambos". Este "paralelismo externo", de forma intencionada ou casual, consegue sobrepor a imagem dessas lágrimas sobre a do cemitério, e poderíamos (numa interpretaçom libérrima, como todas, ainda que nom o reconheçam, e é por isso uma interpretaçom mais "científica", porque nom disfarça esse carácter) implicar daí, de forma recíproca, a causa dessas lágrimas e essa alusom ao cemitério. A cantiga "Eno sagrado, em vigo" poderia figurar assim, ao mesmo tempo, de igual modo no começo e no fim do ciclo. Acabamos de ver que estas cantigas com final em "ergas", pareciam transparecer uma a outra, de igual modo que aquelas em cujo refrão se pergunta num caso "se verrá cedo?" e noutro "por que tarda?", criavam uma medida de tempo. De um modo semelhante, esta cantiga parece, num "paralelismo externo de ida e volta", transparecer sobre ela própria, ou, para o dizer melhor: o seu começo e o seu final parecem transparecer-se mutuamente, como se o texto se dobrasse, igual que aqueles rolos em que eram primitivamente escritos, procurando encaixar ambos os extremos, como demonstra o facto (nom posso jurar agora, de memória, se singular, mas sem dúvida raríssimo) de que os versos finais das últimas estrofes ("ergas no sagrado, em vigo",

37 Como já vimos ao mencionar os "elementos" com que jogava Julião Bolseiro no seu ciclo: o "amigo" podia estar relacionado, de igual forma, com a "luz" e com a "noite". Numa destas cantigas a presença do amigo é a luz que acaba com a noite, enquanto noutra se lamenta que as noites junto ao amigo nom sejam mais longas. A aparente contradiçom gera um novo significado que, neste caso, nos desvelam as mesmas cantigas: a amiga, num dos trechos mais deliciosos dos cancioneiros (que para este que subscreve equivale a dizer: num dos trechos mais deliciosos da literatura universal), se queixa de que as noites sem o amigo sejam tão longas e as noites com o amigo tão curtas. Noutros ciclos nom se resolve, porém, com a mesma elegância a contradiçom entre os termos. De qualquer modo, as cantigas de Bolseiro servem para exemplificar a maneira, nom linear, de se construírem estes ciclos, em que os "episódios" carecem de uma sequência cronológica, e mesmo lógica. Jogando com uns dados elementos (aqui: o amigo, a amiga, a luz e a noite) procuram-se as diferentes variações e exploram-se, chegado o caso, as contradições temáticas que essas variações provocam.

"erga em vigo, no sagrado") repitam quase exactamente os versos iniciais das duas primeiras ("Eno sagrado, em vigo", "Em vigo, no sagrado"[38]). Poderia, assim, ser entendida como uma "cantiga refrão" num conjunto de "cantigas estrofes", que mudaria o seu significado colocada ao começo e ao fim dele. "Que nunca houvera amigo/ ergas no sagrado, em vigo" quereria dizer, no começo, que aquela foi a primeira ocasiom em que se encontraram os protagonistas. Mas, situado no fim, depois do pressentimento implícito na relaçom entre "*vem* são e vivo" e "por que *tarda* meu amigo?" (negar "vem" equivaleria a negar "são e vivo"), esses mesmos versos significam: o "sagrado", que foi o primeiro, é o único lugar agora, e para sempre, em que ela se pode encontrar com o seu "amigo", por ele jaz agora sob as suas lousas. E aí cobraria o elemento "mar" essa dupla personalidade que é também uma característica de todos os elementos que concorrem neste género de cantigas. De uma parte, se pergunta ao mar polo amigo é porque o mar algo deve saber dele, porque ele vem polo mar. Vigo seria o lugar de encontro, antes que pola igreja e a lembrança daquele primeiro encontro, porque é o lugar em que ele vai desembarcar. Mas, de outra parte, o mesmo mar que o "trazia" o "levou". O "cemitério marítimo" destas cantigas representa uma necessidade poética e nom uma realidade física localizável.

Isto enlaça com a questom do "estado do mar", que o autor qualifica de "levado" e "salido" (V 896, B 1280). "Levado" significa "levantado", que podemos interpretar como "agitado", "revolto", ou, como se costuma dizer hoje em dia: "batido". Isso, para além de nom casar mui bem precisamente com as condições de um dos melhores portos naturais da fachada atlântica (estrategicamente resguardado dos ventos dominantes do sudoeste[39]), redunda na ideia de lugar inóspito e afastado (um lugar, na beira-mar, só apto para a prática do "surfing" significa, na Idade Média, nom instalações hoteleiras, bares e lojas, mas qualquer cousa de bravio e inabitável). Respeito de "salido" ignoramos exactamente qual possa ser a sua etimologia. Nom deve de tratar-se de nenhum castelhanismo por "saído" ou uma forma arcaica desta palavra, que aparece nos cancioneiros na sua forma actual : "e será vosco ante o prazo saído" (V 171, B 568), onde tem o sentido de "prazo cumprido", "prazo passado". Mas podemos ter certeza, porém, do seu significado, porque no-lo fornecem as próprias cantigas, mercê da sua estrutura paralelística. Dela deduzimos que "salido" tem que significar, por força, o mesmo que "levado". Trata-se de um par de sinónimos que alternam, em versos paralelos, por causa da rima "i-o" "a-o", derivada dos omnipresentes "amigo" e "amado". "Salido" e "levado" têm que ser tão sinónimos como "amigo" e "amado" ou como as

38 Fica livre o "ergas", mas, como vimos, ele remete para uma outra cantiga. Os fios "exteriores" das cantigas parecem tão matematicamente calculados como os interiores.

39 Pode-se pensar, e nom sem certa razom, que as cousas nom têm por que encaixar tão perfeitamente numa cantiga medieval, fruto da fantasia poética e de uns temas provenientes, sabe deus de que afastadas fontes literárias. Ora, eu nom entendo por que causa devemos ser tão elásticos com o as zonas aquáticas da cantiga e tão pouco com as terrestres. Parece que a única ciência exacta do mundo fosse a toponímia, e que tudo tivesse que "se curvar" baixo o seu peso. E nom vale jogar com dous baralhos. Se tomamos o a palavra "vigo" ao pé da letra, temos que tomar também "levado" e "salido".

expressões "eno sagrado em vigo" e "em vigo no sagrado" que também alternam pola mesma causa[40].

Que este estado do mar nom é circunstancial, mas característico, que se trata de um qualificativo do "lugar" e nom do "momento" em que se desenvolve a acçom, demonstra-o o modo mesmo de introduzir os termos "salido" e "levado". Porque, no convite que a protagonista fai à sua "irmã fremosa", caracteriza esse "vigo" como o lugar "u é o mar salido", ou "u é o mar levado" (V. 886, B 1280). Se ao famoso esquema da comunicaçom de Lasswell: "quem diz o quê, a quem, por que, com que efeitos?", acrescentássemos um "onde?", a resposta, neste caso seria, evidentemente: "u é o mar salido", "u é o mar levado". Esses dous termos constituem a definiçom do "onde", a caracterizaçom de "vigo" como um lugar em que o mar bate com singular braveza. Se comparássemos este "onde?" com o da citada cantiga de Martim de Ginzo[41], encontraríamos um exemplo ilustrativo da distância que há entre as "Cantigas de Romaria" e as "Elementares", e da necessidade de englobar as de Martim Codax neste último grupo, pois enquanto numa se situava "u chamam Santa Cecilia", nesta se situa "u é o mar salido". O "onde" de uma é uma ermida e uma romaria. O onde da outra os elementos em toda a sua fúria.

---

40 José-Martinho Montero Santalha, na sua intervençom posterior (graças à qual estas notas se estão a converter num agradável passeio dialogado a través das cantigas) ofereceu uma explicaçom completamente diferente do termo. Para ele "salido" nada teria a ver com "saído" nem "sair", mas sim com "sal", e significaria "salgado", servindo nas cantigas para indicar que se tratava de água de mar e nom de rio. A explicaçom é excelente, filologicamente impecável, e confesso que num primeiro momento me deixei seduzir por ela. De "sallio" (= salgar) teríamos o particípio "sallitum" e daí, por fenómenos habituais no passo do latim ao português, o nosso "salido". Mas o sentido deve ter mais força que o latim. Para entender a língua das cantigas é preciso atender antes às próprias cantigas que à filologia. E as próprias cantigas estão a nos repetir, com toda a insistência e veemência do seu paralelismo, que as palavras "levado" e "salido" têm que ser sinónimas à força. Tão sinónimas como "alto" e "rio", como o corpo "delgado" e o corpo "garrido", etc. etc. "Levado" e "salido" aparecem unidos na alternância paralelística nom só nesta cantiga. Constituem, como os outros casos referidos, um recurso poético até certo ponto convencional e estereotipado, o qual só pode entender-se admitindo uma estreita relaçom semântica. Encontramo-los, aliás, numa das cantigas de João Zorro em que os refere às águas de um rio: "Pela ribeira do rio salido.... Pela ribeira do rio levado" (V 760, B 1158), a contradizer abertamente a discriminaçom que se pretendia fazer com o significado de "salgado". Resulta também que as raízes de "sallio" e "salio" se tinham já confundido no latim clássico, e que de um "salitum" deveríamos esperar, em romance, novamente "saído". "Salido" teria uma explicaçom possível, ainda que menos brilhante, como um resto enquistado desse segundo "salio", cuja raiz acabou por perder o significado próprio, sendo adoptado pola do seu frequentativo "salto". "Salido" seria o resultado de um duplo cruzamento entre os resultados do particípio de "sallio" e "salio" e entre os significados de "salio" e "salto". O significado de "sallio" estaria representado hoje por "salgar", o de "salio" por "saltar", forma derivada do referido "salto", já que de "salio" derivou "sair", enquanto "sallio" nom deixou restos no romance, dado que "salgar" tem uma origem diferente. Temos umas formas e uns significados originais, "de partida", no latim, e umas formas e uns significados "de chegada" romances. O nosso "salido" representaria o ponto onde se cruzam todas essas linhas. Uma pequena faísca produto por todos estes choques e de curta vida, que com a lírica dos cancioneiros se extinguiu. "Salio" era "saltar", mas tinha um significado específico ao se referir à água: "aqua saliens" era a água que brota ou que se precipita, por exemplo na nascente ou numa cascata. Daí derivava também a voz "salientes" que era a forma plebeia de denominar em latim uma fonte ou chafariz. O nosso "salido" seria pois um resto irregular de "salio" que conservaria o significado de "saltar" ou "brotar", mais relacionado com "saliente" e "salientar" que com "saído" e "sair", e por isso nom teria corrido a sua mesma sorte. A diferença semântica entre "saído" e "salido" teria evitado, precisamente, a queda do "l". Mesmo nesta hipótese "salido" poderia ser interpretado de duas maneiras: como perfeito sinónimo de "levado", significando "que salta", ou como o seu perfeito antónimo, significando "que se precipita". No primeiro caso seria compatível com "mar" e com "rio", porque as águas dos rios e os mares pode-se dizer de igual modo que estão agitadas, borbulhantes, saltantes ou saltitantes, ainda que o estejam em diferente medida. Também no segundo. Porque, a pesar de este sentido nos permitir uma interpretaçom bem marinheira da alternância entre "levado" e "salido" (em que num verso estamos ante um mar em que se levantam as ondas, e no seguinte ante um mar em que se precipitam sobre o seu próprio ventre, compassando com o vaivém do mar o ritmo paralelístico das cantigas) nem por isso deixaria de se poder aplicar a um rio. A presença deste par, aplicado a um rio, significaria que estávamos diante de uma corrente de água que se precipita desde o alto. Porque afinal uma cascata vem a ser a uma onda o mesmo que uma árvore de folha perene a uma de folha caduca.

41 Vid. nota 25.

E, uma vez metidos em minúcias linguísticas, pode-se contestar o significado que atribuímos à palavra "sagrado", e com ele uma parte (aquela que auto-proclamamos como libérrima) da interpretaçom antes esboçada das cantigas de Martim Codax. Tem-se questionado a identificaçom de "sagrado" com "cemitério", preferindo interpretá-lo como "adro". Ambos os significados estão presentes no emprego substantivo do termo que recolhem o uso e os dicionários. Segundo estas críticas, o costume de enterrar os mortos num terreno em volta da igreja, ou próximo dela, é relativamente recente. Na Idade Média a prática seria enterrá-los no interior, no chão do próprio templo, e só o aumento da populaçom teria obrigado a arbitrar esse outro espaço, que foi consagrado a tal efeito, começando-se uso actual. A verdade é que o passo de uma a outra prática nom deveu ser tão recente, nem as fronteiras tão radicais. Confesso-me tão pouco especialista em funerária medieval que ignoro mesmo se existe algum. Ignoro mesmo em que fontes se baseia esta crítica, que parece, contudo, formulada com certa seriedade e fundamento. Da consulta de vários livros de arte e história, tiro, porém, algumas ideias claras a este respeito assunto. A primeira, que o "caminho" que têm percorrido os ritos fúnebres ao longo da história tem sido justamente o contrário: de longe para perto da igreja, de fora para dentro. Os romanos, como se sabe, costumavam construir os túmulos à beira dos caminhos e na entrada das cidades. Daí derivou a existência, já em pleno cristianismo, de cemitérios próximos, mas isolados dos núcleos de povoaçom. É só no período pré-românico que os cemitérios começam a se aproximarem das igrejas, até as rodear, com a típica estampa dos nossos cemitérios rurais, já presente nos cemitérios de Hordain e La Gayole, e completamente desenvolvida no da igreja paroquial de Saint-Martin de Mondeville (Calvados, Normandia) do século VII, em que o enterramento no interior do templo aparece já reservado a personagens nobres e dignidades eclesiásticas (Rouche, 1989). O esquema nom se limita à arte merovíngia, estende-se ao longo do tempo e do espaço, por Itália e a França meridional, desde os séculos V ao XI. E nem sequer faltam testemunhos de tumbas mesmo de personagens singulares no exterior de templos cristãos, desde Ravina, na Itália, até Husaby, na Suécia (de Champeaux e Sterckx, 1985). Desconheço por que causa a Galiza ia permanecer alheia a esta tendência generalizada na Europa. Temos sem dúvida testemunhos de enterramentos "plebeus" no interior: nas ordenanças do Grémio de Azevicheiros de Santiago (de 1443) fala-se da obrigaçom de acompanhar o corpo dos finados "ome ou mulier, que seja confrade a yglesia onde se sepultar" (López Ferreiro, 1975). Suponho que é com fontes deste género que se pretende criticar a interpretaçom de "sagrado" como "cemitério". Estamos, porém, num contexto urbano e dentro dos privilégios e práticas gremiais. E sobre tudo, testemunhos como esse nom invalidam testemunhos de enterramentos exteriores tão contundentes e evidentes como a extraordinária colecçom de lápides funerárias de Santa Maria a Nova, de Noia, cuja fundaçom, de 1327, é mais de cem anos anterior àquelas Ordenanças, e quase contemporânea da data estimada de composiçom destas cantigas (arredor de 1300). Nela achamos enterramentos gremiais, e mesmo nobiliários e singulares, numa ampla área em volta e diante da igreja. Há também enterramentos nobiliários singulares no interior e, o que é ainda mais curioso, enterramento gremiais no chão da nave, o qual parece indicar que as distinções entre o interior e o exterior nom eram

tão drásticas, e que a extensom do termo "yglesia" a que se referiam os legisladores do Grémio de Azevicheiros compostelanos deveria abranger em igual medida o interior do templo e os terrenos circundantes ou anexos a ele. Para além da contemporaneidade do exemplo noiês com as cantigas, o carácter que mais a aproxima do cenário que retrata Martim Codax é que nos encontramos diante de um "templo marinheiro", e nesses enterramentos o grémio de Mareantes está largamente representado. Em fotos antigas[42] em que se aprecia o estado da igreja e o seu cemitério antes dos trabalhos de restauraçom, podemos ver, no terreno que dá acesso ao templo, uma esplanada coberta de lápides de pedra de uma só peça e medidas antropomórficas, irregularmente distribuidas, mas todas, grosso modo, orientadas para um daqueles encantadores pórticos rurais, com o seu telhadinho para proteger os santos do tímpano dos rigores do clima. Uma cousa assim devia ser, sem dúvida, o sagrado em que dançava (ou em que Martim Codax imaginava que dançava) aquele corpo belido.

Precisamente o de Noia é um dos mais importantes restos funerários da Europa medieval e vem demonstrar que a Galiza da época nom apresentava nenhuma singularidade, polo menos no tocante à morte (dado que parece inevitável que tenha que havê-la no referente ao nível de vida), respeito do resto do continente. Igual que o empedrado necrológico de Santa Maria a Nova, nos enterramentos merovíngios franceses as tumbas estão também apinhadas arredor da igreja. O túmulo senhorial da igreja de Husaby, na Suécia, encontra-se diante da porta da mesma. A prática de os cemitérios envolverem as igrejas obedece, penso, antes que a razões práticas, a motivações de propaganda teológica, e mesmo, se me apuram, de mero "marketing". A visom das sepulturas devia fazer reflectir os fregueses acerca do fim dos seus dias e do castigo eterno, e serviam como de "reclamo publicitário" que os convencesse para trespassar o limiar do templo. No interior o efeito propagandista dilui-se porque ali só se consegue infundir esse temor aos que já acudiram sem necessidade do macabro recordatório. Este conceito parece estar presente na iconografia de muitos pórticos (como o "da Glória", sem ir mais longe... que a Santiago) em que se representa a cena do juízo final, ainda que mais que de iconografia deveríamos falar de "cenografia" ou de "ceno-iconografia", porque existe uma relaçom entre o objecto representado e o lugar em que se representa. A cena do juízo final suspensa sobre as ombreiras tem igual significado que essa inscriçom que aparece, a ocupar idêntica posiçom, à entrada de muitas igrejas: "Domus Dei et Porta Cœli", casa de Deus e porta do Céu. Os mortos jazeriam diante da igreja como aquele que espera à porta do elevador. Claro que os abades e os senhores já tinham reservado lugares de preferência no interior da cabine. A coincidência nom menos pasmosa entre o cemitério de Santa Maria a Nova, de Noia, e o de Saint-Martin-de-Mondeville respeita à "direcçom" dos enterramentos. Em ambos os casos os mortos som enterrados, em geral, no sentido longitudinal da igreja, mas, a contrário do que se pudera num princípio pensar, nom com a cabeça orientada na

42 Os dados relativos a Santa Maria a Nova de Noia forom acrescentados depois da exposiçom pública deste escrito, com motivo da recente abertura ao público como museu, iniciativa municipal que quero aproveitar para aplaudir. Estão tirados, pois, da directa e pessoal contemplaçom da igreja, as lápides funerárias e o cemitério, assim como das fotografias dos trabalhos arqueológicos realizados, no seu interior expostas.

mesma direçcom que a abside e os pés na mesma que a porta, mas exactamente ao revés. Os túmulos singulares, situados às margens do caminho de entrada, reproduzem nas esculturas jacentes que representam os finados, idêntica orientaçom. Podíamos pensar que, pouco cristãmente, os defuntos eram enterrados "de costas" à igreja, mas estaríamos, de novo, radicalmente enganados: estão dispostos de maneira que "olhem" para a igreja, de maneira que, ao chegar o dia da ressurreiçom seja a porta dela o primeiro que eles vejam ao se levantarem[43]. A representaçom Juízo Final esculpida num pórtico seria uma espécie de sucedâneo em pedra da cena que se iria produzir naquele mesmo lugar esse dia. Os fieis a entrarem à missa seguiriam um caminho físico paralelo ao caminho espiritual das almas dos enterrados ao pé da igreja. Desta disposiçom "cénica" e desta simbologia derivaria precisamente a extensom semântica ("cemitério" e "adro") do termo "sagrado"[44]. Se o adro da igreja nom fosse um lugar indicado para os enterramentos nom se entenderia essa ambivalência.

Temo-nos ido deixando levar, reconheçamo-lo, polas vielas escuras da erudiçom, deixando-nos cair nas suas armadilhas. Pouco importa, por exemplo, que se a cantiga se refere à festa dos defuntos ou outra qualquer: bailar no sagrado seria sempre bailar num cemitério[45]. Pouco importa mesmo se a "namorada" fosse a bailar ao adro ou ao cemitério, e se essa localizaçom afecta ao sentido dos seus temores e queixas. O importante é que vemos como a hipotética (e preconceituosa) concretizaçom toponímica de "vigo" se vai diluindo à medida que nos tentamos introduzir na atmosfera própria destas cantigas. Porque o que nos interessa realmente é o significado literário, antes que linguístico, da palavra "vigo" nesses textos. E, depois de uma leitura atenta, vemos que "vigo" significa "longe", que "vigo" significa lugar retirado, solitário, íntimo, quase diríamos que povoado apenas pola amiga e o amigo. Que este "vigo" está despovoado nom é preciso comprová-lo historicamente, as próprias cantigas no-lo comunicam[46]: "como eu senlheira (=só) estou em vigo... como eu em vigo senlheira manho... e nulhas guardas nom hei comigo... e nulhas guardas migo nom trago" (V 887, B 1281). Este "vigo" tem o mesmo significado que o "rio" em que a amiga convidada a se mergulhar ao amigo na referida cantiga de Estêvão Coelho, uma substância elástica, que ambos envol-

---

43 Nom há, é certo, apenas enterramentos com essa orientaçom apenas na parte dianteira da igreja, mas também nos laterais e, ainda menor medida, nas traseiras. Mas é esta interpretaçom "cenográfica" a única que parece dar sentido a esta prática, de outro lado com evidentes traços simbólicos e rituais, como demonstra a sua permanência ao longo dos quase 7 séculos que separam ambos os conjuntos sepulcrais. Isto viria indicar, aliás, que os primeiros enterramentos se realizaram de modo exclusivo diante da porta da igreja, e que só o seu inexorável sobrepovoamento obrigou a ter que habilitar um espaço suplementar aos lados, em que se seguiu a orientaçom determinada polos enterramentos anteriores, embora deixasse de ter um significado ritual tão imediato e "físico" como neles.

44 Na inscriçom do tímpano da entrada lateral da igreja de Santa Maria, ao lado da data e do nome do bispo que a "sagrou" aparece precisamente esta palavra que nos remete, por se nom fosse suficiente que o tenha feito já geográfica e arquitectonicamente, também lexicamente para o mundo das cantigas de Martim Codax. Aí temos o termo "sagrado" como derivado do verbo "sagrar" (=consagrar), ao pé de um cemitério medieval, como origem da sua ambivalência semântica.

45 No Concílio de Tours de 567 (Rouche, 1989) censura-se a prática de ir celebrar banquetes aos cemitérios pola festa de São Pedro.

46 Tanto é assim que, se se pudesse demonstrar uma importância maior do "Vigo de Redondela", respeito doutros lugares homónimos, durante a Idade Média, estaria a demonstrar-se a hipótese de que qualquer outro "Vigo" tinha mais possibilidades que ele de ser o cenário destas cantigas, porque este "vigo" das cantigas é, por necessidades poéticas, um lugar só importante para os seus protagonistas.

ve e da qual ambos participam. É, como o rio, um lugar "à parte" e escusado, livre de olhares e jurisdiçom exclusiva dos namorados. O convite que ela fai: "Quantas sabedes amar amigo/ treides comigo a lo mar de vigo/ e banhar-nos-emos nas ondas" (V 888, B 1282), nom seria imaginável na hipótese de um Vigo moderadamente povoado, porque estamos na Idade Média e nom se trata de um dia de Verão em Samil, Barra, ou outra praia com densidade demográfica similar na temporada estival, entre outras cousas porque na Idade Média nom se tinha inventado nem o fato de banho nem o nudismo.

Temos pois que, com independência de qualquer consideraçom histórica e linguística, a palavra "vigo", nestas cantigas, significa "longe", significa "bravio", significa "solitário" e "escassamente povoado". Este "vigo" das cantigas tem demasiados significados literários comuns com o significado linguístico daquele "vicus" etimológico, como para pensar que a palavra nom conserva, para o autor, polo menos parcialmente, algum dos sentidos do nome comum que originalmente era. E concedemos "polo menos parcialmente" porque, para o nosso propósito, nom precisamos que a palavra "vigo" mantivesse inalterável o seu traço de nome comum desde o latim ao século XIII ou XIV em que se supõe forom escritas estas cantigas. Mesmo que se tratasse já exclusivamente de um topónimo, bastaria com que mantivesse em parte, na consciência dos falantes, algumas das características do étimo latino, para concluir que esse "vigo" nom significa um ponto determinado do mapa, mas "um pequeno povoado qualquer, afastado e pouco frequentado"... Dentro de seiscentos e setecentos anos, quando resgatarem do fundo de alguma cinemateca os anúncios de "Fairy", os estudiosos de entom talvez também se ponham a discutir onde se encontravam realmente "Villarriba" e "Villabajo". Temos um baile, uma igreja, e um vigo, mas nom estamos, por isso, diante da concreçom geográfica e toponímica das "cantigas de romaria". Som um baile, uma igreja e um vigo, "genéricos", tão pouco reais como as flores dos pinhos com que falava, a cobro revertido, a amiga de Dom Dinis. Quem, por certo, tem também uma convocatória para um baile que diz "Ma madre belida/ vou-me a la bailia/ do amor... Vou-me a la bailia que fazem em vila/ do amor./ Vou-me a la bailada/ que fazem em casa/ do amor" (V 195, B 592), sem que possamos coligir que essa vila ou essa casa têm um lugar específico no chão[47]. O nosso "vigo" nom será do amor, mas é do "amigo", e tão etéreo como os amores e os "amigos" destas cantigas som. A rima nom é o menor dos motivos da sua presença nesses versos. Podemos estar certos de que, se em lugar de com um amigo, essa moça tivesse o perverso projecto de se ir encontrar com um "dramaturgo", o lugar do poema seria "o burgo", sem que fosse pertinente que as diferentes localidades com tal nome se pelejassem entre si por ter sido testemunhas do sucesso. As cantigas de Martim Codax som sete, que nom sei se serão suficientes para repartir entre todos os "Vigos" registados. A todos eles devem, com efeito, a sua existência, porque para explicar literariamente, poe-

47 Nom custaria muito encontrar, na Galiza ou em Portugal alguma "Vila-Mor" (Vila Maior), tão fácil de identificar com Vila-Amor, como a ilha de São Simom com a ermida de São Simiom, protagonista da cantiga de Meendinho e da nossa próxima reflexom. Neste exemplo podemos responder, aliás, a alguma objecçom gramatical que se podia levantar à hora de considerar "vigo" como nome comum, e é que nom vai precedido de artigo. Diz-se simplesmente "em vigo" e nom "no vigo". Ora, aqui vemos que se diz "em vila" e nom "na vila", sem que se possa levantar idêntica objecçom ao uso comum do vocábulo.

ticamente (que é, paradoxalmente, a única forma de explicar "cientificamente" uma poesia) a presença desse nome nas suas cantigas, nom precisamos de que Martim Codax tivesse habitado nem visitado, nem conhecido nenhum "vigo". Bastaria apenas que tivesse conhecido a palavra "vigo" e que ela possuísse para ele algum significado.

4. HAGIOGRAFIA E METEOROLOGIA EM MEENDINHO

Nenhum destes argumentos poéticos seriam de aplicaçom ao caso de João de Cangas, que leva um topónimo no apelido e em cujas composições (que, como dissemos, pertencem de pleno direito ao género de "Cantigas de Romaria") aparecem, inconfundíveis, um santo e um topónimo (que som, como sempre, a mesma cousa). Mas seriam, polo contrário, pertinentes todas as dúvidas geográficas e toponímicas que temos efectuado no começo. Será possível determinar que nom existem, nem nunca existirom, outros Cangas e outros São Mamedes perto do mar, a uma distância suficiente um do outro como para que um poeta do primeiro cantasse a romaria que se fazia no segundo? Um leve manto de névoa começa a se levantar também do outro lado da ria.

E se isto podemos fazer no caso de um antropónimo que é topónimo, que podemos dizer de Meendinho? O único que nos ficou dele é esse nome[48] e uma cantiga, talvez a mais célebre de todo o cancioneiro, que Amancio Prada musicara situando a sua acçom no céu *(o orador canta, a imitar a mímica de Amancio Prada, quer dizer sem deixar de olhar o contorno dalguma ilha desenhada pola humidade no teito: "Sedia-me eu na ermida de São Simom...")*, e que a crítica coincide, de forma unânime, em situar na ilha de São Simom, nesse fundo de ria de autor tão anónimo como inspirado. Ora bem, a cantiga diz, na realidade: "Sedia-me eu na ermida de São Simiom" (V 438, B 852[49]), isto é: São Simeom, que é um nome e um santo bem diferentes de São Simom.

Simeom (que significa "alcancei ser ouvida"[50]) foi um dos filhos que Jacob tivo com Lia, a irmã de Raquel (que significa ovelha), que o pai de ambas, Labão[51], lhe dera primeiro, em lugar dela, esquecendo o que tinha ajustado antes com o seu duplo genro em troca dos serviços de pegureiro, graças ao qual conseguiu duplicar o tempo do contrato (Génesis XXIX, 33), num claro precedente dos actuais abusos laborais, assunto que inspirou aquele delicado soneto de Camões (Hernâni Cidade ed., 1971) que concluía: "Dizendo: —Mais servira, se não fora/ pera tão longo amor, tão curta a vida!".

---

48 Diminutivo de Meendo, e nom testemunho medieval do pseudo-casticismo "mendiño" por "mendigo", como se tem interpretado numa dessas aplicações retroactivas do galego "enxebre".

49 Para nom tornar ainda mais prolixo o texto, omitiremos esta referência em todas as citações que a partir de aqui se figerem do texto desta cantiga.

50 Que, em "enxebre", seria "Sí me oen", etimologia de "Simeom" que brindamos a algum sábio futuro, e de onde se poderia deduzir o parentesco directo do galego "oficial", nom com o castelhano, mas com o hebreu bíblico. E de onde se poderia deduzir, assim mesmo, o perigoso que pode ser tirar conclusões precipitadas dos pasmosos parecidos que por vezes nos sugere a linguística comparativa.

51 Cujo nome também poderia ser interpretado como "Lá vão", pola prodigalidade com que despachava as filhas.

Este Simeom, porém, lixou as mãos de sangue depois de ter feito grande chacina entre aqueles que violaram a sua irmã Dina, aos quais prometera renunciar à vingança se se convertiam ao Deus único e verdadeiro. Mas quando estavam no terceiro dia depois da circuncisom, que a Bíblia nos adverte que é quando a dor das feridas mais se acerba (Génesis XXXIV, 25), penetrou na cidade e passou a cuitelo os culpados da infâmia, e de passagem a todos os varões que se encontravam, que mal podiam defender-se, contorcidos como andavam por causa da sua recente conversom.

Este incidente foi julgado motivo suficiente para ser deserdado polo pai no leito de morte (com o que se nos levantam sérias dúvidas acerca da justiça do Altíssimo que noutras ocasiões aplaudiu e premiou, segundo o seu santo capricho, chacinas menos justificadas e engenhosas) e para que este nom seja, portanto, o nosso santo, que deve ser mais bem Simeom Estilita, assim conhecido por ter ficado a viver toda a sua vida no alto de uma coluna (em grego "stylo", de onde vem peristilo, e esse feio vício de considerar que alguém tem muito estilo só por possuir uma casa horrorosa com muitas colunas), e que inspirara a Buñuel um filme delirante e engraçado, "Simón del Desierto", e com isto pode parecer que o temos dito tudo, porque se comprova com que facilidade podem ser confundidos ambos os nomes.

Mas as genealogias do livro dos Paralipómenos parecem ter melhor ouvido que "o surdo de Calanda", pois distinguem (em IV, 20) um Simom, da casa de Judá, deste primeiro Simeom, que aparece um pouco mais abaixo (em IV, 24) como cabeça doutra das doze tribos. O Cristianismo conserva a distinçom, e assim temos ao lado do Simeom Estilita, de que falámos, nada mais e nada menos que Simom, o primeiro dos apóstolos, depois conhecido como Pedro (Marcos III, 16). Temos também Simeom, aquele que reconheceu a divindade do Meninho Jesus quando a apresentaçom no templo (Lucas II, 25, 28 e 34), e Simom o Mago, por exemplo, de onde se deriva o pecado da Simonia, que nom consiste em se chamar "Simom o Mago", mas em tentar mercar bens espirituais (Actos VIII, 20).

Entre a escrita do livro do Génesis e o Novo Testamento medeiam mil e quatrocentos anos, polo menos. Ora bem, os próprios cancioneiros som testemunho da permanência, por mais longo período ainda, da distinçom entre ambos os nomes, pois ao lado deste São Simiom de Meendinho temos o também citado São Simom de Val de Prados de Pero de Viviaez. Por que ia resistir esta subtil diferença mais de 2.300 anos, e nom suportar, por exemplo, o passo dos menos de 300 que separam a data provável da cantiga que fala da ermida de São "Simiom" das referências que temos da ilha de São Simom a raiz da incursom que em 1589 realizou o famoso Drake nesta mesma ria[52]?

Pode-se entender que Meendinho tivesse confundido, como Buñuel, o nome de Simeom com o de Simom. Mas resultaria muito mais complexo explicar que a con-

52 Dão-se ainda notícias mais antigas a respeito da presença mesma de Templários na citada ilha, a partir do século XII. Acontece, porém, que as fontes consultadas som vagas a este respeito e desconheço, no momento de rever estas linhas, se existem de facto testemunhos documentais para verificar estas notícias, e se neles aparece realmente o topónimo registado tal e como hoje em dia o conhecemos. Se existissem, afinal, fontes documentais referentes à ilha de São "Simom" contemporâneas ou anteriores a data provável desta cantiga, a identificaçom com a ermida de São "Simiom" se tornaria ainda mais difícil.

fusom se tivesse produzido ao revés, que é aquilo que teria que acontecer para que adjudicasse a São Simiom uma ermida que pertencia a São Simom. Seria fácil que, no acidentado percurso da tradiçom oral ou das múltiplas cópias manuscritas, uma palavra como "Simiom" perdesse o "i" que a diferençava de "Simom", mas nom tanto que "Simom" o ganhasse, nom se sabe mui bem por que razom. O "atrito" pode produzir perdas de matéria ou energia na transmissom, mas nom incrementos. Podíamos pensar entom que Meendinho estava no certo, e que a própria ermida, mais surda que Buñuel, era quem se enganou e conservou um nome errado. Mas agora as dificuldades voltam a circular em sentido contrário. É mais fácil que se engane um poeta que uma ermida ou uma ilha. A toponímia é muito mais conservadora que a língua literária. A toponímia é mesmo a parte mais conservadora das línguas, os seus ritmos de evoluçom som os mais lentos, e as vozes que a ela pertencem as que menos se gastam.

Existe pois uma dupla dificuldade em que a formosa sem igual ilha de São Simom pudesse acolher essa ermida de São Simiom de que fala uma das mais formosas das nossas cantigas. Há, por acaso, formosura de mais. Já dizíamos, ao comentar a coincidência do vigo poético medieval e o Vigo moderno pós-industrial: "bonito de mais (agora diríamos "formoso de mais") para ser certo". E, de modo inverso, se a ilha o fosse de "São Simeom" haveria uma dupla facilidade para que um poeta medieval tivesse situado nela uma cantiga que falava de uma ermida de "São Simom".

A pesar disso, nom podemos rejeitar, com um pouco de bom senso, a hipótese de que uma confusom entre São Simom e São Simiom (mesmo em contra desses dous sentidos lógicos) tivesse chegado, com efeito, a produzir-se. Mas, em virtude de idêntico bom senso, e como já dissemos ao falar do estado do mar no "vigo" das cantigas, também seria forçado admitir que bem poderiam existir na Idade Média outras ermidas de São Simeom, ou mesmo de São Simom, situadas a pé do mar, que servissem de cenário tanto ou mais idóneo, embora dificilmente tão formoso, à nossa excepcional cantiga. Nela, com efeito, nom se menciona necessariamente uma ilha. O próprio verbo de que se pretende tirar essa ideia: "cercarom-mi as ondas", parece sugerir melhor um promontório avançado no mar, uma dessas penínsulas "a tempo parcial" unidas à terra por uma língua de areia que as marés convertem em ilhas, tão frequentes no nosso litoral[53], dado que "cercarom-mi" implica assim mesmo a ideia de que, antes de isso acontecer, a amiga nom estava cercada. E como, mais adiante, se queixa de nom ter "barqueiro nem remador", parece lógico deduzir que chegou ali polo seu próprio pé. Uma poesia, e menos medieval, nom tem por que se cingir a critérios de lógica. De acordo. Mas estamos

53 Nom podemos descartar, contudo, a ideia de que, na Idade Média, a ilha de São Simom pudesse estar, na baixa-mar, unida à terra por uma língua de areia. Como é sabido, a costa ocidental está a sofrer um afundamento que provoca o aumento gradual das rias baixas, ao tempo que a costa norte sofre uma elevaçom compensatória, provocando a diminuçom gradual de rias como a de Betanços. Curiosamente este processo, que aproximaria a ilha de São Simom das cantigas, afastaria o Vigo medieval do mar, e aproximaria algum Vigo dos arredores de Betanços às cantigas. Trata-se de um processo de que temos comprovaçom histórica, até ao ponto de que produziu o aparecimento, em tempos bem recentes, de uma nova ria, a de Aveiro, a mais "baixa" das rias baixas galegas, onde se demonstra que, em questões de rias e cantigas, nom existem fronteiras. A água que perde a ria de Betanços parece que comunica, por vias subterrâneas, quase mais próprias do coraçom que do subsolo, com a água que inunda as terras de Aveiro.

a falar da "lógica" do próprio fio narrativo, que sem dúvida a cantiga possui[54]. E, aliás, queremos insistir na ideia de que nom podemos invocar toda a ilógica, inexactidão e elasticidade da retórica das cantigas, para deduzir que só uma cousa nelas segue uma lógica, neste caso exacta e rigorosa: a toponímia.

E, mesmo dentro de uma "lógica toponímica", nom temos notícia certa da existência de alguma ermida medieval na nossa ilha, nem restos arqueológicos da mesma[55]. E sobre tudo, abrigo serias dúvidas marinheiras de que nunca se pudesse levantar a redor da nossa ilha de São Simom nenhum temporal das características do parte meteorológico de Meendinho: "e cercarom-mi as ondas que grandes som, e cercarom-mi as ondas grandes do mar, e cercarom-mi as ondas do alto mar"[56]. O alto mar, ou o mar alto, tanto monta, é o mar aberto, o mar selvagem, nom esse mar sossegado do fundo da ria, esse mar "de água doce", esse mar "atracado" como um barco, hoje em dia presidido pola estrutura da ponte de Rande a imitar a silhueta de um mastro com o velame recolhido.

Parafraseando a cantiga, quando diz "nom hei barqueiro nem remador, nom hei barqueiro nem sei remar", a respeito da ubicaçom da ermida de São Simiom, bem podia a própria ilha dizer: "Nom tenho o nome nem tenho o mar, nom tenho a ermida nem tenho o altar". Que fica entom de comum? A confusom sonora. Poderia passar a vida inteira a me documentar para demonstrar que existiu na Idade Média alguma ermida de São Simeom nalgum outro lugar da costa galega ou portuguesa, e seguramente, se lhe dedicasse o tempo suficiente, conseguiria demonstrá-lo. Mas nom o vou fazer, entre outras razões porque suspeito que a ermida da cantiga nunca

---

54 Eis um bom tema para uma tese de doutoramento: "A narratividade na poesia medieval galego-portuguesa". Nele, mais uma vez, Dom Dinis seria coroado rei de todos aqueles que amamos a nossa língua. Claro que duvido que uma tese de doutoramento (sobre tudo para ser julgada polos nossos doutores auto-investidos) pudesse fazer outra cousa, com tão sugestivo tema, que destroçá-lo. Mas nela descobriríamos que essa "narratividade" chamava directamente, e sem contradiçom, para uma outra característica das cantigas: a "teatralidade", e aí assistiríamos ao mistério de que procurar a origem de uma cousa qualquer é procurar a origem de todas as cousas.

55 José-Martinho Montero Santalha iria rebater, mais uma vez, esta afirmaçom (ou melhor: esta dúvida) minha. Segundo ele sim temos notícias certas da existência de tal ermida e advocaçom. Nom especificou, porém, estas fontes e, sobre tudo, o período a que faziam referência. Pareceu-me entender que se tratava de testemunhos mais recentes. Se a ilha se denomina "São..." é porque estava, nalguma época, consagrada, dalguma maneira a ele, e o próprio topónimo implicaria "paróquia", "ermida", "capela" ou "convento". A questom nom é essa. As referências (vid. nota 52) a conventos de Templários e Franciscanos, nom abonam a identificaçom da ilha com o cenário da cantiga, antes a afastam por completo, dado que o "São" pode implicar qualquer das categorias indicadas, mas nom várias de modo simultâneo. De o "São" implicar "convento" ou "mosteiro" de derivaria, também, que nom implica "ermida". E ainda, teria que se estudar se a tal ermida foi ou nom contemporânea do poeta. Um parentesco aparente pareceria abonar essa identificaçom: o estabelecimento nessa ilha de um "lazareto" ou lugar de quarentena para as tripulações dos barcos suspeitos de trazerem a peste. A advocaçom de São Simeom Estilita, pareceria, com efeito, mui própria para um lugar destinado ao isolamento (ainda que fosse por motivos de higiene pública e nom de saúde espiritual), de que o anacoreta equilibrista poderia constituir eficaz padroeiro. Essa feliz coincidência atrasaria, porém, polo menos quinhentos anos a adopçom do topónimo. A Real Ordem por que se cria esse "lazareto" é de 6 de Junho de 1830.

56 À saída do acto, o meu sempre admirado e entranhável Júlio Santiago rebateu, pola sua parte, estas dúvidas marinheiras, com o nom menos valioso testemunho pessoal de um incidente marítimo que lhe aconteceu nos anos 40, perto de Redondela, mais ou menos na mesma "profundidade de ria" que a ilha. E quero deixar patente que simpatizo, por igual, com os esforços de ambos (Júlio e Martinho) por "empurrar" a cantiga em direçcom à ilha, e como gostaria eu de pôr ombros, junto eles, nesta tarefa, como em tantas outras. Se admiro este empenho é porque deveríamos reconhecer que o motivo polo qual as nossas mentes apetecem situar na ilha de São Simom a ermida da cantiga de Meendinho nom é outro que sua formosura, que condiz, como acabamos de reconhecer, com a da cantiga. Ninguém com olhos na cara pode deixar de se enamorar dessa ilha. Ninguém com sensibilidade pode deixar de se enamorar dessa cantiga. Nom podemos censurar, mas louvar, o desejo estético dessa identificaçom. Ora, eu proponho durante os instantes que durar a leitura deste texto, realizar o esforço contrário: o de dissociar esses amores, e, num intuito tanto ou mais generoso que o deles, tentar sentir esta paixom que Júlio e Martinho e todos nós temos sentido, alguma vez, de forma "monógama", agora de forma bígama ou mesmo polígama.

existiu e que esse nome só aparece aí por razões eufónicas ou mesmo onomatopeicas. "Sedia-m'eu na ermida de São Simiom", a cantiga começa com uma sinfonia em "s" e "m" ou melhor "s" e nasal (e cercarom-mi as ondas que grandes son), como o salseiro do mar que começa a subir. E acaba com uma forte Coda em "r" maior: "Nom hei barqueiro nem remador, morrerei fremosa no mar maior" (acompanhada também de nasal, que vem sendo a "dominante" de toda a composiçom) e que representa a eclosom da tempestade[57].

Prove-se, se nom, a mudar o nome do santo. Se em lugar de "Sedia-m'eu na ermida de São Simiom" dizemos "Sedia-m'eu na ermida de São Ramom", por exemplo, com que nada teríamos mudado nem na medida, nem na rima, todo o poema vem abaixo, e já nom nos cremos nada, e no final vem salvá-la um dos "vigilantes de la playa" numa "zodiac" com motor fora borda, porque já nom significa nada que nom tenha barqueiro nem remador. O nome de "São Simiom" parece feito de mais à medida do poema, como para nom ter sido fabricado "ex professo". A própria terminaçom "iom" de Simiom, em lugar do "om" de Simom, parece motivada pola série de ditongos e encontros vocálicos que percorrem o verso, como uma representaçom sonora das ondas que vêm e vão: "sedia-m'eu na ermida de São Simiom".

Sei bem que esta afirmaçom pode parecer contradizer o dito quando caracterizávamos o género de "Cantigas de Romaria" face o de "Cantigas elementares" ou "panteístas". A cantiga de Meendinho reúne, num primeiro relanço, todas as características de uma "cantiga de Romaria". Menciona-se o santo, fala-se de uma ermida, e nom obstante estamos a falar dela como se fosse, como todas as "elementares", uma cantiga sem localizaçom concreta. Mas é que, a pesar da ermida e do santo, a cantiga de Meendinho pertence, com todo o direito, ao segundo e nom ao primeiro desses géneros. O nome do santo aparece no primeiro verso, segundo uma daquelas normas nom escritas que escrevemos entom. Mas também aparece em posiçom final, "a provocar rima", o qual, como vimos naquele mesmo ponto, já nom é tão frequente. Isso nom quer dizer que São Simiom nom possa ser o nome de um santo e de uma ermida, mas quer dizer que se poderia tratar igualmente (tal e como dizíamos entom de "Santa Maria") de uma "palavra de conveniência". E muito mais se acrescentamos à conveniência na rima, as conveniências eufónicas antes destacadas.

Ainda concedendo que o primeiro verso pudesse pertencer a um cantiga de romaria, já logo no segundo irrompem os "elementos" com toda a sua força natural: "e cercarom-mi as ondas que grandes som" e, a partir daí, constituem-se eles em autênticos protagonistas. O desenvolvimento estilístico da cantiga pode-se resumir com as mesmas palavras que o temático. Estilisticamente também é a história de uma ermida que é varrida polas ondas. A pesar de que temos dito que a diferença entre as "Cantigas de Romaria" e as "Cantigas Elementares" é radical, nem por isso, na mentalidade de um poeta medieval, constituía delito nenhum misturar cousas tão dispares e mui bem podia haver cantigas de um género que

57 Alguns destes sons coincidem, por certo, com aqueles que enfatizava o nosso Maquiavel particular, onde se vê os diferentes resultados expressivos que pode produzir uma utilizaçom subtil ou grosseira de idênticos recursos.

partilhassem um verso com as de outro, como na arquitectura rural as casas de um mesmo núcleo partilham os muros. Também a distinçom entre "mouros" e "cristãos" era radical, e nem por isso Afonso X sentiu melindre nenhum por aproveitar ritmos e instrumentos árabes para musicar as suas Cantigas de Santa Maria. De igual modo Meendinho nom deveu de senti-lo para, sobre um verso de cantiga de ermida, construir uma cantiga de outro género, como quem constrói a casa nova com uma trave de uma ermida abandonada.

Evidentemente nessa ermida nom há romaria nenhuma, porque a cantiga de Meendinho, como as de Codax, é uma cantiga de solidão. Também a história dos perigos da "namorada" nom parece a melhor propaganda para esse hipotético santuário. Trata-se, sem dúvida, de uma "cantiga elementar", em que, em lugar de rio ou fonte, temos uma ermida como lugar de encontro, mas nem por isso é uma ermida no dia da festa. Estamos numa ermida deserta, por nom dizer abandonada e, se nom podia haver "cantiga de romaria" sem santo, menos pode haver "cantiga de romaria" sem romaria. Nom se tratando, pois, de uma "cantiga de romaria", a necessidade da concreçom geográfica desaparece. Tratando-se, como parece evidente que se trata, de uma "cantiga elementar" com todas as características do género elevadas à sua mais deslumbrante expressom, a realidade toponímica estorva.

5. JOÃO DE CANGAS E O DIA DA VERDADE

Talvez nom resulte mui diplomático dizer isto em Vigo. Mas nom quero que pensem que tento por isso diminuir o valor desta zona e do seu património artístico. Antes o contrário, o que eu pretendo é alargar os horizontes desta Ria. Engrandecê-la, pode que a base de esvair o seu contorno, porque uma ria nom é o mar que penetra na terra, mas um vale que se quer fazer ao mar, que se quer fazer barco e que naufraga, que é uma maneira de ser barco também. Deixemos Vigo diluir-se também no seu próprio mar, e imaginemos que no outro lado da ria nom estão Cangas nem Moanha, mas a margem direita do rio Návia, e que a sua ribeira sul nom é esta, mas a margem esquerda do Guadiana, e que nesta ria vivem todas as palavras da nossa língua, a brincarem como golfinhos, ou a formarem, no fundo escuro das águas, poemas tão formosos como aqueles que de hoje falamos, e que ninguém ainda pescou.

Porque, graças precisamente à indeterminaçom, à incerteza e ao desconhecimento que temos da vida da maior parte dos nossos poetas medievais, a sua única pátria definitivamente é a língua, e essa nom conhece outros limites que os da ria ilusória e evanescente que temos desenhado. As águas do mar de Vigo som um lugar idóneo para comemorar estes poetas, sem dúvida. Como o som as águas das rias de Betanços, de Noia, Ortigueira, Ribadeu, Aveiro, e o estuário do Tejo também, que nom será geograficamente uma ria, mas um rio que tem marés se lhe parece bastante. Se se quiser concreçom toponímica "científica" este "Dia das Letras Galegas" só poderia celebrar-se em dous lugares; ou em Roma ou em Lisboa, onde se conservam os originais dos cancioneiros. Porque Martim Codax, Meendinho e mesmo o toponímico João de Cangas, som poetas que pertencem, antes que a nenhum outro lugar do mundo, ao papel (ou pergaminho, para sermos

exactos) em que ficaram registadas as suas cantigas[58]. Por isso, para os homenagear, nom no improvável e indemonstrável lugar em que viveram e cantaram no século XIII, mas no lugar em vivem e cantam hoje em dia, seria preciso, em qualquer caso, acudir à Biblioteca Nacional ou ao antigo Colégio dos Nobres da Ajuda (ambos em Lisboa) ou à Biblioteca Vaticana (situada, como o seu próprio nome indica, no Estado do mundo com menor índice de natalidade). E com certeza que os académicos da Galega prefeririam viajar antes a Roma que a Lisboa. Como os nossos filólogos de saldo quando nom sabem a etimologia de uma palavra afirmam, sem pensá-lo, que deve provir do italiano, e para os nossos sábios oficiais a sorte do galego tem mais a ver com a do piemontês e mesmo a do reto-românico que com a do português, o aeroporto de Fuimicino vem-lhes ficando mais à mão!

Acabamos de alargar os limites da ria de Vigo aos da língua galego-portuguesa. Temo-la com isso engrandecido e nom o contrário. Só reduzindo a língua se poderá agora minorá-la. Nesse sentido deveriam os cidadãos de Vigo sentir-se muito mais ofendidos polas autoridades que se aprestam para celebrar nestes dias tantos actos pomposos e vazios. Porque tudo isto convida a uma pergunta: que letras galegas estamos a celebrar? E eu tenho a sensaçom de que estamos a celebrar só as minúsculas.

O único verso afortunado de João de Cangas talvez seja o refrão dessa cantiga que diz "hoje nom me mençades, amigo", que lembra, na ingenuidade desse requerimento, aquela célebre frase do filme "Johnny Guitar": "Diz-me que me amas, ainda que seja mentira", embora seja conceptualmente o seu oposto. Porque, com efeito, a amada parece se conformar com apenas uma trégua de um dia nas mentiras do amigo. É como o grito de alguém que, afogado na falsidade, no cinismo, no reino das aparências, pede por favor, por deus, por caridade, um dia só, um dia apenas, vinte e quatro horas de verdade na vida. Nom teria sido um mau lema para qualquer Dia das Letras Galegas, mas sobretudo para este. Pois numa autêntica exibiçom de sadismo linguístico e de mentalidade perversa, mesmo esse verso que pede desde há setecentos anos um pouco de sinceridade e de honestidade, nom puderom evitar deturpá-lo e falseá-lo. Acabo de vê-lo transcrito da seguinte maneira: "Hoxe non me mintades, amigo". E nom é por lusismo, porque "mençades" resulta hoje em dia tão arcaico aos ouvidos de um português como aos de um gale-

58 Mesmo apetece intervir nas polémicas acerca do misterioso nome de Codax, aportando mais uma interpretaçom que calharia perfeitamente ao nosso propósito. E se o nosso Martim Codax tivesse sido realmente um Martim Codex (do latim "Codex, codicis": "tábua para escrever" e também "livro", "registo") que por uma gralha ao transcrever o nome nas cópias sucessivas dos textos, acabasse por receber novo nome e acidental existência? Mas o seu verdadeiro nome significaria, afinal, a realidade do falso: porque Martim Codax seria um ser que nunca teria existido senom nos códices de que o seu autêntico nome era étimo. Pode ter acontecido que, nom se sabe em que primitivo cancioneiro, ao lado do nome de um jogral chamado Martim (talvez o próprio Martim de Ginzo, ao pé de cujas cantigas figuram as de Codax), o copista anotasse a palavra Codex, e ao seu lado o nome do códice de que foram recolhidas, ou a sua numeraçom no mesmo, como quem deixa marcado o lugar onde deve continuar o trabalho no dia seguinte. Pode que este original se deteriorasse e ficasse só legível "Martim Codex", ou que outro copista posterior nom entendesse (logicamente) o sentido da anotaçom. O caso é que nesse instante teria nascido um novo ser de pergaminho, fantasma de biblioteca, condenado a falar com letras e cujo corpo é sustido, em lugar de por sangue fresco, por tinta seca. Pode mesmo que, com o correr do tempo, e as sucessivas cópias (quem sabe se com idas e voltas da tradiçom oral para escrita) este poeta acidental acabasse por ter personalidade e estilo próprios, independentes dos do Martim original e criaçom colectiva do povo cujas cantigas repetia? Outras hipóteses mais sensatas e documentadas acerca deste curioso nome forom expostas, na sua intervençom por José-Martinho Montero Santalha. Mas nisto, como em tudo neste escrito, importa, mais que tivesse acontecido na realidade, que podia ter assim acontecido. E, de que país, de que língua, de que literatura seria este poeta de papel (ou pergaminho)?

go, essa frase, na língua actual seria, em ambos os casos, quase idêntica: "hoje nom me mintas, amigo" ou "hoje não me mintas, amigo". O que está em jogo nom é o reintegracionismo ou o isolacionismo, é o reino da verdade ou o da mentira. Que sentido tem, por exemplo, "actualizar" a forma verbal, e deixar uma forma de tratamento tipicamente medieval? Tem algum sentido actualizar, como nom seja graficamente, a língua das cantigas? Por essa via, a cantiga de Meendinho acabará por se converter na história de uma rapariga de Vigo que nom conseguiu bilhete para a última lancha de Cangas! Esta maneira provinciana e "pueblerina" de celebrar o Dia das Letras Galegas é que empobrece a ria de Vigo e lhe rouba um património muito mais valioso que o "tesouro" de Rande: uma língua diáfana e luminosa, capaz de chegar tão longe como qualquer dos barcos que arribam ao seu porto. A língua das cantigas é a língua portuguesa. Chama-se-lhe galego-portuguesa num paralelo desnecessário com a escola literária que a cultivou, mas essa denominaçom parece sugerir a falaz ideia de que, entre o latim e nós existiu uma terceira língua de que surgirom as actuais de Galiza e Portugal. E nom há espaço temporal (na evoluçom linguística entre o latim e o romance actual) para uma terceira língua. Entre o galego e o português a única língua que se interpõe é o espanhol. A língua da Galiza actual é português, 100% nos seus componentes, mas construído segundo o modelo do espanhol. Eis a verdadeira diferença. Nom é por isso uma língua diferente, porque, de igual modo que nom existe espaço temporal entre o latim e o português, nom existe espaço linguístico entre o castelhano e o português, línguas extraordinariamente próximas, para uma terceira língua suficientemente diferençada como para nom ser considerada variante dialectal de uma ou outra. A língua das cantigas pode-se dizer que é português do século XII, igual que a língua do Cantar del Mio Cid se pode dizer que é castelhano do século XII, com certeza muito mais diferençado da língua actual que no nosso caso. Os problemas ideológicos ou psicológicos que possa ocasionar a constataçom de que na Galiza do século XII se falava português do século XII nom som da minha incumbência. Mas, para o dizer de uma maneira que nom fira nenhum chauvinismo, passaremos a nossa proposiçom pola passiva e diremos que o português actual representa a continuidade natural da língua das cantigas, enquanto na Galiza essa continuidade ficou rota por 5 evidentes séculos de silêncio literário. Adaptar à ortografia portuguesa actual uma cantiga nom a atraiçoa. Adaptá-la ao sistema gráfico e linguístico espanholizado e castrapizado do galego "oficial", sim[59]. Nenhum editor português jamais pretendeu que a transcriçom desse verso de João de Cangas fosse "hoje não me mintais, amigo". Por que será? "Hoje nom me mençades, amigo",

59 Pode parecer uma afirmaçom tão sectária e arbitrária como a oposta, mas nom é. A ortografia portuguesa actual nom é a mesma, evidentemente que a dos cancioneiros, que resultava bastante anárquica e irregular. Mas a ortografia portuguesa actual já "estava ali". Podia haver ambivalências entre "nn" e "nh", por exemplo, mas "nh" estava ali. Nom estavam ali, porém, nem o "x" de "xente", nem o "ñ" de "miña". Um galego ou português medieval poderiam ler sem dificuldade uma cantiga adaptada ao actual sistema gráfico do português. De uma cantiga passada polo galego "oficial" nom entenderiam nada. Para disfarçar este feito, alguns editores oficialistas (Pena, 1998) optarom polo recurso à fidelidade, curiosamente só naqueles casos em que lhes "doía" adaptar-se ao sistema gráfico do português, como na oscilaçom entre "nn" e "nh" e "ll" e "lh". Nom seguiu, porém, idêntico expediente, nas múltiplas vacilações que se registam, por exemplo para representar o som "i" (= "i", "j", "y", "h") ou no caso da ambivalência "l" e "ll" ("cavallo" etc.). Por que? Simplesmente porque o valor de "i" e "l" nom difere no português e no espanhol actuais. "Hoje nom me mençades, amigo". A mentira é um hábito que se prende de tal maneira na conduta que chega o momento em que, mesmo quando se pretende dizer a verdade, se mente. E essa fidelidade restringida e estratégica é só uma forma espúria de nom querer reconhecer o feito, científico e inegável, de que a língua portuguesa actual é a única forma actual da língua das cantigas.

parece que esse verso foi dedicado especialmente polo de Cangas a Alonso Montero! Separar os autores galegos dos portugueses na nossa literatura medieval, para além de uma tentativa inútil e uma vileza intelectual e moral, é uma falsidade. Pretender cortar a continuidade daquela língua com o português actual, uma forma torcida, cínica e maquiavélica de cortar os laços que unem a língua da Galiza e de Portugal ainda hoje. E o cinismo radica em que, a mesma pessoa que empunha as tesoiras para cortar uma corda, afirma, com um rabo de picardia nos olhos: "mas, essa corda nom existe". Se rompermos essa unidade, por uma lógica e uma coerência que as nossas autoridades académicas nom costumam utilizar, os poetas medievais Martim Codax, Meendinho e João de Cangas (tão portugueses e tão galegos como Dom Dinis) deveriam deixar de ser nossos.

Nem por esta razom, nem por nenhuma das linguísticas, históricas, literárias ou de simples bom senso antes aduzidas, este Vigo, esta ria com a sua ilha de São Simom varada no fundo, deixariam de ser o lugar mais indicado do mundo para ler os poemas de Martim Codax ou Meendinho, pois dele extraírom sem dúvida algo mais importante que um topónimo: a sua beleza. A beleza das cantigas de Martim Codax e Meendinho (e das de Pero Meogo, seja de onde for, e das de João Zorro, e as de Gomes Charinho, e as de Dom Dinis) está, dalguma maneira, tirada da beleza de lugares como esta ria, Ponte de Lima, a Ribeira Sacra ou o estuário do Tejo. A língua e a paisagem estão indissoluvelmente unidas, porque ambas estão modelas (e porque elas modelam, ao mesmo tempo) uma mesma comunidade humana. Ainda que Martim Codax tivesse sido cossaco, nem por isso a beleza das suas cantigas deixaria de ter saído, dalguma maneira, e por complicados caminhos, dos reflexos do Sol nas águas desta ria.

Eu nom queria, por isso, usurpar à ria de Vigo nenhum dos seus poetas, mas, antes ao contrário, pretendo que lhe sejam restituídos todos aqueles, a começar por Dom Dinis, que o provincianismo imperante lhe arrebatou. Quero que, se amanhã um erudito territorial desses que abomino (quer sejam galegos, quer portugueses) conseguisse demonstrar que o Vigo de Martim Codax está no Algarve e a Ermida de São Simeom na Beira Baixa, os cidadãos desta ria imensa (muito maior do que os seus limites geográficos mentem, e que encerra nas suas entranhas animais poéticos até hoje desconhecidos ou esquecidos) nem por isso deixem de considerar Martim Codax e Meendinho poetas seus.

6. DA NECESSIDADE POÉTICA DE FALAR DAS CANTIGAS

Por isso, como poetas nossos que som, com independência do lugar geográfico em que nascerom ou dos lugares hipotéticos que mencionarom, vamos falar deles. Destes três poetas só nos têm ficado um total de onze cantigas (todas elas de amigo). Onze cantigas de amigo podem-se ler em menos de meia hora. Já levamos mais de meia hora a falar delas e vamos falar delas muito mais. Vamos falar delas nom só hoje. Durante muito tempo. Durante séculos, quem sabe? Pode parecer incrível, ou um disparate. Mas é justo que assim seja. Um dos recursos poéticos que utilizam é o paralelismo, esse jogo cativante entre a repetiçom e a variaçom. Eu tenho só uma teoria, e é, dentro da minha deformaçom profissional de especialista em tudo, a de que aquilo que define as cantigas de amigo é a falta de grava-

dor. Penso que o paralelismo, igual que a rima e o ritmo, serviam para gravar nas mentes as cantigas, e gravá-las nas mentes representava naquela altura uma necessidade imperiosa para a sobrevivência das próprias cantigas, por falta de outro suporte mais firme e maleável. Ao pé de uma cantiga, nom excessivamente inspirada, é preciso reconhecer, de Fernan Rodriguez de Calheiros (V 234, B 632) anotei em certa ocasiom "É curioso: os versos que têm paralelo nom rimam". Era como reconhecer que se tratavam de dous artifícios orientados a um mesmo fim, que se podiam suprir e intercambiar perfeitamente. Nada há de gratuito, quando se fala em sobrevivência. Se havia paralelismo já nom era necessária a rima, igual que as asas e as pernas das aves se alternam nos seus diferentes modos de locomoçom.

A repetiçom das cantigas parece que nos pede que sigamos a falar delas, e mesmo que nos repitamos ao falar delas. E o paradigma deste mecanismo me parece que é precisamente a única composiçom que nos deixou Meendinho. Muito se tem falado desta cantiga de 24 versos, e muito se há de falar dela ainda. Eu nom sou nem filólogo nem crítico literário, as minhas profissões parecem pouco recomendáveis: contista e homem de teatro. Mas talvez por isso possa precisamente fazer um pequeno contributo pessoal desde um outro ponto de vista. Porque queria, para finalizar, e para coroar esta ideia, tentar contagiar-vos a admiraçom que me produz a sua perfeita armaçom cenográfica. E nom estou a referir-me a um teórico esboço cenográfico, um pouco wagneriano, em que se visse uma moça de longas vestes a passear as suas coitas e melenas loiras, diante de um pano em que se representasse o quadro nocturno de uma ermida abandonada num alto penedo rodeado de impetuosas ondas. Falo da perfeita distribuiçom cenográfica dos próprios versos da cantiga. Ousaria mesmo falar, se se me permitir o anacronismo, da sua perfeita cenografia "tipográfica":

NÍVEL DO MAR NÍVEL DO EU	CORO EM "-OM/-OR"	TEMPO DOMINANTE	CORO EM "-AR"	NÍVEL DO MAR NÍVEL DO EU
SEDIA-ME EU ONDAS	*Sedia*-me eu na ermida de São Simiom e *cercarom*-me as ondas que grandes som:	*PASSADO*	Estando na ermida ante o altar, *cercarom*-me as ondas grandes do mar:	SEDIA-ME EU ONDAS
EU EU	eu *atendendo* o meu amigo, eu *atendendo* o meu amigo.	*INTEMPO-RAL*	eu *atendendo* o meu amigo, eu *atendendo* o meu amigo.	EU EU
CERCAROM-ME BARQUEIRO	E cercarom-me as ondas que grandes *som*, nom *hei* barqueiro, nem remador:	*PRESENTE*	E cercarom-me as ondas do alto mar nom *hei* barqueiro, nem *sei* remar:	CERCAROM-ME BARQUEIRO
EU EU	eu *atendendo* o meu amigo, eu *atendendo* o meu amigo.	*INTEMPO-RAL*	eu *atendendo* o meu amigo, eu *atendendo* o meu amigo.	EU EU
NOM HEI MAR MENOR	Nom hei barqueiro, nem remador, *morrerei* fremosa no mar maior:	*FUTURO*	Nom hei barqueiro, nem sei remar, *morrerei* fremosa no alto mar:	NOM HEI MAR MENOR
EU EU	eu *atendendo* o meu amigo, eu *atendendo* o meu amigo.	*INTEMPO-RAL*	eu *atendendo* o meu amigo, eu *atendendo* o meu amigo.	EU EU

Pretendemos sintetizar neste quadro toda essa perfeita cenografia tipográfica, ou tentamos entender por meio dele, melhor dito, a causa dessa admiraçom que nos produz. Seguimos, na transcriçom do texto, nesta ocasiom como em todas, grosso modo, a leitura de José Joaquim Nunes[60] (1973). Temos eliminado, porém, os apóstrofes, as leituras conjecturais e adaptado, em tudo quanto se pode chamar "grafia", ao português actual. E temos dado assim uma feiçom bem familiar a esta cantiga, que tirando o "sedia", o "hei" e o sentido de "atendendo", poderia ter saído das mãos de algum jovem poeta galego dos nossos dias, se pudesse existir neste século um poeta dono de tão poderosa simplicidade, se fosse dado hoje em dia aos poetas fruir dessa soberba, forte, altiva, ingenuidade. Temos distribuído o texto em duas colunas, conforme as duas séries rimadas que implica o paralelismo, a fim de melhor apreciarmos uma mesma estrutura que se repete nas rimas alternas. Para reconstruir a cantiga, assim desdobrada, seria preciso ler a primeira "cobra" da esquerda, com o seu correspondente refrão (incluídos numa mesma caixa de linha

---

60 José Martinho Montero Santalha (e nesta nota despedimos a conversa subterrânea e adiada que vimos mantendo através delas) apresentou na sua intervençom uma ediçom divergente, em muitos aspectos, da de Nunes, nomeadamente no que diz respeito ao refrão, em que seguiu (e nisto sim quero manifestar o meu mais radical desacordo) essa "nova leitura" proposta por Tavani (1988), que, do meu ponto de vista, ataca algo mais fundamental na poesia medieval do que a correcta interpretaçom de uma abreviatura, que é a sua beleza. Este Tavani teria dado um bom "erudinho" se nom fosse já um "erudetto" completo. Tornou-se famoso, há anos, por realizar os primeiros estudos de lírica medieval em que se utilizou o computador como ferramenta de trabalho. Hoje em dia, quando qualquer um pode realizar na casa esse género de entretenimentos estatísticos, a patética modernice daquelas pesquisas ficou definitivamente no lugar que merecia. Quanto a mim, um senhor que se dedica a fazer a estatística das palavras iniciais das cantigas e tira daí conclusões, merece antes descrédito que o menor crédito científico (haveria que demonstrar, primeiro, que a palavra inicial tem maior importância poética que a segunda ou a terceira, e nom que, simplesmente, a posiçom é um valor susceptível de tratamento informático). Para constatar que muitas cantigas de amor começam pola palavra "senhor" nom fazia falta tanto barulho. Mas as veleidades do mundo académico som assim, e este senhor é considerado, sem mais, uma autoridade, cujas ocorrências som seguidas de forma pouco crítica. E se aqueles "jogos de computador" nom servirom para desacreditá-lo, o caso que nos ocupa deveria ser agora suficiente. Pretende Tavani converter o refrão "Eu atendendo o meu amigo/ eu atendendo o meu amigo" em "Eu atendendo o meu amigo. E verrá?". A "ocorrência" (levava-se muito tempo lendo-o da outra maneira e parece que à poesia medieval lhe tocou também a hora da pós-modernidade) veio do facto de aparecerem nos cancioneiros, depois da primeira frase, as letras "eu a", com um signo de abreviatura em cima do "u". Segundo Tavani isso implica que há uma elisom entre o "u" e o "a", e daí a sua "reconstruçom". Eu nom possuo senom rudimentos de paleografia, confesso, mas penso nom estar inteiramente desprovido de "ouvido poético". E o mais torpe dessa leitura é precisamente que, entom, o verso do refrão mede o mesmo que os versos das estrofes. E agora gostava de ter também uma máquina de tricotar análises estatísticas para lhe demonstrar que o frequente é exactamente o contrário, mas basta-me com constatar que, nos exemplos mais formosos dos cancioneiros, o refrão rompe sempre o ritmo das "cobras", e, como veremos a seguir, o próprio sentido do poema exige que esses versos estejam como "à parte". Mais uma vez, como já temos visto num dos seus dignos acólitos, a fidelidade parcial é uma forma de parcialidade, e nom de fidelidade. Nom se entende tanta preocupaçom por um signo e tão pouca polo significado. Nunes entendeu (desde o meu ponto de vista, de forma paleográfica, linguística e literariamente correcta) que esse sinal de abreviatura representava o apócope da frase inteira. Eu nom sou paleógrafo nem tenho consultado na minha vida os originais dos cancioneiros, mas, aos poucos dias deste acto (no mesmo das Letras Galegas) apareceu na imprensa o reclamo publicitário de um conhecido vinho alvarinho (homenageado, ao parecer, também nesse dia) em que se reproduzia, de forma fac-similar a cantiga de Martim Codax "Ondas do mar de vigo". Depois da primeira "cobra" aparece o refrão "Cay deus se uerra çedo" completo. Mas logo após da segunda aparece já contraído como "cay dess" com um compêndio em cima do "d". Depois da terceira aparece "cay ds" com o signo em cima do "s", e depois da última "cay d's." com esse signo convertido em apóstrofo, o qual levaria Tavani a ler "dos" ou "das", ("caydos", como se os amantes, e nom as letras tivessem caído e estivessem "caídos") ou talvez a interpretar esse verso como "cay dous", quer dizer: "que há i dous" e, como antes a amiga se tinha perguntado "Se vistes meu amado", se deduziria um caso de bigamia claríssimo, ou de visom dupla por causa do álcool do vinho que essa cantiga publicita. Penso que é preciso ser, ou um pouco míope, ou muito snobe, para ver num documento medieval a frase "eu atendendo o meu amigo" e, mesmo a pé, "eu a" com um signo de abreviatura (em cima do mesmíssimo Pico Sacro se se quer) e nom interpretar que se repete a frase anterior (ver outras questões paleográficas no Apêndice). Mas eu sei pouca paleografia e bebo pouco vinho. E, sobre tudo, nom entendo esse empenho de erudinhos, erudettos, e mesmo eruditos, de "fixar" a forma original das cantigas, quando as cantigas nunca tiverom uma forma fixa nem (e aí entraríamos num dos seus grandes mistérios) original. O "refrão" insistente desta epígrafe é precisamente que a Paleografia e as edições críticas se têm um sentido é o de continuar, nom o de interromper, o fluxo inesgotável da tradiçom. Se José Joaquim Nunes é o autor real desse refrão, honra lhe seja! Que nom se mude, porém, uma só letra. Que se corrija apenas o nome do jogral e que, em lugar de Meendinho, ponha Nunes: o mais inspirado poeta medieval do século XX!

simples e separados por uma linha de pontos), e logo a primeira "cobra" da direita, com o seu correspondente refrão, e assim, de esquerda para direita, e de cima para a baixo, no sentido normal de leitura.

Falamos em "perfeita cenografia tipográfica", mas a representaçom "acústica" que nos ofereceria (que era o género de representaçom para que estava pensada a "peça") nom ia resultar, em essência, diferente. Se pretendêssemos procurar um paralelo entre aquele esboço cenográfico wagneriano e esta representaçom tipográfica, o papel da amada, a figura isolada no meio da cena, o interpreta o refrão, enquanto o papel das ondas e a ermida, a decoraçom de fundo, é interpretado polas estrofes. E nisto já estamos a ver que a cantiga de Meendinho rompe um molde (e muitos mais há-de romper). Pareceria normal que as estrofes, pola sua mobilidade, estivessem associadas à figura, e o refrão, inalterável, ao fundo. Mas este seria um preconceito digno de um Tavani[61], e nom de um Meendinho. A "genialidade" do poema radica precisamente em que, desta maneira, o movimento "externo" dos versos, reproduz o movimento interno, dramático. Porque, com efeito, a protagonista permanece durante todo o poema em pé, quieta, enquanto tudo se move à sua volta. O carácter reiterativo do refrão, "Eu atendendo o meu amigo,/eu atendendo o meu amigo" nom resulta ser, assim, gratuito, mas essencial. Ele é que nos projecta essa imagem da amada estática, inalterável, heróica ou estupidamente fiel, no centro de uma cena cada vez a mais e mais agitada. Essa repetiçom nom é redundância, pois significa: o tempo nom passa para ela, a pesar de que processos terríveis se desencadeiam ao seu redor. Pode parecer que esse verso, aparecendo repetido, pode ser eliminado sem remorsos. Sem ele, porém, o poema desaba, como um arco a que lhe tirassem uma das colunas que o suportam. Por isso a "nova leitura" de Tavani, eliminando a repetiçom e substituindo-a esse trivial "E verrá?" (que parece dito com as unhas pintadas e um cigarro na mão, e quase nos parece que em castelhano e precedido por um "Ay chico...") nos abriga a cometer mais de uma falta de ortografia, porque só podemos concluir que ela fecha o capítulo das "aberrações" críticas e inaugura um novo conceito muito mais preocupante: o das "everrações".

A repetiçom, que é um recurso poético diferente do paralelismo (e mesmo o seu contrário, como veremos), nom é completamente estranha ao universo poético medieval. Encontramo-la, por exemplo, no fim da cantiga de João Airas que começa "Amei-vos sempre, amigo" (V 635, B 1045) e em que, depois de sucessivos protestos de fidelidade, suplica-lhe que, se algum maldizente pretendesse "fazer al entendente (=fazer-lhe crer outra cousa diferente)/ dizede-lhe que mente, dizede-lhe que mente". Idêntico sentido veemente tem a repetiçom com que finaliza cada uma das estrofes de uma cantiga de amor de Afonso X (B 470 ou 360) que conclui "e se me este mal/ durar assi/ eu nunca fosse nado/ penado, penado". Particularmente expressivo resulta o primeiro exemplo: uma composiçom em versos curtos (hexassílabos), em que se utiliza com singular liberdade e mestria, de uma pancada só, dous artifícios poéticos como o "dobre" (repetiçom de uma mesma palavra final na mesma estrofe) e o já citado da "palavra perduda", porque

61 Vid. nota anterior.

esta palavra final repetida ("amigo") nom rima. Inserida cada três versos, cria um esquema de rima excessivamente irregular e excessivamente regular ao mesmo tempo (øabaøabcøccc, onde ø representa a "palavra perduda"). Cria, por isso, também uma ilusom de série rítmica que logo se destrói como pola sua própria dinâmica, o qual contribui a lhe dar ao conjunto do poema um ritmo acelerado e sincopado, "trepidante" diríamos se fosse um filme, que fica suspenso nessa repetiçom final (antecipada pola própria repetiçom da última rima), que nom deixa de ter qualquer cousa de descolagem de aviom: é como uma roda que dando voltas a grande velocidade acabasse por se levantar no ar e ficasse a girar sobre ela mesma.

Todas estas som características que, em grande medida, partilha com a cantiga do Rei castelhano (versos curtos, rima variada, uso do "dobre" e da "palavra perduda", nesta ocasiom de forma separada e irregular). Nom nos encontramos, porém, em ambos os casos, diante de cantigas paralelísticas. A originalidade de Meendinho parece consistir na ingénua ousadia de pôr em contacto recursos poéticos tão contraditórios (a pesar do aparente parentesco nominal) como o paralelismo e a repetiçom. O paralelismo produz "movimento poético", a repetiçom detém-no. Daí que Meendinho nom precise de versos curtos nem de ritmos agitados ou combinações audazes de rima para criar o contraste necessário que valorize o tempo estagnado nesta repetiçom. Idêntico contraste pode lograr com o movimento mais pousado (e por isso mais desassossegante) que emana do paralelismo. Eis a causa de a protagonista se situar no refrão repetitivo, e a acçom nas estrofes paralelísticas. Bem: todo o poema está posto nos lábios da protagonista, é certo. Mas nas estrofes é como uma voz "em off" (para empregar uma terminologia televisiva) que narra a acçom em diferido (para ser coerentes com essa terminologia. No refrão nom: parece que podemos ouvir a voz nos seus próprios lábios, e em directo. E mais uma vez é a repetiçom que nos fornece o dado[62]. Igual que nas cantigas de João Airas e Afonso X, a poética da repetiçom é a retórica do desespero. Diante de uma situaçom sem saída nom há lugar para as elucubrações. Repetimos e repetimos frases protectoras ("por deus, por deus!", "nom pode ser, nom pode ser!") como querendo deter o tempo ou encher a atmosfera ameaçadora com elas. É a repetiçom precisamente que põe na boca da protagonista as palavras do refrão. E à medida que vamos constatando a necessidade poética inegável dessa repetiçom, que vamos palpando a evidência dessa veemência, vamos sentindo, também com mais força, a necessidade poética de agarrar o tal Tavani, vesti-lo com roupas de donzela medieval e amarrá-lo a uma rocha que há-de cobrir a maré, para que comprove na própria carne a necessidade poética de repetir algo, ainda que só for "aiuto!".

Há na cantiga dous níveis. Fique descansado o leitor que nom se trata de dous originais "níveis de leitura". Trata-se de dous níveis físicos, e nem por isso menos poéticos. De uma parte o nível do mar, e de outra o nível do "eu" (a protagonis-

---

62 A uniformidade métrica que provoca a leitura míope de Tavani quebranta, como sempre, os mecanismos mais subtis do poema. Porque para que o refrão desenvolva a sua funçom precisa separar-se também metricamente das estrofes. Os números das medidas dos versos (11, 8...) sempre me lembrarom os das aberturas do diafragma de uma câmara. Ainda que, neste caso, deveria de se tratar melhor do ângulo de enfoque ou do tamanho da objectiva. Das estrofes para o refrão a atençom da câmara se vai fechando do fundo para a figura, do mar para a protagonista. A cena tem outro enquadre e outra luminosidade. A métrica deveria acompanhar, na mesma medida, este movimento de câmara.

ta/locutora), que aparecem representados nas duas colunas externas do quadro anterior.

No primeiro verso o nível do "eu" parece claro desde a palavra inicial: "Sedia", quer dizer: estava, permanecia, e isso implica "terra firme". Como já dissemos antes, da própria cantiga (da conjunçom, sobre tudo, de este "sedia" com o iminente "cercarom-me") se deduz que ela chegou ali de pé enxuto (o qual invalida a localizaçom numa ilha). Este nível do "eu" fica aí estabelecido e permanecerá invariável ao longo do poema. Porque depois do primeiro verso "eu" volta a aparecer, a seguir, no refrão, e assim, numa repetiçom repetida, até ao fim: "eu atendendo...". E "eu atendendo..." significa (para além de "eu esperando") "eu de pé", "eu em terra", "eu sobre o nível do mar", exactamente igual que o "estando" do primeiro verso da sua estrofe gémea (a primeira da coluna direita, em "-ar). O nível do mar do primeiro par de estrofes vem representado nos segundos versos de um e outro coro, por essas "ondas", que, a pesar de serem grandes nom atingem ainda o "eu", mas aproximam-se perigosamente: "cercarom-me".

No segundo par de estrofes (de ambas as colunas) o mesmo verso que no fim da anterior dava referência do mar, serve agora para dar referência do "eu": "cercarom-*me*". O nível do mar bem representado por "barqueiro" e isso implica uma nivelaçom com o "eu", porque a queixa de que "nom hei barqueiro" implica também: "e precisava mesmo de um", isto é: só subida numa barca posso escapar já do mar.

Nas duas últimas "cobras" o verso final das anteriores volta a servir para referenciar o "eu" ("Nom hei", e por conseguinte ainda no limite do "nível sobre" o mar) enquanto o nível do "mar maior" ou do "alto mar" remonta, pola primeira vez, impetuoso sobre esse "eu", que o é também de "morrerei". Mas logo após voltamos, no último refrão, ao mesmo nível da partida: "eu, atendendo..." , porque, como vamos ver a seguir (ao falar do tempo), a ideia fulcral do poema é: "eu" ainda estou aqui. E se algo nos provoca maior angústia do que uma tragédia sobrevinda, é uma tragédia inevitável.

Talvez se trate de um crescimento do mar antes dramático que físico, antes de um incremento da tensom que do nível das águas. Tanto fai. O que interessa é patentear esse incremento da "tensom", e que essa tensom vai associada ao cariz do mar, o qual lembra muito o movimento da maré. Cada verso, cada paralelismo, é uma onda que se sobrepõe à anterior. O refrão, continuando o símile, seria como o ressaca que deixa de ao descoberto a areia em que ela pousa o pé. O movimento do poema segue o ritmo do fluxo e do refluxo das ondas. Sei que isto "soa" a comentário de texto escolar, mas é assim. Porque, se repararmos bem, veremos que nom era grandiloquente nem gratuito o elogio da "perfeita cenografia tipográfica" ou a perfeita arquitectura sonora da cantiga. Bem reparando, chegamos a descobrir que as referências ao "eu" se encontram sempre no primeiro verso de cada "cobra", e as referências ao mar no segundo, sem esquecer essa ambivalência fascinante dos versos repetidos (o 2º da 1ª estrofe é o 1º da 2ª, e o 2º da 2ª o 1º da 3ª dentro de cada "coro") que nom significam exactamente o mesmo numa e noutra ocasiom, e, se na primeira apariçom trazem notícias do mar, na segunda só deixam as pegadas do "eu". Mas, nom sei dizer se por baixo, por trás, ou mesmo por cima, de tudo

isto há uma linha que serve de eixo a todas estas voltas de versos que mudam de posiçom, e é a linha que traça a repetiçom angustiada do refrão, a linha que denominamos "nível do eu" e que parece que se prolonga, de um a outro lado do esquema (e também de um a outro lado do poema) a separar os versos ímpares dos pares, os versos do "eu" dos versos do mar. Mas esta linha divide também os versos do refrão. Acontece, porém, que se nas estrofes tínhamos a um lado dela o "eu" e ao outro o mar, neste caso temos a um lado "eu" e ao outro o "eu". E "eu" + "eu" = "solidão". Ó Tavani, até o teu computador seria capaz de compreender a necessidade peremptória dessa repetiçom, que se pode considerar, chegado este ponto, uma necessidade antes matemática do que poética!

Estando "eu" a ambos os lados da "linha" entende-se que seja o refrão que traça precisamente a linha que serve de pauta ao poema. É como o tom que se mantém sempre por baixo da melodia que sobe e que baixa, que vem e que vai. Talvez se poderia conseguir igual efeito com um verso só, reduzindo o refrão a um simples "eu atendendo o meu amigo"? Nom. Na mesma poderíamos pensar que se pode reduzir o poema inteiro a cinco versos: "Sedia-me eu na ermida de São Simiom / atendendo o meu amigo/ e cercarom-me as ondas que grandes som./ Nom hei barqueiro nem remador: morrerei fremosa no mar maior." Ponto final. O resto som paralelismos e repetições. "Realmente" isto é o poema. Mas "realmente" seria o mesmo que pensar que uma casa é igual a todas as pedras que a formam, amontoadas num camiom. Falamos em "arquitectura sonora", e nom foi por acaso, nem por empregar um tópico ao uso. A arquitectura é antes ordem do que pedras, e esses cinco poemas, correctamente ordenados, resultaram ocuparem o espaço de 24. Igual que o paralelismo nom pode eliminar-se sem eliminar toda essa gradaçom no incremento da tensom que acompanha a ascensom imparável do mar, verso a verso, estrofe a estrofe, nom se pode eliminar a repetiçom do refrão sem mudar o sentido do poema, e mesmo sem lhe tirar todo o sentido. É precisa a repetiçom "interna" para que se entenda a repetiçom externa. Se o refrão constasse de um só verso, cada vez que se repetisse pensaríamos encontrar-nos diante disso: de um refrão, de uma repetiçom retórica, de um artifício poético. Com essa repetiçom "interna" Meendinho (ou Nunes, a verdade é que pouco me importa) o que quer indicar é que todas essas repetições depois de cada estrofe som reais, que a protagonista repete essa frase uma e outra vez, tampouco importa se oral ou mentalmente, se numas palavras ou num gesto, porque o importante é que "repete o significado" da frase: continua a esperar. Se Meendinho aproveita o paralelismo para converter o vaivém das ondas em vaivém de versos, aproveita agora a repetiçom da frase "dentro" do refrão para converter a repetiçom convencional do refrão numa insistente e angustiada repetiçom de frases. Dizíamos que esta cantiga era paradigmática em muitos sentidos, e é-o porque nunca se podia encontrar uma história que melhor encaixasse nas formas poéticas das cantigas de amigo. Ou pode que simplesmente esta cantiga tenha deixado que as cantigas contassem livremente uma história que levavam dentro, sabe Deus havia quantos séculos, e que nom podiam contar, precisamente, por se sujeitarem a múltiplas convenções e apertos.

Porque, se pode ser considerada paradigmática (a "cantiga por excelência" em muitos aspectos), nom resulta ser assim em muitos outros. Como, por exemplo, na utilizaçom dos tempos verbais, em que rompe redondamente com os preceitos da

escola. Na primeira epígrafe do capítulo V da "Arte de Trovar" que precede o Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Paxeco e Machado, 1949) prescreve-se de forma taxativa e literal a utilizaçom de diferentes tempos verbais numa mesma cantiga, com a única excepçom do artifício do "Mazdobre" (que nom é o caso). Na coluna central do nosso quadro temos referido os tempos "dominantes" em cada estrofe (logicamente o primeiro verso, excepto na primeira, "arrasta" consigo o tempo da anterior), ao tempo que destacamos em itálico as formas verbais correspondentes no corpo da cantiga. Como se pode comprovar, os tempos, que correm paralelos e ordenados (passado, presente, e futuro) nas duas ordens de estrofes, correm paralelos também ao movimento "poético-marítimo" que acabamos de esboçar. Na primeira estrofe o tempo é passado e o tom narrativo ("Sedia-me eu"). O mar rodeia (cercarom-me) mas nom aperta. Na segunda o tempo é presente, e a voz da narraçom "atinge" a voz da protagonista, confundindo-se com ela: "nom hei barqueiro". Precisamente, quando a voz "narrativa" atinge a voz "actora" (quer dizer: a voz que repete o refrão) é quando o nível das águas atinge o nível do "eu". E é que, se o tema do mar estava sempre no segundo verso e o tema do "eu" no primeiro, no primeiro verso está também sempre o "tempo" da estrofe anterior, e no segundo o "tempo dominante", quer dizer: o tempo próprio desta. Poderíamos resumir assim a estrutura narrativa da cantiga dizendo que se trata de um "eu" que vem do passado e que se encontra com um mar que vem do futuro. Por isso, na terceira estrofe, o verbo em futuro fai como que a voz da narraçom volte a se separar da protagonista, mas "polo outro lado": "morrerei". A voz vem de trás para diante, da paisagem de fundo (uma ermida na costa), do passado, para o mar que se estende à sua vista e para o futuro. E esse fúnebre oráculo, "morrerei fremosa", é como se fosse um grito que se projecta da sua boca para o horizonte. O mar, como o tempo, nom viria tanto de baixo para cima, mas de trás para diante. Se algum dia tivesse a honra de que Meendinho, ou alguma casa comercial com esse nome, me encarregasse um "spot" de TV ou um videoclip desta cantiga, a minha versom audiovisual seria mui simples de composiçom e nom tão complicada, tecnicamente, como num primeiro lanço se pudesse pensar: uma rapariga, em pé, com um mar de fundo. A linha do horizonte mais ou menos à altura dos ombros. Vai recitando o poema, e o seu vestido e o seu corpo, dos ombros para baixo, vai transparecendo o mar, mas a sua cabeça e os ombros nom vão transparecendo o céu. No fim da última estrofe vemos a rapariga "por trás" do mar, que deixa de ser fundo para ser primeiro plano, e ela está mergulhada na água e nom diante do azul. O efeito podia ser lindo, porque a "textura" do mar iria mudando de significado com o correr do tempo, e se no começo a espuma branca pareceria indício de grandes ondas no fundo, no fim só seriam pequenas turbulências na superfície do mar.

Mas talvez o esquema nom seja tão simples. Para ser mais exactos, e menos claros, deveríamos quiçá resumir a cantiga como "um mar que vem do passado para o futuro, a trespassar um 'eu' que permanece no presente". Porque, com efeito, os verbos que marcam a sequência temporal apresentam uma diferente relaçom sintáctica, em cada estrofe, com respeito aos termos que aportam a referência do mar. Na primeira o tema do mar é sujeito e a protagonista é predicado (as "ondas" "cercarom" o "eu"). Na segunda invertem-se os termos. "Eu" é sujeito de "nom hei" e o predicado é "barqueiro". Na terceira o verbo é intransitivo, o sujeito con-

tinua a ser "eu" e o mar complemento circunstancial de lugar. Sintacticamente também, o mar vem do fundo, "trespassa" o sujeito e se afasta dele. Mas temos simplificado ao dizer que o "eu" permanece, no entanto, impassível no presente, e talvez seria mais correcto, e ainda menos claro, dizer que permanece sempre "contemporâneo", embora na estrofe central se produza essa igualaçom de tempos e níveis que temos salientado. Preferimos, contudo, falar de um "eu contemporâneo" e nom "presente", porque uma das subtilezas, nom menores, da cantiga (e, mais uma vez, segundo a leitura de Nunes) estriba na utilizaçom de uma forma nom temporal, um gerúndio, para o refrão[63]. Uma forma intemporal, uma forma "infinita" (no sentido lato do termo) pode encaixar com os diferentes tempos empregados, e ser sempre "contemporânea". Resultaria daí que, sem deixar de ter o seu sentido próprio de queixume ansioso, essa frase produziria um significado global próprio com o tema de cada estrofe: "Sedia-me ...atendendo o meu amigo", "nom hei barqueiro... atendendo o meu amigo", "morrerei fremosa... atendendo o meu amigo". A incongruência sintáctica (que tanto irrita Tavani[64]) dessa frase isolada,

---

63 Tavani (1988), nom satisfeito com tentar destruir a repetiçom do "eu atendendo..." com o seu berrante "verrá", atacou mesmo a sua primeira apariçom, propondo a seguinte leitura: "Eu atend'end'o meu amigo" ("Eu atendo ende o meu amigo"), desta vez sem precisar da escusa de um pequeno esguicho de tinta na folha. "Leitura" que sugere a ideia de que o professor romano sofreu um ataque de tosse ao ler a cantiga (E por que nom: "Eu at'en d'end'o meu amigo" = "Eu ato em dó ende o meu amigo", exclamaçom mui apropriada para uma moça nas suas circunstâncias?). Nom podia sofrer Tavani a extravagância de um tempo infinito no refrão, e daí a sua tentativa de "reconduzir" o desordeiro Meendinho aos cânones da escola. Custa tanto, realmente, admitir algum traço original em qualquer aspecto da vida? Nem sequer a poesia se vai livrar dessa fúria niveladora? Porque essas duas "reconstruções" tendem para um mesmo fim: eliminar o uso aparentemente incoerente que o poeta fai dos tempos verbais, em flagrante contradiçom com o mencionado ponto da "Arte de Trovar". Com a "nova lectura", o tempo narrativo seria sempre o presente, marcado por esse "atendo" conseguido ao estripar o verso. O "verrá" remeteria entom para o "morrerei" das últimas estrofes, com o qual tudo se passaria num momento "actual", em que se projectam os temores de um futuro mais ou menos próximo, e com isso ficaria salvada a unidade temporal. A tentativa é vã, porque o anátema da "Arte de Trovar" fai referência (como a própria excepçom que se fai do artifício do "Mazdobre" parece indicar) antes aos tempos verbais que ao "tempo narrativo". Mas nom vale a pena continuar a discutir por aí. O importante é que, igual que uma bomba pode deixar ao descoberto a estrutura de um edifício, as "leituras" de Tavani têm a virtude de nos patentear todas as subtilezas ocultas que destroem. E é que, com efeito, graças a este despropósito é que agora compreendemos que ambos os fenómenos vão indissoluvelmente unidos: a repetiçom do verso e o gerúndio. O verso repete-se porque a forma verbal carece de tempo, e o verbo deve de ir em gerúndio porque a repetiçom do verso, como dissemos, é a expressom rítmica do tempo detido num pensamento da protagonista em torno do qual gira furibundo o mundo que a rodeia. O modo verbal de "atendendo" casa demasiado bem com a sua repetiçom (e esta relaçom casa demasiado bem com o conjunto da cantiga) como para pensar que se devem ao simples acaso, a uma escrita confusa ou a uma leitura apressada. Teríamos que concluir que o desleixo, o pó, a humidade, os copistas e os editores som melhores poetas que os poetas. E ainda que assim fosse: a esse fenómeno chama-se "tradiçom" e é precisamente o que se trata de preservar. A cantiga de Meendinho tal e como a conhecíamos dizia-nos muita cousa aos leitores do século XX que a versom de Tavani nom nos diz. Talvez tenhamos contribuído um pouco a escrevê-la. Isso nom a míngua, mas acrescenta o seu valor. A pretensa fidelidade e afã reconstrutor de Tavani é que a destroem. Aceitá-lo seria como se algum "perito em anatomia", ao ver a Vénus de Milo, berrasse: "Qual obra de arte: se lhe faltam os braços!", e decidisse, com o aplauso geral, emendar o erro colando ao mármore os braços de um manequim de plástico.

64 Vid. nota anterior. Testemunhos dessa liberdade sintáctica, junto a um uso dos tempos verbais contrário às normas, nom temos que i-los procurar mui longe. Neste mesmo trabalho temos visto já algum. Aquela cantiga de Martim Codax que dizia "Eno sagrado, em vigo / *bailava* corpo belido/ Amor *hei*!" (V 889 B 1283) conjuga ambos os defeitos, ou ambas as virtudes. Há um salto evidente do passado para o presente entre a estrofe e o refrão, que os editores salvam com "argumentos temáticos", que nom sei por que nom vão ser válidos no caso de Meendinho. Mesmo se se quisesse harmonizar sintacticamente caberia um procedimento singelíssimo que quase nem roçaria a cantiga. Chegaria com "desenvolver" o "e" de "eu" como "e eu", para que essa frase isolada em gerúndio se ligasse de maneira nom dissonante, e sem modificar quase o verso, ao texto das estrofes: "cercarom-me as ondas que grandes som, e eu atendendo ao meu amigo!" Seria uma queixa tão natural que apetece mesmo procurar alguma equivalência na língua coloquial actual: "Nom deixou em toda a tarde de chover, e eu esperando aqui por ti como uma estúpida!". Claro que resultaria uma "reconstruçom" mui pouco "culta" e "erudita". Mas sabem o quê? Nem sequer este pequeno retoque sou partidário de fazer, porque penso que essa incongruência sintáctica, para além de resultar mui medieval, fica realmente engraçada e expressiva. Resulta ao mesmo tempo distante e íntima, como um mancha de tinta num caderno antigo de escrita redonda inglesa de capas laranjas e pautas de quatro linhas.

com o verbo num tempo que pede principal, resolve-se poeticamente. Porque o "eu" de "atendendo" remete para o "eu" de "Sedia-me" e entom é como se houvesse uma "subordinaçom temática" que insere aí a frase do refrão. O refrão é sempre o mesmo e significa em cada estrofe uma cousa diferente, ata-se à estrofe polo lado do "eu" e separa-se polo do "amigo". É como se no começo nos contassem uma história de outrem, e de repente, chegado um momento descobríssemos que é a nossa, e, como querendo despertar de um pesadelo, rompêssemos, nas duas últimas estrofes a berrar: "morrerei fremosa..." uma expressom que é, ela só, um outro poema inteiro, que parece anunciar o canto da beleza náufraga de Ofélia.

Já explicámos que a voz vem do passado, atinge a altura do refrão (presente) na segunda estrofe, e separa-se de novo, do eu e do presente, na última. Mas, dentro deste esquema, nom pode deixar de resultar chocante, ou parecer assombrosa, a volta final ao tema do refrão, que, noutro contexto, seria apenas uma convençom literária sem maior importância. Acabamos de interpretar esta última ocorrência num sentido global de "morrerei fremosa...atendendo o meu amigo". Estamos diante do tópico que séculos mais tarde resumiria Quevedo no título do famoso soneto "Amor constante, más allá de la muerte"? Nom vai por aí essa interpretaçom. Poderíamos tentar traduzi-la da seguinte maneira: "Morrerei com certeza, nom há esperança nem saída possível, mas enquanto isso nom acontecer, continuarei a esperar polo meu amigo". E essa é a ideia mais formosa da cantiga, soberba e ingénua como toda ela, e, mais uma vez, a interpretaçom de Tavani é uma pedrada no centro deste vitral gótico habitado por peixes[65]. Esse "verrá", se nom chegasse a sua cacofonia métrica e rítmica e a sua inconveniência estilística e narrativa, choca frontalmente com o significado último do poema. Porque, depois da última estrofe, a nova apariçom do insistente (quase diríamos "teimoso") refrão vem significar: "continuarei a esperar o meu amigo, ainda que sei que nom vai vir e vou morrer". E é entom quando a expressom "morrerei fremosa"[66] adquire toda a sua força de exclamaçom trágica e de cândida confissom de uma sentimentalidade portentosamente humana: toda esta formosura que aguardava por ele, vai levá-la afinal o mar. É como se, diante da fúria ameaçadora das ondas, antes que na própria vida, pensasse na lástima dos vestidos novos e do penteado, que o mar vai estragar.

Daí que talvez teríamos que mudar a nossa versom audiovisual da cantiga e substitui-la por uma outra um pouco mais barroca, em que o mar vai avançando, onda a onda, estrofe a estrofe, até beijar os pés da protagonista. Quando essa língua azul chega até ela, projecta-se a sua imagem na superfície da água. E é a olhar-se neste espelho instável que pronuncia a frase: "morreri fremosa no mar maior".

---

65 Talvez outra forma mais rústica e menos cinematográfica de visualizar a cantiga seria como uma espécie de aquário medieval que, em lugar de uma parede de vidro grosso, esverdeado e uniforme, tivesse um vitral colorido em que se representasse, em tons vivos e traços esquemáticos e convencionais, a figura de uma rapariga no seu "locus amœnus", mas as quartelas que representam o mar som vidros transparentes, ou, melhor dito, vidros "pintados de mar", porque, a través deles, se pode ver uma água viva, povoada de peixes, moradores reais do fundo de um mar tão convencional como o resto da cena, e da cantiga, mas, igual que elas, sem contradiçom, cheio de vida.

66 Tem-se interpretado também como "morrerei virgem", que me parece uma interpretaçom digna de ser interpretada, por sua vez, à luz da psicanálise. "Fremosa" fai par em todo o cancioneiro com "garrida", "belida", "louçã" etc., quer dizer com o mesmo significado do actual "formosa". Como vamos poder afirmar nada, aliás, acerca da conduta de uma moça que acode a citas solitárias em ermidas situadas em pontos pouco frequentados da costa?

A moça trazia na mão um ramalhete de flores silvestres que, a melhor vindo para a ermida, fora fazendo para agradar o amigo, e com ele, Ofélia pressentida, ensaia agora um modesto rito fúnebre, a debulhar botões e pétalas sobre o seu próprio reflexo. Entom a imagem reflectida independiza-se do corpo que a causou e começa a navegar sobre as ondas. No refrão imediato ela repete "eu atendendo o meu amigo" sem deixar de se olhar nesse espelho que foge, como a despedir-se da sua imagem, como a dizer: "ela é que vai morrer, mas eu vou seguir à espera". Num excesso talvez de barroquismo podia mesmo acontecer que, na estrofe paralela ("morrerei fremosa no alto mar") uma onda que se levantasse, endereitasse a imagem da nossa Ofélia pressentida até a deixar prefeitamente vertical. No refluxo da onda a imagem, porém, fica em pé, e desta massa de água emerge, coroada de todas aquelas flores náufragas, uma nova moça, que assim "ressuscitada", pronuncia de novo, e por duas vezes, a frase "Eu atendendo o meu amigo" com um certo brilho de triunfo nos olhos, concentrados na lonjura.

Queríamos destacar, com isso, o carácter de surpresa, de inesperada quebra do destino, que tem essa apariçom final do refrão. Nada mais arquetípico e convencional que a repetiçom do refrão numa cantiga paralelística. Mas já dissemos que a repetiçom "interna" da mesma frase no refrão fai com que toda nova apariçom seja mais uma repetiçom da frase (mais duas repetições, para sermos exactos) e nom um recurso estereotipado. Como refrão, carece de "surpresa" nesse lugar. Como frase, resulta surpreendente que volte a ser dita depois de "morrerei". Temos visto como a repetiçom dessa frase no refrão criava aquilo que denominámos "nível do eu". Uma espécie de "linha do horizonte" sobre que, como num desenho clássico, se configura a composiçom inteira da cantiga. O nível do mar muda, cresce, desaparece, volta a aparecer com maior ímpeto. O mar desta cantiga carece de linha recta. Só o "eu" permanece firme e inalterável. A repetiçom desta frase no refrão e esta última apariçom após a estrofe que falar do futuro, encerram, quanto a mim, uma ideia mui formosa, que deveu atravessar sempre a cabeça de todo aquele que alguma vez navegou no mar aberto a divisar um horizonte a que, por muitos que fossem os dias de singradura e muita a velocidade de cruzeiro do navio, nunca se consegue aproximar um único palmo. Uma ideia que se resume na constataçom de uma evidência, nom por matemática menos inquietante: "o horizonte sou eu".

"O horizonte sou eu". O horizonte da cantiga é o "eu" que a conta. Se o mar a ameaça com a sua imensidade, a cantiga salva-a com a sua pequenez. As águas jurisdicionais da cantiga nom chegam às vinte, e menos às duzentas milhas. As águas jurisdicionais da cantiga medem seis estrofes só: nom há espaço para tanta imensidade. O "eu" nom pode morrer dentro da cantiga, porque é ele que conta a história. A espera da protagonista vai ser assim uma agonia infinitesimal, mas nem por isso desprovida da pequena glória final que marca a linha ascendente da última repetiçom do refrão. Ela vai estar eternamente para morrer esperando o seu amigo, mas nunca vai chegar a morrer esperando o seu amigo, e por isso pode repetir com toda a razom matemática do seu lado: "eu atendendo o meu amigo".

Sempre me pareceu que essas fórmulas com que se esquematizam as rimas (ABBA, BCB CBC etc...) lembravam em certo modo as séries de bases (ATT,

CGA, CGC) que configuram o nosso código genético. As formas poéticas som como formas de vida simples, como vírus ou genes que pretendem sobreviver e reproduzir-se aproveitando a nossa própria energia. Há no paralelismo um desejo veemente de sobrevivência. Repete-se um determinado grupo de palavras dentro do poema porque se pretende que o poema inteiro seja repetido, de boca em boca, fora dele. Cada verso é como uma maqueta do poema. As palavras das cantigas repetem-se dentro porque aspiram a ser repetidas fora. As cantigas, como o meu feiíssimo e querido Celacanto, dávamo-las por mortas e estão vivas. Por isso dizíamos, no começo deste último ponto, que a única cantiga de Meendinho resultava ser, em muitos aspectos, a pesar das suas singularidades (ou talvez graças a elas), o paradigma ou compêndio de todas. Noutras cantigas o paralelismo "soa" como uma música de baile, mas nesta, o mecanismo da repetiçom coincide com o ecoar cardíaco da ansiedade: eu atendendo o meu amigo, eu atendendo o meu amigo. Nela fundem-se o desejo de sobrevivência da protagonista e o desejo de sobrevivência da cantiga.

Por isso nom é uma obrigaçom académica, mas poética, continuarmos a falar sempre dela, horas e horas, dias, anos e séculos. Que bonita é essa exclamaçom que abre a única estrofe da cantiga de Airas Nunes que carece de paralelo com aquela outra de João Zorro tecida em torno a um mesmo ramo de avelaneiras: "Por Deus, ai amigas, mentre al nom fazemos,/ so aqueste ramo frolido bailemos" (V 462, B 879)! Por Deus, ai amigos, mentes outra cousa melhor nom fazemos (e que outra cousa melhor fazer podíamos?) falemos. Falemos, sim, nós todos, ai amigos, desta pequena, modesta e única cantiga. Porque enquanto dela falemos, enquanto esta cantiga seja repetida e comentada, a "fremosa" que a habita nunca vai morrer. Vai continuar por sempre, é certo, a esperar uma morte iminente, mas essa morte nunca vai chegar enquanto a nossa língua e a nossa memória (que parecendo duas som a mesma cousa) estiver viva.

7. FINDA

A seguir vão intervir algumas pessoas que o som e com os melhores pronunciamentos, mas eu nom sou nenhum especialista em lírica medieval. Tenho, isso sim, um velho exemplar das Cantigas de Amigo, na ediçom de José Joaquim Nunes, cheio de anotações, e que me acompanhou em situações bem difíceis da minha vida. Contava um exiliado republicano que, perdida a guerra, intercambiara, num campo de concentraçom, na França, um maço de cigarros (toda uma fortuna naquele lugar e naquelas circunstâncias) por um livro que lhe oferecia um outro prisioneiro. O livro era o Quixote, e o exilado comentava que fora a melhor operaçom comercial da sua vida, pois graças a essa troca e a esse livro conseguira sobreviver naquele inferno. Algo parecido me aconteceu com este livro das cantigas, que me acompanhou num afastado Inverno em que eu fugim da tropa, e nas variadas vicissitudes que se seguirom, assim como quando, finalmente, fum parar à cadeia. O primeiro dia que entrei na cela (e aqui voltam a se encontrarem os dous temas do princípio, a cela e o canto, nom lembram?), abrim o livro e comecei a ler, mas confesso que, exausto das emoções vividas, acabei caindo adormecido sobre

as suas páginas. As autoridades militares, num acto de singular benevolência, nom considerarom este acto como uma tentativa de fuga.

Afonso X refere, numa das suas Cantigas de Santa Maria, como jazendo ele no leito, maltreito e com assaz ardentia, mandou de lhe põerem sobre o peito o próprio livro em que as escrevia, e que no instante experimentou grande alívio e melhoria. Apesar de eu ser ateu, direi "par Santa Maria", que, debaixo da orelha, foi este *(o orador assinala o maltreito volume verde e ocre editado polo Centro do Livro Brasileiro, que o acompanhou ao longo de toda a conferência)* bálsamo também naquele dia.

Eu recomendar, recomendo-vo-lo como livro, mas asseguro-vos que nunca podia ter encontrado uma melhor almofada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Álvarez Blázquez, Xosé Mª. 1975. *Escolma da Poesía Medieval.* Vigo: Ed. Castrelos, p. 156.

Arias Freixedo, X. B. 1977. «¿É posible unha nova lectura da cantiga de Meendinho?"» em *Boletín Galego de Literatura*, nº 18, pp. 119-123.

Bonnier, Gaston et de Layens, G. 1977. *Flore Complete de la France, Suisse e la Belgique.* Paris: Librairie Générale de l'Enseignement.

Camões, Luís de. 1971. *Obras Completas.* Ediçom de Hernâni Cidade. Lisboa: Sá da Costa Editora. Volume I "Redondilhas e Sonetos", p. 194

De Champeaux, G. e Sterckx, S. 1985. «Las Tumbas». Em *Europa Románica.* Madrid: Ediciones Encuentro. Vol 7, p. 184

García, Xosé Ramón, "Flora de Galicia", Follas Novas, Santiago de Compostela 1979, p. 177.

González López, Emilio. 1963. *La Insumisión Gallega: Mártires y Rebeldes.* Buenos Aires. p. 99 e ss.

González López, Emilio. 1978. *Grandeza e Decadencia do Reino de Galicia.* Ed. do Castro, XLVI e L.

López Ferreiro, Antonio. 1898. *Historia de la Santa Apostólica y Metropolitana Iglesia Catedral de Santiago.* Santiago. Tomo I. p. 272

López Ferreiro, Antonio. 1975. *Fueros municipales de Santiago y de su Tierra.* Madrid: Ed. Castilla, pp. 491-496.

Lucas Álvarez, M. 1986. *El Tumbo de San Julián de Samos.* Santiago de Compostela: Caixa Galicia.

Paxeco, Elza e Machado, José P. 1949. Editores *Cancioneiro da Biblioteca Nacional.* Lisboa: Revista de Portugal . Vol. I,.

Paxeco, Elza e Machado, José P. 1953. *Cancioneiro da Biblioteca Nacional.* Lisboa: Revista de Portugal. Vol. IV, pp. 175-178.

Pena, Xosé Ramón. 1998. *Xograres do Mar de Vigo.* Vigo: Ed. Xerais, p. 101.

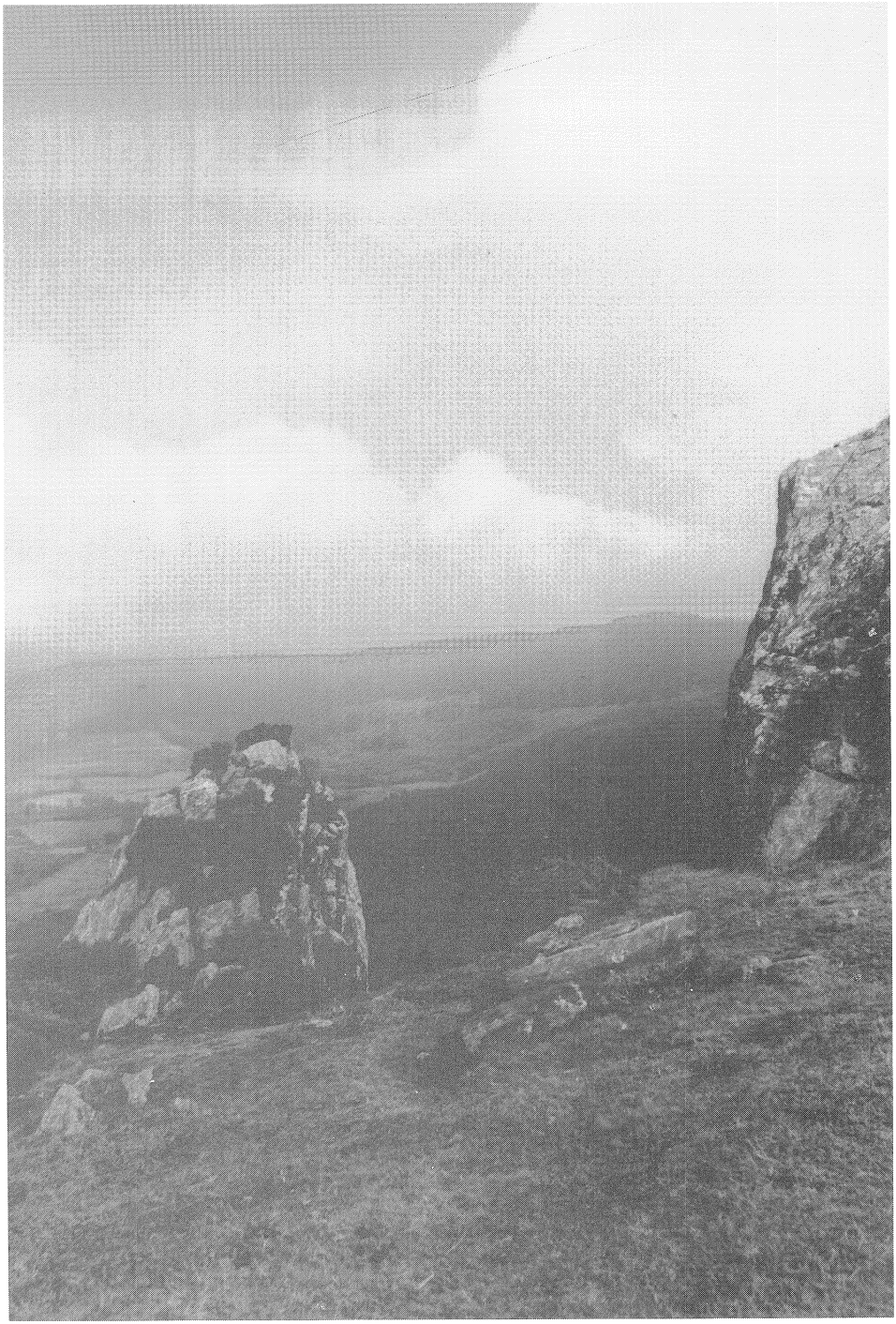
Pezzino, Domenico. 1981. *Storia della Lingua Inglese.* Brescia: La Scuola. Vol. 1, p. 17.

Rouche, Michel. 1989. «A violência e a morte» In *História da Vida Privada.* Porto: Edições Afrontamento Vol. I, 4 "Alta Idade Média ocidental".

Tavani, Giuseppe. 1988. «Propostas para unha nova lectura da cantiga de Meendinho». *Grial.* Vigo: Galaxia. Tomo XXVI, nº 99, pp. 59-61.

Nunes, José Joaquim, 1972, editor. *Cantigas de Amor.* Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.

Nunes, José Joaquim. 1973 (editor?). *Cantigas de Amigo.* Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.



As ideias lingüísticas no Boletim «A Nosa Terra» (1921-1925)

M.ª do Carmo HENRÍQUEZ SALIDO
(Universidade de Vigo - GALIZA)

0. CONSIDERAÇONS PRÉVIAS

0.1. Este trabalho prossegue e completa outras pesquisas que vimos desenvolvendo desde 1984, dirigidas a construir,quer de modo global,quer de modo sectorial, determinados períodos da Historiografia Lingüística na Galiza,e, nomeadamente, os publicados em 1990 e 1993, que citamos em Referências bibliográficas. Como temos analisado no anterior estudo, as Irmandades da Fala som um movimento político nacionalista, umha organizaçom que tem como finalidade essencial o enobrecimento, a exaltaçom, a dignificaçom e o fomento do idioma, combinado com todo um projecto de regeneraçom do País. Os redactores e os colaboradores do *Boletim* som um grupo de intelectuais, pertencentes à burguesia, que em tanto que membros de umha comunidade lingüística —para eles, maioritarimente, a galego-luso-africano-brasileira— actuam sobre a língua, influem sobre a praxe lingüística, mas fazem-no numha época determinada, e como herdeiros, ao tempo, de umha tradiçom. As suas reflexons sobre os fenómenos lingüísticos nom se acham isoladas do conjunto de factores que, nesse período, constituem e caracterizam umha situaçom cultural, social, intelectual, económica (R.H. Robins, 1967: 14-18) e política.

Estes intelectuais pequeno-burgueses nom som, na sua imensa maioria, nem gramáticos nem filólogos nem muito menos lingüistas; som intelectuais que entendem que a reabilitaçom da sua língua está no uso, preocupados pola «gramática» e pola «ortografia», de preferência com grafia etimologizante. Buscam a «pureza» da língua —noçom pertencente já à tradiçom latina, que faz referência ao «bom uso» e , logo, à «perfeiçom»—, e tentam elevar a sua língua à categoria de língua

internacional e de cultura e dignificá-la fazendo-a objecto de estudo científico, por isso consideram necessário «fixar o uso» e «sujeitá-la a regras», pois entendem que a língua da Galiza há que aprendê-la por "arte e livros" e nom apenas polo uso comum do falar. O seu labor por conseguir a «pureza» da língua e para construir o galego padrom, dous dos seus principais objectivos, irám acompanhados pola defesa da unidade lingüística da língua histórica, falada na Galiza, Portugal e o Brasil .

O seu ideário fica exposto nas páginas deste *Boletim* dezenal, quinzenal, mensal ou até bimensal, como, por exemplo, neste parágrafo que, como os demais, reproduzimos com absoluta fidelidade, até com as gralhas ou lapsos derivados dos próprios autores ou da reproduçom fac-similar feita polos actuais editores:

> «¡Cinco anos empregando a cotio a nosa lingua até o punto de podermos decire que escribimos nós solos en galego, durante o lustro, mais que o resto de todol-os galegos intelectuaes, nos cinco séculos d-aldraxante escravitude en que Castela nos tivo! [...] Atlantismo, pangaleguismo, celtismo, saudosismo, nazionalismo [...] estudados de xeito enxebre por nós en este boletín» (Núm **153** - 15 de Dezembro de 1921, p. 1).

0.2. O *Boletim* reflecte com toda a clareza —apesar das grandes dificuldades existentes de carácter económico e das derivadas da situaçom política para manter a sua publicaçom —os factores históricos, políticos, económicos e sociais. Vemos como a ditadura vigia a liberdade de expressom, restringe a liberdade de cátedra e exerce medidas repressivas sobre a imprensa, que está em maos burguesas basicamente ou feita por operários e intelectuais. Por este motivo, os números som submetidos à censura —como se pode constatar já desde o número **193** (1° de Outubro de 1923)—, que nom desaparecerá até o último número do ano 1925, censura bem explícita no número **200**, onde aos 6.000 leitores se lhes diz que nom se estranhem da informaçom que poda aparecer no sucessivo:

> «Chamado polo siñor Xefe encargado da censura, e por orde da Autoridá Militar Superior, acudiu o noso Direitor a Capitanía, onde lle foi dada a pauta dos asuntos que poden ser pubricados no noso Idearium.
>
> Participámosllelo aos nosos leitores e irmans para o seu coñecimento, evitando d'este xeito estranezas que poidera producir un análisis da maneira como aparecerá no sucesivo "A Nosa Terra"» (Núm. **200** - 1° de Maio de 1924, p. 2).

Este facto provocará que os redactores se refugiem no folclorismo, na literatura (poesia e teatro), na geografia, na história e nos temas relacionados com a arte. Mas mesmo assim denunciarám o seqüestro da informaçom por parte da censura militar:

> «Galicia sigue semellando, a xusgar polos xornais e demais manifestaciós púbricas, un curruncho paradisíaco onde nós, os galegos, gozamos dos mais grandes privilexios e da mais cobizada felicidade.
>
> O probrema agrario[...] parece como se xa fose resolto. Xa agora ninguén emigra. Aquela emigración dos pasados tempos que nos levaba a mocedade traballadora a outras terras [...] debeu desaparecer pois non se fala d'elo» (Núm. **202**, 1° de Julho de 1924, p. 1).

0.3. Os integrantes das Irmandades da Fala vivem, ademais, numha época em que há umha grave crise económica, desde 1919 a 1921, e na Galiza percebem-se

'recenseamentos', 'foros' e 'subforos' em minifúndios tam miseráveis em que umha família nom pode viver. Nas páginas do *Boletim* achamos ecos dos problemas agrários, dos problemas marinheiros, dos problemas do analfabetismo, do problema arancelário, das denúncias sobre o caciquismo e sobre o pésimo labor e ridículo dos parlamentares galegos, dos conflitos sociais e das greves de tipógrafos e de labregos, das luitas dos trabalhadores e da luita agrária na Galiza, dos gravíssimos conflitos em Tui, das detençons de labregos em Ponte Vedra e temos notícias das lacras do caciquismo, o qual fustiga duramente Basílio Álvarez. Verificamos também a necessidade de estender o nacionalismo (tomando como exemplos a Irlanda ou a Catalunha) e as ânsias de separaçom e independência:

> « Eu son arredista.
>
> Porque quero que a miña patria non viva sometida a ninguén, dependente de ninguén, en relación de subordinación categórica con ninguén; sinón ceibe, libre, soberán, dona dos seus destinos [...] Porque arelo pr'â cultura galega todo aquelo que, faguéndoa orixinal, autóctona, europeia no senso simbolista da verba, teña pol-o mesmo, a virtude de trocala en independente».(Núm. **141** - 31 de Maio de 1921, p. 2).

0.4. A etapa seleccionada abrange cinco anos naturais, em que os três últimos coincidem com a primeira etapa da ditadura de Primo de Rivera (15 - IX - 1923 / 3 - XII - 1925), marcada por umha política intervencionista. O ditador baseia-se no exército como peça de recâmbio do sistema político, canaliza a repressom contra os grupos radicais da classe operária organizada, mostra-se favorável ao partido clerical e à Igreja e dá ao país a impressom de entrar num período de trégua nas luitas sociais. A ditadura perseguirá com sanha os sindicalistas cenetistas, deixando-os fora da legalidade (Maio de 1924) e meterá-os numha clandestinidade que dará origem, em Julho de 1927, à criaçom de umha organizaçom intransigente no terreno dos princípios e da acçom: a "Federación Anarquista Ibérica'. Neste curto período, contodo, podemos delimitar duas etapas:

a) Desde Janeiro de 1921 até Setembro de 1923. O nacionalismo está unido até 1922, mas já achamos tensons entre os integrantes das Irmandades da Fala nos últimos meses de 1921, tensons que poderiam provocar a demissom de Antón Villar Ponte como director d'*A Nosa Terra* e a constituiçom de um Conselho de Redacçom integrado por 'prestigiosos literatos e irmaos'. Há luita de classes e existem autênticas tensons conflitivas de umha moderna sociedade industrial. No transcurso do último governo constitucional e de concentraçom liberal formado por Garcia Prieto o 7 de Dezembro de 1922, as forças ultra-conservadoras, o exército e o rei alarmam-se do giro que os acontecimentos políticos previsivelmente iam produzir o golpe de Estado em 13 de Setembro de 1923.

b) Desde Outubro de 1923 a Dezembro de 1925 o nacionalismo está dividido. O golpe de Estado supom a censura de imprensa e apaga ou tenta apagar as vozes dissidentes; o directório militar organiza-se como autêntica ditadura técnica encomendada directamente a todo o exército. Estabelecemos como data o mês de Outubro, por ser o número **193** o primeiro exemplar em que podemos ler em página 6: «Este número de "A Nosa Terra" foi sometido á censura». Por outra parte, interessa salientar que o *Boletim* , passa a publicar-se umha vez por mês, embora prometam acrescentá-lo com quatro páginas mais:

«Dende este número, e coidamos que por pouco tempo A NOSA TERRA pubricarase somentes unha vez ao mes. Para compensar en parte a omisión d'un número, pubricaremos os que sallan con catro páxinas mais» (Núm **194** - 1º de Novembro de 1923, p. 2).

1. AS IDEIAS LINGÜÍSTICAS DESDE JANEIRO DE 1921 A SETEMBRO DE 1923

A ideia lingüística nuclear, a do binómio língua-naçom —ideia muito antiga, que se patenteia no Renascimento europeu, quando quase todas as naçons defendem as suas «línguas vulgares»— continua a ser a mesma dos anos 1916-1920. Esta tese sustenta que a língua é a senha ou contra-senha da identidade de um povo, a propriedade caracterizadora dos povos e o elemento definidor da identidade nacional. O uso da própria língua é o factor que faz livres os povos. Esta ideia principal está acompanhada de outras que a complementam, como passamos a demonstrar.

1.1. Nos textos do ano 1921 insiste-se na defesa da unidade da língua de Portugal e a Galiza e no intercâmbio cultural e artístico entre Portugal e a Galiza; na necessidade urgente de umha unificaçom lingüística; no postulado de que <A língua de um povo é o seu espírito e o seu espírito é a sua língua>; na defesa do «bom uso» e do «uso correcto» do idioma; na importância da ortografia como elemento que mais ajuda a manter a unidade das línguas, e no princípio de que Galiza é umha regiom natural com idioma próprio, idioma que se fala também em Portugal e no Brasil, como analisaremos linhas a seguir.

1.1.1. Por serem a Galiza e Portugal dous territórios próximos e dous povos irmaos separados por intermediários molestos, que dificultam o entendimento directo, consideram de máxima necessidade e urgência o intercâmbio cultural e artístico entre portugueses e galegos, para assim acrescentar a glória da língua e de ambas as pátrias:

> «A data do 4 de Setembro de 1921 é para nós unha data histórica [...] Pol-a vez primeira unha representación dos mais altos valores da intelectualidade portuguesa [...] pasou o Miño, c-o obxeto de coñecer e estreitar lazos d'afecto co'a intelectualidade da nova Galiza, da Galiza das Irmandades que é a verdadeira e única Galiza.
>
> A Nosa Terra e a lusitana [...] comenzaron a se entenderen direitamente, coma irmás arredadas por mor de intermediarios molestos durante séculos, para acabar sellando un pacto íntimo e cordial con sangue, d'un comun espírito» (Núm. **147** - 15 de Setembro de 1921, p. 1).

Para conseguir este intercâmbio pleno, os nacionalistas galegos devem chegar o mais aginha possível a umha unificaçom entre o idioma da Galiza e o português, até perdendo os traços que podam marcar a diversidade dentro dessa unidade lingüística, para conseguir que o português se leia na Galiza sem dependências ortográficas do castelhano:

> «Eu entendo que os nazionalistas galegos temos que chegar axiña a maor unificación posibel, sin mágoa do enxebre, entr'o noso idioma i-o portugués. Así o portugués leráse en Galiza doadamente, acabando coa vergoña de que se nos ofreza pol-o intermedio do castelán o seu xenio, mais noso que o xenio castelán» (Núm. **139** - 30 de Abril de 1921, p. 6).

Neste objectivo essencial, a unificaçom de um mesmo idioma, considera-se fulcral criar umha cátedra de Língua e Literatura portuguesa na Universidade e nos Liceus da Galiza, pois que a língua deve ensinar-se "com arte", polo estudo, por isso entendem que os nacionalistas galegos devem propor na III Assembleia de Vigo umha aproximaçom intelectual e artística com os portugueses , porque ambos os povos som umha raça comum:

> «E vergoñoso que Galicia se non teña adiantado os extremeños n'isto. Sendo o idioma portugués irmán do noso [...] fai tempo que en todol-os Institutos da Terra igoal que na Universidade debera acharse estabelecida dita cátedra, más principalmente no d'Ourens e Pontevedra» (Núm. **138** - 15 de Abril de 1921, p. 6).

1.1.2. Salienta R.H. Robins (1974:172) que os argumentos nacionalistas do séc. XIX se baseárom fundamentalmente na identificaçom lingüística, argumentos que serám bastante freqüentes em textos dos regionalistas e dos nacionalistas galegos das primeiras décadas do séc. XX. Os homens das Irmandades, fieis seguidores das teses de Herder e de Humboldt e do seu postulado de que «A língua de um povo é o seu espírito e o seu espírito é a sua língua», nom se cansarám de reiterar este argumento do seu ideário: se somos galegos é polo idioma. As individualidades da língua, aliás, serám umha propriedade distintiva do povo que a fala, de aí que a língua e o pensamento do povo sejam inseparáveis:

> «A lingua d-un povo é como vaso en que se emborca toda i-alma d-unha raza. Ningún por moi entendido que sexa en linguas estranxeiras ou crasica, sabe pensare mais que n-a sua lingua propia,di Castelar [...] Ainda que non tivéramos, pois, outra razón pra crêr n-o esprito nazonal d-a Galiza, teríamol-a razón d-o lengoaxe» (Núm. **137** - 31 de Março de 1921, p. 1).

Em harmonia com os postulados anteriores, registamos o constante louvor da língua galega face ao castelhano —louvor e exaltaçom freqüente também em textos do Renacimento europeu, para pôr em destaque as excelências das línguas vulgares face ao latim—. Esta «língua vulgar», ademais, resulta perfeitamente apta para assumir a mensagem e as dimensons da língua dominante, e tem de todas as línguas <o melhor>:

> «A nosa lingua é branda, mol, para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver, e acomodada as materias mais importantes da práctica e escritura. Pra falar é graciosa [...] Para pregar é substanciosa [...] Para escribir, nin ten infinita copia que damne, nin brevedade estéril que a limite[...] A pronunciación non obriga a ferir o céo da boca [...] escribe-se da maneira que se le e asi se fala, ten de todas as línguas o mellor» .(Núm **137** - 31 de Março de 1921, p. 8).

A língua é, assim mesmo, um dom que Deus e a Natureza concedêrom a um povo, que há que usar, pois é o elemento definidor da raça, o melhor instrumento para exprimir os sentimentos e, além do mais, com o uso da língua conseguirá-se ser mais autênticos, mais 'galegos':

> «Por iso digovos irmáns, que falando en galego —no idioma para quen o castelán non tivo nin sigue tendo mais que aldraxes— eu é que síntome grande, consciente e futurista; falando na língua que Deus e a Natureza donáronnos en herdo, na lingua do traballo do noso povo; na lingua que garda todo o noso só noso [...] Ora somentes teño por irmáns da raza ôs que falan no galego»(Núm **146** - 1 Setembro de 1921, p. 2).

1.1.3. Em correlaçom com a noçom de «génio da língua» e da «pureza» da língua, defendem e promovem o «bom uso» ou a «perfeiçom»; nesta tarefa será o português, o português literário, e nom o espanhol, o que servirá de modelo à língua da Galiza . Um dos mais claros expoentes destes postulados continuará a ser Johan Vicente Viqueira, quem proclamará que os tempos som chegados para tomar consciência de que há que falar e escrever «melhor» e «como os melhores» —aspiraçom genuina de todo falante consciente do seu ser histórico, para exprimi-lo em palavras de E. Coseriu (1995: 60)— e para reflexionar [cientificamente] sobre o idioma dos galegos:

> «Propóño-me n'esta sección falar un pouco da gramática; mais d'un geito ameno e popular. Fago esto porque coido que chegou o tempo de reflesionar sobre do noso idioma p'ra falarnos e escribirnos o mellor que pöidamos» (Núm. **133** - 1 de Fevereiro de 1921, p. 3).

1.1.4. A ortografia foi a mais sensível e a mais evidente manifestaçom da norma no uso das línguas escritas e um aspecto, que poderia parecer acidental, revela-se nesta altura mais importante do que a teoria e a formalizaçom gramatical. Nom deve surprender, pois, que a sistematizaçom ortográfica e o seu valor simbólico, constitua umha das preocupaçons no discurso lingüístico de intelectuais como Johan Vicente Viqueira. Contodo, os debates sobre a questom ortográfica quase nom se registam neste ano e mal achamos breves apontamentos relacionados com a escrita correcta da língua. Aparecem trabalhos e notas da redacçom, que som provas claras do propósito da maioria dos intelectuais das Irmandades da Fala de defender para o galego umha *orthografia* com grafia etimológica. Viqueira demonstra ser um claro seguidor das ideias já clássicas na História da lingüística, ao considerar —como por exemplo F. de Saussure (1916)— a ortografia como a forma tangível das imagens e sustentar que, quando um povo toma de outro o seu alfabeto, os recursos desse sistema gráfico nom se adaptam bem à nova funçom, por isso deduz que a ortografia —seguindo a ilusom existente em todos os tempos de que umha língua se altera mais rapidamente, quando nom existe a escrita— tende a perpetuar as línguas. Mais umha vez, pom em destaque que umhas normas ortográficas, substancialmente as mesmas para galegos e portugueses, baseadas em critérios etimológicos, contribuirám decididamente à unidade de umha mesma língua, um mesmo idioma comum:

> «A ortografía é a vestidura e o ornato visible das palabras. Ela encarregase de as representar aos ollos [...] Ademais a ortografia tende a perpetuar as linguas [...] ¿Queredes un exemplo? Contemplade a literatura portuguesa, homogénea e idéntica á nosa. Imaginade agora que adotamos unha ortografía fónica e que Portugal facía o mesmo.
>
> D'unha literatura única que era, resultarán duas, que necesitarían cada unha do seu lexicon para se entenderen mutuamente.
>
> E a ortografía que ainda as fraterniza, conserva-as ainda homogéneas, e imprime-lles ingente das diferencias da pronuncia, o carácter d'un idioma común.
>
> Establecede a ortografía fónica, e os dous mercados que existen para estas duas literaturas desaparecerán, porque os libros d'un pais terán que ser reducidos no idioma do outro» (Núm. **138** - 15 de Abril de 1921, pp. 7 - 8).

Os ecos da guerra ortográfica existente nos anos anteriores, embora sejam de pouca importância, ainda estám vivos, por isso Victoriano Taibo faz um apelo para acabar com esta guerra civil ortográfica:

> «En vao berraredes: As falas son prosodia, analogía e sintaxis; a ortografía e tan faxeira que abonda 'soletreare' para falare e discutila.
>
> A ortografía! [...] Non hai mais remedio, pois que uniformare o uso dos reviraganchos e poñel-os a ben c'os guiós. A luita non pode sere mais sanguiñeira [...] Hai que rematar, por humanidade, co ista guerra civil ortográfica» (Núm. **143** - 1º de Julho de 1921, p. 2).

E como umhas normas ortográficas exigem um certo consenso, um acordo aceite polo maior número de escritores, gramáticos e intelectuais, decidem levar a cabo umha consulta aos escritores e artistas galegos, mas partindo da premissa básica de que a Galiza tem umha língua própria, um idioma que é o mesmo que se fala em Portugal, o Brasil e outros povos do mundo:

> «Decátese de que Galiza é unha 'región natural' perfectamente definida conforme ô conceito da Geografía moderna. [...] 'Región natural' con raza diferenciada e con lingua propia [...] Región fronteriza a Portugal onde áchase vivo un idioma que é o mesmo noso modernizado e que falan a par dos portugueses, a gran República americana do Brasil i-outros diversos povos do mundo» (Núm. **140** - 15 de Maio de 1921, p. 4).

1.2. No ano 1922 constatamos algumhas mudanças nos temas e também tensons nos artífices da publicaçom, sem dúvida, porque o nacionalismo está desunido. O ideário latente nos textos inseridos apresenta mais umha concepçom política do que lingüística em sentido estrito; contodo, achamos contributos que visam situar o galego no âmbito das línguas românicas (a família lingüística) ou a importância que tenhem a gramática e os dicionários para a aprendizagem dessa «língua vulgar» e como instrumentos normalizadores.

A premissa fundamental baseia-se em salientar que a Galiza é umha naçom e umha pátria, pois reúne todos os traços definitórios (idioma, tradiçom, costumes, história, etnia e território); umha naçom que com Portugal constitui umha unidade geográfica, perfeitamente caracterizada, que vem desde muito longe. Na defesa destes ideiais consideram urgente que a Galiza se liberte do jugo imposto polo Estado Espanhol, a única fórmula para viver prosperamente e livremente, como assim se assinala no edital (Dezembro,1921), em que se chama à populaçom a trabalhar com mais força que nunca pola redençom da Galiza:

> «Chegou a hora de se sacrificaren os povos de raza céltiga pol-o conquerimento da sua persoalidade e da sua independenza espiritoal. [...] E Galiza non pode, si ten instinto de conservación, seguir sofrindo o xugo que ll'aferrolla a i-alma e mail-o corpo. Xugo imposto pol-o Estado hespañol feitura de un malfadado imperialismo castelán» (Núm **154** - 31 de Dezembro de 1921, p. 1).

1.2.1. Definidos e proclamados os traços caracterizadores da naçom, V. Risco sintetiza-os e explicita-os para que os galegos tomem consciência do que é o interesse colectivo superior, o interesse nacional:

> «Estes vínculos (fala, tradiciós, costumes, historia, etc.), añadindo a sua acción â da étnia e â da terra, determinan nos individuos certas coincidencias psicolóxicas,

certo modo de ser común a todos eles, que constituie o 'caracter nacional', e xunguen n-unha entredependencia, n-unha solidaridade necesaria os intereses de todos eles, n'un interés colectivo superior que é o 'interés nacional'» (Núm. **155** - 15 de Janeiro de 1922, p. 5).

E como nacionalizar um povo é criar nele consciência colectiva, e como a língua é o factor essencial para fazer a naçom —<a língua é a que em grande medida fai a naçom> , lembrava F. de Saussure (1916)—, há que usá-la. O uso da língua própria faz livres os povos,porém falar a língua do dominador converte os povos em escravos espirituais de aquel cuja língua se tenha adoptado:

«Tendo en conta que nazonalizare un pobo é creare n-él unha concenza colectiva, é faguerlle decatárase de todo o qu'é seu en escrusivo e a él pertenesce de un xeito singular e único, que o fai difrenzar de todol-os demais [...] tendo en conta, asemade, que a nazonalización de un pobo é unha tarefa que [...] vai directamentes encamiñada a faguere que os cibdadáns do mesmo se decaten de que antre eles esisten vencellos raciaes, lingüísticos [...] Supondo factíbel o prescindire da lingua propia ao escomezare unha tarea nazonalizadora, teríamos que, ao cabo d'algún tempo, aquel pobo en que tal se fixese amostraríase reducido á tristeira condición d'escravo espritual de aquel outro cuia lingua houbese adoptado» (Núm. **156** - 1° de Fevereiro de 1922, p. 4).

Do mesmo modo que se regista o binómio língua e naçom, também constatamos o binómio língua e patriotismo, pois a língua é o elemento que mais mantém a uniom entre o homem e a Terra em que nasceu:

«E a manifestación solemne, cramorosa e xocunda d'iste sentimento do patriotismo, é a lingua, o idioma natal [...] impondo, onde queira que se manifesta, sen gran principio de regularidade, a eterna lei da unión entre o home e a Terra en que foi nado» (Núm. **167** - 25 de Julho de 1922, p. 7).

1.2.2. Outro traço definitório é o território, daí que proclamem que a Galiza é umha terra que, com as províncias portuguesas do Norte, constitui umha regiom geográfica perfeitamente caracterizada, diferente de todas as demais da Península:

«Hoxe está recoñecido pol-a cencia, que a terra galega, coas provincias portuguesas de TRAZ-OS-MONTES e ENTRE-DOIRO E MINHO, constitue unha rexión xeográfica perfectamente caracterizada e distinta de todal-as demais da penínsua, rexión que Hernández Pacheco chama GALAICO-DURIENSE» (Núm. **156** - 1° de Fevereiro de 1922, p. 2).

1.2.3. E para reafirmar o argumento de que a Galiza e Portugal constituem umha unidade natural (a mesma língua, umha mesma regiom natural, umha mesma raça diferenciada), salientam que à Galiza cabe-lhe a honra de desempenhar um importante papel para atraer Portugal e conseguir assim que os dous povos, que vivem de cara ao Atlântico, se juntem numha comunhom de liberdade para todos os povos da Ibéria:

«Nós ao rente de Portugal, o irmán noso, somol-os embaixadores, en quen Portugal pode confiar, os sementadores do esprito de irmandade que xunte n-unha dina comunión de liberdade a todol-os pobos da Iberia, todos iguales, todos libres, donos todos eles dos seus destinos; e nós [...] temos que reintegrar ao concerto dos pobos civilizados a vella Iberia n-outrora isolada do mundo por un Estado que tên cimentada a sua vida sobre da escravitude dos seus pobos» (Núm. **164** - 31 de Maio de 1922, p. 2).

1.2.4. Por ser tam importante a língua como elemento definitório de umha naçom, as Irmandades da Fala tenhem muito presente qual deve ser a posiçom da língua da Galiza dentro das línguas românicas. Vicente Risco, digno exemplo dos argumentos nacionalistas do séc. XIX e conhecedor dos postulados de D. Ramón Menéndez Pidal, proclama que na Península Ibérica existem três romanços e reitera que a língua é o elemento definidor dos povos e o que conforma o pensamento. Proclama que o galego se fala maioritariamente pola populaçom, que já chegou a ser instrumento de expressom científica, de produçom filosófica e umha língua de uso literário. Conclui que por serem o galego e o português duas formas do mesmo idioma, os galegos temos mais parentesco com Portugal do que com Castela, e pertencemos à civilizaçom da faixa ocidental:

> «Está reconocido por cantos se ocupan d'estas cousas, que, de todol-os vínculos sociás, é a fala a que mais separa e caracteriza aos pobos, porque é o mais espiritoal de todos, é o que conforma o pensamento e fai a maneira de ser das xentes [...] Mais a pesar da xenreira con que o persiguen, o galego vive, fálase pol-as catro quintas partes da poboación, e encóntrase hoxe n-unha das suas épocas de maior frorecemento literario, convertindose en instrumento de expresión científica e de producción filosófica.
>
> Agora, o galego e o portugués, son duas formas do mesmo idioma: esto indica que nós temos un maior parentesco con Portugal que con Castela [...] nós pertenecemos â civilización da banda ocidental, e culturalmente, pois que así é filolóxicamente, nada temos que ver coas outras duas» (Núm. **160** - 1° de Abril de 1922, p. 1).

1.2.5. Ainda que um aspecto, aparentemente acidental como a ortografia, se tivesse revelado como um elemento fulcral para a conservaçom e a unidade da língua, achamos no discurso destes intelectuais ideias que reconhecem a importância da gramática e do dicionário como manuais para a aprendizagem da língua —postulado documentado em textos da Lingüística da Idade Média— e como instrumentos normalizadores. No Renascimento europeu percebia-se a unidade vocabular como elemento decisivo na fixaçom do património escritural das línguas, mas como na Galiza o Ressurdimento aparece vários séculos mais tarde do que noutros lugares da Europa, esta ideia nom chegará a amplos sectores da populaçom até as três primeiras décadas do séc. XX. Assim, na assembleia das Irmandades da Fala (Monforte, 19 e 20 de Fevereiro de 1922) pom-se ênfase na ideia da necessidade de fazer um dicionário do galego e exigir o uso do idioma em âmbitos, onde nom se usa, como a Justiça:

> «Faguer un dicionario da nosa lingua.
>
> Facer unha intensa propaganda entre os mestres d'escola, os cregos e todol-os centros de enseño, especialmente a Universidade con arregro ao plán pedagóxico das Irmandades [...] Esixir dos poderes púbricos o direito a redatar en galego os documentos notariás, e esixir tamén que señan galegos todol-os funcionarios xudiciás» (Núm. **158** - 1° de Março de 1922, p. 2).

E no *Boletim* celebram a publicaçom da *Gramática do Idioma Galego* de D. Manuel Lugris Freire —um completo tratado do idioma, dizem— pois consta de morfologia, sintaxe —caracterizada como construçom— e muitos aditamentos (modismos, nomes de pessoas, toponímia, meses, estaçons e dias, denominaçons dos ventos, castelhanismos, antologia literária) e um vocabulário galego-castelha-

no (com um reduzido número de vocábulos) que, ainda que seja de grande importância, nom cobre as necessidades que se sentem de um dicionário galego-castelhano (pois o dicionário deve conter o maior número possível de vozes) de fácil manejo:

> «é un compreto tratado do idioma, feito de xeito moderno. O estudo da morfoloxía, e sobre todo da sintásis, dalle unha amplitude que fixa perfectamente a ademirable riqueza da nosa lingua; nese estudo atoparán solución cumprida todal-as dúbidas que sobre da costrucción se poidan ter.
>
> A obra leva tamén moitos e interesantísimos aditamentos, entre eles unhas tábo-as de modismos, de nomes de persoas, toponimia, denominación dos ventos, meses e dias, táboas de castelanismos, mostras literarias e, sobre todo, un vocabulario galego castelán, moi escolleito e de moitas verbas.
>
> Este vocabulario [...] ven a satisfacer con ventaxa a urxentísima necesidade que se sinte d-un dicionario galego castelán manuabre» (Núm. **164** - 31 de Maio de 1922, p. 5).

1.3. Nos primeiros meses do ano 1923 as páginas do *Boletim* dam prioridade a assuntos políticos; assistimos às vivas proclamas do nacionalismo e sabemos dos actos de propaganda política, da defesa da liberdade da Pátria:

> «Galiza percisa unha política galega de franca e aberta rebeldía, mesmo revolucionaria, unha política de oposición a Madrid, ao seu Goberno, aos seus homes, aos seus partidos. O que non sexa esto é perdél-o tempo.
>
> Suscribimos n-un todo esas afirmaciós. Nelas atopase compendiado o pensamento político das Irmandades da Fala» (Núm. **185** - 1º de Junho de 1923, p.3).

Também podemos ver como denunciam o terrorismo praticado polos caciques em Tui; lemos proclamas que exaltam o separatismo; temos informaçom sobre os numerosos comícios que se celebram nas mais diferentes vilas e localidades da Galiza (Laracha, Golada) e abundam as denúncias e as críticas contra os que buscam desgaleguizar a Terra. Sabemos da publicaçom por entregas do «Vocabulário espanhol-galego» e textos em que reivindicam a cátedra de Língua e Literatura galegas para a Faculdade de Filosofia e Letras (Núm. **189** - 25 de Julho de 1923, p. 7) ou o ensino do galego nas escolas (Núm. **190** - 15 de Agosto de 1923, p.1).

As ideias lingüísticas continuam a ser as já referenciadas. A primeira reafirma que a língua é o elemento configurador da pátria, até o ponto de que num Estado haverá tantas pátrias como línguas, pois a língua é a razom da existência dos povos:

> «Castela, pois, por medio do "A B C" di que non tolera a cooficialidade das linguas ibéricas; e non-a tolera [...] porque afirma que sin unidade de lingua non pode eisistir unidade de patria [...] Esto quer dicir que Castela reconosce que onde hai unha língua hai unha patria e hai unha cultura, que onde hai diversidade de linguas ten que haber varias patrias e varias culturas. Con esto Castela reconosce que a Hespaña non é unha sola patria; que na Hespaña hai tantas patrias e tantas culturas como linguas vivas. E ao querer matar istas linguas querse dicir que Castela pretende matar a patria galega, a patria catalana, todal-as patrias que non señan a mesma Castela, e pretende matar a nosa cultura e todol-os valores espirituales que se derivan da cultura e que son a razón de eisistencia dos pobos» .(Núm. **177** - 15 de Janeiro de 1923, p.1).

Umha segunda ideia postula que a língua é a expressom do pensamento dos povos e, para exaltar e dignificar o galego, lembra-se que foi língua de reis e senhores, jograis, nobres e labregos:

«He aquí a causa de que, a mais d'outros imperativos que en min mandan, estas miñas verbas deban seren en eloxio da nosa meiga fala, d-esta lengua melosiña [...] foi a lengua que reises e señores, troveiros e xograres, nobres e prebeyos tiveron que empregar, por non haber outra mais adecuada» (Núm. **180** - 1° de Março de 1923, p.3).

A terceira ideia insiste em que a Galiza tem um idioma próprio, que se deve respeitar, umha arma fundamental para conseguir que os galegos sejam diferentes, e que resulta de umha grande eficácia para conquistar a liberdade individual e colectiva:

«Hoxe que é o 'Dia de Galicia', pensa que a tua Terra ten un idioma propio, ten unha maneira peculiar de expresión que a diferencia das demais. Ti non podes avergonzarte de ser galego; ti non podes renegar da tua Patria; ti non debes rebaixarte ante os estranos despreciando a fala da tua Patria [...] A fala da tua terra merece o teu respeto e o teu agarimo, fala de cote no idioma da tua Terra e sentiráste mais nobre, mais libre, mais honrado, *mais home*» (Núm.**189** - 25 de Julho de 1923, p. 3).

E a quarta ideia reitera a necessidade de unificar a ortografia, mas nesta ocasiom propom-se tomar como modelo as propostas de M. Lugrís Freire na sua *Gramática do Idioma Galego* (1922) —gramática que se posicionara em contra da escrita etimológica—:

«Hai 50 escritores galegos, algús xa vellos e outros novos, que escriben coa mesma ortografía, e hai outros 10 escritores todos novos que escriben cada un â sua maneira, inda que todos eles din que é necesario unificar a ortografía galega [...] Nós coidamos que o mellor é que cada un esqueza un pouco da sua fachenda e se rebaixe á estudar a *Gramática do Idioma Galego*» (Núm. **192** - 12 de Setembro de 1923, p. 3).

2. AS IDEIAS LINGÜÍSTICAS DESDE OUTUBRO DE 1923 A DEZEMBRO DE 1925

2.1. Nos últimos números que se publicam no ano 1923 mal achamos informaçons salientáveis e sim vemos as pegadas da censura, como já pugemos em destaque.

2.2. O ano 1924 abre-se com um edital em que se patenteia a acçom da censura militar. Os assuntos que se incluem sobre a língua som escassos e nos trabalhos publicados é fácil registar palavras ou parágrafos inteiros riscados. As ideias básicas centram-se na defesa do galego na escola, em pôr em destaque o labor que desenvolvêrom as Irmandades da Fala, a importância que tivérom no fomento da língua e nos trabalhos de galeguizaçom da Terra, em lembrar que o galego nom é umha língua morta ou em denunciar as dificuldades existentes nos julgados para manter os apelidos em galego (Núm. **202** - 1° de Julho de 1924, p.1) ou nos sofrimentos e obstáculos existentes para desenvolver livremente o seu ideário:

«E nos momentos de mais sufrimento e de mais oustáculos para desenrolar libremente as arelas que ela [Rosalia] tivo, revive no íntimo da nosa alma o seu nome e todo canto ela nos deixou [...] Ela, dende o ceo, ollará con amor para quenes loitamos ardentemente pol-o mesmo que ela alentou » (Núm. **198** - 1° de Março de 1924, p. 4).

Aparecem algumhas nótulas dedicadas a defender o uso do galego na Igreja (lembremos que o ditador se tinha mostrado favorável ao partido clerical e à

Igreja), tomando como argumentos válidos as palavras do Papa —reproduzidas no jornal *Galicia* de Vigo— em que declarava que se tinha que respeitar o uso dos idiomas populares, pois a palavra de Deus tinha de chegar aos fieis polo veículo verbal que mais familiar e querido é aos espíritos (Núm. **202** - 1° de Julho de 1924, p. 6) e aproveitam a atitude do bispo de Madrid para justificar o uso do galego na Igreja galega:

> «O bispo de Madrid-Alcalá dictou unha circular prohibindo que nos colexios católicos da sua diócesis se practique acto algún relixioso en lingua extranxeira.
>
> Recomenda tamén que en todol-os actos da vida escolar se use sempre o español para evitar que na concencia dos alunos se forme o lamentable error de crer inferior a lingua nativa [...] Nós tamén pensamos así. Creemos que un dos principios do patriotismo é facer amar a fala nativa, a fala propia sobre todal-as demais» (Núm. **202** - 1° de Julho de 1924, p. 9).

Noutra nótula assinala-se que um dos componentes mais importantes da gramática de umha língua é a fonética, muito mais do que o léxico. Para elaborar esse <tesouro>, que seria todo o léxico genuíno do galego, recomenda-se ir buscá-lo no mundo rural —as áreas mais conservadoras do idioma e as menos castelhanizadas—. Esse tesouro das aldeias haverá que adaptá-lo para o campo das ciências (princípio que na actualidade ainda se pratica polos isolacionistas e que é inaceitável, pois os supostos das adopçons terminológicas consistem em aceitar formas que por pertencer exclusivamente ao registo culto, e ser muitas vezes de recente instauraçom, nom existem na fala espontânea):

> «As linguas son feitas mais que pol-as palabras polos seus xiros e modismos especiais, e sobre todo a pronunciación que considera como a alma dos idiomas.
>
> A riqueza do léxico galego hai que a buscar no tesouro aldeán e levalo despois pola metáfora â filosofia e âs ciencias» (Núm. **201** - 1° de Junho de 1924, pp. 7 - 8)».

Fecha-se o ano com a lembrança do IV Centenário de Camões e, ao tempo que reproduzem um trecho da sua obra principal, aproveitam para afirmar a irmandade da língua de Camões e a da Galiza:

> «A grande figura da Camoes é caseque tan estimada en Galicia coma no mesmo Portugal, porque se ali nascéu e a sua Patria deu groria, descendente era de galegos e pol-as sua veas corría sangue irmá da nosa, como tamén irmá da nosa é a fala en que trazóu as maravillosas estrofas de 'Os Lusiadas'» (Núm. **206** - 1° de Dezembro de 1924, p. 1).

2.3. Abre-se o ano de 1925 com umha saudaçom (Núm. **208** -1° de Janeiro de 1925, p.1) em que se assevera que a grandeza da Pátria depende de todos e com o desejo de que o ano que começa traia frutos de bençons. Nos números (**209**, **210**, **211** e **213**) insere-se sempre umha nota que demonstra a actuaçom da censura militar, e som freqüentes as informaçons em que se afirma que há trabalhos que nom se pudérom publicar. Apesar desta forte censura, os integrantes das Irmandades da Fala nom tenhem medo em proclamar a sua esperança de que no futuro mais próximo poda mudar esse fundo silêncio e cheguem novos ares de luz e «tempos novos»:

> «Levamos case dous anos de fondo silencio, de inxente quietú: todo cala en torno de nós... Parés que nada se remexe na terra [...] E sen embargo, noso esprito está cheo

de ledicia pois n-ese silencio que parés tan ausoluto [...] ouvimos os pasos e sentimos as palpitacións que nos anuncian a chegada dos tempos novos» (Núm. **215** - 25 de Julho de 1925, p. 1).

Dada a situaçom política, nom deve surpreender, portanto, que os temas dominantes sejam de carácter cultural e/ou folclórico (de preferência musical, festas galegas, teatro, coros galegos, geografia, geologia e literatura). Mesmo assim ainda registamos questons relacionadas com a problemática da escrita correcta, os problemas das interferências léxicas e fonéticas entre castelhano e galego, a preocupaçom pola «pureza» do idioma e o «auto-ódio» (a língua como um estigma).

2.3.1. Documentamos ainda ecos do debate sobre a escrita etimológica, sobre o uso correcto do artigo e contracçons, e críticas sobre o abuso dos apóstrofos e hífens. Leandro Carré confessa ter recebido cartas com numerosas consultas sobre diversas particularidades «da nosa fala» —o que prova o interesse polas normas ortográficas— por isso declara que está tentado a fazer no *Boletim* unha secçom dedicada a estes temas, e critica os que usam as formas etimológicas sem rigor científico. Defende também por razons de facilidade desde o castelhano o uso do grafema *ñ*:

> «Para usar a verdadeira forma etimolóxica non abonda o capricho, senón que é preciso saber que baixo ven da voz antiga [...] inda que os castelás lle poñan un *j* nós os galegos non temos pra qué manterlla [...] No tocante ao *nh* preferimos o *ñ* por ser isto mais xeneralmente usado e conocido en Galicia» .(Núm. **211** - 1º de Abril de 1925, p. 2).

Do mesmo autor som outros textos, também relacionados com a problemática da ortografia, em que dá normas sobre o uso correcto do artigo e as contracçons ou critica o abuso dos apóstrofos e dos traços, por entender que a escrita se converte numha representaçom gráfica degradante:

> «Un dos erros que mais cometen alguns escritores é o de usar nos seus traballos unha chea de apóstrofos e guiós, dificultando co eso a letura e dándolle á escritura unha forma gráfica degradante» (Núm. **212** - 1º de Maio de 1925, p. 8).

Nom deixa de ser umha incoerência com as ideias antes referenciadas —o uso do *ñ* polo dígrafo *nh*—, que utilize como critério para defender a «pureza da nossa fala» a grande semelhança do galego com o português (polo qual sustenta que nom se deve escrever em absoluto com a grafia castelhana) e marque as diferenças com o castelhano:

> «Un dos casos en que mais desacordes andan os nosos escritores é este da contraición da preposición á e mais o artículo o.[...] No galego, coma no portugués, que ten tanta semellanza, débese escribir : *vai ao muiño*, (caso de dativo) mais non deve de se dicir endexamais *vin ao muiñeiro* , senon *vin o muiñeiro*, (caso acusativo) [...] O galego ten mais diferencias co castelán do que parece a primeira vista, por eso non debe de se escribir en ausoluto baixo a forma castelâ senon estudar a fondo a nosa fala e usala do xeito mais puro posibre»(Núm. **217** - 1º de Outubro de 1925, p. 7).

O mesmo autor volta a insistir noutra nótula na importância da «pureza» do idioma e explicita, mais umha vez, que para consegui-la cumpre aprender o idioma "por arte", polo estudo:

«Alguns escritores e xornalistas deron en usar o i como conxunción en troques do e. Notamos que son xeneralmente aqueles que lle dan pouca importancia â pureza do idioma ou os que pretenden chegar axiña ao cume e non se deteñen para estudar o preciso a fin de non estragar a fala [...] Dase o mesmo caso no portugués e noustante ninguén escribe i senon e». (Núm. **219** - 1º de Dezembro de 1925, p. 7).

2.3.2. Outras ideias alertam sobre os casos de interferências lingüísticas ou transferências nos níveis fonético e léxico na direcçom espanhol → galego, ao tempo que se avisa dos perigos para a sobrevivência do idioma no futuro:

«Si estas causas de descomposición da fala galega, continuan, se co tempo chega a formarse eiquí[...] un *sermo vulgaris* costituido pol-os restos da nosa fala vernácula e por aportaciós señoriteiras e criollas, pronunciadas ó noso xeito e co noso acento que ben poderá desaparecer, será posibre qu'o noso pobo ature sin embrutecerse semellante istrumento d'espresión?». (Núm. **214** - 1º de Julho de 1925, pp. 4 - 5).

2.3.3. Por último, a ideia do «auto-ódio» registamo-la numha nota da redacçom, em que se critica aos que nom cultivam nem usam o idioma da Galiza, por entenderem que o «alheio» é melhor:

«Sempre as persoas que saen do mais baixo son as que mais empeño teñen en aparentar distinción na maneira de falar, e por eso *odian* a sua propia fala que lles lembra a homildanza do seu orixe» (Núm. **219** - 1º de Dezembro de 1925, p. 4).

3. CONCLUSONS

1.ª) Temos demonstrado que a atmosfera política, económica e social, em que vivem os intelectuais e cientistas, vai marcar conseqüentemente todos os textos criados e produzidos em cada momento da História. Nom cabe, da nossa óptica, elaborar umha História e Historiografia das Ciências da Linguagem na Galiza, ou fora da Galiza, sem ter mui presente a História externa, quer dizer, a acumulaçom de dados sobre acontecimentos históricos no sentido mais amplo da expressom. Esta história externa vai condicionar a História interna, isto é, o conjunto de proposiçons históricas.

2.ª) Esta premissa geral e hipótese de trabalho verifica-se com toda a clareza, quando analisamos estes cinco anos d' *A Nosa Terra*. Através das suas páginas é fácil concluir que, nos anos da Ditadura de Primo de Rivera, essa minoria de intelectuais passam a fazer parte dos colectivos, que som privados da liberdade de expressom.

3.ª) Se no ano 1921 ainda é possível achar textos, em que se patenteia que a língua é, sobretodo, ideologia, nos quatro seguintes assistimos a um silêncio estremecedor e até a umha mudança nas ideias por culpa da censura militar, que de modo sistemático se regista em todos ou quase todos os números publicados entre o 1 de Outubro de 1923 até o número **215**, publicado o dia 25 de Julho de 1925.

4.ª) Por outra parte, as ideias lingüísticas repetem um discurso tardo-secular que no Estado Espanhol, como tem estudado entre outros Ramón Sarmiento (1986), arrancaria mesmo antes de Hervás e Panduro, um discurso que se estende por toda a Europa a partir do ano 1757 em que se formula esta questom: Qual é a influência das opinions do povo sobre a linguagem, e da linguagem sobre as opinions do povo?

5.ª) A língua continua a ser caracterizada como a expressom do pensamento, o elemento mais definidor da personalidade de um povo, a que em grande medida fai a naçom, o elemento essencial para a existência de umha pátria —«onde há umha língua, há umha pátria»— umha arma para lograr a independência espiritual e para conseguir a liberdade individual e colectiva de um povo, um sinal de rebeldia, o elemento mais importante de diferenciaçom e de nacionalizaçom. A língua está indissoluvelmente unida à história do povo que a fala.

6.ª) Embora as proclamas da unidade lingüística entre a Galiza e Portugal sejam menos freqüentes do que no qüinqüénio anterior, continuam as afirmaçons sobre a fraternidade galaico-portuguesa, as referências à «cultura irmá», e os argumentos que afirmam a grande «semelhança do galego com o português». A sistematizaçom ortográfica e o seu valor simbólico será de grande importância nom só para manter a unidade da língua que se fala no Norte e no Sul do rio Minho, mas também para evitar que se altere mais rapidamente. Para conseguir o «bom uso» ou a «perfeiçom» da língua tomam como modelo o português literário e nom o espanhol.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Coseriu, Eugenio.1995. «A língua literária», em *Agália, 41*, 57 - 60.

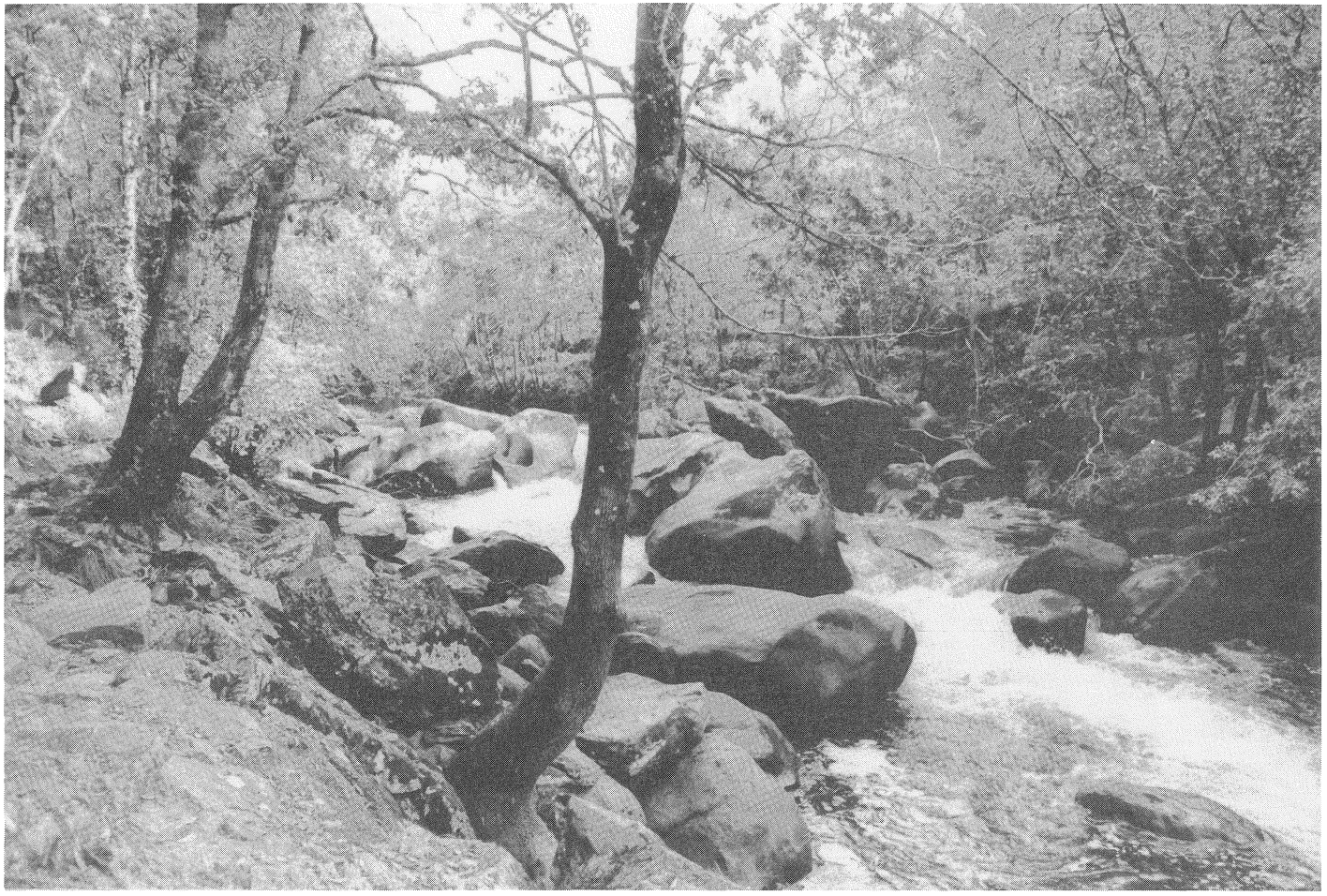
Henríquez Salido, Ma. do Carmo.1990.«Língua, lingüística e filologia na revista *Nós*», em VV.AA. *Actas do II Congresso internacional da língua galego-portuguesa na Galiza* (1987). Corunha: Associaçom Galega da Língua, 259-290.

Henríquez Salido, Ma. do Carmo.1993.«A língua e a gramática nas Irmandades da Fala: 'A Nosa Terra' (1916-1920)», em Henríquez Salido, Ma. do Carmo (ed.). *Actas do III Congresso internacional da língua galego-portuguesa na Galiza. Em homenagem ao Professor Carvalho Calero* (1990). Corunha: Associaçom Galega da Língua, 173-211.

Robins, R.H. 1967. *A short history of linguistics*. Citamos pola trad. espanhola. Madrid: Paraninfo,1974.

Sarmiento, Ramom. 1986. «Sentimento e ideologia sobre a língua galega no Ressurdimento» em VV.AA. *Actas do I Congresso internacional da língua galego-portuguesa na Galiza* (1984). Corunha: Associaçom Galega da Língua,161 - 171.

Saussure, Ferdinand de. 1916. *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Posface de Louis-Jean Calvet. Paris: Éditions Payot, 1991.



Documentos galego-portugueses medievais (II)

José António SOUTO CABO
(Universidade de Santiago de Compostela)

SANTA CATARINA DE MONTE FARO (II)

O segundo grupo de documentos seleccionados para este número situa-se cronologicamente no primeiro quartel do séc. XVI (1504-1512). A sua relevância é grande, pois estamos em vésperas do desaparecimento do galego-português substituído polo castelhano nos usos escritos na Galiza. Ora bem, esta substituiçom nom foi um acontecimento súbito, trata-se dum processo gradual que podemos rastejar desde o séc. XIII. Inicialmente, até a primeira metade do séc. XV, caracteriza-se pola presença cada vez mais frequente de castelhanismos. No último período, aproximadamente entre o último terço do séc. XV e as duas primeiras décadas do séc. XVI, observamos a rigor a existência dum *continuum* linguístico entre galego e castelhano. Contodo, se figermos excepçom dos textos em castelhano, podemos estabelecer umha distinçom entre documentos galegos com castelhanismos e textos híbridos. O segundo grupo viria incluir aqueles documentos em que a presença do castelhano alastra de forma decisiva ao ámbito da morfologia; até o ponto de podermos falar dum autêntico cruzamento de sistemas. Os três documentos que apresentamos exemplificam, de alguma maneira, as situaçons descritas. O primeiro (n. 10), mesmo sendo o mais recuado no tempo, constitui claramente um exemplo de contacto galego-castelhano; os dous restantes apesar de aparecerem inçados de castelhanismos apresentam um sistema —em termos gerais— galego. A aproximaçom dum ou outro tipo parece estar intimamente relacionada com o nível de formalidade do texto.

Quanto às pautas gráficas utilizadas, estas fôrom consignadas na anterior entrega (*Agália*, 49), no entanto, julgamos conveniente introduzir duas novidades que poderám tornar mais fluída a leitura e simplificar a reproduçom impressa.

Trata-se da decisom de desenvolver em itálico —como *n* ou *m*[1]— o til com valor de consoante nasal, habitualmente em posiçom implosiva. Isto é, consideramo-lo como mais umha abreviatura. Mantemos polo contrário inalterados aqueles casos em que esse signo é —ou poderia ser— utilizado para marcar o carácter nasal da vogal que encima. Por outro lado, nesta linha de aproximaçom à prática actual, optamos pola reproduçom como *i* ou *j* para o *y* de acordo o seu valor vocálico ou consonántico, salvo quando existir a possibilidade de se tratar de forma castelhana em que hoje tal grafema seja habitual, em cujo caso será conservado.

COLECÇOM DOCUMENTAL

10

1504, Padrim (Bemantes-Minho)

A.H.N., Sec. Clero, Pasta 511, nº 14

Pedro Cascudo oferece ao mosteiro de Santa Catalina de Monte Faro o quarto da sua vinha do Preguntoiro.

Sepan q*ua*ntos esta c*ar*ta de donacion vieren como eu P*edr*o Cascudo, v*ezino* *e* morador q*ue* soy en la fregezia de Santa M*ari*a de Mino, por el thenor de la presente c*ar*ta, otorgo e conosco que dou en pura donacion perpetua p*er*a senpre jamas a vós, el monesterio de Santa Catalina de Monte Faro e al ministro, fraires e conbento del dicho monesterio, que agora son e seran de aqui adelante p*ar*a todo tenpo de senpre jamas; conben a saber que vos asi dou en la dita donacion: o quarto de aquela mina viña do Preguntoiro, como testa por cima en la ch[o]usa do cl*eri*go de Padrin, e doutra parte como testa en outra viña de G*onçalv*o do Balino, e doutra parte como testa en Roi de Tell<e>, e por outras suas devisoos. El qual dito quarto de la dita vina vos dou p*ar*a q*ue* ajades e lebedes o quarto enteiramente de todo o viño que Deus der en la dita viña de aqui adelante, a tal pl*e*ito e condicion que los fraires del dicho monesterio me fagan dizer e me digan cada un ano por dia de Santa Cruz una misa cantada e duas rezadas, p*ar*a senpre jamas por mina alma, e me digan dous responsos: un sobre mina sepultura e outro sobre Maria Cascuda, miña p*ri*mera moller. E porqu{e} es verdad que vos asi dou o dito vino da dita vina p*ar*a senpre en la dita[2] donacion, otorgé ende dello esta dita carta de donacion en la manera que dito es.

Que fue feita y otorgada en la dita fr*egezia*[3] dentro de las casas de morada de mi el dicho P*edr*o Cascudo, a dez e sete dias del mes de Febereiro de mill *e* quiñentos *e* quatro anos. T*estig*os que foron presentes: Roi de <Cribo>, al*cal*de, e Roi de Vigo, e G*onçalv*o de Sampaio, v*ezin*os del dicho lugar, e outros.

E eu Jo*an* G*arci*a de Padrin, es*cribano* de camara d*e* la reina n*uest*ra señora e su notario publico en la su corte e en todos los sus reinos e señorios, en uno con

(1) Segundo for exigido polo documento.
(2) dita] A palavra foi repetida.
(3) fregezia] A palavra foi repetida.

los dichos testigos, a todo lo que sobre dicho es presente, fue, lo escribi segundo que pasó e por ende puse aqui este mi nombre e sino en testemonio de verdad que tal <.> es: Joan Garcia de Padrin, escribano publico.

11

1506, Monte Faro
A.R.G., Col. Vaamonde Lores, nº 9

Testamento e assentamento dos bens de Vasco de Chanteiro.

Ano do nascemento de noso salvador Jhesu Christo de mill e quinentos seis ãnos, dous dias do mes de Juio. Dentro do moosteiro de Santa Catalina de Monte Faro, jurdiçon da iglleja de Santiago de Conpostella, perante Fernan de Leiro, alcalde ennos coutos de Besoucos[4] porla dita iglleja e cabildo de Santiago, e en presencia de min, o notario, e testigos juso escriptos, paresceu ende presente fray Lopo Espiga, ministro do dito moosteiro, e diso ao dito alcalde cõmo seu tio Vaasco de Chanteiro, cuja anima Deus aja, poucos dias abia falescera da presente vida, e ante de seu falescemento, non podendo seer socorrido nin aver copia de notario, fezera sua manda e testamento, e la ordenara e mandara escripvir en hû escripto e prego de papel que ante o dito alcalde presentou e por min notario leer fezo; e la outorgara, e dera por sua manda, e testamento, e ultima e postremeira voontade, e con todo seu siso e entender, qual Deus nostro señor lle dera e abia dado. E perante fray Joan[5] Espiga, e fray Francisco Tenreiro, e fray Vaasco Galoor, e Lopo Garcia, fraires e familiares de dito moosteiro, presentes a elo por testigos chamados e para elo espicialmente rogados; porende que lle pedia e requeria, pedeu e requereu que el dese juramento en forma debida de dereito aos sobreditos, e cada hû deles, para que eles disesen e declarasen o feito da verdade do que sabian, viran e oiran cerqua de lo sobredito. E logo o dito alcalde lles dou e a cada hû deles juramento a Deus e aos Santos Evangelios, e sobre hû sinal de {cruz} que corporalmente con suas mãos dereitas toquaron e, a mais abundamento, poseron os fraires as mãos sobre suas coroas e juraron porlo sacerdocio e orden<es> sacras que de Deus receberan, segundo regla e forma de dereito, e diseron todos: «Si juro» e «amen» e prometeron de d<i>zer verdade. E lançandolles la confusion do dito juramento, todos unanimes e conformes en una razon diseron e declararon que, enno mes de Abril, proximo pasado deste presente ãno, foran chamados de parte do dito Vaasco de Chanteiro, andadas tres somanas do dito mes, pouco mais ou menos tenpo, e chegaran aa casa do forno do dito moosteiro onde seia sentado o dito Vaasco de Chanteiro, con todo seu siso e juizo; e que logo entonce se lle leera a dita manda, hordenada ja enno dito escripto e prego de papel, e ela leuda, qual el disera que asi la outorgaba e daba por sua manda, e testamento e ultima e postrimeira vóóntade, e la daba por certa, e firme e valedeira para sempre asi en juizo como fora del, segundo e enna maneira que enno dito escripto se contenia, do qual seu thenor de verbo a verbo es este que se sigue.

(4) Besoucos] Esta é a forma antiga tradicional. Nom se trata, pois, da utilizaçom do sigma com valor de fricativa pré-dorsal.
(5) Joan] Nas ocorrências anteriores figura como «Lopo Espiga».

«Sepan quantos esta carta de manda e testamento viren cõmo eu, Vaasco de Chanteiro, morador que eu sóó enno moosteiro de Santa Catalina de Monte Faro, estando doente de infirmidade que Deus tobo por ben de me dar, e con todo meu siso e entendemento, fago meu testamento e demostro mina ultima e postrimeira vóóntade. E primeiramente mando mina anima ao meu señor Jhesu Christo que tobo por ben de me redemir enna verdadeira arbore da cruz, e lle pido e rogo por sua infinita clemencia e piedade: me queira perdoar meus pecados que son muitos e grabes. E pido aa virgen gloriossa Maria, <mi>na señora e abogada de todos los pecadores, que queira séér mina abogada. E rogo ao señor San Migueel que queira receber mina anima con todos los angeles, e apostolos, e virgenes, e martires, e confessores, e eleitos e escollidos de Deus. Iten mando a Santa Catalina vinte mrs., e a Santa Maria d' Amil vinte mrs., e aa Tríídade, para redencion de captivos, trinta mrs.; e aa Madalena vinte mrs., e San Pedro de Cerbaáás trinta mrs. para a obra, e a San Migueel vinte mrs. E mando enterrar o meu corpo enna capela noba de Santa Maria que está enno dito moosteiro. E mando que me tenan o primeiro dia de meu enterramento vinte religiosos e fraires. E as outras missas leixoas a cargo de fray Lopo, meu sobriño, que as mande dizer acustumadamente per seus cursus e terminos. Iten debo e mando que paguen a Francisco Bello de Mugardos cen pares de brancas. Iten leixo por meu universal herdeiro, en todos los meus bêes mobeles e raizes, a fray Lopo Espiga, meu sobriño, ministro que agora hé de Santa Catalina, para que os aja e lebe por du quer que os el achar; e para que alcance todas minas debedas e cunpra minas mandas e mixõos. E leixo por conpridor con el a meu sobriño fray Francisco Faiña[6], en hû año e hû dia, e lle mando por seu traballo trezentos pares de brancas e rogo ao {.} meu sobriño que aja encomendado a Apariço con todos los meus sobriños {o que} me debe Joan de Deus sobre a méétade da viña que eu labro en Pardineiras: hû ducado, mando que lle quiten del tres raias por algûo viño que dela lebei en tres ou quatro ãnos, que rendeu farto pouco. Iten me de debe Lopo Vasques hû ducado. Iten me debe Gomeziño de Leiro, en hûa parte, mill e quatrocentos e quoreenta e quatro pares de brancas e, en outra parte, cinquo raias nobos que me quedou a deber por Juan de Cariño. Iten me debe Juan do Conbarro hû ducado; teño para enpago duas baras de burel. Iten me debe Maria Martiz hû ducado sobre hû tecido e hû con<ce>iro. Iten me debe Pero Domingues cento e dez pares de brancas. Iten me debe Afonso Baleiro cento e vinte e cinquo pares de brancas. Iten me debe fray Francisco Manso quatrocentos e trinta e quatro pares de brancas. Iten me debe fray Gonçalvo Simon cento e seténta e cinquo pares de brancas. Iten me debe Joan Bello d' Ares dous ducados. Iten me debe Pero Viçosso cento e oiteenta e seis pares de brancas. Iten me debe fray Fernando Viçosso hû raial. Iten Joan de Gigon hû raial e m°[7]. Iten me debe Pero do Curro de Leiro hûa dobra. Iten me debe Pero do Rio quatrocentos pares de brancas.

Iten dou por ningûas, e de ningûo valor, todas las outras manda e mandas, testamento ou testamentos que en contra desta aja feita ou feitas, asi por escripto cõmo por palabra, porque quero e hé mina vóóntade que non vallan nin fagan ffe

(6) Faiña] No doc. nº 9 desta colecçom (*Agália,* 49) escreveu-se por erro «Fuyña». corrija-se pola presente forma.
(7) m°] Isto é «meio». Preferimos nom desdobrar dado que nom se regista por extenso.

en juizo o en fora del. E esta que aora fago, perante os ditos testigos e con meu siso e entendemento, quero e he miña vóóntade que balla e faga ffe asi en juizo cõmo fora del para sempre e que valla cõmo miña manda, e e se non valver por manda que valla por testamento, e se non valber por testamento que valla por codicilo, e se non valver por codicilo que valla cõmo mina ultima e postrimeira voontade, ou cõmo mellor e mais conpridamente posa e deba valer de dereito.

Que foi feita e outorgada enna dita casa do forno do dito mooosteiro de Santa Catalina, a vinte e tres dias do mes de Abril do ãno do nascemento de noso salvador Jhesu Christo de mill e quinentos e seis anos. Ts. presentes, os ditos: fray Joan Espiga, e fray Francisco Tenreiro, e fray Vaasco Galoor e Lopo Garcia.

E logo o dito ministro pedeu ao dito alcalde mandase a min, o dito notario, que le dese asi todo en ppublica forma, asi cõmo herdeiro universal do dito Vaasco de Chanteiro, para guarda de seu dereito, e que interposese seu decreto e abtoridade a todo elo para que valvese e fezese ffe, asi en juizo cõmo fora del. E logo o dito alcalde, visto todo lo su{so escrip}to, e la concordancia e declaracion dos ditos ts. e lo dito escripto de manda en forma ordena{da}, diso e mandaba e mandou a min, o dito notario: dese todo lo suso dito, en ppublica forma signado de meu signo, ao dito ministro a quen pertenescia hua vez, ou duas ou mais, quantas menester fosen e lle conprisen para guarda de seu dereito a lo qual auto e escriptura e {.} que asi de mãa de min, o dito notario, saise signada de meu nome e signo; diso que interpoiña e interpuso seu decreto e abtoridade para que valvesen e fezesen ffe, asi en juizo cõmo fora [del, a do]nde quer que parescesen asi cõmo escriptura abtentica.

Pasou todo lo sobredito ãno, dia, mes e (.) lugar sobreditos. Testigos que foron presentes: fray Rodrigo da Marina, fray Fernando Viçosso, Joan de Baloe, (.) Vaasco de Mugardos e fray Pero de Souto.

Rodrigo de Ferreiros, clerigo de la diocese compostellana, {notario publico} na corte appostolica, a todo lo que d{ito} he, en hû con los ditos testigos, presente fui e {esta escriptura e manda e}scripvi, porende poño aqui meu nome e signo acustumado que atal he en trestemoio de ver{dade}. Rogado e requerido.

E o dito dia ãno, mes, e era e lugar e en presencia de min o dito notario e testigos suso escriptos, o dito ministro, fray Lopo Espiga, asi cõmo universal herdeiro do dito Vaasco de Chanteiro, requerendo ao dito alcalde: lo asentase e apoderase en todos los bêes mobeles, e raizes, e debedas, e outras qualesquer cousas e bêes que asi quedaran do dito seu tio Vaasco de Chanteiro, pois que seus eran e lle perteescian por sucesion e manda que de todos eles el asi lle fezera, segundo e ao tenor da dita manda ant' el presentada, para conprir suas mandas e legatos; e delo mais gozar, segundo lle foran mandados.

E logo o dito alcalde, visto lo suso dito e el pedimento por el dito ministro a el feito, diso que lo asentaba e asentou, apoderaba e apoderou en quanto con dereito podia e debia ao dito ministro en todos los ditos bêes moveles, e raizes e semoventes por onde quer e onde quer que o dito Vaasco de Chanteiro los abia e tenia e lle perteescian; e lle daba de todos eles la posesion reial, e autual, cevil e natural; e mandaba e mandou a todos los vezinos e moradores dos ditos coutos de Besoucos e a todos los outros en quanto con dereito podia, en ningûo non fose ousado de lle tomar, nin amover, nin inquietar ningûos dos ditos béés, que asi foran

e quedaran do dito Vaasco de Chanteiro, sin séér oido e vencido por foro e dereito, por onde e ante quen debese de dereito, sopena de dez mill mrs. para la camara e <.> do señor arçobispo da dita igleja de Santiago, reservando a algûa outra parte seu dereito, se o ende tenia ou pretendia aver. Testigos sobreditos. <Rodrigo de Ferreiros clerigo e notario appostolico>.

12

1512, Monte Faro
A.R.G., Col. Vaamonde Lores, nº 5

Testamento e assentamento dos bens de Maria Martins de Nobea.

In nomine Dei amen. Sepam quantos esta carta de manda e testamento virem como eu Maria Martinez, moradora que são enna fligresia de Sam Pedro de Cerbáás, jazendo doente do corpo e com todo meu seso e entendemento conprido, aquel que Dios tobo por bem de me dar, faguo, e ordeno, e outorguo, e stabeleço mina manda, e testamento e postremera vontade, para que despois de mina morte minas cousas fiquem ordenadas a servicio de Dios e a salbaçom de mi anima. Premeramente mando mi anima a Dios, mi senor, que la conpro por su precioso sangre e roguo a la virgem señora Santa Maria, con todas las otras virgéés, que queira seer mi aboguada a la hora de mi morte. E roguo ao señor Sam Miguel con todos los angeles e arcangeles de la corte celestial que queiram resceber mi anima, quando se apartar de mis carnes. E roguo a Sam Pedro con todos los apostolos, marteres, e confesores, patriarcas e profetas que queiram roguar a Dios que tengua por bem de me perdonar mis pecados. Item, mando enterrar mis carnes en el monesterio de Santa Catalina, en la iglisa acerca de la pilla de la agoa bensida. Item, mando a la Trinidat dez mrs. Item, mando a Sam Pedro hûa sabãa delguada para el altar maior e seis brancas para la obra. Item; mando a Santa Catalina tres baras de toca, que le ponguam en la imagem, e <mas> oito brancas para la obra. Item, mando a Santa Catalina oito baras de seda para la iglesia. Item, mando a Santa Maria da Merced hû tocado moi delguado para la imagen, e mas oito brancas para ho lume. Item, mando a Sam Gião seis brancas. Item, mando a Sant' Aia seis brancas. Item, mando que o primero dia que me tennam vinte flaires e creguos, e a los sete dias, dez, e de ali en delante, segundo que es de uso e custunbre. Item, dexo por conpridores destas mis mandas e mixõos al senor ministro de Santa Catalina e a Pero de Lodeiro, morador enna fleguesia de Sam Pedro de Cerbáás. Item, mando ao senor ministro por seu <trabalo> a mina mesa de gonços. Item, mando a Pero de Lodeiro por seu trabalo o meu quinon do bacelar de Cernal e o meu quinon do bacelar que teño con Pero da Costa. Item, mando a Juana, mi criada, porlo ser<vic>io que me fezo, a mina vina de Orjal, e a mina leira de Orjal e mais o tareo de sobre la <area>. Iten, mando que, conpridas minas mandas e mixõos, que minas fillas: Elbira Martines e Catalina Martines fiquem e sejam universalmente herdeiras de todos meus bêens mobeles e raizes; e fina[ndo] hûa que quede en la otra. Item, mando que se venire Martim Moxico, ou fillo ou neto suyo, que le paguem quatorze raales que le soy en carreguo. Item, mando a frey Francisco Faiña la mejor sabana que tenguo, porque me encomende en sus oraciões. Item, me debe Fernando Bello hûa caldera e vinte e cinquo pares, mando que

pague lo mas en su co*n*ciencia sem ser llamado a juizo por ello. Ite*m*, ma*n*do q*ue* fina*n*dose minas fillas sem seme q*ue* aa morte delas q*ue* quede o meu bacelar da Porta a Barbora, filla q*ue* foi de Jua*m* de Chanteiro. Ite*m* mais, ma*n*do q*ue* falescendose minas fillas, como dicho, q*ue* quede esta casa en q*ue* moro a Juana, mi criada, e mais o meu q*u*inom da cortina da Porta e o meu q*u*inom do Souto de Cernal. E ma*n*do q*ue*, fina*n*dose miñas fillas como dicho tenguo, q*ue* toda la outra mina fazenda quede libre e desenbarguada p*ar*a senpre jamas al monesterio de Santa Catalina; e q*ue* me digua*m* sua misa ca*n*tada cada hû ano por dia de santa Catalina, porla mi anima e de los antepasados cuja fue. Ite*m* mais, ma*n*do q*ue* se obere algûos almalos de mi guanado q*ue* los coma*m* los fraires de Santa Catalina, fasta q*ue* minas fillas lleguem a ser de idade.[8]

E co*n* esto çarro[9] mina [manda] e testame*n*to. E quero q*ue* balla esta ma*n*da firmeme*n*te p*ar*a todo senpre. E reboco todas las otras ma*n*das e codicillos q*ue* figem antes desta. E roguo a los testigos q*ue* presentes stan q*ue* ansi como frei Francisco Faina, fraire del monesterio de Santa Catalina, la der firmada de su no*n*bre, q*ue* ansi la outorguo yo p*ar*a q*ue* vosotros seais testiguos. Testiguos q*ue* f<u>erom presentes: Guome<u>s</u> de Cartelle; Jua*m* Pe*r*e<u>s</u> de Leiro, criado do senor frei F*r*anci*s*co; e Jua*m* de Deus, irmano da moller de P*ed*ro de Lodeiro. Ite*m* mais, ma*n*do, no*m* rebocando lo q*ue* dicho tengo, a Santa Catalina por la sepultura hûa leira q*ue* jaz en <.>, q*ue* labra P*er*o do Curro.

Eu frei F*r*anci*s*co foi presente a esto en hûo co*n* los dichos testiguos e la s*cr*ipbi por su ma*n*dado. E porq*ue* es v*er*dade firmei de meu no*me*: frei F*r*anci*s*co Faina.

<>

E dent*ro* do moost*eir*o de S*an*ta Catalina de Mo*n*te Faro, q*ue* es e*n*no arcip*re*stadgo de Besoucos de la dioc*esi* de la ig*lesia* de Santiago de Conpostela, a XVIII° dias do me*s* de Setembro do ano do nascemento de noso salvador, Jh*es*u Chr*isto*, de mill e quinentos e doze ãnos, p*er*ante F*er*na*n* de Leiro alc*al*de e*n*na feligresia de San P*ed*ro de Cervaas por el cabildo de la dicha ig*lesia* de Santiago, e en p*re*sencia de mi*n* el notario e t*estig*os juso escriptos, parescero*n* ai de p*re*sente ante o dito alc*al*de: o señor ministro de dito moost*eir*o, frei Lopo Espiga, e P*er*o de Lodeiro, v*ezin*os da d*i*ta flig*u*esia de San P*ed*ro de Cerbáás, asi como co*n*pridore*s* e cabeçaleiros testame*n*tarios de M*ar*ia Martiz de Nobea, \defunta, q*ue* De*us* aja/, morador e*n*na d*i*ta fleg*u*esia, e diser*on* ao d*i*to alc*al*de q*ue* ayer, dia lûus, q*ue* foro*n* XVII dias do d*i*to me*s* e ãno, falescera da p*re*sente vida a d*i*ta M*ar*ia Martiz. E ante de seu falescem*en*to, no*n* podendo seer socorrida de not*ar*io p*ar*a fazer e ordenar sua ma*n*da e testame*n*to, lo fezera e ma*n*dara es*cr*ipvir e ordenar a frei F*r*anci*s*co Faina, fraire co*n*bentual do d*i*to moost*eir*o e \seu/ co*n*fessor, da d*i*ta M*ar*ia Martiz, e la outorgara i ante el, e p*re*sente*s* a elo por t*estig*os: Jo*an* Bra*n*q*u*o, fillo de F*er*nan*d*o Garcia de Chant<*e*>los, v*ezin*o da flegue*sia* de San Vice*n*ço de Meãa; e Gome*s* de Cartelle, v*ezin*o da d*i*ta flegue*sia* de San P*ed*ro de Cerbaas; e Jo*an* P*ere*<u>s</u> de Leiro, criado do d*i*to frei F*r*anci*s*co Faiña, por ende q*ue* lle pedia*n* e requerian

(8) idade] Ms. (ide) idade.
(9) çarro] Ms. carro.

\ennos mellores modo, forma, via e maneira que podian e de dereito/, pediron e requeriron que el dese juramento en forma debida de dereito aos sobreditos testigos, para que eles disesen e declarasen en que forma e maneira se pasara a dita manda e lo que delo sabian, viran e oiran. E logo o dito alcalde deu juramento en forma debida de dereito {aos sobreditos}[10], e elles e cada uno delles lo fezera e diso: «Si juro, amen» e prometeron de dizer verdade. E logo en declarando \o dito/ juramento todos tres juntamente diseron e declarando: que poderia aver cinquo ou seis dias, pouco mais ou [menos] tenpo, que eles foran chamados por parte da dita Maria Martines e que entraran enna sua casa de morada, onde ela vivia, \enna/ dita fleguesia de San Pedro \de Cerbaas/, e onde jazia doente en cama, da qual dolencia falesceu. E que logo entonce o dito frai Francisco disera que fosen testigos de como a dita Maria fazia sua manda e testamento enna maneira que adiante se sigue. E que logo começara de la leer e rezar e que, ela asi leida e rezada toda, que ela con seu siso e entendemento disera que ela, asi cõmo el dito frai Francisco la leia e la dese de sua mao e firmada de seu nõme, que asi la outorgaba e daba por certa, e firme e valedeira para sempre e que asi se pagava <raial>mente, e delo tanto sabian so vertude e cargo de juramento que feito abian testigos deste auto e que los virom jurar: frei Alvaro <...>, Rodrigo de Sequeiro, fray Fernando Viçosso, fraires conbentuáás do dito moosteiro; Joan da <Moda> vezino de Mugardos, Alvaro Dias, marineiro vezino de Ferroll; Fernando Rodrigues de Ferroll, carpenteiro. Del qual dito escripto de manda, seu tenor de ver[b]o a verbo es este que se sigue. E asi leuda e <ppublicada> a dita manda, logo os sobre ditos, ministro e Pedro de Lodeiro, asi cõmo conplidores da dita manda e testamento da dita Maria Martinez, en presencia de min, o dito notario e testigos sobre ditos, diseron que pedian e pediron, e requerian e requeriron ao dito alcalde que los asentase e apodorase e lles dese, e ennos mellores modos, forma, via e maneira que podian e con dereito debian, la posesion raial e autual por vertude da dita manda asi perla dita Maria Martinez feita(s) de todolos béés moveles, e raizes e semoventes que asi dela foran e quedaran, para que por eles se conprisen suas mandas, honras, e mixoos, e exsequias e legatos, segundo que por ela fora mandado, e lo <.>se para suas fillas herdeiras.

E logo o dito alcalde diso que, vista a dita manda <.> e lo en ela contenido, e la ultima voontade da dita defunta, diso que en quanto podia e con dereito debia, reservando a algûa parte algûo dereito ou aucion, se lo ende tenia ou pretendia aver, asentaba e asentou, apoder[av]a e apoderou aos sobre ditos: ministro e Pero de Lodeiro, en todos los béés mobeles, e raizes e gaando que a dita Maria Martinez tenia e abia e lle perteescian per onde quer e onde quer que os ela tenia; e lles daba e deu la posesion de todos eles raial e autual para que los entregasen, e tomasen e recebe[se]n e deles conprisen las mandas e legatos da dita defunta, segundo que sua voluntade fuera, e que mandaba e mandou que ningûa persona no los molestase nin perturbase nin amovese da dita sua posesion, sopena de dous mill mrs. a cada un que lo contrario fezese, salvo demandalos a <justicia> por onde e cõmo deban.

---

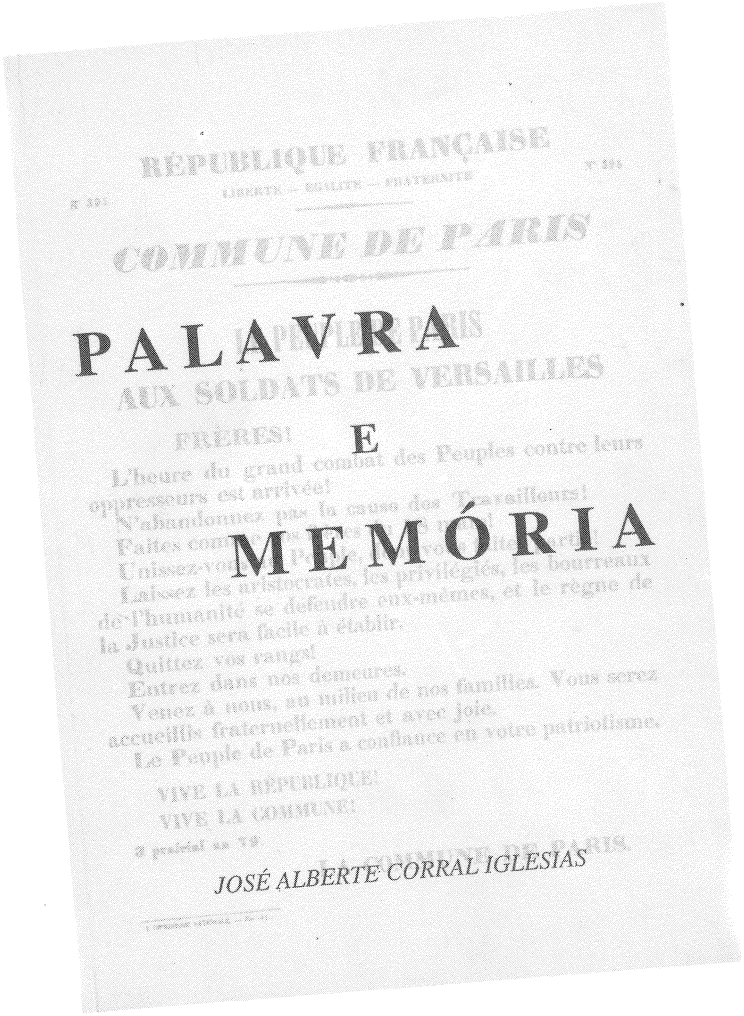
(10) { } Texto riscado.

E de todo cõmo se pasou, os sobreditos pediron a min o dito notario que lo dese asi por ffe e testemonio signado para a guarda e conservación de su derecho e de sus partes e a los presentes rogaban que dello fosen testigos. Testigos que fueron presentes: os sobreditos.

Testamento de Maria Martinez de Nobea.

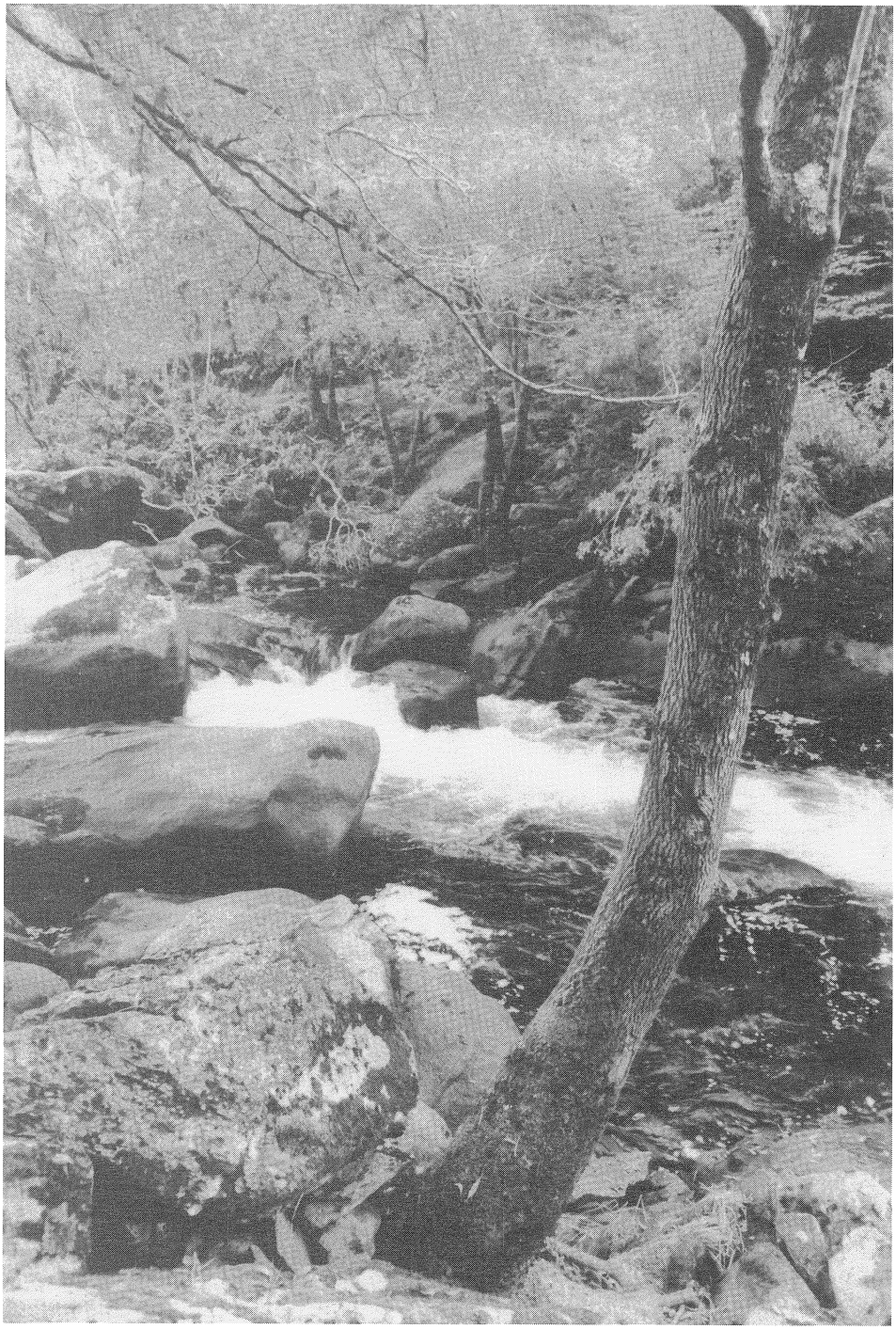
Testamento de Maria Martinez de Nobea e asentamento de sus bienes. Inventario de seus béés moveles, busca enna nota do ano Dei M.D.XII e XIII.

PUBLICIDADE



PALAVRA E MEMÓRIA

JOSÉ ALBERTE CORRAL IGLESIAS



ANTOLOGIA

As quatro estaçons de A. Vivaldi vertidas ao galego e umha homenagem final

J. André LÓPEZ GONÇÃLEZ

LA PRIMAVERA

Giunt'e la Primavera e festossetti
le salutan gl'augei con lieto canto,
E i fonti allo spirar de zeffiretti
con dolce mormorio scorrono intanto.

Vegon coprendo l'aer di nero amanto
E lampi e tuoni ad annunziarla eletti
Indi tacendo questi gl'augelletti
Tornan di nuevo al lor canoro incanto.

E quindi sul fiorito ameno prato
al caro mormorio di fronde e piante
Dorme'l caprar col fido can'a lato.

Di pastoral zampogna al suon festante
Danzan ninfe e pastor nel tetto amato
Di primavera all'apparir brillante.

A PRIMAVERA

Chegou a primavera e, ledamente,
páxaros a saúdam co seu canto
Baixo o Céfiro, as fontes, docemente,
com borborinho correm entretanto.

Vam cobrindo o ar com negro manto
anúncios de trono e relustre ardente,
ora, despois o páxaro silente,
volve de novo ao seu canoro encanto.

E assi, sobre o florido ameno prado,
ao querido murmúrio da arvoreda,
dorme o cabreiro co seu cam ao lado.

Ao som da pastoral sanfonha leda
dançam ninfa e pastor sob teito amado
pois chegou a primavera desta queda.

L'ESTATE

Sotto dura stagion dal sole accesa
Langue l'huom, langue'l gregge
[ed arde il pino,
Scioglie il cuco la voce e tosto intensa
canta la tortorella e'l gardellino.

Zeffiro dolce spira, ma contesa
Mouve Borea improvviso al suo vicino
E piange il pastorel perchè sospesa
Tema fiera borrasca e'l suo destino.

Toglie alle membre lasse il suo riposo
Il timore de'lampi e tuoni fieri
E de mosche e mosconi il stuol furioso.

Al che purtroppo i suoi timor son veri
Tuona e fulmine in ciel e grandinoso
Tronca il capo alle spiche e a' grani alteri.

O VERAO

Baixo a dura estaçom que o sol acende
esvaece o home, a grei, arde o pinho.
Solta o cuco a voz e sei que atende
o canto a rola, e canta o xilgarinho.

Doce sopra o Céfiro, mas contende
Bóreas aginha co seu vizinho.
Chora o pastor porque medoso atende
e trevom e o seu fado, mas que está
[estinho.

Repouso rouba aos membros das canseiras
o medo do relampo e a tronada
e as furiosas moscas das mosqueiras.

Som as suspeitas, certo, verdadeiras:
trona e fulmina o céu, e a predrada
tronça as espigas de trigo altaneiras.

L'AUTUNNO

Celebra il vilanel con balli e canti
Del felice racolto il bel piacere
E del liquor di Bacco accesi tanti
Finiscono col sonno il lor godere.

Fa ch'ogn'uno traslaci e balli e canti
L'aria che temperata dà piacere,
E la Stagion ch'invita tanti e tanti
D'un dolcissimo sonno al bel godere.

I cacciator alla nov'alba a caccia
Con corni, shcioppi e cani escono fuore.
Fugge al belva a seguono la traccia.

Gia sbigottita e lasa al gran rumore
De schioppi e cani, ferita minaccia
Languida di fuggir, ma opressa muore.

O OUTONO

Celebra o lavrador com baile e cantos
da feliz colheita o contentamento,
e, acesos de licor de Baco, tantos
no sono findam seu divertimento.

Fai deixar a cada um o baile e cantos
o ar que, tépido, dá contentamento,
e a estaçom, que está invitando a tantos
dum doce sono ao divertimento.

À alva o caçador marcha de caça
com cornos, escopeta e cans de raça.
Foge a fera, mas seguem-lhe a pegada.

Aterrada e cansa pola algueirada
de escopetas e cans, ainda ameaça
sem forças já, mas morre assovalhada.

L'INVERNO

Agghiacciato tremar tra nevi algenti
Al severo spirar d'orrido vento,
Correr battendo i piedi ogni momento
E pel soverchio gel batter i denti.

Passar al foco di quieti e contenti
Mentre la pioggia fuor bagna bem cento,
Caminar sopra'l ghiaccio e a passo lento
Per timo di cader girsene intenti.

Gir forte, sdrucciolar, cader a terra,
Di nuevo ir sopra'l ghiaccio e correr forte
Sin che'l ghiaccio si rompe, e si disserra.

Sentir uscire dalle ferrate porte
Scirocco, Borea e tutti i Venti in guerra.
Quest'è'l Verno, ma talche gioja apporte.

O INVERNO

Geado aterecer tras neve algente
ao severo morrer de hórrido vento,
correr batendo os pés todo o momento,
por sobejo gelo bater o dente.

Passar ao lume o dia quedo e contente
mentres a chuva fora molha a cento,
caminhar polo laço a passo lento,
por temor de cair, ir continente.

Andar firme, escorrer e baquear,
de novo sobre o laço ir recear
deixando ao andar cristais tronçados.

Sentir silvar pola ferrada porta
Sirocos, Bóreas, ventos alçados.
Isto é o inverno, que lediça aporta.

A VIVALDI
28 DE JULHO DE 1743

Imagina o doce crego melodias
oianíssimas nos sol-pores dourados
de Caríntia: acordes compassados
de alada fuga no fugir dos dias.

Treman duas tristes melancolias
nos claros olhos velhos e cansados
—pizzicato dos dias acordados—
e sonha um Piave largo de harmonias.

Declina o sol alouminhando o mar
da lembrança e o mofo que perdura.
E ainda fica no lago a luz da tarde.

Estremece-se a vida em partitura
e o mundo entoa, adagio e maestroso,
um canto eterno polo Prete Rosso.

28 de Julho de 1995
Romeor de Courel

Para o meu amigo e camarada
Raul Rio, cumha funda aperta

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

ACTO NA MEMÓRIA DO PROFESSOR DOM RICARDO CARVALHO CALERO NO CEMITÉRIO DE BOISACA

O 25 de Março do ano 1990 morria na cidade de Santiago de Compostela, cidade em que residiu nos ultimos decenios da sua vida, o primeiro Catedrático de Linguística e Literatura Galega da Universidade de Santiago, membro de honra da Associaçom Galega da Língua e do Conselho de Redacçom da revista *Agália.*

Como o legado linguístico e cultural deste Professor e Mestre de tantas geraçons de investigadores, professores, escritores e intelectuais continua vivo, a Associaçom Galega da Língua convocou umha concentraçom mais umha vez no *cemitério de Boisaca* de Santiago, lugar onde descansa o seu corpo, *para as 14 horas do dia 28 de Março (Sábado).*

Durante o acto rendérom homenagem a dom Ricardo, o escritor João Guisán Seixas, recente ganhador do premio de teatro convocado polo eixo atlántico, professores do departamento de Filologia Galego-Portuguesa da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela e a Presidenta da Associaçom Galega da Língua, Professora Doutora Maria do Carmo Henríquez Salido, Catedrática da Universidade de Vigo.

Nestes oito anos *«sem»* dom Ricardo a cultura da Galiza languidece na mais grave das penúrias, na mais grave escravatura e na mais lastimosa entrega aos poderes fácticos que compram, submetem ou condenam ao ostracismo —como no seu dia condenárom ao Professor— pessoas e colectivos cívicos que ainda sonham com os velhos ideais de Alexandre Bóveda, Castelao ou o Professor Ricardo Carvalho Calero.

A Associaçom Galega da Língua espera com verdadeira impaciência os *volumes de homenagem que editarám conjuntamente o Parlamento de Galiza e a Universidade de Santiago de Compostela* em que colaboram discípulos, amigos, professores, escritores e intelectuais da Galiza, Portugal e do Estado Espanhol.

A Televisom da Galiza recolheu imagens do acto e deu brevíssima informaçom.

AGRESSOM À LÍNGUA EM OURENSE

No I.E.S. de Ourense (Universidade Laboral) e durante o ano lectivo 1997-98, vinherom-se sucedendo irregularidades e arbitrariedades no levantamento de actas, incumprindo-se sistematicamente a lei procedimental no que diz respeito aos órgaos colegiados, de modo a impedir o exercício da liberdade de expressom, a igualdade de todos perante a Lei, assim como o uso do galego.

José Maria Carballeira Anllo e António Ma. Villar Cheda, respectivamente Director e Secretário do I.E.S. negavam-se a recolher em acta as intervençons do professor Jesus Sanches Sobrado, apresentadas por escrito em tempo e forma, após terem distorcido previamente as correspondentes intervençons orais no Claustro. O motivo nom era outro que o facto de estes escritos estarem redigidos em português. Exigiam escrever em espanhol, quer na sua variedade nacional, quer na regional (isto é segundo as *Normas* do ILG-RAG, 1982). Esta atitude viu-se reforçada pola actuaçom do Delegado Provincial de Educaçom, José Luís Vázquez Fernández, que emitiu um escrito na mesma linha do direito ao uso da língua própria da Galiza (Cf. escritos reproduzidos nestas páginas).

A intervençom da C.I.G., sindicato maioritário no ensino, assim como a do Seminário de Língua e Literatura Galega no I.E.S., em apoio do professor acima referido, obrigou as autoridades académicas a rectificar. O conflito resolveu-se com a inclusom nas actas dos escritos, em correcto galego, do professor Sanches Sobrado e com a demissom de toda a equipa de governo do I.E.S.

O Delegado Provincial, Sr. Vázquez Fernández, repôs, via digital, o Sr. Carballeira na Direcçom. Assim poderá converter-se em Director *vitalício* do I.E.S. e entrar na terceira década —prodigiosa— de governo.

30
20-02-98

Destinatário: Secretaria do IESP de Ourense.
Assunto: explicação do voto negativo à aprovacão da acta do Claustro Extraordinário do 10 de Dezembro de 1997.

Eu. Jesus Sanches Sobrado. professor do IESP, com NRP 34.257.201-68A0590, justifico o meu voto negativo à aprovação da acta do Claustro Extraordinário do 10 de Dezembro de 1997 pelas seguintes razões:

1) As palavras que o Sr. Secretário me atribui na acta não se correspondem em absoluto com a minha intervencão.

2) Atenta-se contra os meus direitos como membro do Claustro ao impedir a constância em acta da minha verdadeira posição, manifestada num escrito explicativo do meu proceder naquela sessão. apresentado na Secretaria do IESP em tempo e forma.

3) Tanto naquele Claustro do 10 de Dezembro de 1997 como no do 18 de Fevereiro de 1998. realiza-se, a instância da Direcção, uma votação contrária à legalidade, ao decidir sobre os direitos de vários membros do Claustro no primeiro caso e sobre os meus -suprime-se. contra todo o direito. o meu escrito na acta aprovada pela maioria- no segundo. O Claustro resolveu. em ambos os casos. que procedia o incumprimento da lei.

4) Qualquer procedimento de um órgão da Administração há-de se ajustar ao princípio de legalidade. Uma votação sobre o cumprimento ou não da legalidade vigente viola as mais elementares normas de um Estado de Direito. constituindo uma aberração jurídica, porquanto os direitos dos indivíduos -membros.. neste caso. de um órgão colegiado da Administração- devem garantir-se em qualquer hipótese e o seu respeito não pode depender do resultado de uma votação.

5) Com este proceder reiteradamente arbitrário, anti-democrático, irregular e de má fé. a Secretaria e a Direcção do IESP conculcam os artigos 24.1.C e as alíneas 1,2.3 e 4 do artigo 27 da *Lei 30/1992 de 26 de Noviembre. de Régimen Jurídico de las Administraciones Públicas y del Procedimiento Administrativo Común.*

Os membros do Claustro que apoiaram com o seu voto a supressão de direitos de um ou vários professores incorrem em responsabilidades derivadas da aplicação da alínea 4 do artigo 27 da referida Lei.

6) Para além do acima enumerado. conculcam-se direitos fundamentais como a liberdade de expressão e a igualdade de todos perante a Lei.

7) Solicito a reprodução textual do presente escrito na acta do Claustro de 18 de Fevereiro de 1998. assim como das folhas anexas. porquanto fazem parte integrante da explicação das minhas intervenções e decisões. É. portanto. imprescindível que o presente escrito conste na sua totalidade na Acta do Claustro Ordinário do 18 de Fevereiro de 1998.

É justo.

Em Ourense, em 20 de Fevereiro de 1.998

Assdo. Jesus Sanches Sobrado.

SUBDELEGACION DEL GOBIERNO - ORENSE
Documento presentado al amparo de lo dispuesto en el Art. 38.4 b/ de la Ley 30/1992.
FECHA: 25 FEB 1998
HORA:.....
Registro Núm.....

Destinatário: Delegação da Conselharia de Educação de Ourense.
Assunto: irregularidades reiteradas no levantamento de actas.

Jesus Sanches Sobrado, professor numerário no IESP de Ourense, com N.R.P. 34.257.201-68A0590 e com morada em Rio Bibei,15- 4° esq°, 32001 Ourense,

EXPONHO:

1-QUE no Claustro Extraordinário de 10 de Dezembro de 1997, impediu-se a constância em acta da posição de vários professores sobre o ponto da ordem do dia, manifestada num escrito lido no próprio Claustro e cuja reprodução textual se exigia. José María Carballeira Anllo, director do centro, e António Villar Cheda, secretário do mesmo, alegaram como argumento legal para a supressão, o artigo **26**.3 da *Ley 30/1992, de 26 de noviembre*, que não era de aplicação, porquanto nunca pretendemos incluir ponto nenhum na ordem do dia mas desenvolver unicamente o que constava na convocatória. Para legitimar a sua posição, director e secretário organizam uma votação de modo a obter no Claustro a cobertura para proibir a livre expressão de um sector.

2-QUE, a raiz desta actuação irregular, alguns professores decidimos não participar no processo de debate e votação das propostas. A nossa posição foi explicada em dois escritos apresentados em tempo e forma, solicitando a sua reprodução textual na acta do Claustro, um deles assinado pelos professores Ángeles Álvarez e Camilo Reinoso e outro por mim.

3-AMBOS os escritos recebem uma resposta assinada pelo director e pelo secretário do centro, em que, sem qualquer motivação legal, se nos denega a solicitude de constância em acta das nossas respectivas explicações escritas.

4-VISTO o proceder arbitrário e ilegal do director e do secretário, os três professores referidos apresentamos um escrito conjunto solicitando das autoridades académicas no IESP a restauração da legalidade e a correspondente constância dos nossos escritos na acta. Nenhum dos três assinantes recebeu qualquer resposta.

5-NA redacção da acta figura como anexo o escrito dos professores Álvarez e Reinoso. O meu escrito fica excluído de forma arbitrária e imotivada.

6-NO Claustro de 18 de Fevereiro de 1998, solicitei das autoridades académicas no IESP uma rectificação. Perante a negativa do secretário e do director a incluir na acta a minha posição, votei contra a sua aprovação, explicando a minha posição num escrito apresentado em tempo e forma na Secretaria do IESP, do qual se junta cópia.

7-TANTO nas intervenções orais nos Claustros de 10 de Dezembro de 1997 e 18 de Fevereiro de 1998, como nos escritos apresentados na Secretaria do centro, tentei, sem consegui-lo, que se cumprisse a lei de modo a restaurar a harmonia e a feliz convivência, deterioradas com este tipo de actuações.

8-COM este proceder arbitrário, irregular e anti-democrático, o secretário e o director vulneram o artigo **24**-1.c) e as alíneas 1, 2, 3 e 4 do artigo **27** da *Ley 30/1992, de 26 de noviembre, de Régimen Jurídico de las Administraciones Públicas y del Procedimiento Administrativo Común.*

Os membros do Claustro que apoiaram com o seu voto a supressão de direitos de um ou vários professores incorrem em responsabilidades derivadas da aplicação da alínea 4 do artigo **27** da referida Lei.

9-O director conculca também o artigo **38**.b) da *Ley 8/1985 de 3 de julio*, assim como a legislação com ele concordante.

10-TODAS estas irregularidades atentam, em última instância, contra direitos fundamentais como a liberdade de expressão e a igualdade de todos perante a Lei.

Por tudo o qual SOLICITO a intervenção dessa Delegação de Educação para obrigar os seus representantes no IESP a cumprir a Lei, com os efeitos pertinentes sobre os actos administrativos afectados pelas irregularidades acima referidas.

É justo.

Ourense, em 25 de Fevereiro de 1998.

Assdo. Jesus Sanches Sobrado.

XUNTA DE GALICIA

CONSELLERIA DE EDUCACION

INSTITUTO DE EDUCACION SECUNDARIA E PROFESIONAL

OURENSE

Co fin de facer constar na acta do Claustro do 18 de febreiro as explicacións do seu voto negativo ó punto primeiro do mesmo: " Lectura e aprobación,se procede,da acta da reunión anterior", prégolle ás presente nesta secretaría debidamente traducidas a calquera das dúas linguas oficiais.

Ourense 13 de marzo de 1.998

V. e P.

O Director

asdo. Xosé Mª Carballeira Andrade

O secretario

asdo. Antonio Mª Villar Cheda

D. JESÚS SÁNCHEZ SOBRADO

XUNTA DE GALICIA
CONSELLERIA DE EDUCACION E ORDENACION UNIVERSITARIA
DELEGACION PROVINCIAL
Rúa Concello, 11 - Aptdo. 147 - 32003 OURENSE Teléfono 21 04 20

D. JESUS SANCHES SOBRADO
C/ Rio Bibei, 15- 4º esqda.
32001 OURENSE

XUNTA DE GALICIA
CONSELLERIA DE EDUCACION E ORDENACION
DELEGACION PROVINCIAL DE OURENSE
17.03.98 003174
SAIDA

De acordo co disposto no artigo 4 da lei 3/1983 de 15 de xuño de normalización linguística en relación coa disposición adicional do mesmo texto legal así como o decreto 173/1982 de 17 novembro sobre a normativización da lingua galega, e dado que o seu escrito de data 27/02/98 non aparece redactado en ningunha lingua oficial desta Comunidade Autónoma ,

C O M U N I C O L L E, que en aplicación do establecido no artigo 36 da lei 30/1992 de 26 de novembro de réxime xurídico das administracións públicas e do procedemento administrativo común deberá acompañar o seu escrito da correspondente traducción a algunha das linguas oficiais na Comunidade Autónoma de Galicia no prazo de dez días a partires da recepción da presente notificación, iindicándolle que de non facelo se lle terá por desistido da súa petición arquivándose sen mais trámites cos efectos previsos no art. 42.1 da mesma lei.

Ourense, 27 de marzo de 1998

O DELEGADO PROVINCIAL

Asdo.: José Luis Vázquez Fernández

CIG

Confederación Intersindical Galega

ENSINO

SR. DIRECTOR DO IES DE OURENSE

Estimado compañeiro:

Ten chegado á nosa Central Sindical información sobre a denegación de dereitos a un compañeiro, profesor nese instituto, en base á normativa ortográfica que este utiliza nos seus escritos, cousa que nos causa grande estrañeza e alarma pois, como ti sabes, neste país existe un conflicto lingüístico sen resolver na sociedade desde hai moitos anos e que afecta, como non podía ser doutro xeito, tamén ao mundo do ensino desde o máis básico ata a universidade e cuia solución trascende ao ámbito competencial do sistema educativo, polo que, consideramos que non se pode discriminar a ninguén en función da normativa ortográfica escollida e menos negarlle a un compañeiro o uso dun dereito básico amparándose nese conflicto.

Por elo solicitamos-che que, en base á libertade e a tolerancia á que nos tes acostumados no teu proceder, repoñas os dereitos deste compañeiro independentemente da normativa ortográfica na que o solicite.

Sen máis e quedando ao teu dispor recibe un cordial saúdo.

En Ourense, a 24 de abril de 1998

Asdo.: Oscar Sánchez Vidal
Secretario comarcal da CIG-Ensino

Destinatário: Secretaria do IESP.
Asunto: represión de Direitos Fundamentais do profesor Jesus Sanches Sobrado, polo uso do galego.

Concepción Fernández Fernández, chefa do Seminário de Língua e Literatura Galegas, con NRP A47EC3491332568, fai constar:

1) QUE na reunión do Seminário de Língua e Literatura Galegas de data 28-4-98, con asisténcia de todos os membros, o profesor Jesus Sanches Sobrado comunica formalmente a sua situación como membro do Claustro, apresentando un escrito emitido por esa Secretaria, con data de 13 de Marzo de 1998, asinado por José María Carballeira Anllo e Antonio María Villar Cheda, respectivamente director e secretário do centro, en que se proíbe a constáncia en acta do Claustro de 18 de Fevereiro de 1998 das explicacións de voto negativo à aprobación da acta do Claustro de 10 de Decembro de 1997, que o antedito profesor apresentara nesa Secretaria, en tempo e forma, nunha das modalidades de formalización gráfica do idioma galego, con presenza na sociedade actual.
2) QUE o Seminário de Língua e Literatura Galegas non entra a valorizar os fundamentos lingüísticos, filolóxicos, pedagóxico-didácticos, históricos e políticos dos diferentes conceitos de língua aplicados ao galego, nen das correlativas opcións ortográficas que concorren na nosa sociedade. Entendemos que se deben respeitar as diferentes escollas, asi como os fundamentos que as sustentan.
3) QUE consideramos a tolerância e o respeito polas diferentes posicións en matéria de normativa lingüística do galego, que presiden as relacións humanas e profisionais no noso Seminário, como un modelo válido para a convivéncia harmónica no conxunto da Comunidade Escolar.
4) QUE o Seminário de Língua e Literatura Galegas aproba por unanimidade:
a- **rexeitar** as actuacións do director e do secretário do centro contra o profesor Jesus Sanches Sobrado, por considerar que vulneran Direitos Fundamentais como a liberdade de expresión, a igualdade de todos perante a lei e o direito ao uso da língua própria da Galiza, numa das normativas ortográficas existentes, direitos que han de ser garantidos en calquer hipótese.
b- **solicitar** unha rectificación do director e do secretário, incluindo, na referida acta, os textos apresentados, en tempo e forma, polo profesor Jesus Sanches Sobrado.
c-**manifestar** a nosa pofunda preocupación pola deterioración da convivéncia, provocada por estas actuacións dos representantes da Administración no centro.

En Ourense, a 28 de Abril de 1998.

Asdo. Concepción Fernández Fernández (Chefa de Seminário)

UM RELATÓRIO DESAFORTUNADO

Luis GONÇALEZ BLASCO
(Instituto de Bacharelato «Gelmírez 1»,
Santiago de Compostela)

Chegou às minhas maos "a ponência" sobre língua aprovada na última Assembleia da **Frente Popular Galega**. Para um reintegracionista que também é independentista é difícil achar um documento que lhe produza mais indignaçom, ao mesmo tempo que tristeza por ter sido aprovado por umha organizaçom que defende o independentismo.

Um independentista conseqüente nom pode defender mais opçom ortográfica que a normativa histórica como demonstrou o número 23 de Informaçom Obreira. Evidentemente que pode haver, hai-nos, independentistas que nom som reintegracionistas, mas nesse caso é por estarem equivocados; é o nosso dever tentar convencê-los do seu erro. Mas o grave é quando toda umha organizaçom que aspira a ser vanguarda do independentismo aprova um relatório como o que vou analisar. As posiçons do **BNG**, tam criticadas pola **FPG**, resultam muito mais progressistas neste aspecto.

Vou reproduzir literalmente o citado relatório. Isto facilitará a análise do mesmo e o(s) seu(s) autor(es) nom poderá(m) dizer que desfiguro o seu pensamento. Ei-lo:

«POR UNHA POLÍTICA LINGÜÍSTICA INDEPENDENTISTA

1.—Partimos da necesidade dunha definición política da cuestión da língua, central no nacionalismo. Se non hai un idioma propio non hai nación diferenciada; se perdemos o idioma, perdemos o risco fundamental que nos define no mundo como pobo distinto.

2.—A lingua galega e a lingua portuguesa actuais proceden conxuntamente do galego antigo. Éste derívase do latín vulgar falado no N.O. peninsular, no territorio da cultura dos castros que os romanos chamaron Gallaecia.

No século XII, unha porción de Galicia, que ía desde o Miño ao Mondego, constituiu un Reino co nome de Portugal. Éste (sic), de modo independente foise extendendo a costa dos territorios árabes deica o Algarve. A Galicia do Norte conservou o seu nome aínda que proseguiu a sua (sic) historia dependente de León e de Castela, nun proceso de progresiva asimilación.

Portugal e Galicia tiveron durante toda a Idade Media a mesma lingua, que algúns chaman galegoportugués pero que non é outra que o galego antigo. A lingua de Galicia e a de Portugal fóronse diferenciando cada vez máis, evoluindo (sic) de forma diverxente (sobre todo na fonética) e no século XV esta diverxencia parece consolidada: ao norte a lingua que chamamos galego, ao sul a que chamaremos portugués. De entón a hoxe, as diferencias foron facéndose maiores.

3.—A nosa lingua foi considerada de tres modos diferentes:

—Dialecto do castelán: Deica o noso século, o centralismo español monolingüe presentounos o galego como unha forma oral e rústica do español. Rosalía e os Precursores aínda ás veces chamaban dialecto á nosa lingua, aínda que esta falsa e ideolóxica designación parece que xa non conta con defensores.

—Idioma nacional: Principalmente en torno ás Irmandades da Fala en 1916, e ao tempo que se define a Galicia como nación, proclámase que o galego é o seu idioma nacional.

—Variante do portugués: A ideoloxía reintegracionista, baseándose en autoridades da vella lingüística románica (Meyer-Lübke), ou da filoloxía españolista (Menéndez Pidal), ou da portuguesa (Rodrigues Lapa na sua derradeira etapa), considera que o galego non é idioma de seu senón dialecto ou conxunto de falas que forman parte do portugués.

A primeira definición xa non é sustentada por ninguén, a segunda é a que os nacionalistas defendemos e a terceira foi así considerada por Castelao, nunha pasaxe que cómpre matizar contemplando o seu contexto:

> *Agás Menéndez Pelayo non hai no Centro de España un soio investigador que non se poña impúdicamente ao servizo do feito hexemónico e non trate de furtar ou amingoar os merecimentos lingoísticos e literarios de Galiza. O galego, para eles, foi o galaico-portugués; pero agora soio existe o portugués porque o galego xa non é língoa... A política centralista manexou de tal maneira os vocablos idioma e dialecto —aplicando o primeiro somentes á lingoa de Estado— que a xente iñorante chegou a creer que o galego proviña do castelán; pero cando esta iñorma xa non corría como válida, entón rebaixá base a categoría do galego decindo que era un dialecto do portugués. E semellante idea, saída de España, sigue correndo entre estranxeiros de poucas letras. Ben saben os centralistas que a domiñación de Galiza endexamáis será efectiva entramentras fale un idioma diferente do castelán. (Sempre en Galiza,* 1961, p.287).

4.—O reintegracionismo, pois, non pensa que a lingua de Galicia é o galego senón que é o portugués. Fai, maiormente, propaganda sobre a necesidade de que en Galiza se estableeza un estandar normativo, especialmente ortográfico, que asimile o galego ao portugués, en distintos graos, para o que se habilitaron variadas ortografías de transición ao portugués total. Trátase, daquela, dunha reintegración asimétrica e dependente, pois non se esixe que o portugués actúe en dirección do galego en xusta reciprocidade. Para eles, erroneamente, aquilo no que o galego se diferencia do portugués é por forza deturpación por castelanización.

A verdade é que a distancia lingüística que se observa entre o galego e o portugués é inmensa no que se refire ao sistema fonolóxico, moito máis rico no segundo ca no primerio (sic). E dado que a grafia normativa depende fundamentalmente do sistema fonolóxico, resulta un disparate forzar o noso idioma nunha escrita que está pensada para outro máis abundante en fonemas. Se ben as diferencias morfolóxicas e sintácticas son menores, no léxico habitual do galego hai moitas palabras, construccións fixadas e xiros distintos que non existen no portugués, ademais de palabras idénticas con significados moi diferentes. ¿Vai un aprender todo iso renunciando ao noso? ¿E para qué? ¿Para usalo só en textos escritos? ¿Para desprezar o noso como inferior outra vez máis? Sería outra diglosia para sumar á que xa padecemos.

O reintegracionismo é a negación do idioma galego. Lévanos a prescindir dun dos requisitos —o principal— sinalados por Stalin con toda razón —Castelao seguiríao, e toda a tradición do nacionalismo marxista— para considerar a existencia dunha nación dada. Negar a independencia do idioma galego levaríanos a unha situación paradoxal: existe un nacionalismo galego que non pide a independencia de Galicia senón a anexión por Portugal. O curioso do caso é que en Portugal non existen movementos, nin opinión, nin individualidades que propugnen a reintegración ou asimilación, ou anexión de Galicia. No fondo: medo á independencia, medo á libertade. O reintegracionismo é a última manifestación do autoodio de algúns galegos, coma sempre situados nas camadas inseguras da pequena burguesía. Trátase da pulsión "parricida" da que falou Murguía noutro contexto.

5.—Toda unha tradición que comeza hai máis de 150 anos con Murguía, Pondal, Curros e o Rexurdimento, que se fixo grande e lúcida co nacionalismo das Irmandades, que se consolidou no momento (sic) galeguista e nacionalista de esquerda durante o franquismo, foi, lentamente, traballando para facer do galego unha lingua de cultural (sic) nacional, a cifra e a forma da nación mesma.

A FPG debe considerar o galego como lingua independente, como idioma nacional, se quer que o independentismo que propugna teña sentido. A FPG, na práctica e na conxuntura presentes, debe tratar de invertir o proceso de destrucción do galego na actual situación de diglosia, opoñéndose á política lingüística do PP e da Xunta de Galicia chamada de "bilingüismo harmónico", que favorece o castelán e, de prolongarse, conduciría á total asimilación do galego. A FPG aspira a unha sociedade monolingüe e monocultural galega. A partir de aí, cómpren algunhas consideracións.

O que chamaremos a "cuestión portuguesa" non se esgota políticamente no texto desta ponencia. O feito de termos, galegos e portugueses, unha orixe común proto-histórica chamada Gallaecia, un Reino común chamado Galicia (ou Galiza) deica o século XII, unha lingua común que só pode ser nomeada como galego até a fin da Idade Media e, aínda máis, o feito da comunidade da cultura popular galega coa de territorios que van até o val do Douro e o de que aínda hoxe o noso idioma e o portugués son moi próximos nos sistemas que exceden o fonolóxico, levaranos por forza a predicar a necesidade dunha aproximación política e cultural a Portugal. E, por todo o dito, a unha aproximación lingüística, pois o consello portugués pode devolvernos e devolveunos xa ("Deus", "vaidade", etc.), palabras perdidas por influencia do castelán entre nosoutros, e pode proporcionarnos o tesouro dos cultismos que nós só recibimos a través do castelán por non chegarmos a ter Renacemento propio. E moitas cousas máis.

Así e todo, debemos ser conscientes de que en Portugal ninguén está nin estivo disposto a correspondernos coa mesma moeda, xa que, de facelo, o edificio do seu relato nacional/ideolóxico íaselle derrubar desde o alicerce.

A FPG debe manterse en primeira liña na defensa inequívoca do idioma en tanto que idioma nacional; debe procurar a pureza e o aperfeccionamento bebendo na tradición do nacionalismo, da literatura, pero sobre todo nas xentes dos barcos, das fábricas, do agro e dos fogares onde aínda o idioma se mantén vivo. Os militantes da FPG deben ser un espello de lealdade lingüística, empezando por depurar o galego que usan (ese "i logo", de tradición pequenoburguesa bloqueira) os seus militantes en público e en privado. Vixilancia lingüística, pois, sobre a nosa maneira de falar.

6.—Para que unha lingua en declive e subalterna, como é o galego, se salve e sexa normal, require dun estandar (sic) oficial, dunha normativa. Dunha normativa tan ríxida como a da lingua opresora española, que ten nesa rixidez normativa unha das súas armas máis mortais, por canto se opón á nosa insuficiencia normativa. Necesitamos dunha normativa oficial do galego a partir do intre en que a autonomía introduce o uso do noso idioma no ensino e nas administracións públicas. Esa normativa podería ser calquera, pero necesítase de unha e que esa unha sexa tan obrigatoria como a da lingua opresora.

Non existe unha normativa oficial que regule sobre léxico, sintaxe e fonética (isto último moi necesario). Só existen as *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, elaboradas pola Academia Galega e polo Instituto da Lingua Galega en 1982 que, posteriormente, foron declaradas oficiais pola Xunta de Galicia. Hoxe estas normas síguense nas administracións autonómica e local e nas principais editorias de Galicia.

Outras normas ortográficas, as da AS-PG —moi semellantes ás primeiras e só diverxentes en detalles— son as oficiais do BNG e dos seus organismos satélites. Só se manteñen por razóns de sectarismo e de autoafirmación partidaria. Asimesmo, hai en funcionamento varias ortografías reintegracionistas, incluída a que pretende a escrita en portugués total —o que non soe resultar doado—. Pensamos que a defensa do galego pasa nestes momentos polo uso dunha única normativa que non pode ser outra que a oficial. O noso potencial reivindicativo respecto á lingua debe orientarse, integramente, á defensa do galego fronte á ameaza constante do español. Levar a contradicción galego/español (lingua asoballada/lingua asoballante) a un plano de contradicción entre ortografías é altamente perxudicial (sic) para a supervivencia do idioma propio. Propugnar a libertade ou caos ortográfico é desposuír o galego dunha arma de defensa imprescindíbel: a de un estandar (sic) único fronte o (sic) estandar único da lingua dominante.

Chamamos a aqueles patriotas galegos que discrepen das normas ortográficas e morfolóxicas oficiais —moitos discrepamos— a que as acaten por patriotismo deica o intre en que Galicia acade o monolingüismo galego superando a diglosia que hoxe ameaza coa disolución da nosa lingua. Igualmente os chamariamos a este acatamento se as normas oficiais fosen outras diversas.

Así falaba Johán Carballeira en 1932:

...Eu son o mesmo que en 1927 propugnaba pola unificación da lingua galega na grafía sobre bases etimolóxicas (hoxe reintegracionistas, a nota é nosa). *E a miña convicción*

de hoxe e de sempre. Pero chegou un intre pra a Galiza no que o instrumento lingüístico é tamén un delicado instrumento político —delicado e enorme— e non é cousa, entre outras razóns, de lle mellar o fío cun cisma que non é oportuno atravesarllo agora diante como un bache.

(*"Unificación"*, en *El Pueblo Gallego*, 15.11.1932)»

Até aqui o texto do relatório que foi aprovado por maioria depois de umha discussom em que se apresentárom emendas à totalidade e que durou mais de três horas. O relatório é um cúmulo de falsidades, erros notórios em matérias nom só de lingüística, mentiras e meias verdades que fai difícil a sua análise global polo que julguei conveniente analisá-lo pormenorizadamente por apartados e por parágrafos.

O primeiro apartado tém umha aparência mais correcta. Porém, segundo el negaríamos o carácter nacional de Cuba, de Angola e de outros muitos países. Nom creio que seja esse o pensamento dos irmaos da **FPG** polo que prefiro crer que se trata de um erro político-lingüístico.

No segundo apartado, primeiro parágrafo, afirma-se que Português e Galego derivam do Galego antigo. Ainda que isto seja certo, considero que os Portugueses tenhem todo o direito de chamar-lhe a essa língua Português antigo, do mesmo jeito que se fala de Espanhol antigo ainda que Espanha nom existisse quando aparecem as primeiras manifestaçons lingüísticas castelhanas. Devemos ser delicados nas questons terminológicas e mais quando se trata dos Portugueses, que no próprio relatório se reconhece estarem tam próximos de nós.

No segundo parágrafo afirma-se que a *Galicia do Norte conservou o seu nome*, o nome nom era *Galicia* mas *Galiza* e este nome nom se conservou ainda que, em tempos recentes, fosse recuperado polo nacionalismo. Nos textos da **FPG** utiliza-se sistematicamente *Galicia* a nom ser umha vez que, entre paréntese, escrevem *(ou Galiza)*. Onde si se conservou o nosso nome histórico foi no recém nado Portugal.

No terceiro parágrafo di-se que Portugal e a Galiza tivérom durante toda a Idade Média a mesma língua e que esta nom é outra que o Galego antigo. Segundo os usos lingüísticos habituais esta língua pode ser chamada Galego antigo, Português antigo ou Galego-Português (antigo ou nom), podo estar de acordo em que por razons históricas o nome mais acaído seria o de Galego antigo, por ter nado na Galiza; mas nom tudo é História nas línguas e, por exemplo, hoje (quase) todos concordamos em falarmos de Espanhol e nom de Castelhano como quereriam as razons históricas. No mesmo parágrafo afirma-se que no século XV a divergência entre Galego e Português parece consolidada; segundo as minhas informaçons o século XV fai parte da Idade Média, a Idade Moderna começa justo ao final deste século, o relatório cai numha contradiçom evidente.

No terceiro apartado dam-se três teorias que, segundo o relatório, seriam as que existírom (ou existem) a propósito da nossa língua. Para começar falta umha teoria que é precisamente a que sustém a grande maioria dos reintegracionistas: Galego e Português fam parte de um mesmo diassistema lingüístico que, geralmente, chamamos Galego-português, ainda que também podemos chamar-lhe Galego à nossa variante particular (e mesmo às outras). Neste diassistema também há que incluir o Brasileiro, as variedades lingüísticas portuguesas utilizadas nos países africanos de expressom portuguesa e algumhas mais utilizadas em Ásia e Oceánia. Como se vê, há bastante diferença entre esta teoria e a terceira que se apresenta no documento. Se queremos buscar valedores históricos a esta teoria teremos que remontar-nos a Murguia e Pondal (*Lingua do gran Camões, fala de Breogán*) e chegarmos até Castelao, passando por Vilar Ponte e por Viqueira e, já que se lhe vai dedicar o próximo Día das Letras, mencionarei também Roberto Blanco Torres.

A primeira teoria em que se apresenta o Galego como *dialecto do castelán* parece estar no relatório abalizada por Rosalia e os Precursores. Nada mais longe da realidade, Rosalia e os Precursores podiam chamar-lhe dialecto ao Galego (Rosalia usa indistintamente as formas língua e dialecto e Curros, num mesmo poema, chama-lhe dialecto, língua, fala e idioma) mas nom por isso pensavam que o Galego fosse um dialecto do Espanhol, limitavam-se a seguir usos lingüísticos da época (erróneos por suposto).

Já vim que a terceira teoria nom é a que defende a imensa maioria dos reintegracionistas, estes defendem a que expugem um bocado mais a cima. O relatório inventa um fantasma e pom-se a discutir com el, cousa que sempre resulta fácil, mas muito pouco científica. Entre os autores nos que se baseia cita a velha lingüística románica, o adjectivo parece-me estar utilizado de jeito malintencionado; a filologia espanholista (Menéndez Pidal), sejamos serios, por favor! o evidente espanholismo de Menéndez Pidal como historiador nom deve ser estendido às suas opinions lingüísticas de forma completamente arbitrária; também se cita um Português (Rodrigues Lapa) que sempre se considerou Galego (sem deixar de ser Português) e que foi um grande amigo de Castelao e do nacionalismo galego em geral. Quando se quer desprestigiar parece que tudo está permitido.

No seguinte parágrafo manipula-se descaradamente a forma de pensar de Castelao escolhendo umha citaçom tirada do *Sempre en Galiza* e isolada do seu contexto. Com citaçons pode-se demostrar quase tudo mas vou-me permitir devolver-lhe a bóla ao autor da ponência com outra citaçom de Castelao. Está tirada de umha carta de Castelao a Sánchez Albornoz, Castelao enviara-lhe um exemplar do *Sempre en Galiza* ao político republicano e historiador espanholista, este contestou-lhe criticando alguns aspectos da obra. Castelao na sua resposta di literalmente: *Deseo, además, que el gallego se acerca y confunda con el portugués...*; isto escreveu-no Castelao em 1944 contestando-lhe a um espanhol.

No apartado 4, no primeiro parágrafo, o(s) relator(es) continua(m) a discutir com um fantasma. **AGAL** tem elaborado a sua ortografia para o Galego que mantém as peculiaridades do galego: *nom, umha*, etc. e que nom é umha ortografia de transiçom. Esta normativa é seguida hoje pola grande maioria dos reintegracionistas, ainda que nom se pode negar que alguns tenham outras normativas mais próximas do Português e mesmo haja certos casos de pessoas que escrevem na norma portuguesa.

No segundo parágrafo, informa-se-nos da grande distáncia fonológica existente entre Galego e Português. Precisamente é no campo da fonologia onde se dam as mais grandes divergências entre variedades de umha mesma língua. Isto ocorre com todas as línguas e com aquelas que tenhem umha extensom geográfica grande ou que por razons históricas vivêrom separadas mais ainda. Poderiam-se citar os casos das variedades do Inglês, o Francês do Quebeque, o Brasileiro, etc. Para falarmos do nosso vizinho, o Espanhol, as diferenças fonológicas que se dam entre os falares americanos, andaluzes ou castelhanos som bastante mais grandes das que há entre Galego e Português. Quem está renunciando a nada do que é nosso? Ao único que renunciamos é ao que nos foi imposto polo Espanhol, tanto no léxico, como no morfológico, como no fonético. Renunciamos a dizer *Galicia*, renunciamos a dizer *nación,* renunciamos à gheada (introduzida polo Espanhol), ainda que respeitemos os falantes que utilizam essas formas nom galegas. Outro dos argumentos que se dam consiste em que a grafia normativa depende fundamentalmente do sistema fonológico e que resultaria um disparate forçar o nosso idioma numha escrita pensada para outro mais abundante em fonemas. O argumento prescinde da história da língua, a escrita tenta corresponder-se com o sistema fonológico no momento em que umha língua começa a se escrever, a posterior evoluçom da língua nom costuma reflectir-se completamente na ortografia e isto leva a distanciamentos grandes entre fala e escrita, citarei só três casos nos que o distanciamento vai de menos a mais: O Francês, o Inglês e o nosso querido e desgraçado Irlandês. O Galego nom começou a escrever-se no século XIX senom muitos séculos antes e do que se trata é de recuperarmos a nossa escrita tradicional (conservada no fundamental em Portugal).

O terceiro parágrafo já está contestado no comentário ao primeiro apartado. Nom obstante poderia-se acrescentar mais algo. Nom é certo que em Portugal nom existam movimento, nem opiniom, nem individualidades que propugnem a reintegraçom ou assimilaçom ou anexom de Galiza. Entre as personalidades podemos citar a Afonso Lôpes Vieira que se dirigia assi à Galiza: *deixa Castela e vem a nós.* Teixeira de Pascoaes (tam amigo dos homes de **Nós**) considerava que a Galiza era um troço de Portugal sob a pouta do leom castelhano. Fernando Pessoa considerava que Galiza e Portugal fam parte de umha mesma entidade nacional. Também existem movimentos que reivindicam tal uniom, é certo que som pequenos e minoritários mas é falso dizer que nom existem. Dentro do nacionalismo gale-

go também som importantes as referências a um reintegracionismo político; lembre-se a teoria do pangaleguismo de Vilar Ponte, no *Sempre en Galiza* que se cita na ponência acham--se trechos a favor desta tese às mancheias, citarei só um: *Os galeguistas xa temos ganas de decirlle ao* ***Olimpo*** *hespañol, remedando ao antigo trovador Xohán Airas: Se a xusticia non me val / Ante Rei tan xusticieiro / Ireime ao de Portugal.* Também quero citar o caso de outro grande patriota galego, hoje silenciado pola sua "teima" de escrever em Português: Ernesto Guerra da Cal; em 1982 publicou n'*A Nosa Terra* um poema dedicado a Pardo de Cela que, em minha opiniom é o mais importante dos que se lhe tenhem dedicado na literatura galega; no poema demonstra, além da sua qualidade como poeta, o seu patriotismo galego que combina com o patriotismo português. Ainda que nom seja a minha opiniom por ser eu partidário de umha República galega considero que a libertaçom nacional galega pode realizar-se tanto num marco exclussivamente galego como dentro de um Estado no que também se inclua Portugal.

Estou completamente de acordo com o segundo parágrafo do apartado 5 ainda que opino que a assimilaçom do Galego se vê favorecida polo uso da actual normativa da **Xunta.**

Também acho afortunado o terceiro parágrafo. Por certo, esse Reino comum do que se fala chamava-se *Galicia* ou *Galiza*? É esta a única vez que na ponência se recolhe o verdadeiro nome do nosso País e fai-se pondo-o entre parêntese. A **FPG** nom parece ter claro o nome da nossa Terra ainda que se incline claramente pola forma espanhola, o tam criticado **BNG** tem as cousas muito mais claras nesta questom.

O quarto parágrafo já fica contestado, pois nom fai mais que repetir o dito no derradeiro parágrafo do apartado 4.

Do derradeiro parágrafo do apartado pouco tenho que dizer a nom ser que nom se segue a tradiçom do nacionalismo que tendeu sempre cara a um achegamento com o Português em matéria normativa (e outras). Tampouco vejo muito bem a dura crítica ao Bloco, já que a minha experiência pessoal me demonstrou que muitos militantes da **FPG** nom superam em correcçom lingüística aos do **BNG**.

Chegamos ao apartado 6, que é o mais conflitivo, e por outra banda o mais original, do relatório.

No primeiro parágrafo afirma-se que para que umha língua subalterna se converta em normal precisa de umha normativa tam rígida como a da língua dominante. Nengumha das duas cousas é certa: A lingüística ensina-nos que umha língua pode normalizar-se tendo mais de umha normativa, tal é o caso do norueguês que está normalizado e tem duas normativas; a normativa espanhola tampouco é tam rígida como se di, polo menos no plano léxico, pensemos em americanismos como *carro* e *máquina* (automóvel), *manejar* (conduzir), *guagua* (autocarro) todos no mesmo campo semántico, os exemplos poderiam multiplicar-se, darei só mais alguns: *pollera* (saia), *pararse*(erguer-se, que pode ter um significado sexual), *coger* (foder), etc. Também na morfologia poderíamos achar exemplos como o uso de *vós* (por tu) e outros. Também se afirma no parágrafo que a normativa poderia ser qualquer, a única condiçom que deve cumprir é a de ser obrigatória. Considero que umha normativa que nom seja um calco da da língua dominante sempre terá mais possibilidades de éxito, sobretudo se coincide com a da normativa histórica da língua e está próxima da das outras variantes do nosso sistema lingüístico.

No parágrafo segundo fala-se da actual normativa da **Xunta** dizendo que só existem as *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego* elaboradas pola Academia e o **ILG** no ano 1982, tais normas fôrom modificadas posteriormente polo que nom sei se a **FPG** se atém as normas do 82 ou às modificadas, deveria aclarar-se. Polo que fai ao léxico, no artigo terceiro do "decreto Filgueira" di-se: *O Instituto da Lingua Galega queda autorizado para elabora-lo Vocabulario Ortográfico Básico da Lingua Galega, que terá o carácter de inventario das palabras básicas do idioma e de prontuario da ortografía adoptada polo presente Decreto.*

Para ter caracter oficial o Vocabulario citado non precisará da autorización do Goberno de Galicia sempre e cando sexa publicado no prazo máximo de dous anos.

Ainda que parece ser que tal vocabulário foi elaborado (o fantasmal **VOLGA**) nunca foi

publicado polo que concordo com o relatório em que nom há nada legislado em matéria léxica. Os dous dicionários da Academia (caracterizados pola sua pobreza e a sua incorrecçom) nom tenhem valor legal por muito que se diga.

Também se di no relatório que esta normativa é seguida polas principais editoriais da Galiza: Isto parece-me um insulto para editoriais como O Castro, Sotelo Blanco ou Laiovento.

No terceiro parágrafo fala-se das normas da **AS-PG** que, segundo o relatório, som as oficiais do **BNG** e os seus organismos satélites. Sempre seguindo o relatório estas normas só diferem em detalhes das oficiais e nom se mantenhem mais que por razons de sectarismo e autoafirmaçom partidária. Nom estou de acordo, a normativa da **AS-PG** poderá parecer-se à oficial à primeira vista, mas parte de umha filosofia completamente diferente, já que se trata de umha normativa de mínimos (o que pressupom que detrás há uns máximos) que pretende afastar-se do Espanhol e achegar-se ao Português. Eu animo o Bloco a se manter firme nela e a dar passos adiante na direcçom dos máximos.

A continuaçom fala-se das várias ortografias reintegracionistas incluindo (com um certo despreço) a opçom polo Português total. A realidade é que a normativa da **AGAL** é amplamente seguida pola grande maioria dos reintegracionistas, ainda que umha série de grupos minoritários postule outros caminhos que me parecem respeitáveis ainda que "nom sejam doados".

Dizer que levar a contradiçom entre Galego e Espanhol a um plano ortográfico resulta prejudicial nom me parece correcto quando a oposiçom se fai entre a ortografia própria do Galego e o calco da ortografia espanhola que nos quer impor o poder espanhol e o seu apéndice em Santiago (e polas vistas também a **FPG**).

Propugnar a liberdade nunca me pareceu que fosse mau e já falei antes da possibilidade de normalizaçom com várias normativas (caso norueguês).

O chamado que se fai no parágrafo quarto nom creio que vaia ter muito éxito e a promesa de mudarmos de normativa quando alcançarmos o monolingüismo nom me resulta crível. O de acatar qualquer norma oficial parece-me inaceitável quando o poder que impóm essa norma é o poder da metrópole (que nom é parva e terá as suas razons para impor essas normas e nom outras).

Para rematar, acho de duvidoso gosto escolher umha citaçom do mártir Carvalheira. O que aceitava Carvalheira era umha unificaçom consensuada polos Galegos e nom imposta polos Espanhóis.

É umha lástima que umha organizaçom que luita pola independência de Galiza tenha uns postulados lingüisticos como os que se aprovárom por maioria na sua terceira assembleia.

O REINTEGRACIONISMO NA VIII ASSEMBLEIA NACIONAL DO BLOCO NACIONALISTA GALEGO (BNG)

José Manuel OUTEIRO G.
(Madrid, Verão de 1998)

Na VIII Assembleia Nacional do BNG, celebrada nos dias 27 e 28 de Junho de 1998 na cidade de Ourense, tivérom lugar vários debates em torno ao Reintegracionismo e algumhas das suas implicações políticas.

Oferecemos nestas páginas umha crónica dos mesmos.

1. PROCESSO PRÉ-ASSEMBLEAR

O Conselho Nacional do BNG elaborou umha proposta de Documento político que dividia os temas a tratar em cinco apartados, encabeçados polos seguintes títulos:

1. A estratéxia política do BNG.

2. A conquista da hexemonia política.

3. A estratéxia por un Estado plurinacional.

4. Galiza como nación en Europa.

5. Galiza e Portugal. As relacións con Portugal como diferenza nacional Galega.

Evidentemente, é a quinta parte a que mais directamente afecta ao Reintegracionismo. Este apartado dividia-se, por sua vez, em quatro:

—umha introduçom sem título,

—*O desenvolvimento do espazo económico galego-português.*

—*A normalización das relacións lingüísticas.*

—*O estabelecimento de relacións institucionais.*

Polo seu interesse, reproduzimos o conteúdo dos dous últimos subapartados, que constituem assi mesmo os derradeiros do documento.

«*A normalización das relacións lingüísticas*:

A respeito da normalización das relacións lingüísticas, o marco [=*quadro*] político da relación entre o galego e o portugués é hoxe distinto do próprio dos tempos anteriores da Restauración, da República e, mui especiamente (*sic*) da Ditadura franquista, cando o galego, que resistira durante séculos como língua do povo, estava absolutamente marxinado e negado como língua da vida política, da administración, do ensino, de toda actividade empresarial. Ainda que non conta mais que cun carácter discriminador (*sic*) como língua cooficial, o galego ten agora unha superior capacidade de relación co português, constituindo a comunidade de idioma unha base óptima para a acompañar á - cada vez mais fluída e intensa- comunicación humana, económica e cultural que se produce através do Miño e a Raia Seca, historicamente territorio comun e non fronteira.

Os novos tempos exixen o recoñecimento dun novo paradigma político para as relacións lingüísticas entre Galiza e Portugal. Estabelecida unha determinada autonomia política en Galiza e esvaída a fronteira económica galego-portuguesa, o marco [=*quadro*] político da norma ortográfica galega ten pouco que ver con aquel dos anos setenta no que se estruturou a norma hoxe vixente. Daquela, os critérios políticos que dominaron na formulación da norma correspondian a unha Galiza encerrada no Estado español, sen ensino nen meios de comunicación públicos en galego, cunha fronteira portuguesa económica e culturalmente fechada. Mais hoxe as circunstáncias son distintas. Entra-se nunha fase na que comezan a dar-se as condicións contrárias á separación política e económica estatal que foi a causa da relativa separación e dunha evolución diverxente dunha língua na sua orixe galega inequivocamente comun, facendose mais acuciante o estabelecimento dunha relación harmónica que contribuia à normalización do uso da língua galega.

Para esa relación harmónica é preciso recordar os seguintes princípios:

—A identidade esencial (xenética, histórica e tipolóxica) do galego e do portugués, variantes dun mesmo sistema.

—A utilidade que isto apresenta para as necesidades e para as conveniéncias normalizadoras do galego.

—O apoio que empresta para as perspectivas de futuro do idioma e da difusión da cultura galega.

—O contributo en positivo á própria saúde e calidade de vida do galego, asi como á necesária consolidación e ampliación da cultura nacional.

O estabelecimento de relacións institucionais.

O campo de acción programática do BNG en relación con Portugal abranxe igualmente ao estabelecimento de relacións institucionais entre a nación galega e o Estado portugués no seu conxunto, de acordo coa personalidade respeitiva e a capacidade de governo conseguida por Galiza.

A normalización das relacións con Portugal constitui, por outra parte, un dos campos de acción do BNG dentro do mundo que correspomde (*sic*) á extensión da língua galego-portuguesa abranxendo a Brasil e aos países africanos de expresión lingüística portuguesa».

Realizados os debates nas Assembleias Locais e Comarcais, passárom para ser debatidas na Assembleia Nacional as seguintes emendas com conteúdo reintegracionista ou relativas à normalizaçom do Galego:

1. Emenda de substituiçom, em todo o texto, das terminações *«-ción, -tión e -sión»* por *«"-zón, -tón, -són" (respectivamente)»* (aprovada por maioria em Madrid).
2. Emendas para corrigir *«Bloque Nacionalista Galego»*, substituindo-o por *«Bloco Nacionalista Galego»*:
   —em todo o texto do Documento e do Regulamento (aprovada por maioria na Catalunha).
   —na sua única apariçom no Documento, no apartado 2 (aprovada por maioria em Madrid).

Esta última emenda procedente de Madrid ia acompanhada de umha Proposta de Resoluçom no mesmo sentido e com o seguinte teor:

«A Asemblea Nacional do BNG insta ao Consello Nacional e á sua Permanente a que, tendo en conta a oportunidade e receptividade social, se vaia introducindo a forma Bloco en vez de Bloque para o nome da nosa organización».

3. Emendas para corrigir o nome da Ponéncia Política, substituindo «Ponéncia» por:
   —*«tese»* (aprovada na Marinha, em Muros-Noia e na Barbança).
   —*«relatório»* (aprovada na Estrada).
   —*«documento»* (aprovada por maioria em Madrid).

Esta última seria aceite polo Conselho Nacional previamente à celebraçom da Assembleia Nacional.

4. Emendas adicionais relativas às zonas galegófonas exteriores à «Comunidade Autónoma Galega», às quais nengumha referência se fazia no texto proposto polo Conselho Nacional:

   4.a. No apartado 1:
   —«Dentro do cadro estatal deberá tamén desenvolver-se a defensa da cultura e língua galegas nas comarcas exteriores á Comunidade Autónoma Galega (Terra Eu-Návia, Berzo e Seabra)». (Aprovada por maioria em Madrid).
   —«Co Bierzo, asi como coa Seabra e a zona de Asturies que vai entre o Návia e o Eu compartimos o idioma, a paisaxe, a cultura e unhas fortes relacións económicas e sociais; aspectos aos que devemos prestar atención». (Apoiada em Ourense por 30% de votos).

   4.b. No apartado 2:
   —«Como parte da extensión do enraizamento social do BNG deberá procurarse a nosa presenza na Terra Eu-Návia, no Bierzo e na Seabra». (Apoiada em Madrid por 30% de votos).
   —«A GALIZA IRREDENTA. Tendo en conta as similitudes territoriais, lingüísticas, etc., dos seguintes enclaves, Terras Eo-Návia, Terras do Bierzo e Terras das Portelas-Seabra coa actual Galiza, propon-se artellar unha comisión para o estudo da galeguidade destes enclaves e as conclusións do estudo-informe se revelan positivas, levarian-se adiante as seguintes iniciativas:

criación dunha nova comarca (ou tres, unha por enclave) para a actuación política nestas terras; desaparecerán dos textos ou propaganda do BNG os mapas que até agora só recollian os enclaves galegos da "comunidade autónoma" e elaborará-se un mapa da Galiza incluindo aos enclaves do leste galego (comarcas antes citadas); iniciarán-se os contactos do Bierzo no seu Consello Comarcal, único recoñecido no Estatuto de Castela e León». (Aprovada na Marinha).

—«O BNG reclamará o recoñecimento xurídico especial, dentro das suas respectivas comunidades autónomas, das comarcas da Terra Eo-Návia, o Bierzo e a Seabra e a co-oficialidade nas mesmas da língua galega». (Aprovada em Madrid por maioria).

O Conselho Nacional propujo para unificar e substituir todas estas emendas, umha transaccional baseada na aprovada em Ourense:

—«Dentro da sua estratéxia política, o BNG debe prestar especial atención ao feito de que co Bierzo, a Seabra e coa zona entre os rios Eo e Návia, compartimos o idioma, a cultura e unhas fortes relacións económicas e sociais».

5. Emenda ao apartado 2, de adiçom dum parágrafo no subapartado *Os meios de comunicación e a emancipación nacional*, aprovada em Madrid por maioria e baseada num documento de política lingüística elaborado polo grupo reintegracionista de base de Ponte-Vedra, *Ene agá (NH)*:

«Terán-se en conta tamén as posibilidades de colaborazón con outros países do entorno galegófono.

Neste sentido, e relativamente ao audiovisual, realizarán-se as seguintes demandas:

—Recepzón na Galiza dos sinais de televisión de Portugal, do mesmo xeito que se receben da España.

—Celebrazón de acordos de cooperazón entre a TVG e as televisións portuguesas e brasileiras, e intercámbio de correspondentes e programas.

—Incentivo á realizazón de versóns galegas de filmes estraxeiros (quer dobrados, quer lexendados) para a emisión nos cinemas do país, e á colaborazón con Portugal e Brasil para a distribuizón dos filmes con participazón deses países nas versóns portuguesa e brasileira, respeitivamente».

Como transaccional, o Conselho Nacional propujo a seguinte redacçom:

«O BNG considera urxente demandar que os sinais da Televisión portuguesa poidan ser recepcionados na Galiza, asi como impulsar acordos de cooperación audiovisual, con intercámbio de programas e informaçom, entre as televisións do mundo de língua oficial galego-portuguesa.

Finalmente, o incentivo á realización de versóns galegas de filmes estranxeiros, quer dobrados, quer lexendados, para a emisión nos cinemas do país, debe ser complemento dunha necesária política de impulso da cinematografia autóctona, hoxe praticamente esmorecida».

5. Emendas ao trecho *A língua galega na Unión Europea* no apartado 4 do Documento Político.

Um mesmo texto aparece como emenda aprovada como adicional em Santiago e Madrid (maioria), e como substituinte em Vigo (com 30% de votos a favor):

—«ainda que este recoñecimento se fai con independéncia do território da UE no que moren os falantes».

Como adiçom, este texto seguiria, no documento proposto polo Conselho Nacional, à frase *«Como é sabido, recoñecidas como línguas oficiais da Unión Europea son unicamente as línguas oficiais dos Estados membros, en coeréncia coa mesma composición anti-democrática da Unión, que recoñece Estados e non povos nen nacións formantes».*

Como substituiçom iria no mesmo lugar, ao tempo que supriria as que a continuavam: *«Dentro do arsenal conceptual e terminolóxico mais repetido nos textos comunitários*

figura o recoñecimento do valor da pluralidade e diversidade lingüístico-cultural. Tal recoñecimento cobra, a cada paso máis, un valor compensatório e de coartada paralisadora, porque non se traduce en iniciativas políticas que o poñan en prática e permitan a efeitiva normalización das línguas europeas que a necesitan, por, historicamente, veren-se reducidas a línguas "inferiores", debido, precisamente, ao papel invasivo e dominante das línguas dos Estados».

Outro texto aparece aprovado em Santiago de Compostela numha versom mais reduzida que a aprovada por maioria em Madrid, reproduzimos este último, assinalando até onde chega a versom de Santiago:

> «deverá ser utilizado na relación falada nos organismos europeus polos nosos próximos deputados e deputadas, facto do que xa dispomos de antecedentes de suceso e sen nengun problema; e na escrita, nas relacións exteriores e coa UE devemos comezar a utilizar o modelo ortográfico histórico da língua, polo que é coñecida internacionalmente *[até aqui em Santiago]*, como a cuarta língua mundial en número de falantes. O noso modelo de comportamento na Europa debe camiñar polos vieiros que foron estabelecendo outras "minorias" como a dos flamengos».

Este texto (em qualquer das versões aprovadas) iria precedido, no texto proposto polo Conselho Nacional, da frase *«Proclamamos, máis unha vez, que o galego e o portugués forman parte do mesmo sistema lingüístico e, portanto o galego...»* e substituiria a sua continuaçom original: *«escrito e oral poderia ser usado xa en calquer instáncia europea».*

7. Emendas ao apartado 5.

Neste apartado, e concretamente para o subapartado intitulado *A normalización das relación lingüísticas*, foi aprovada por maioria em Madrid umha emenda adicional baseada também no documento elaborado polo grupo NH de Ponte-Vedra, antes citado:

> «A elaborazón da normativa oficialista en contra destes princípios, e con unha excesiva dependéncia do español, provocou un conflito de normativas que non podemos obviar e que só será solucionado asegurando o uso livre e sen restrizón de calquer normativa coerente das que existem hoxe para o noso idioma.
>
> Tendo en conta o anterior, deverán ser válidos para a administrazón galega todos aqueles documentos redixidos, non apenas no padrón galego que se considerar oficial no momento, mas tamén en calquer dos outros padrons de aquén e Alén-Miño. Ademais non será impedimento à hora de receber subsídios das distintas administrazóns o facto de utilizar unha norma diferente da declarada oficial.
>
> En todo caso a norma oficial en cada momento deverá ser de uso obrigado para a Administrazón e os meios públicos de informazón en uso interno e para se relacionar coa cidadania, e será matéria de ensino nos diferentes níveis que a lei regula.
>
> Por outra parte, será necesária a modificazón da actual normativa oficial de acordo cos princípios antes expresados, de xeito que se coloque a língua galega de acordo com a sua mellor tradizón histórica, e se permita un relacionamento normal cos países de fala galega. Para isto serán precisas as seguintes medidas:
>
> PROCESO DE RECICLAXE DO FUNCIONARIADO administrativo, docente e dos profisionais dos meios de comunicazón públicos, de modo a habilitá-los, nun prazo fixado e mínimo, para a utilizazón profisional da normativa reintegracionista de mínimos.
>
> PROCESO DE APLICAZÓN, paulatina, con prazos ben definidos, no ensino e nas administrazóns, desta normativa.
>
> ADOPZÓN PROGRESIVA, con prazos definidos, da normativa da AGAL.
>
> Con isto situaríamo-nos paulatinamente e de forma plena, mas con personalidade própria, na nosa comunidade lingüística internacional.
>
> Na primeira fase usará-se a normativa de mínimos reintegracionista acrescentada co uso, simples por ser sistemático, dos dígrafos NH e LH, e co uso obrigado, en vez de potestativo, dos três acentos (agudo, grave e circunflexo) e das terminazóns *-zón* e similares, em lugar das españolizadas *-ción* e similares.

Toda esta série de medidas realizáveis porán fin ao actual conflito de normativas na Galiza, preservando a nosa personalidade e inserindo-nos na nosa tradizón.

Como medida complementar, na disciplina de língua galega e literaturas deverá darse unha visón global das normas das outras áreas lingüísticas galego-portuguesas e introduzirán-se alguns temas de outras literaturas de expresón galega (Camões, Eça de Queirós, Pessoa, Jorge Amado, Pepetela...).

Asi mesmo, o BNG reclamará a integrazón da Galiza na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), como Membro de pleno direito».

Esta emenda provocou o seguinte Ditame do Conselho Nacional:

«Propon-se a non aceitación e a aprobación dunha resolución a respeito da inserción do idioma galego na comunidade lingüística galego-portuguesa».

Fôrom também apresentadas duas emendas ao último parágrafo do documento, que arriba transcrevemos. A primeira, proveniente da Marinha, visava substituir *«abranxendo a Brasil e aos países africanos»* por *«abranxendo ao Brasil e os países africanos e asiáticos»*, e embora nom aparecesse como aceite polo Conselho Nacional na publicaçom facilitada aos afiliados, os representantes nas comissões de debate prévias ao pleno explicárom ter sido posteriormente aprovada, atendendo ao caso de Timor Leste (que paradoxalmente se encontra na Oceánia, sendo zonas lusófonas asiáticas Macau, Goa, Damão e Diu).

A última emenda, aprovada em Madrid por maioria, e aceite polo Conselho Nacional antes da celebraçom da Assembleia Nacional, substituía *«de expresión lingüística portuguesa»* por *«de língua oficial portuguesa».*

2. A VIII ASSEMBLEIA NACIONAL (OURENSE, 27-28 DE JUNHO)

Na Assembleia Nacional fôrom tratadas todas as emendas que nom tinham sido aceites já polo Conselho Nacional.

Os debates realizárom-se na tarde do dia 27 e na manhã do 28, em 5 comissões diferentes integradas por um número similar de militantes aleatoriamente seleccionados para cada umha delas.

Aquelas emendas que conseguissem a maioria de votos em qualquer das 5 comissões seriam tratadas posteriormente no Pleno, que teria lugar na tarde do domingo 28.

Nengumha emenda das que nom foram aprovadas polo Conselho Nacional, entre as antes transcritas, chegou a conseguir a maioria simples de votos a favor em qualquer das cinco comissões, com o que nengumha delas seria tratada no Pleno.

Contodo, todas elas chegárom a ser debatidas, polo menos, em quatro das cinco comissões, o que significa um claro apoio por parte da afiliaçom do BNG, umha vez que fôrom muitas emendas que nom chegárom a ser debatidas na maioria das comissões, por falta de defensores.

Um grupo de reintegracionistas, afiliados do BNG, observámos gratamente surpreendidos, em várias das comissões, que pessoas aparentemente desligadas do reintegracionismo organizado, alçavam a sua mão para a defesa de emendas como as da correcçom do nome do BNG ou solicitavam aos que intervínhamos na defesa das mesmas que os deixássemos fazer posteriormente a defesa de outras emendas de conteúdo reintegracionista.

Podemos fazer as seguintes observações a respeito dos debates a que dérom lugar as emendas antes relacionadas:

1. A primeira emenda arriba comentada, de substituiçom das terminações *-ción* e similares por *-zón* e similares, foi tratada nalgumhas comissões como qualquer outra, nom alcançando a maioria simples, enquanto que noutras comissões os representantes do Conselho Nacional anotavam ter sido aceite parcialmente por esse órgão directivo, apesar de nom figurar assi nos textos repartidos, explicando que o uso ou nom dessas formas seria determinado em cada caso pola comissom encarregada de corrigir e unificar os textos.

2. Como conclusões do debate provocado polas emendas relativas à galeguizaçom do nome da frente, os representantes do Conselho Nacional reconheciam ser *Bloco* a forma correcta e *Bloque* um castelhanismo (embora aduzissem a sua origem germánica a modo de atenuante), afirmavam considerar este debate de importáncia, razom por que tinha sido adequadamente tratado no Conselho Nacional, julgando finalmente que por razões sociais nom convinha neste momento empreender a modificaçom proposta, mas comprometendo-se a realizá-la no futuro.
3. As emendas para corrigir o castelhanismo «*ponéncia*» vinham previamente aprovadas polo Conselho Nacional, embora a maioria dos seus representantes continuassem a empregar o citado barbarismo, corrigindo-o seguidamente por relatório ou documento.
4. Prosperou a emenda transaccional proposta polo Conselho Nacional às diversas emendas relativas às zonas galegófonas exteriores à Comunidade Autónoma, visto nom existir empenho da maioria dos emendantes em manter os textos por eles propostos.
5. Igualmente prosperou, sem a menor oposiçom como era esperável, a transaccional proposta polo Conselho Nacional à emenda relativa às possibilidades de colaboraçom cos meios de comunicaçom do entorno galegófono.
6. Nom tivérom suficiente apoio, porém, as emendas relativas ao Galego na Uniom Europeia que já chegavam à Assembleia Nacional sem a aprovaçom do Conselho. Porém, nalgumhas comissões os representantes do Conselho reconheciam a necessidade de usar o galego amparando-se na oficialidade da língua portuguesa, nom obstante se espere encontrar problemas e oposiçom que deverám ser superadas, nada dizendo, no entanto, sobre a ortografia que o BNG empregaria na Uniom Europeia.
7. Dentre as emendas que aqui tratamos, juntamente coa segunda, foi a do texto mais extenso umha das que mais debate provocou entre os seus defensores e os representantes do Conselho, ali onde foi defendida.

   Nesses debates os representantes do Conselho Nacional aclarárom o conteúdo do Ditame pronunciado por dito órgão, dizendo que a resoluçom proposta pediria exactamente a integraçom da Galiza na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como a modificaçom do nome da mesma para Comunidade de Países de Língua Galego-Portuguesa.

   Nom foi aceite o resto do texto: nem o compromisso de garantir a liberdade normativa, nem o processo proposto para adoptar umha normativa mais ajustada à unidade lingüística galego-portuguesa a que fai referência o documento político, pois segundo os representantes do Conselho a emenda parecia um texto mais apropriado para o Programa de Governo que para o documento geral que estava sendo tratado. Esperamos, pois, que no próximo Programa de Governo do BNG sejam incluídas algumhas das propostas, já que nengumha delas (nem sequer o da liberdade normativa) era recolhida no Programa com que o BNG concorreu às eleições autonômicas do passado Outubro.

   Finalmente, pudérom ser constatadas claras diferenças entre os representantes do Conselho das diversas Comissões. Assi, enquanto que Francisco Rodríguez ou Pilar Garcia Negro se mostravam conformes coa unidade lingüística galego-portuguesa, e portanto co próprio documento proposto, noutras comissões Francisco Garcia ou Alfredo Suárez Canal negavam tal unidade, entrando assi em aberta contradiçom co próprio documento aprovado polo Conselho Nacional de que fam parte.

   Concluímos, em conseqüência, que entre os próprios directivos do BNG (e mesmo entre os pertencentes a um mesmo partido, neste caso a UPG), se encontra algum grau de resistência ao reintegracionismo, da qual nom deixa de ser responsável a ambígua ou estreita assunçom que do mesmo fam os dirigentes mais informados sobre o assunto (como os filólogos antes citados). É ademais significativo que a oposiçom ao reintegracionismo surja por parte de pessoas com claras deficiências em matéria lingüística (como Suárez Canal, talvez um dos dirigentes nacionalistas mais desleixados no emprego do Galego, tanto escrito como falado).

Finalizados os debates em Comissões, num dos últimos actos celebrados o Conselho Nacional deu leitura às Resoluções da VIII Assembleia Nacional do BNG, entre as quais, ademais de aquela em que se solicita a integraçom da Galiza na CPLP e a sua mudança de nome, foi incluído um apelo à afiliaçom da frente nacionalista para extremar a correcçom lingüística, como contribuiçom à necessária normalizaçom do Galego.

CONCLUSOM

Nom cabe dúvida que desta VIII Assembleia Nacional do BNG podemos tirar algumhas conclusões que interessam a todo o movimento reintegracionista.

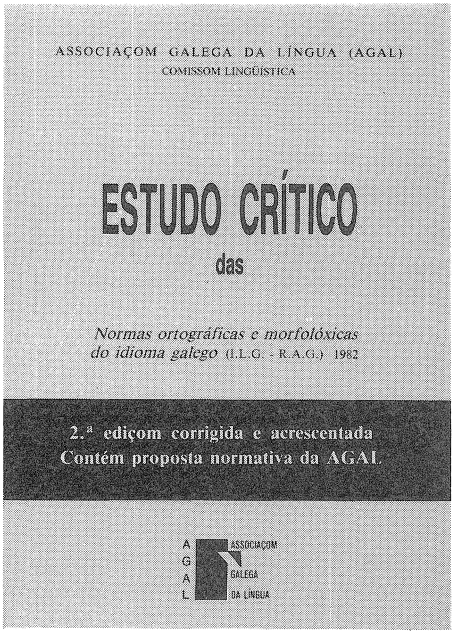
Primeiramente, evidencia-se que **o trabalho de socializaçom do reintegracionismo é prioritário**, enquanto que o trabalho político seria só umha parte desse labor de socializaçom e extensom da base social reintegracionista. Se nom fosse pola presença contínua nestes últimos anos do reintegracionismo na rua, pola influência social que tivérom empresas infelizmente desaparecidas, malogradas ou esfareladas como o boletim *Gralha* ou o MDL, o contributo de outras publicações como *Língua Nacional* ou *Constantinopla*, ou pola continuidade da AGAL, referente máximo do nosso movimento, dificilmente se experimentaria na sociedade (ou no BNG como parte da mesma) qualquer progresso na assunçom do Reintegracionismo. Igualmente comprovamos que, apesar da descoordenaçom dos reintegracionistas que fazemos parte do Bloco, trabalhos realizados por grupos de base, como o já citado de *NH* de Ponte-Vedra, resultárom decisivos, fornecendo textos alternativos que posteriormente dérom lugar aos necessários debates em que o Reintegracionismo pode difundir e aclarar as suas posições.

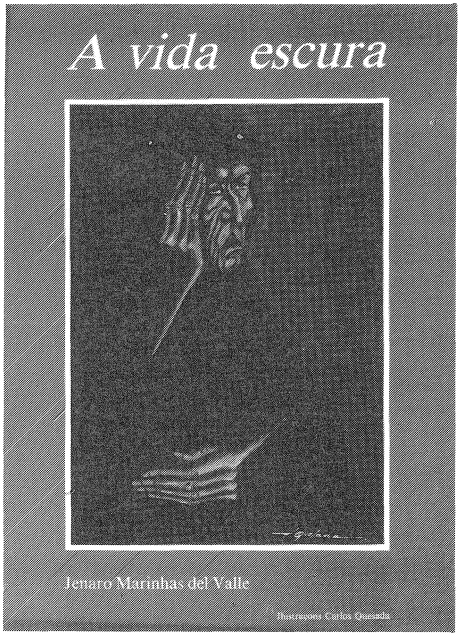
Conforme à prioridade que supom a socializaçom do reintegracionismo, fai-se necessária umha maior coesom do mesmo, procurando a unificaçom em organizações com capacidade de mobilizaçom social, e evitando o espírito minifundista hoje dominante. Um exemplo a seguir vemo-lo nos grupos antimilitaristas, como a ANOC (aliás, duas das poucas emendas que chegárom ao Pleno sem apoio do Conselho Nacional fôrom sobre antimilitarismo e claramente apoiadas por essa organizaçom). Em conseqüência, julgamos indispensável **a unidade de acçom e a organizaçom do movimento Reintegracionista,** única garantia para a consecuçom da normalizaçom lingüística do Galego.

Será também necessário prestar atençom a certos preconceitos que dificultam a assunçom do Reintegracionismo, e que proveem geralmente da ignoráncia dos nossos princípios e postulados. Neste sentido, a consolidaçom dum amplo movimento reintegracionista com presença e actividade social contínua acabaria por provocar a eliminaçom de alguns desses preconceitos, como, por exemplo, o da suposta dificuldade de aprendizado da norma reintegracionista.

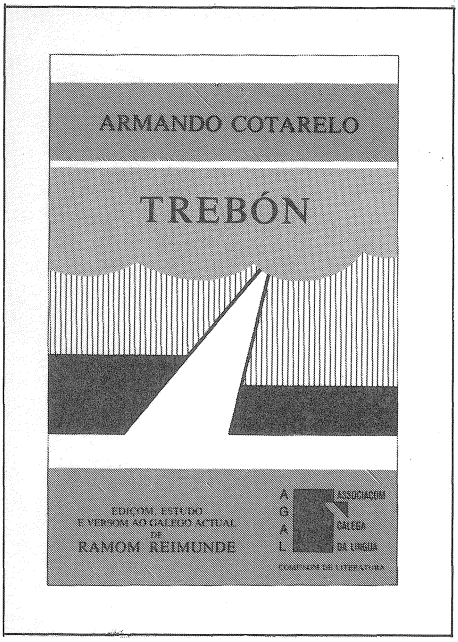
Finalmente, os reintegracionistas afiliados ao BNG devemos procurar desenvolver, dentro desta frente política, um trabalho complementar do que realize o nosso movimento de normalizaçom lingüística, e que deverá realizar-se coa mesma atitude pedagógica que logicamente terá de despregar a actividade do Reintegracionismo na sociedade.

Madrid, Verão de 1998


ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA (AGAL)
COMISSOM LINGÜÍSTICA
ESTUDO CRÍTICO
das
Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego (I.L.G. - R.A.G.) 1982
2.ª ediçom corrigida e acrescentada
Contém proposta normativa da AGAL
A G A L
ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA


A vida escura
Jenaro Marinhas del Valle
Ilustrazons Carlos Quesada

guia prático
de
verbos galegos
conjugados
agal
COMISSOM LINGÜÍSTICA


ARMANDO COTARELO
TREBÓN
EDIÇOM, ESTUDO
E VERSOM AO GALEGO ACTUAL
DE
RAMOM REIMUNDE
A G A L
ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

RECENSONS

DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO QUADRILÍNGUE DE ZOOLOGIA DOS INVERTEBRADOS*

Salvador MOURELO
(Crunha)

«Tenen, doncs, també raó els qui detecten en els entusiastes més efusius de l'idioma X una tendència localista i isolacionista, de vegades notòriament retrògrada —i sempre estrucista per definició. Associar X amb un "retorn a la Natura" és en tot cas girar-se d'esquena a la Història —i inhibir-se irresponsablement de les relacions entre la comunitat lingüística pròpia i la resta és resignar-se dòcilment a una posició marginal i subalterna. Encara que potser totes les societats celebren més o menys la "tribu", el "campanar" i llurs orígens mítics, i tendeixen a suposar que elles soles són la gent i la Humanitat (cf. Claude Lévi Strauss, Race et histoire, 1952), el xovinisme sembla especialment grotesc en el cas de les minories. Cal afegir en justícia que aquest xovinisme és potser més fútil, patetic i inofensiu —i més comprensible, com a compensació o reacció defensiva. Una ironia típica és que, lluny d'impugnar i superar la interposició, aquest xovinisme s'hi adapta i resigna tot fent de la necessitat virtut. Les pretensions d'autarquia equivalen ací a declaracions de dependència.»

Lluís V. Aracil, Dir la realitat, 1983

Se deitarmos uma olhada à terminologia utilizada em textos isolacionistas no campo das ciências (quer formais, quer empíricas), esta caracteriza-se pela sua dependência do espanhol, a qual se manifesta principalmente de duas formas:

—No bilinguismo terminológico galego-espanhol. O galego situa-se, salvo honrosas excepções (como no caso de Xosé M. Masa Vázquez, Belén Fortes López et al. *Vocabulario de matemáticas Galego-español-inglés-portugués.* Servicio de Normalización Lingüística da Universidade de Santiago de Compostela.), em relação ao espanhol de um modo unívoco. Mesmo os trabalhos dedicados especificamente ao estabelecimento da terminologia científica (tais como vocabulários, dicionários, glossários, etc.) não deixam de ser na maioria dos casos mais do que meras listagens de sinónimos espanhol-galego, pensados mais como auxiliares de uma tradução/adaptação do espanhol para o galego do que do ponto de vista autónomo da própria língua.

(*) Carlos Garrido, *Dicionário terminológico quadrilíngue de zoologia dos invertebrados,* Agal, 1998.

—E em correlação com o anterior, o monolinguismo a respeito de outras línguas europeias. Disto é sintomático, ainda que a outro nível, a não existência de dicionários bilingues galego-inglês ou galego-francês, por exemplo. O galego fica fechado dentro do mundo hispanófono, relacionando-se com o resto do mundo através do espanhol (interposição linguística).

Porém, isto não é mais do que a expressão de uns pressupostos a respeito da língua raramente explicitados pelos isolacionistas, mas que se podem verificar principalmente através das suas produções escritas. E praticamente os únicos textos científicos que existem se limitam a publicações editadas pelas instituições e a livros de texto escolares, além de alguns guias de campo. Neles patenteia-se a visão do galego como uma língua traduzida do espanhol, cujo léxico se limita a uma simples adaptação dos termos espanhóis. Chega-se a extremos de dependência do espanhol como a de certo manual de Geologia de C.O.U., em que para se referir aos "depósitos de material meteorizado que contém minerais valiosos ou úteis" é utilizado o termo *praceres* (sic), só compreensível como a tradução do espanhol *placeres* e não do inglês *placers* (a partir do verbo *to place,* depositar). Esta falta de rigor não é qualquer coisa de anedótico, mas o resultado de um discurso sobre a língua em que esta se vê subordinada a umas funções puramente simbólicas na construção nacional e/ou autonômica. Não é tão importante o proveito que possamos tirar os próprios falantes do facto de utilizarmos uma determinada ortografia, como a demarcação do galego a respeito das outras línguas, e nomeadamente do português, verdadeiro inimigo a bater à hora de estabelecer o estatuto do galego como língua dentro da România (Não repararam no facto de se encontrarem traduzidas/traídas para galego mais obras literárias portuguesas do que espanholas?). A respeito do espanhol o labor é muito mais simples, embora seja preciso por vezes introduzir algum "b" no canto de "v" que justifique a existência do todo o aparato autonômico (políticos e correctores). Se há um poder galego diferenciado dentro do Estado espanhol é porque existe uma diferença "suficiente", ma non troppo. É preciso criar a ficção de que se está a utilizar uma língua nacional/autonômica sem deixar de estar a agir como referente o espanhol/Espanha.

É neste contexto que resulta muito aliciante podermos resenhar uma obra da qualidade e rigor como a que aqui nos ocupa. O "Dicionário quadrilíngue de zoologia dos invertebrados", da autoria do doutor em biologia e professor na Licenciatura de Tradução e Interpretação da Universidade de Vigo, Carlos Garrido, vem juntar numa só obra o fruto da combinação de uma sólida formação científica nos âmbitos da zoologia e das línguas modernas.

Com diferença a outras obras, nesta já deparamos ao princípio com os pressupostos de que se parte explicitados, que não são outros que os do "Reintegracionismo, que, com um critério natural e económico, acredita na regeneraçom do galego mediante o contacto com as outras variantes do seu sistema (hispânico-ocidental), o que se traduz na adopçom de umha ortografia e morfologia histórico-etimológicas e na recepçom do léxico culto que as solicitações de umha vida plena contribuírom para forjar nos seus afortunados codialectos". Encontramo-nos perante um autêntico dicionário, com mais de 2.500 definições conceptuais redigidas em galego-português, o que o faz útil como obra de consulta para qualquer pessoa interessada na zoologia. Além disso contém as equivalências terminológicas em alemão, inglês e espanhol, incluindo ao final da obra índices remissivos a partir de cada uma de estas línguas, o que a torna numa obra de grande ajuda na tradução entre as línguas modernas do nosso entorno. Também incorpora uns índices remissivos por grupos taxinómicos e por áreas temáticas (ecologia, embriologia, filogenia, fisiologia, taxinomia e variação), muito proveitosos para qualquer biólogo à margem da sus especialização na zoologia.

Talvez um dos aspectos problemáticos à hora da realização deste dicionário tenha sido defrontar o excessivo polimorfismo terminológico existente dentro do nosso sistema, como o próprio Carlos Garrido tem indicado noutros trabalhos (Variação terminológica no campo científico e a sua relação com a tradução. Carlos Garrido. Agália 47 (1996): 309-320). O autor optou pela inclusão de todas as variantes, quer sejam elas o produto de uma variação regional (Galiza, Portugal, Brasil), quer não. Não nos estenderemos aqui sobre um tema

que já tem sido tratado noutra parte, simplesmente daremos uma pequena amostra da importância desta variabilidade cingindo-nos àquela causada por divergências ortográficas entre a norma portuguesa e a brasileira. Só neste caso já encontrámos um grande número de variantes, como as ligadas a diferenças nas regras de acentuação, quer sejam motivadas pelo timbre das vogais tónicas de grau médio diante de nasal em palavras proparoxítonas, que é aberto em Portugal e fechado no Brasil (anagénese/anagênese, axónio/axônio, blastómero/blastômero, centrómero/centrômero, colónia/colônia, fémur/fêmur, género/gênero, gónada/gônada, homónimo/homônimo, miómero/miômero, neurónio/neurônio, pedogénese/pedogênese, peritónio/peritônio, prostómio/prostômio, etc.) quer seja por outras razões (músculo directo do voo/músculo direto do vôo, mesogleia/mesogléia). Outra fonte de variantes é a simplificação dos grupos cultos que se realiza na norma do Brasil (insecto/inseto, olfacto/olfato, oviducto/oviduto, recto/reto, selecção/seleção, tentáculo retráctil/retrátil, etc.).

As formas "galegas" divergentes das "portuguesas" limitam-se quase exclusivamente à discutível representação da nasalação final de palavra (cefalom/cefalão, cissom/cissão/cisão, estrobilaçom/estrobilação, evoluçom/evolução, pavilhom/pavilhão vibrátil, populaçom/população, pulmom/pulmão, sifom/sifão, tagmatizaçom/tagmatização, torsom/torsão/torção, etc...). Em qualquer caso, deu-se-lhe preferência de entrada à forma galega e depois à portuguesa.

Apesar da exaustiva recolha de todas as variantes temos detectado a ausência de alguns casos, ainda que de pouca importância: metassômico, rombogêneo, abdômen, caráter, estolônio, gêmea, traquéia, rim difuso de acumulação.

Em resumo, encontramo-nos perante um útil instrumento de trabalho para os diferentes profissionais no âmbito da zoologia e da tradução ou, em geral, para as pessoas interessadas por qualquer razão na terminologia científica dos invertebrados na nossa língua. Trata-se assim mesmo de uma obra que põe de relevo as potencialidades que nos oferece a filosofia reintegracionista à hora de tornar a nossa língua em instrumento de comunicação nos mais diversos campos das actividades humanas. Porque é na relação com o espaço linguístico lusófono que podemos cobrir as lacunas que foi deixando no galego o processo de substituição linguística, e não mediante a construção de um presumível "galego-não-português". Parafraseando a Lluís Aracil, as pretensões de independência a respeito do português equivalem a declarações de dependência a respeito do espanhol.

Só resta dar os parabéns ao autor por este esplêndido trabalho e animá-lo a continuar com o seu labor, esperando que esta obra sirva como estímulo para a aparição de mais outras, tais como um dicionário sistemático que inclua as denominações vernáculas dos tâxones, bem como uma obra que abranja também os vertebrados.

utad
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Vila Real, 29 de Outubro de 1998

Ex.ma Senhora
Profª Doutora Maria do Carmo Salido
Directora da revista *Agália*

Tendo enviado um artigo (em texto impresso e em diquete) para ser publicado na revista *Agália*, o mesmo foi publicado no nº 52, Inverno de 1997, pp. 433-444. No entanto, por lapso, o nome foi trocado. O artigo intitula-se "*Viagens* de Garrett: um caminho aberto para *Os Maias* de Eça" e na revista aparece, quer no índice, quer no corpo da revista, como sendo de Maria Luísa MORAIS MONTEIRO, quando deveria estar escrito Maria da Assunção MORAIS MONTEIRO.

Pelo exposto, venho solicitar a V. Ex.cia que no próximo número seja feita a devida correcção para "***Viagens* de Garrett: um caminho aberto para *Os Maias* de Eça"**

por Maria da Assunção MORAIS MONTEIRO.

Desde já agradeço a atenção dispensada e aproveito para enviar os mais respeitosos cumprimentos.

Maria da Assunção Morais Monteiro
Prof.ª Auxiliar

Apartado 202
5001 VILA REAL CODEX
REITORIA - TEL: (059)323688 - 321643 / FAX (059)325058 + *DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS* - TEL: (059)321631 / FAX (059)320480
CHAVES (076)332628 / FAX (076)333913 + *INTERNET* http://www.utad.pt

Publicaçons da Associaçom Galega da Língua

- *Colecçom «Universália»*

Lôpez-Suevos Fernández, Ramom: *Dialéctica do Desenvolvimento. Naçom, Língua, Classes Sociais,* 1983. (Esgotado).

Comissom Lingüística da AGAL: *Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego,* 1983. 169 págs. (Esgotado).
2.ª Ed. corrigida e acrescentada, 1989, 302 págs.

Carvalho Calero, Ricardo: *Letras Galegas,* 1984. 349 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Prontuário ortográfico galego,* 1985. 318 págs.

Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, 1986. 820 págs.

Lôpez-Suevos, Ramom: *Portugal no quadro peninsular. Subsídios para a análise histórica-estrutural,* 1987, 224 págs.

Souto, Elvira: *Contribuiçom ao estudo do romance iniciático galego,* 1987, 95 págs.

Haller, Michel, *Tratado de contraponto e de composiçom contrapontística.* Traduçom e adaptaçom de Joám Trilho, 1987, 212 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Guia prático de verbos galegos conjugados.* 1988. 128 págs.

Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1989. 928 págs.

Monterroso Devesa, J. M.: *Apelidos galegos.* 1989. 32 págs.

Morám Fraga, César-Carlos: *O mundo narrativo de Álvaro Cunqueiro,* 1990. 176 págs.

Associaçom Galega da Língua: *Poder, Ideologia e Língua* (Yvo JD Peeters, editor), 1991. 120 págs.

Actas do III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1992. 654 págs.

AA. VV. *O uso das línguas na perspectiva da Europa Comunitaria.* 1993. 194 págs.

Actas do IV Congresso Internacional da Língua Galego Portuguesa na Galiza. 1996. 448 págs.

Garrido, Carlos: *Dicionário terminológico quadrilíngue de Zoologia dos Invertebrados,* 1997, 488 págs.

- *Colecçom «Clássicos»*

Cotarelo Valhedor, Armando: *Trebón,* Ediçom, estudo e adaptaçom ao Galego Actual de Ramom Reimunde, 1984. 221 págs.

Rosalia de Castro: *Folhas Novas,* Ediçom e notas de E. Souto Presedo; prólogo de F. Salinas Portugal, 1985. 266 págs.

- *Colecçom «Criaçom»*

Manuel Maria: *A luz Ressuscitada,* Carta-prefácio de António Gil Hernández, 1984. 138 págs. (Esgotado).

Carvalho Calero, Ricardo: *Cantigas de amigo e outros poemas (1980-1985),* 1986. 192 págs.

Marinhas del Valle, Jenaro: *A vida escura,* 1987, 170 págs.

Béjar, Julio et alii: *Fogo cruzado* (relatos), 1989, 96 págs.

Guisan Seixas, João: *Origem certa do farol de Alexandria* (re-ediçom), 1989, 88 págs.

Gómez, Joel R.: *Quando o sol arde na noite,* 1990. 115 págs.

Guerra da Cal, Ernesto: *Lua de Além-Mar* e *Rio de Sonho e Tempo,* 1991, 292 págs.

Corral Iglesias, José Alberte: *Palavra e memória,* 1997, 156 págs.

Gómez, Joel: *Teatro à medida é pronto para si,* 1998, 96 págs., (a aparecer).

- Revista *AGÁLIA.* Publicaçom trimestral desde o ano 1985. 128 págs.

Revista *AGÁLIA.* Monográfico n.º 1, *Problemática do sector lácteo,* dirigido e coordenado por Cláudio López Garrido, 1987, 160 págs.

Monográfico n.º 2, *Estudos sobre a História da Economia de Galiza,* dirigido e coordenado por Joám Carmona, 1989, 96 págs.

A
G
A
L
ASSOCIAÇOM
GALEGA
DA LÍNGUA